

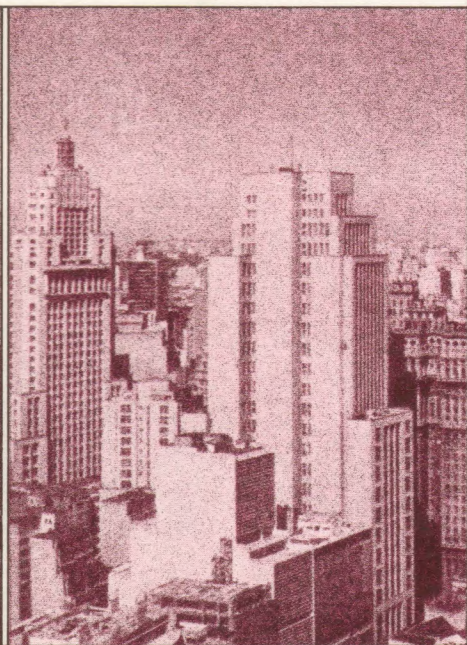
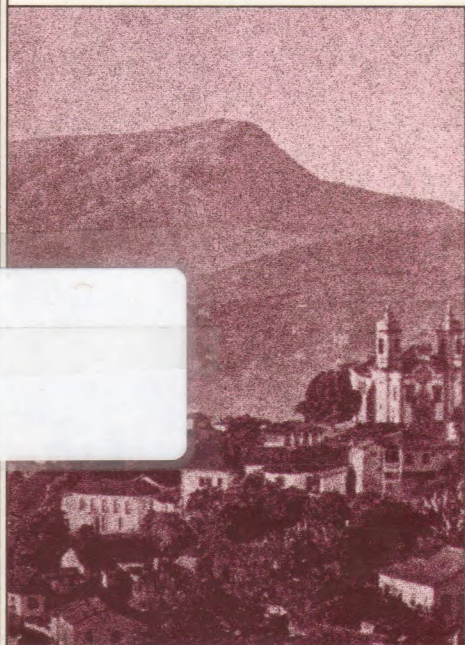
Élisée Reclus

COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS
SOCIAIS
49

Organizador: Manuel Correia de Andrade
Coordenador: Florestan Fernandes

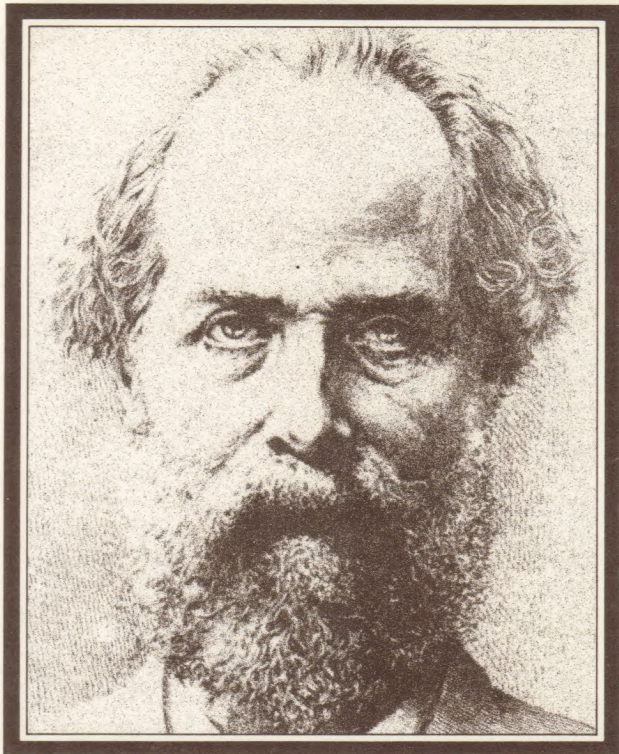
GEOGRAFIA

ea
editora ática



BE

58



GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS

Textos básicos de Ciências Sociais, selecionados com a supervisão geral do Prof. Florestan Fernandes. Abrangendo sete disciplinas fundamentais da ciência social — Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política, Antropologia e Geografia — a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor.

Élisée Reclus (1830-1905), militante anarquista e geógrafo, jamais separou a ação política da ação científica. Contrariando o pensamento geográfico de seu tempo, em lugar de colocar-se a serviço do Estado, do poder, Reclus assume posição crítica e mostra que os interesses do povo conflitam com os das classes dominantes que controlam o Estado. Para ele, o que importava era demonstrar a contribuição que a geografia poderia dar à solução dos problemas sociais e explicar a origem desses problemas.

Os textos selecionados para esta antologia dão uma idéia do pensamento e das posições de Reclus. A leitura, a análise aprofundada e a discussão de sua obra são fundamentais ao desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil, pois muitas de suas proposições são universais e válidas para o conhecimento e o estudo da dinâmica de nossa realidade.

ISBN 85 08 00463 x

ELISEE RECLUS

ISBN 850800463X



9788508004638

**GRANDES
CIENTISTAS SOCIAIS**

Coleção coordenada por
Florestan Fernandes

1. **DURKHEIM**
José Albertino Rodrigues
2. **FEBVRE**
Carlos Guilherme Mota
3. **RADCLIFFE-BROWN**
Julio Cezar Melatti
4. **KÖHLER**
Arno Engelmann
5. **LENIN**
Florestan Fernandes
6. **KEYNES**
Tamás Szmrecsányi
7. **COMTE**
Evaristo de Moraes Filho
8. **RANKE**
Sérgio B. de Holanda
9. **VARNHAGEN**
Nilo Odália
10. **MARX (Sociologia)**
Octavio Ianni
11. **MAUSS**
Roberto C. de Oliveira
12. **PAVLOV**
Isaias Pessotti
13. **WEBER**
Gabriel Cohn
14. **DELLA VOLPE**
Wilcon J. Pereira
15. **HABERMAS**
Barbara Freitag e
Sérgio Paulo Rouanet
16. **KALECKI**
Jorge Miglioli
17. **ENGELS**
José Paulo Netto
18. **OSKAR LANGE**
Lenina Pomeranz
19. **CHE GUEVARA**
Eder Sader
20. **LUKÁCS**
José Paulo Netto
21. **GODELIER**
Edgard de Assis Carvalho
22. **TROTSKI**
Orlando Miranda
23. **JOAQUIM NABUCO**
Paula Beiguelman
24. **MALTHUS**
Tamás Szmrecsányi
25. **MANNHEIM**
Marialice M. Foracchi
26. **CAIO PRADO JR.**
Francisco Iglésias
27. **MARIÁTEGUI**
Manoel L. Bellotto e
Anna Maria M. Corrêa
28. **DEUTSCHER**
Juarez Brandão Lopes
29. **STALIN**
José Paulo Netto
30. **MAO TSE-TUNG**
Eder Sader
31. **MARX (Economia)**
Paul Singer
32. **MELANIE KLEIN**
Lúcio A. Herrmann e
Amazonas A. Lima
33. **CELSO FURTADO**
Francisco de Oliveira



Élisée Reclus

9113
A568095
1ed.
v. 2

Organizador: Manuel Correia de Andrade

GEOGRAFIA

CEFET-SP - BIBLIOTECA
Tombo: 0025558



SUMÁRIO

TEXTO

Consultoria geral
Florestan Fernandes
Coordenação editorial
Maria Carolina de A. Boschi

Tradução
Maria Cecília França, Januário Francisco Megale e B. F. Ramiz Galvão

Revisão da tradução
N. Nicolai

Redação
Ildete Oliveira Pinto e N. Nicolai

ARTE

Coordenação
Antônio do Amaral Rocha

Arte-final
René Etienne Ardanuy

Produção gráfica
Elaine Regina de Oliveira

Layout de capa: Elifas Andreato

ISBN 85 08 00463 x

1985

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

INTRODUÇÃO

Atualidade do pensamento de Élisée Reclus
(por Manuel Correia de Andrade) 7

I. A NATUREZA DA GEOGRAFIA

1. O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria
(*L'homme et la Terre*) 38
2. A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza
(*La Terre*) 41
3. A complexidade da produção do espaço geográfico
(*L'homme et la Terre*) 56

II. A ORIGEM DA FAMÍLIA, DO ESTADO E DA PROPRIEDADE

4. Origem da família, das classes sociais e do Estado
(*L'homme et la Terre*) 61
5. A propriedade e a exploração da Terra
(*L'homme et la Terre*) 75
6. Evolução da sociedade e da civilização
(*L'homme et la Terre*) 99

III. O PROBLEMA COLONIAL

7. A Grã-Bretanha e as colônias de povoamento
(*L'homme et la Terre*) 109
8. Colônias de exploração: governo e administração da Índia
(*Nouvelle géographie universelle*) 119

INTRODUÇÃO

9. Relações da China com o exterior (<i>L'empire du milieu</i>)	130
IV. O PROBLEMA URBANO	
10. Migrações, êxodo rural e problemática do crescimento urbano (<i>L'homme et la Terre</i>)	143
V. O BRASIL NOS FINS DO SÉCULO XIX	
11. Estado material e social da população brasileira (<i>Estados Unidos do Brasil</i>)	167
ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO	196

Textos para esta edição extraídos de:

- RECLUS, E. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, s.d. t. I.
— — —. Paris, Universelle, 1905. t. V.
— — —. Paris, Universelle, 1908. t. VI.
— *La Terre*. 4. éd. Paris, Hachette, 1881. v. 2.
— *Nouvelle géographie universelle*. Paris, Hachette, 1883. v. 8.
— *L'empire du milieu*. Paris, Hachette, 1902.
— *Estados Unidos do Brasil*. Trad. de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, Garnier, 1900.

Manuel Correia de Andrade

Professor Catedrático de
Geografia Econômica da Universidade
Federal de Pernambuco

ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ÉLISÉE RECLUS

Para melhor compreender a importância da obra geográfica de Élisée Reclus, torna-se necessário situar o Autor no espaço e no tempo. Vivendo na Europa do século XIX, teria fatalmente que ser influenciado pelos acontecimentos que se desenrolaram naquele continente, no momento histórico em que viveu, quer como cientista, quer como cidadão. Vivendo e observando os problemas políticos, preocupou-se com a estrutura da sociedade, com o papel desempenhado pelo Estado, com a expansão do capitalismo europeu no mundo, com as relações entre a sociedade civil e a Igreja e ainda com o que se chamava então de progresso. Teve, assim, de tomar posição frente ao positivismo comtiano, ao evolucionismo e ao marxismo, participando ativamente do movimento anarquista. Pode-se mesmo afirmar que a sua vida foi dividida em duas direções: a política, dedicada ao pensamento e à ação anarquista, e a científica, dedicada ao conhecimento geográfico. Atuando ou escrevendo, utilizou sempre as duas vertentes: a do cidadão, revolucionário e libertário, e a do cientista, consciencioso e competente.

O pensamento geográfico no século XIX

A contribuição de Reclus ao desenvolvimento da geografia só pode ser estudada situando-o diante do pensamento geográfico dominante na segunda metade do século XIX. Na verdade, admite-se que a geografia formou-se como ciência autônoma, na primeira metade do século XIX, graças aos trabalhos desenvolvidos por dois sábios alemães, Alexander

von Humboldt e Karl Ritter. Isto não quer dizer que se deva renegar todo um conhecimento geográfico elaborado desde a Antiguidade e já consolidado na velha Grécia por pensadores como Heródoto, Estrabão e Ptolomeu. Esse conhecimento geográfico foi, então, cultivado e desenvolvido nas cortes, visando, na fase de conquista e anexação de países vencidos, obter as informações necessárias aos guerreiros ou, em época de paz, facilitar e otimizar a exploração dos recursos disponíveis. Daí a geografia ter-se desenvolvido sobretudo na forma descritiva, dando particular importância à observação. Na Idade Média, viajantes que percorreram as várias partes do Velho Mundo, como Marco Polo, Ibn Batuta e Ibn Khaldun, dariam valiosa contribuição ao conhecimento geográfico. Ibn Khaldun chega a ser hoje considerado um dos precursores da geografia humana.

Os descobrimentos marítimos, ampliando o horizonte territorial dos europeus, estimulariam consideravelmente o desenvolvimento da cartografia — técnica de grande utilidade para os geógrafos — e de livros de viagem em que eram descritos, em geral com evidente fantasia, os costumes e as paisagens das terras descobertas e a serem exploradas. O capitalismo nascente, necessitando de matérias-primas e de mercados para colocar a sua produção, estimularia o comércio e a conquista de novos territórios. Disso decorreram a expansão comercial e o desenvolvimento das ciências naturais nos séculos XVI, XVII e XVIII, preparando as condições para o desenvolvimento das ciências sociais — uma delas a geografia — no século XIX.

Kant — que durante vários anos lecionou geografia física na Universidade de Königsberg — e Bernardo Varenius lançaram as bases de uma geografia científica que se consolidaria mais tarde. Ambos, porém, admitiam a geografia como uma ciência eminentemente descritiva¹, cujo conhecimento deveria ser feito a partir da observação. E esta linha de pensamento seria, em grande parte, seguida pelos fundadores da ciência geográfica.

Tinham formações diferentes e preocupações também diferentes os dois fundadores da geografia moderna, Alexander von Humboldt e Karl Ritter. O primeiro, naturalista e homem da nobreza alemã, teve facilidade para realizar viagens pelas várias regiões do mundo, fazendo observações botânicas e climáticas que lhe permitiram escrever uma obra bem vasta. Após as viagens, viveu muitos anos em Paris, então o principal centro cultural do mundo, onde exerceu intensa atividade escrevendo, discutindo e organizando as famosas sociedades geográficas, que muito contribuíram para a exploração e conhecimento da Terra. No fim da vida,

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia; geografia e ideologia*. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1977. p. 28.

lecionou na Universidade de Berlim e foi conselheiro do rei da Prússia, quando este reino se preparava para realizar a unificação política da Alemanha. Ritter, professor de História, viajou pouco pela Europa, tendo sido preceptor em casa de uma família rica; foi sobretudo professor de geografia e se tornou famoso na Universidade de Berlim, lecionando a eminentes figuras da geografia europeia da segunda metade do século XIX, como Élisée Reclus e Friedrich Ratzel.

Profundamente religiosos, Humboldt e Ritter deram uma orientação finalista aos seus estudos, além de demonstrar uma grande preocupação política. Sabemos que, apesar de naturalista e de haver se tornado famoso por seu monumental livro *Kosmos*, Humboldt escreveu também livros de interesse político, como o *Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha*, em que expunha suas observações sobre a sociedade formada pelo colonialismo espanhol na América Latina. Ritter, na geografia geral comparada, analisou as características e semelhanças existentes entre as várias partes do mundo, facilitando ou fornecendo informações úteis à penetração colonial. Fato natural, de vez que ambos viviam no momento de expansão do capitalismo. As sociedades de geografia, contando com fundos fornecidos pelos governos dos países em expansão capitalista e por grandes empresas comerciais, estudavam os territórios desconhecidos, pouco acessíveis, indicando os recursos existentes e as possibilidades de exploração dos mesmos. A Alemanha lutava ainda pela sua unificação, enquanto a Inglaterra, a França e a Rússia realizavam a partilha do mundo. Os alemães sentiam que chegavam tarde para participar do bolo, cuja divisão se completaria na segunda metade do século.

Friedrich Ratzel, discípulo de Ritter, com grandes preocupações antropológicas, viveu mais intensamente a transformação da Alemanha em um Estado industrial, assistindo às lutas que a Prússia manteve com a Dinamarca, com a Áustria e, finalmente, com a França, para formar o Império Alemão. Politicamente conservador, solidário com a política prussiana, ele escreveu uma *Antropogeografia* e, em seguida, uma *Geografia política* em que procurou enfatizar o papel a ser desempenhado pelo Estado, sem distinguir este do povo. Para ele, que possuía uma visão totalitária da organização social, Estado e povo se confundiam e tinham as mesmas aspirações. Este fato justificava politicamente a tutela da sociedade, da nação, pelo Estado. Ratzel dedicou-se ao estudo da extensão do território sob controle de cada Estado e sua posição geográfica, assim como ao problema da maritimidade e da continentalidade. Admitiu que os Estados tinham o direito de expandir o seu território, deslocando fronteiras, para realizar o bem-estar dos seus cidadãos e para ampliar o seu poder. Daí reconhecer a necessidade da existência de povos dominadores e de povos dominados. Essas concepções foram depois ampliadas por outros geógrafos, como Dix e Kjellen, que fundaram a geopo-

lítica e chegaram até a assessorar e a influenciar a política de Adolf Hitler, durante a II Guerra Mundial².

Para justificar suas posições, Ratzel lançou mão de toda uma filosofia e de um conhecimento científico então em voga, distorcendo às vezes o pensamento de alguns escritores. Assim, transpôs para o social as idéias de Charles Darwin, que explicavam a evolução biológica como consequência da luta entre os seres vivos, uns contra os outros e contra as condições do meio natural, concluindo que as espécies menos capazes, menos aptas, eram sacrificadas e desapareceriam, em favor das espécies mais capazes e com maior poder de adaptação às condições da natureza. Se na natureza os vencedores, os sobreviventes, eram os mais capazes, os mais aptos, por que na vida em sociedade não ocorreria a mesma coisa, cabendo aos mais capazes o domínio da sociedade, tanto no plano individual como no político? — Uma justificativa para legitimar o sistema capitalista em expansão.

Observa-se, ainda, nos geógrafos alemães do século XIX uma preocupação com a possibilidade de aplicar à geografia leis absolutas e universais que explicassem os fatos terrestres, como ocorria com as ciências naturais. Essa procura de leis absolutas que não podiam ser contrariadas era reforçada tanto pela difusão do positivismo, que levava à negação dos fundamentos religiosos, finalistas, até então dominantes, quanto pelo entusiasmo e pela crença em um progresso geral e permanente. E muitas concepções se desenvolveram em função deste progresso, desta evolução, que seria linear e permanente.

Já Elisée Reclus, contemporâneo de Ratzel, não só teve uma vida bem diferente como defendeu pontos de vista divergentes dos do mestre alemão. Não dispôs de cátedra para formar discípulos, mas, ainda relativamente jovem, escrevendo de forma acessível, exerceu uma grande influência sobre os leitores dos mais diversos níveis sociais e culturais, podendo romper muitas vezes a cortina que poderia tolher a sua ação de cientista e de pesquisador. Nascido na França, país que se realizava como potência colonial, Reclus não se aliou aos interesses da burguesia francesa nem aos dos governos a ela ligados. Por isso teve de viver vários anos no exílio, onde escreveu parte substancial de sua obra, demonstrando uma posição crítica em relação à política de seu país. É bem verdade que, algumas vezes, foi cooptado por esta política, como ocorreu ao justificar a ocupação francesa da Argélia, admitindo tratar-se de implantação de uma colônia de povoamento³; ao mesmo tempo, porém,

² Dix, Arthur. *Geografia política*. 2. ed. Barcelona, Labor, 1943; e ATENCIO, Jorge E. *¿Que es la geopolítica?* Buenos Aires, Pleamar, 1905.

³ *Nouvelle géographie universelle; L'Afrique septentrionale*. Paris, Hachette, 1886. v. XI, p. 296-301.

condenava o colonialismo inglês na Índia e o holandês na Insulíndia. A análise de sua vida, indispensável à compreensão de sua obra, torna-se muito interessante pelo fato de não haver ele jamais separado a ação política da ação científica, podendo ser considerado o profissional-cidadão ou o geógrafo libertário, como o chama Yves Lacoste⁴. Como é da tradição da geografia, ele mantém interesse pela política, mas, em lugar de colocar-se a serviço do Estado, do poder, coloca-se em posição crítica, mostrando que os interesses do povo conflitam com os das classes dominantes que controlam o Estado; prega a necessidade de pressões, em certos períodos, no sentido de acelerar a evolução e, em outros, no de provocar a revolução social. Contrariando, desta forma, o pensamento geográfico da época, muito comprometido com o poder, muito conservador, suas posições põem-no em choque tanto com os seus contemporâneos quanto com os geógrafos que o sucederam na França e que fizeram uma verdadeira cortina de silêncio em torno de sua obra, considerando-a descritiva e de pouco interesse científico. Apenas o geógrafo russo Piotr Alekseievitch Kropotkin, seu amigo pessoal e companheiro de militância anarquista, apesar de não aceitar as posições dialéticas, tomou posições semelhantes às de Reclus, passando por isso a maior parte da sua vida no exílio e nas prisões.

Elisée Reclus: vida e obra

Nascido a 1 de março de 1830, na pequena cidade de Sainte-Foy-la-Grande, Reclus era filho de família humilde. Seu pai era um fervoroso pastor calvinista, e sua mãe uma professora primária. O salário modesto da mãe era o que mantinha a família, de vez que o pai se preocupava mais com o seu rebanho e com a salvação da alma do que com bens materiais e com a própria manutenção da família.

Aos 13 anos foi enviado para a Alemanha, onde deveria estudar em uma escola religiosa. Tanto ele como o irmão mais velho e companheiro de estudos, Élie, estavam, naturalmente, destinados pelo pai, que então vivia na pequena cidade de Orthez, ao sacerdócio. Logo teve problemas com seus educadores e voltou à casa paterna, tentando em seguida fazer um curso de teologia protestante, mas foi expulso da faculdade por professar idéias republicanas.

Aos 19 anos retornaria à Alemanha para ser professor-repetidor em Neuwied, permanecendo ali por dois anos e transferindo-se em 1851 para Berlim, com pretensões de cursar a Universidade. Sendo aluno de Karl Ritter, em geografia, e de Schmidt, em economia política, tudo indica

⁴ *Géographicité et géopolitique: Elisée Reclus*. *Herodote*, Paris, 22: 14-56. jul./set. 1981.

que sua vocação para a geografia fora despertada nessa ocasião. Sua permanência em Berlim foi curta, porém; quando, em dezembro de 1851, Luís Napoleão deu o golpe de Estado, proclamando-se imperador dos franceses, com o nome de Napoleão III, Reclus já se encontrava em Orthez, onde, unindo-se a outros jovens, tentou impedir o apoio da guarnição local ao imperador. Consumado o golpe, fugiu para a Inglaterra temendo a prisão e de lá se transferiu para a Irlanda, indo trabalhar como administrador de uma fazenda. A Irlanda vivia então uma séria crise, em conseqüência da dominação inglesa e da expropriação da população local pelos ingleses. Curioso e inquieto, ele viajou pela ilha e procurou compreender as razões que levavam a Irlanda a uma crise econômica sem precedentes e à emigração de sua população para os Estados Unidos. Como os irlandeses, ele também migrou para os Estados Unidos, em 1852, e se estabeleceu como preceptor em Nova Orleans, tendo realizado viagens pelo Mississippi e pelo lago Michigan. Surpreendido com os compromissos da Igreja para com os proprietários de terras e de escravos, rompeu com a religião que até então professava e tornou-se ateu.

Em 1855, querendo compreender a formação latino-americana, viajou para o Sul, indo estabelecer-se nas margens do rio Hecla, na Colômbia. Estava impressionado com a extensão de terras por ocupar e explorar no Novo Mundo, onde, levando em conta a sua experiência agrícola na Irlanda, pretendia desenvolver uma colonização de europeus, atraindo colonos para aquela área pouco povoada.

Desiludido desta perspectiva, Reclus retornou à França em 1857 e passou a viver de escrever, analisando, sobretudo, os países que conhecia. Com um estilo fluente e agradável, descendo facilmente a detalhes, logo conquistou um razoável público. Reconhecido como escritor e geógrafo, ingressou na prestigiada Sociedade Geográfica de Paris em 1862. Viveu em Paris como tradutor e escritor até 1871, trabalhando na elaboração de guias turísticos para a Librairie Hachette, à qual se ligaria por muitos anos. Colaborou para revistas, então de muito prestígio, como a *Revue des Deux Mondes* e a *Revue Politique et Littéraire*. O livro *La Terre — description des phénomènes de la vie du globe*, publicado em 1869, deu a Reclus prestígio e fama e foi considerado pela Universidade de Friburgo como “o discurso do método da geografia”⁵.

Tinha, então, uma grande reputação como cientista e participava da vida política, ligado a organizações anarquistas e, sobretudo, ao líder russo Mikhail Bakunin, que conhecera em 1864 e de quem se tornara amigo até à morte. A intensa vida intelectual não o afastou das atividades

⁵ GIBLIN, Béatrice. Introduction et choix des textes. In: RECLUS, Elisée. *L'homme et la Terre*. Paris, François Maspero, 1982. v. 1, p. 32.

políticas, tanto que, em 1870, foi candidato à Assembléia Nacional, propugnando pela derrubada do Império e pela restauração da República. Não conseguiu, porém, se eleger. Sua vida sofreria uma profunda transformação. Ao iniciar-se a guerra franco-alemã, alistou-se como simples soldado, apesar de já haver completado 40 anos de idade. A derrota francesa foi fragorosa. O imperador Napoleão III, que procurava imitar as campanhas de seu tio Napoleão I, já tendo participado de guerras na Itália — pela unificação italiana — e na Rússia — campanha da Criméia — e intervindo no México com a imposição de um imperador — Maximiliano —, pouco resistiu ao exército alemão e foi derrotado em Sedan. Formou-se um governo capitulacionista em Versalhes, que se prontificou a atender todas as exigências dos vencedores, colocando a França em posição humilhante. A população parisiense levantou-se em armas, organizou a Comuna⁶ e enfrentou não só os alemães, que realizavam a sua unificação, como também as próprias forças reacionárias do novo governo republicano francês. Reclus, libertário, anarquista, com seus irmãos Paul e Élie, aderiu à Comuna e foi aprisionado, de armas na mão, pelas forças legais.

Passou, então, momentos difíceis. Colocado inicialmente na prisão de Châtillon, foi transferido depois para a ilha de Trébéron, próximo à Bretanha. Seu prestígio intelectual provocaria um movimento de escritores ilustres e de sociedades de geografia em seu favor, mas o governo francês foi inflexível e o submeteu a julgamento por um conselho de guerra, composto de militares⁷. Frente ao conselho, assumindo a responsabilidade de seus atos e posições político-ideológicas, foi condenado ao degredo perpétuo na colônia francesa de Nova Caledônia, na Oceania. Do ponto de vista moral e intelectual, a condenação correspondia quase à pena de morte, uma vez que ele se separaria da esposa e das filhas e se isolaria dos amigos, dos livros e de quaisquer atividades científicas. Além disso, dificilmente uma editora desejaria, naquele momento, publicar livros de um autor condenado por idéias anarquistas e por pegar em armas contra o governo, mesmo tratando-se de um escritor de grande público e de ampla penetração no mercado. A Hachette, porém, não o abandonou e manteve contatos com ele, ainda na prisão, sobre a possibilidade de ele escrever uma *Grande geografia universal*.

O movimento internacional em seu favor conseguiu do governo francês a comutação da pena para a de exílio por dez anos, permitindo também que ele se estabelecesse na Suíça. Conduzido de trem, como prisioneiro, até a fronteira, estabeleceu-se em Lugano, para onde foram

⁶ Sobre a guerra franco-prussiana e a Comuna é interessante consultar: MARX, Karl. A guerra civil na França. In: —. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Vitória, 1961. v. 2, p. 41-105.

⁷ GIBLIN, Béatrice, op. cit., v. 1, p. 40-4.

depois a esposa e as filhas. A assinatura do contrato com a Hachette para escrever a *Nouvelle géographie universelle*, em 10 volumes (posteriormente ampliada para 19), e outras colaborações em revistas permitiram que ele aí vivesse até 1889 e que, a partir da Suíça, viajasse por vários países, coletando dados e observando paisagens indispensáveis à confecção da obra monumental a que se propusera. Na Suíça, ele perderia a segunda esposa e realizaria um novo casamento. De Lugano transfere-se para Clarens, próximo ao lago Léman, donde manteria contatos com colaboradores de sua obra de geógrafo e com companheiros de atividade política. Dentre os amigos, ficou muito ligado a Bakunin, o qual lhe encarregou de fazer a correção de suas obras editadas em língua francesa, e de Piotr A. Kropotkin, que colaborou na *Géographie universelle* com artigos sobre o Extremo Oriente e a Sibéria. O contrato com a Hachette, porém, proibia que Reclus abordasse aspectos religiosos, políticos e sociais, certamente temerosos, os editores, de contrariar o público a quem o livro se destinava. Isso o levou a fazer uma autocensura, maior em uns volumes do que em outros, e a se submeter às exigências do editor, que salientava ter contratado o trabalho do geógrafo e não do anarquista⁸.

Para elaborar o livro, ele fez inúmeras viagens, freqüentando bibliotecas, ao mesmo tempo ministrando cursos em universidades, como em Neuchâtel e em Genebra. Em 1884, visitou o norte da África, viajando pela Argélia, Tunísia e Egito. Em 1885, visitou a Turquia e a Ásia Menor, tendo, no trajeto, se detido na Hungria. Em 1886, esteve na Itália, detendo-se sobretudo em Nápoles, cidade que fora, antes da unidade italiana, capital do reino das Duas Sicílias. Em 1889, voltou aos Estados Unidos, estendendo sua viagem ao Canadá. Em 1890, viajou novamente aos Estados Unidos e, de lá, até à África do Sul, visitando na volta a Espanha e Portugal. Nesse mesmo ano retornou a Paris.

Como autor consagrado, recebeu a medalha de ouro da Sociedade Geográfica de Paris em 1892 e, no ano seguinte, a da Sociedade Geográfica de Londres. Sua última longa viagem foi feita em 1893 ao Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Em 1894, na Bélgica, Reclus participou do grupo que fundou a Nova Universidade Livre de Bruxelas, iniciando os seus cursos regulares como professor universitário. Chegava, assim, à cátedra bastante idoso, aos 64 anos de idade. Ainda escreveria dois livros, um de propaganda política, *L'évolution, la révolution et l'ideal anarchique* (1897) e o outro *L'homme et la Terre*, em seis volumes, em que conclui com brilhantismo e sem as peias da censura a sua obra geográfica. Este livro encontrou alguma dificuldade para ser editado, apesar do grande prestígio do Autor.

⁸ GIBLIN, Béatrice, op. cit., v. 1, p. 48-57.

Após muitas *démarches*, foi publicado por seu sobrinho Paul Reclus, que acompanhou a publicação, pela Librairie Universelle. Este livro é, inegavelmente, a principal obra de Reclus, onde ele expõe, livres de quaisquer censuras, as idéias e os pontos de vista que sempre professou.

Vivendo seus últimos anos na Bélgica, faleceu a 4 de julho de 1905, em Thourout, próximo à cidade de Bruges⁹.

Conhecendo-se em linhas gerais a vida movimentada de Élisée Reclus, pode-se fazer uma análise de sua atividade política e de sua produção geográfica.

Sua vida política iniciou-se muito cedo. Submetido ainda à rigidez da educação calvinista da casa paterna, começou a divergir da mesma após a leitura dos socialistas utópicos franceses, como Saint-Simon, Fourier e Proudhon. Essas leituras e o ideal republicano já abraçado não impediram que ele entrasse para uma faculdade de teologia, o que indicava a influência de sua formação religiosa. Só aos 22 anos de idade é que Reclus rompia com o protestantismo, tornando-se ateu. A crise religiosa, porém, teve muito mais implicações sociais e políticas do que teológicas, de vez que ele não podia compreender que o cristianismo, a sua igreja, compactuasse com a escravidão e apoiasse os grandes latifundiários escravistas do sul dos Estados Unidos. A formação protestante, porém, marcou-o por toda a vida, consubstanciando-se no individualismo acentuado que o levou a ser permanentemente contra a existência do Estado e a ficar com os anarquistas contra Karl Marx e Friedrich Engels, no conflito que ocorreu na I Internacional. Considerava-se um comunista libertário em luta contra aqueles que ele classificava de comunistas autoritários, ou os alemães, segundo a terminologia de Kropotkin¹⁰.

Seus contatos com Mikhail Bakunin, líder anarquista e grande opositor de Marx na I Internacional¹¹, se acentuaram a partir de 1864, quando se conheceram pessoalmente. Em 1858, participou ativamente da Liga da Paz e da Liberdade, fundada por Bakunin. Daí ser compreensível a sua decidida ação na Comuna de Paris, junto com seus irmãos Élie e Paul. Aliás, Élie, sendo antropólogo e anarquista, tinha grande identificação com Élisée; em várias ocasiões, colaborou em seus trabalhos, viagens, e foi também um confidente de suas inquietações.

Sua participação nas disputas entre Marx e Bakunin contrariou muito ao primeiro, que, em carta a Bracke, de 20 de novembro de 1876, se mostrou muito reticente perante os socialistas franceses ao afirmar:

⁹ GIBLIN, Béatrice, op. cit., v. 1, p. 57-63.

¹⁰ KROPOTKIN, P. A. *Em torno de uma vida*; memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, José Olympio, 1946. p. 381-463.

¹¹ Sobre as relações Reclus/Bakunin há ampla notícia em COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*; marxismo e anarquismo 1850/90. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1956. v. 2; e em WOODCOCK, George. *O anarquismo*. Lisboa, Meridiano, 1962.

“O que pensam os socialistas de língua francesa me desagrada profundamente. Eles são representados, bem entendido, pela triste figura dos irmãos Reclus, co-fundadores da Aliança e profundamente desconhecidos por suas obras socialistas”.

Também Engels é impiedoso com o geógrafo francês, quando, em carta a Liebknecht, de 31 de julho de 1877, afirma que “Élisée é um copiador ordinário e nada mais”, queixando-se, em seguida, de que, apesar de ter sido um dos fundadores da Aliança, ele não tinha a menor importância política¹². Convém salientar, porém, que, nesse período de grandes disputas ideológicas entre os vários grupos políticos socialistas, as opiniões que uns davam sobre os outros eram muito duras, muito fortes, contribuindo para dificultar a organização do movimento operário com maior eficiência. A candidatura de Reclus à Assembléia Nacional e sua participação na Comuna de Paris são, evidentemente, uma conseqüência de sua atuação política. A correspondência de Reclus, muito copiosa e publicada na França em três volumes, é rica em informações sobre a constante atuação política, mantida mesmo durante o exílio.

E foi no exílio que ele estreitou relações com Bakunin, a ponto de ter sido um dos oradores no sepultamento do mesmo, tendo sido também o encarregado de organizar as suas memórias para publicação póstuma. Foi ainda no exílio que ele se ligou ao grupo que fundara a Federação Jurassiana, de que participaram também Guillaume, Kropotkin e Carlo Cafiero. Formava-se, assim, o grupo anarquista que se auto-intitulava comunista libertário, por não aceitar nem a ditadura do proletariado nem que a classe operária tivesse a missão de destruir a burguesia e de estabelecer o Estado sem classe dominante. Para o grupo, se o proletariado assumisse o poder e organizasse a ditadura do proletariado, em contraposição à ditadura burguesa, tenderia a tentar perpetuar a sua ditadura e a desenvolver a burocracia. A solução só seria encontrada na evolução individual — o que parece contraditório para quem aceitava a divisão da sociedade em classes sociais e a luta de classes como fator de evolução e de transformação social —, na destruição do poder político da burguesia e no desaparecimento do Estado.

Durante o período em que esteve na Suíça, além de participar da organização dos grupos anarquistas, Reclus escreveu para jornais que defendiam o anarquismo e propagavam a sua doutrina. Colaborou no jornal *Le Révolté*, o qual publicou também substanciais trabalhos de Kropotkin. Sua grande dedicação à elaboração da *Nouvelle géographie universelle*, naturalmente, o impediu de despender mais tempo com os escritos políticos, daí só haver escrito o pequeno livro sobre o anarquismo, na Bélgica. Os seus trabalhos políticos, dispersos em jornais pequenos e de efêmera duração, ainda não foram reunidos em livro, para que se

¹² GIBLIN, Béatrice, op. cit., v. 1, p. 37.

possa melhor analisar a trajetória política do seu pensamento. Se melhor conhecesse sua obra geográfica, Marx talvez não fosse tão rigoroso ao afirmar que sua contribuição às obras socialistas era insignificante, pois, apesar da autocensura, em seus livros de geografia descortinam-se posições políticas e análises substanciais e coerentes com seus ideais.

A sua atividade de geógrafo foi mais intensa e profícua que a de militante político, ao contrário de Kropotkin. Mesmo quando estava na Suíça, deu prioridade à elaboração de sua *Nouvelle géographie universelle*. Para escrever essa obra, ele não só fez um grande levantamento bibliográfico incluindo livros dos mais diversos interesses, como deu a maior importância a informações obtidas em revistas e jornais. Com ele colaboraram, além de Kropotkin, o russo Metchnikoff, grande conhecedor do Extremo Oriente, e os franceses Gustave Lefrançois e Onésime Reclus. Este último, seu irmão, publicou também alguns livros de geografia, mas era muito medíocre e discordava, em sua formação política e social, dos irmãos famosos — Élisée e Élie.

Seu trabalho de geógrafo foi praticamente iniciado quando regressou da Colômbia. Como dominava bem quatro idiomas — francês, inglês, alemão e russo —, foi fácil a ele penetrar nos meios intelectuais, traduzir um livro do seu mestre Karl Ritter sobre *Configuration des continents* e escrever a série de artigos sobre os países em que viveu ou apenas visitou. Entrando para a Sociedade Geográfica de Paris, tornou-se-lhe facilitado o convívio com exploradores e geógrafos, e pôde dispor da excelente biblioteca daquela instituição. Os relatórios que ali existiam, então inéditos, eram do maior interesse para o geógrafo que começava a desenvolver atividades científicas. Em 1857, ele se casaria com Clarisse Brian e se instalaria definitivamente em Paris, ocasião em que passou a trabalhar para a Librairie Hachette na elaboração dos guias de turismo, na série “Guides Jeanne”. Esses guias seriam os seus primeiros livros: *Voyage à la Sierra Nevada*, publicado em 1861; *Guide de voyageur aux Landes et aux environs*, em 1862; seguindo-se, no mesmo ano, o *Guide des Pyrénées*. Para elaborar esses trabalhos, Reclus costumava viajar a pé pela área, a fim de melhor conhecê-la.

Além desses livros, destinados a turistas e viajantes, ele procurou escrever outros trabalhos mais profundos, como o *Dictionnaire des communes de France*, publicado em 1864; *L'histoire d'un ruisseau*, publicado em 1869 e destinado à leitura infantil, e *La Terre — description des phénomènes de la vie du globe*, em dois volumes, publicado também em 1869.

O seu livro *La Terre*, que muitos autores consideram um verdadeiro tratado de geografia física, o consagraria definitivamente como um grande geógrafo, tendo edições sucessivas até 1905, quando a publicação do *Traité de géographie physique*, de Emmanuel de Martonne, passou a lhe conquistar espaço, embora se tratasse de dois livros bem diferentes.

Martonne, formado na escola de Vidal de la Blache, separava completamente a geografia física da humana e procurava analisar sobretudo os fenômenos físicos, dividindo a sua obra em três tomos: o primeiro dedicado à climatologia e hidrologia, o segundo à geomorfologia e o terceiro à biogeografia. Reclus tinha compromisso com a análise dialética das relações homem/natureza. Admitindo a primazia do homem, procurou desenvolver um livro em que estudava a natureza e, ao mesmo tempo, analisava a ação do homem operando nela transformações substanciais.

Já a *Nouvelle géographie universelle* — obra encomendada pela Hachette e escrita sob a severa vigilância do editor, a fim de evitar o extravasamento das idéias políticas do geógrafo — deveria dar uma visão horizontal do mundo, atualizando o conhecimento da superfície da Terra. O livro seria impresso e vendido em fascículos. Os 10 volumes previstos se tornaram insuficientes, e a obra se estenderia por 19 volumes, compreendendo um total de 17 873 páginas e 4 290 cartas. Reclus usou um método descritivo que consistiu em dividir a superfície da Terra em grupos de estados e analisar cada área ou região que compunha os estados, detendo-se exaustivamente tanto nos aspectos físicos — relevo, clima, hidrografia, formação geológica, vegetação natural — quanto nos aspectos humanos, como organização do povoamento, utilização do espaço, formas de exploração econômica, relações de classe, sistemas de transporte e organização da rede urbana. Em alguns volumes, como o referente à França, evitou muito externar suas idéias políticas; mas em outros, como os referentes à China e à Índia, ele analisou claramente os sistemas de relações entre o Ocidente colonizador e o Oriente colonizado, dando detalhes sobre as formas de dominação, ora através da influência econômica e cultural — caso da China e da Tailândia, que se mantiveram independentes —, ora através da ocupação política e militar e da tutela política — caso da Índia e da Insulíndia.

Divergindo dos geógrafos do seu tempo e daqueles que o sucederam na França, Reclus preocupou-se com as grandes questões sociais e, na *Nouvelle géographie universelle*, chamou atenção para os problemas da formação de classes sociais e da dominação de umas sobre as outras, o que leva ao estabelecimento de uma sociedade desigual e provoca uma luta de classes. Através desta, os dominados procuram modificar o equilíbrio de forças e destruir a dominação, transformando a sociedade, quando vitoriosos, ou vivendo sob controle da classe dominante vitoriosa, quando vencidos. Reclus chamou atenção ainda para o fato de haver sempre no mundo colonial — o que hoje chamamos de Terceiro Mundo — uma classe ou grupo dominante local que se beneficia com a dominação e que se alia ao dominador estrangeiro, oprimindo o povo. Os mecanismos da dominação são manejados pelo país dominador com o apoio de parcelas minoritárias do país dominado que traem os interesses de sua pátria e se põem a serviço do invasor. Enquanto Reclus tomava

essa posição, os maiores geógrafos do seu tempo — como Ratzel — ou os que o sucederam — como Vidal de la Blache — ignoravam a existência das classes sociais, considerando-as categorias a serem analisadas por sociólogos e historiadores, e concentravam os seus estudos nos gêneros de vida dominantes nas sociedades primitivas. Apesar das posições que defendia, Reclus não descurava a análise dos povos primitivos e advertia que os mesmos já haviam sido atingidos pelo sistema de relações capitalistas, uma vez que a economia de auto-abastecimento estava se deteriorando, em face do desenvolvimento do comércio, da troca. São bastante ilustrativas deste fato as páginas que escreveu sobre os esquimós da Groenlândia.

O tema do progresso que entusiasmava os europeus no século XIX, considerado o século das luzes, também o empolgou. Reclus, porém, fez notar, na *Nouvelle géographie universelle*, que o progresso que trazia benefícios incalculáveis às classes dominantes trazia também, em contrapartida, desvantagens, sobretudo para as populações pobres e para os países colonizados. Em outros estudos ele mostrou, com casos específicos, a miséria, que se propagava nas cidades industriais à proporção que elas cresciam e que camponeses vindos do meio rural se acumulavam em seus arredores, em condições miseráveis. Este assunto não despertou o menor interesse dos geógrafos, que não aprofundavam pesquisas sobre a vida urbana e o processo de industrialização.

À *Nouvelle géographie universelle* se seguiria o seu principal trabalho, *L'homme et la Terre*, em seis volumes, totalizando cerca de 3 589 páginas. Para elaborar este livro, Reclus, já na velhice e sem preocupações com problemas de subsistência, não se submeteu a censuras de quaisquer espécies e procurou dar, como ele próprio diz no prefácio, uma visão vertical da ação do homem na superfície da Terra, cobrindo duas categorias: espaço e tempo. Em *L'homme et la Terre*, a problemática é apresentada de forma muito ampla, e Reclus corrobora a sua afirmativa de que “a geografia é a História do espaço, enquanto a História é a geografia do tempo”, propondo-se a fazer uma geografia social. São analisados com profundidade os temas mais diversos e atuais, como: a origem do homem, a distribuição das populações, a evolução histórica da humanidade, as formas de Estado e de governo, o problema das etnias, das religiões, das culturas, do trabalho, da colonização, do progresso, da educação etc. A obra é tão ampla que geógrafos mais comprometidos com o conceito vidaliano de “geograficidade” não a aceitam como geográfica, e sim, muito mais, como obra sociológica ou histórica. E o estabelecimento de limites entre o saber geográfico e o saber sociológico sempre foi uma preocupação constante entre especialistas, tendo dedicado livros ao assunto geógrafos como Max. Sorre¹³ e Pierre George¹⁴.

¹³ *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Paris, Marcel Rivière, 1957. [Max. Sorre, volume 46 desta coleção.]

¹⁴ *Sociologie et géographie*. Paris, PUF, 1966.

Assim, fazendo uma análise da extensa obra geográfica de Élisée Reclus, somos levados a salientar que ela se consubstancia sobretudo nos três livros básicos: *La Terre, Nouvelle géographie universelle* e *L'homme et la Terre*.

As idéias básicas de Élisée Reclus

Se deixarmos de lado os aspectos menos gerais da obra de Reclus e a sua contribuição à geografia moderna, assim como o renascimento do interesse por sua obra nos dias atuais, podemos salientar como características básicas do seu pensamento a natureza da geografia, a unidade e o comprometimento político desta ciência.

A natureza da geografia está ligada ao estabelecimento de três conceitos:

1) O desenvolvimento desigual entre indivíduos. E todas as sociedades humanas (salvo os povos primitivos) estão divididas em classes ou castas, não somente diferentes mas também com interesses e tendências opostos.

2) A divisão em classes ou castas se baseia em um equilíbrio que pode ser quebrado através de luta entre os dominadores, que procuram manter e defender os seus privilégios, e os dominados, que procuram, por meio de pressões ou de luta armada, romper o equilíbrio e ocupar a posição de classe dominante. Daí a origem das guerras civis e das lutas entre os povos, pelas quais os dominados, se vencem, modificam as estruturas sociais em seu benefício e, se perdem, são submetidos a um controle mais severo e tirânico por parte dos grupos dominantes.

3) A análise histórica indica que nenhuma evolução positiva pode se realizar sem esforço individual, sem o aperfeiçoamento do homem como pessoa. Este aperfeiçoamento leva, naturalmente, à formação de uma sociedade em que a pessoa humana tenha maior liberdade.

Admitido isso, Reclus conclui seu pensamento, afirmando textualmente:

“A luta de classes, a pesquisa do equilíbrio e a da decisão soberana do indivíduo são três ordens de fatos que nos revelam o estudo de geografia social e que, no caos das coisas, se mostram bem constantes para que se possa dar o nome de ‘leis’”.

E, em seguida:

“É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e estes conduzem a um estudo mais aprofundado do planeta, para uma solidariedade mais consciente do indivíduo, por sua vez tão pequeno e tão grande, com o imenso universo”¹⁵.

¹⁵ *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, 1905. v. 1, p. III e IV.

Uma outra característica fundamental da análise de Reclus é a manutenção da unidade da geografia. Ele não aceitava a dualidade, hoje geralmente aceita e aprofundada pela escola geográfica francesa, da geografia física e geografia humana, em face do desenvolvimento de um espírito de excessiva especialização — especialização essa que vem decompondo estes dois grandes ramos da geografia sistemática em numerosos capítulos que tentam ganhar foros de ciências autônomas. Este problema tem preocupado a muitos geógrafos, que chegam a levantar a hipótese de que a geografia não seria uma ciência, mas um conjunto de ciências, como se pode observar nas obras de Camille Vallaux¹⁶ e de H. Baulig¹⁷.

Para Reclus, a geografia era uma única ciência, e a natureza e o homem, por ela estudados, formavam um conjunto harmônico em que o meio natural exercia influência sobre o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o e conduzindo-o à produção do espaço. Assim, além de se colocar em uma posição unitária, evitando o dualismo que tanto tem contribuído para dificultar o desenvolvimento da ciência geográfica, Reclus também se punha contra as idéias dominantes do determinismo geográfico, desenvolvido, com alguma moderação, por Ratzel e levado a exageros por discípulos como Huntington e Helen Simple. Não caiu, porém, no possibilismo de Vidal de la Blache que, fundamentalmente ambientalista, é, na verdade, um determinismo moderado.

Não sendo professor universitário, não estava preocupado com a função eminentemente cultural da geografia e não procurou instituir para a mesma um formal *status* científico; daí não ter tentado, como fizeram os geógrafos que o sucederam, estabelecer um limite para o conhecimento geográfico, chamado por Vidal de la Blache e seus discípulos de “geograficidade”. Essa geograficidade impedia que os estudos geográficos, sob pena de serem considerados heterodoxos, se expandissem além da relação homem/meio, eximindo-os da análise dos problemas mais candentes da humanidade, os quais ficariam para os historiadores e para os sociólogos. Daí também a despreocupação desses geógrafos pelas questões ligadas a fronteiras políticas, à dominação colonial, a relações de classes sociais, à exploração dos territórios, à degradação do meio natural, à devastação dos recursos naturais, à dominação política e até ao desinteresse pela geografia política e pelo comprometimento político da geografia, que tanto preocupava os fundadores da ciência geográfica.

¹⁶ *Les sciences géographiques*. Paris, Felix Alcan, 1929, p. 413.

¹⁷ A geografia é uma ciência? In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da geografia*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1982. p. 59-70.

Para Reclus, o que mais importava era demonstrar a contribuição que a geografia poderia dar à solução dos problemas sociais — nunca falou em geografia humana, senão em geografia social — e explicar a origem desses problemas, podendo por isso ser considerado também um dos fundadores da geografia histórica. Assim, pode-se admitir que ele tenha sido um dos precursores da moderna geografia ativa de Pierre George¹⁸ ou da geografia aplicada de Michel Philipponneau¹⁹. Com os estudos a respeito do problema colonial, salientando o sentido da colonização feita não para civilizar ou cristianizar os povos, como se dizia então, mas para explorar os povos e os territórios colonizados, Reclus pode ser considerado, ainda hoje, um precursor da geografia colonial, hoje chamada geografia tropical, da qual até o conceito — a classificação das colônias em dois tipos, colônia de povoamento e colônia de exploração, adotados por George Hardy²⁰ — foi formulado pelo grande geógrafo.

Embora nunca tivesse usado o termo *geopolítica*, nem mesmo geografia política, pode-se afirmar que ele fez uma geopolítica — oposta àquela desenvolvida pelos geógrafos identificados com as classes dominantes e com a orientação política dos países que se voltavam para a conquista de impérios, como Ratzel, Mackinder, Kjellen etc. —, de vez que realizou a análise geográfica da dominação política e da necessidade de libertação. Os seus próprios textos, selecionados para compor este livro, dão uma idéia mais precisa do seu pensamento libertário. Admitindo-se a geopolítica como uma doutrina posta a serviço dos poderosos para dominar os fracos, chega-se à conclusão de que da obra de Reclus se pode retirar uma contrageopolítica dos povos tutelados em favor da libertação.

O ressurgimento do interesse pela obra de Élisée Reclus e sua atualidade

Como vimos, a obra de Reclus teve uma ampla divulgação durante a sua vida e, apesar de ser formada por livros bastante volumosos, com centenas de páginas, foi traduzida para várias línguas, tendo ele se tornado famoso, tanto por sua atuação política quanto por sua produção científica.

A parte de sua *Géographie universelle* referente ao Brasil foi traduzida e publicada em edição de luxo pela Livraria Garnier, sob o título *Estados Unidos do Brasil*. A tradução foi enriquecida com notas de pé de página do tradutor, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, o barão de

¹⁸ Problème, doctrine et méthode. In: —. *La géographie active*. Paris, PUF, 1964.

¹⁹ *Géographie et action*; introduction à la géographie appliquée. Paris, Armand Colin, 1960.

²⁰ *Géographie et colonisation*. Paris, Gallimard, 1933. p. 209.

Ramiz, contando ainda com anotações do próprio barão do Rio Branco, então nosso ministro das Relações Exteriores, sobre o território contestado.

Um ano após a morte de Reclus, Emmanuel de Martonne, um dos mais ilustres discípulos de Vidal de la Blache, publicava o livro *Traité de géographie physique*, na introdução do qual se referia de forma muito elogiosa a Élisée Reclus, afirmando, ao aludir ao seu livro *La Terre*, que

“pela habilidade de exposição e pelo cuidado da forma, esses dois livros [o de Reclus e o de Oskar Peschel — *Neue Probleme der vergleichenden Erdkunde*, publicado em 1873 na Alemanha] têm contribuído poderosamente, malgrado seus defeitos, para difundir no público ilustrado o interesse pela geografia física. O sucesso da obra de Reclus, devido sem dúvida, em grande parte, à forma literária e ao caráter poético de suas descrições, influuiu sobre a concepção de sua monumental *Géographie universelle*, cujas edições, em 19 volumes, se sucederam com uma regularidade impressionante; e esta publicação, de valor científico inigualável, deve ser considerada como um dos mais poderosos instrumentos de difusão do conhecimento geográfico. O *Neue Probleme*, de Peschel, tem as qualidades e os defeitos análogos. As questões físicas indicadas por Reclus não tinham sido ainda objeto de um exame tão aprofundado e tão cativante. Peschel e Reclus devem ser considerados como levantadores de idéias. Eles têm sobre o público a influência de um professor excelente sobre os alunos simpáticos e surpreendidos. Para eles, a geografia se anima e aparece como ciência da vida na superfície do globo. Ela deixa de ser ciência da abstração e da erudição no momento em que as viagens emocionantes chamam a atenção de todos e revelam fatos novos, no interior, até o momento misterioso, dos continentes”²¹.

A influência de Reclus no meio universitário francês, apesar de pouco significativa, iria decrescer na segunda década do século XX, em face das novas formulações teóricas apresentadas por Vidal de la Blache, que procurou desenvolver estudos monográficos regionais, deslocando o enfoque da geografia do Estado para a região, como objeto de estudo e de pesquisas. Também em livros como *Tableau géographique de la France*, procurou desviar a atenção do geógrafo dos problemas políticos, dos problemas urbanos e do processo de industrialização já bastante avançado. Ligou-se demasiadamente ao estudo dos problemas rurais e deu grande importância à análise dos gêneros de vida. Sabendo-se que la Blache era o primeiro professor universitário de geografia na França e que estava profundamente ligado à política governamental francesa, é de se compreender que ele tivesse uma linha bem diversa da de Reclus, que se portava como um revolucionário e um contestador da permanência

²¹ *Traité de géographie physique*. 8 ed. Paris, Armand Colin, 1950. t. 1, p. 18-9.

do Estado. Daí o grande interesse pelo estudo dos gêneros de vida em um país que realizava uma política imperialista, de conquista de regiões africanas cuja civilização se encontrava ainda no estágio tribal; daí também que se ignorassem o problema social e a divisão da sociedade em classes, que os países imperialistas procuravam encobrir²². Ocorre ainda que la Blache, em colaboração com Gallois, organizou uma *Grande geografia universal*, em 22 volumes, procurando fazer uma obra que competisse com a de Reclus. Tivemos, então, uma obra com nível e densidade semelhante, porém menos uniforme, em virtude de serem os vários volumes escritos por autores diferentes, apresentando, assim, sérios desníveis entre os mesmos. La Blache só viria a demonstrar interesse pela geografia política durante a I Guerra Mundial, quando, em 1917, publicou o livro *La France de l'Est*, em que defendia o direito da França à Alsácia e à Lorena, livro este, infelizmente, pouco divulgado hoje.

Dispondo de uma cátedra universitária e de certo apoio governamental, la Blache foi o formador de uma plêiade de geógrafos franceses que desenvolveu uma linha geográfica bastante conservadora e que, baseada no positivismo de Comte, procurou atingir ideais como o da neutralidade científica e desenvolver ao máximo linhas de especialização. Compare-se *La Terre*, de Reclus, com o *Traité de géographie physique*, de Martonne, e se verá que o primeiro, ao mesmo tempo que abordava os fenômenos físicos, procurava salientar a importância da ação do homem, enquanto o segundo examinou exaustivamente os fenômenos físicos e não deu relevância à atuação do homem, à erosão antrópica, por exemplo. Assim, Reclus, influenciado pelo positivismo evolucionista e pela dialética marxista, encarava o homem e a Terra como uma unidade, enquanto Martonne, positivista e sem receber influências dialéticas, separava a Terra do homem. Daí se poder concluir que a linha científica iniciada por la Blache foi a principal responsável pela dicotomia geografia física e geografia humana, que tantos prejuízos vem trazendo à ciência geográfica.

Na década de 20 — período entre as duas guerras mundiais —, Lucien Febvre, em livro memorável²³ em que analisa as bases e a evolução da geografia humana, cita com freqüência a obra de Reclus, sempre elogioso para com as suas descrições, embora, muitas vezes, chame a atenção para o fato de as mesmas, escritas algumas décadas antes, já se encontrarem desatualizadas. Talvez essas afirmações, em livro que teve ampla divulgação e aceitação na comunidade de geógrafos,

²² LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris, François Maspero, 1976.

²³ *La Terre et l'évolution humaine*. Paris, Albin Michel, 1949. [Febvre, volume 2 desta coletânea.]

tenham contribuído para que Reclus caísse no esquecimento e para que se divulgasse a falácia de que ele era um geógrafo meramente descritivo, quando o próprio Vidal de la Blache considerava a geografia uma ciência descritiva²⁴.

Nas décadas seguintes, de 30 e 40, quando surgiram numerosos geógrafos e quando se constituiu uma escola geográfica francesa, Reclus ficou parcialmente esquecido, embora alguns dos seus conceitos fossem retomados, como o da classificação das colônias em colônia de povoamento e colônia de exploração.

A II Guerra Mundial, provocando vastas destruições sobre o espaço anteriormente construído e conservado, abriu novas perspectivas aos geógrafos, que passaram a atuar no planejamento e na reconstrução. Participando de atividades ligadas à reorganização do espaço e ao desenvolvimento econômico, eles descobriram a aplicabilidade do conhecimento geográfico, e principiam a colaborar com os governos de seus países ou a criticar as medidas e atos dos mesmos, dando origem à geografia aplicada de Philipponneau e Tricart e à geografia ativa de Pierre George. Eram duas posições diferentes frente à relação geógrafo/Estado e geógrafo/análise do espaço. Assim, os geógrafos começaram a se aproximar e a colaborar com os outros cientistas sociais e a desenvolver, como geógrafos, posições e atividades políticas. Na década de 50, realizaram pesquisas nos livros de Karl Marx e de seus discípulos, a fim de encontrar as posições marxistas referentes ao espaço, voltando-se também para as preocupações teóricas. Na comunidade geográfica, delinearam-se duas grandes alternativas: a dos geógrafos pragmáticos, positivistas, que se engajaram no campo e no serviço dos governos capitalistas, assimilando teorias econômicas e sociológicas que procuravam uma lei geral e única para explicar os fenômenos geográficos; e a daqueles que, aceitando uma filosofia dialética, tomavam uma atitude crítica diante dos modelos de desenvolvimento que eram impostos às nações. Daí a existência de uma linha conservadora, profundamente abstrata, que procurava projetar as propostas de crescimento econômico, encobrindo os impactos sociais e ecológicos do mesmo, e de outra, crítica, que procurava encaminhar o planejamento com preocupações sociais e ecológicas. Os seguidores desta segunda linha se filiaram, quase todos, à escola marxista e, naturalmente, se esqueceram de pesquisar o pensamento de um geógrafo anarquista que se iniciara no socialismo, através da leitura de Fourier, e que tivera grandes polêmicas com o próprio Marx.

Só na década de 60 e mais intensamente na de 70, com as divergências surgidas entre os marxistas e com a oposição de grupos marxistas à forma de aplicação do socialismo, é que Reclus e Kropotkin passaram

²⁴ VIDAL DE LA BLACHE. As características próprias da geografia. In: CHRISTO-FOLETTI, Antônio, op. cit., p. 45.

a ser lidos e se tornaram novamente conhecidos. O interesse por Reclus encontrou sérias dificuldades, sérios empecilhos, na comunidade geográfica, em grande parte conservadora, devido às suas posições políticas, motivadoras de certo preconceito contra o cientista que foi um autodidata.

Em 1969, ao publicar o seu livro *Histoire de la pensée géographique en France*, André Meynier evocou o geógrafo libertário, chamando-o de “o extraordinário Reclus”, não pelo valor de sua obra, mas por ser “o melhor geógrafo descritivo”²⁵. A partir daí estabelece uma comparação entre ele e la Blache, concluindo que Reclus era o representante da geografia descritiva, já ultrapassado em face da evolução do conhecimento geográfico e das mudanças operadas no mundo, enquanto Vidal de la Blache era o fundador da geografia moderna na França. Yves Lacoste discorda de Meynier e chama a atenção para a atualidade da obra de Reclus, que levantara uma série de problemas, como o problema do crescimento urbano, o do desenvolvimento industrial, o da análise das estruturas econômicas, políticas e sociais, o da colonização e o das formas de dominação, demonstrando até mesmo o caráter imperialista da expansão colonial, no momento em que os geógrafos, em geral, procuravam justificar essa expansão como necessária ao progresso e à civilização²⁶. Reclus demonstrava, sobretudo para as colônias de exploração, como o colonizador era mobilizado pelo interesse da exploração das populações nativas e dos recursos existentes, e não pelo desejo de levar a religião e a fé da civilização ocidental aos povos considerados selvagens e bárbaros.

Paul Claval, o historiador do pensamento geográfico atual, em livro marcante, dedica pouco espaço ao geógrafo anarquista, salientando que ele foi aluno de Ritter e a sua obra pouco utilizada pelos geógrafos, que não retiraram dela abalizadas lições metodológicas²⁷. O interesse pela obra de Reclus vem-se desenvolvendo nos últimos anos, a ponto de serem publicadas coleções de seus artigos e textos selecionados. Assim, a Escuela Moderna de Barcelona (Espanha) republicou uma antologia do geógrafo francês, editada pela primeira vez em 1906, com o título *La geografía al servicio de la vida*, onde se distribuem textos retirados dos livros *Nouvelle géographie universelle* e *L'homme et la Terre* e artigos publicados em revistas. A revista francesa *Herodote*, de posições radicais, publicou artigos sobre Reclus em seu número 2, de 1976, e dedicou a ele, em 1981, todo o número 22, com artigos analisando a sua obra. Em 1982, foi também publicado na Alemanha o livro de Hanno Beck, intitulado *Grosse Geographien*, que dedica capítulos a vários geógrafos,

²⁵ Apud LACOSTE, Yves. *Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus*, cit., p. 14-5.

²⁶ Idem. *Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus*, cit., p. 19-21.

²⁷ CLAVAL, Paul. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974. p. 38-9.

como Heródoto (séc. V a. C.), Barthel Stein (1476-1522), Georg Foster (1754-1794), Alexander von Humboldt (1769-1859), Karl Ritter (1779-1859), Élisée Reclus (1830-1905), Ferdinand Paul Wilhelm, barão de Richthofen (1833-1905), Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de la Blache (1845-1918), Albrecht Penck (1858-1945), Alfred Hettner (1859-1941), Sir Halford Mackinder (1861-1947), Hermann Lautensach (1886-1971) e Carl Troll (1899-1975)²⁸. Colocou-se, desse modo, o geógrafo anarquista entre as figuras máximas no desenvolvimento do pensamento geográfico.

Na França, a editora François Maspero publicou, em edição de bolso, excertos do livro *L'homme et la Terre*, em dois volumes, com uma longa introdução e notas de Béatrice Giblin, sem dúvida a maior conhecedora, hoje, da obra e do pensamento de Reclus.

Apesar das divergências com Karl Marx e Friedrich Engels, que lhe fizeram julgamentos pouco amistosos, e do grande combate que lhe fez Plekhanov em 1901, o verbete sobre Reclus, redigido por G. Valentubi, para a *Filosofskaja entsiklopedia* soviética, editada em 1967, é generoso para com Reclus, como se pode ver a seguir:

“Jean Jacques Élisée Reclus — 15 de março de 1830 — 4 de julho de 1905. Francês, geógrafo e teórico do anarquismo. Em 1865 aderiu à I Internacional e apoiou Bakunin. Em 1871 combateu entre os grupos que defenderam a Comuna de Paris. Após a derrota, foi banido da França. De 1892 a 1905 ensinou geografia na Nova Universidade Livre de Bruxelas, criada por sua iniciativa. Reclus adquiriu renome internacional por seus trabalhos geográficos, nos quais seu talento popular e literário se uniu ao seu grande conhecimento. As obras de Reclus são impregnadas de ideais sobre o humanismo e a solidariedade entre os povos.

Em sua obra *O homem e a Terra* [tradução russa, 6 tomos, 1906-1909], Reclus procurou dar uma imagem global da evolução da humanidade. Se bem que ele tenha exagerado a influência do meio ambiente sobre a sociedade humana, não foi um geógrafo determinista; fazia diferença entre o meio estático (condições naturais) e o meio dinâmico (condições sociais), salientando que este último modificava a influência do primeiro. Reclus insistiu sobre três ‘fatos sociais’ ou ‘leis fundamentais’ da História: a divisão da sociedade em classes e a luta entre elas, a revolução social, considerada como ‘a procura do equilíbrio entre as classes’, e a contribuição predominante do indivíduo. Ele seguiu a teoria subjetiva do herói e do heroísmo na História. A aparição dos gênios e a melhor utilização das qualidades intelectuais das pessoas de gênio para a sociedade constituem o critério do progresso. A diferença entre a evolução e a revolução foi evocada por Reclus em numerosas páginas.

²⁸ BECK, Hanno. *Grosse Geographien — Pioniere — Aussenseiter — Gelehrte*. Berlim, Dietrich Reimer, 1982.

Segundo a definição de Plekhanov: para o caráter social de suas reflexões, Reclus assemelha-se fortemente aos enciclopedistas do século XVIII.

Contribuindo como teórico anarquista, ele juntou à fórmula anarquista a interpretação da fórmula humanista de Rabelais: 'Faze o que tu desejas', e tombou nas contradições insolúveis, esforçando-se para uma solução anarquista, para a resolução do problema da liberdade do indivíduo e da defesa do anarquismo"²⁹.

Acreditamos que os primeiros passos estejam dados e que as idéias de Reclus e a metodologia utilizada por ele irão ser discutidas nesta década de 80 e terão muita influência nas formulações científicas tanto da geografia quanto das demais ciências sociais. As relações entre a geografia e a sociologia, estudadas mais recentemente por Max. Sorre e Pierre George, podem ser reexaminadas, pois, já em 1905, Reclus era o primeiro geógrafo a propor a existência de uma geografia social. Geografia social essa que está profundamente ligada ao desenvolvimento da História e da sociologia.

Critérios para a seleção de textos

Não foi fácil realizar a seleção dos textos que deveriam ser incluídos neste livro; as dificuldades advieram tanto da vastidão da obra de Reclus, que compreende mais de 30 000 páginas impressas, quanto da imensa quantidade de textos de atualidade e interesse para aqueles que discutem a natureza da ciência geográfica e para os que, preocupados, procuram caminhos para o Terceiro Mundo. Poucos autores que viveram no século XIX tiveram tal previsão a respeito da problemática do Terceiro Mundo e despertaram interesse com as questões que levantaram e que ainda hoje não foram solucionadas. Por isto, ao elaborarmos uma metodologia de trabalho, selecionamos, além de *L'empire du milieu*, suas três obras geográficas básicas, que constituem 27 volumes. Dividimos os textos a serem escolhidos em áreas que julgamos do maior interesse e os agrupamos em cinco itens: 1) A natureza da geografia; 2) A origem da família, do Estado e da propriedade; 3) O problema colonial; 4) O problema urbano; e 5) O Brasil nos fins do século XIX.

Dos textos selecionados, o último já estava traduzido para o português por Ramiz Galvão. As notas de pé de página do tradutor e do barão do Rio Branco, muitas vezes, retificavam algumas afirmativas do autor e, outras, confirmavam as suas previsões, uma vez que a tradução foi feita cerca de dez anos após a publicação da edição francesa.

A primeira parte desta coletânea, incluindo estudos sobre "A natureza da geografia", compreende três itens, representados pelo prefácio

²⁹ Apud ZEMLIAK, Martin. Reclus, les anarchistes et les marchistes. *Herodote*, Paris, 22: 103-4. jul./set. 1981.

do livro *L'homme et la Terre*, por grande parte do capítulo IV do segundo volume do livro *La Terre*, intitulado "Le travail de l'homme" e por um texto do primeiro volume do livro *L'homme et la Terre*, sobre o chamado meio telúrico.

O prefácio — "O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria" — é muito rico, apesar de consistir em apenas quatro páginas da obra. Nele, ao caracterizar o livro que vai escrever, Reclus salienta que irá completar a *Nouvelle géographie universelle*, a fim de dar uma visão de profundidade, uma visão vertical da formação social, pois a obra anterior dera uma visão de superfície, uma visão horizontal, portanto. Observa-se aí a preocupação do mestre francês com as duas categorias, espaço e tempo, e o nível de integração que ele reconhece entre a geografia e a História. É ainda nesse texto que ele estabelece as suas três leis fundamentais da evolução da humanidade, admitindo que: toda sociedade se organiza através da divisão dos seus membros em classes, que não existia nas sociedades primitivas; a História se processa através de uma luta das classes dominadas, que procuram derrubar as regras impostas pelas classes dominantes, ora conseguindo sucesso e, então, fazendo modificações sociais, ora sendo derrotadas, aumentando o rigor da dominação; finalmente, cabe ao indivíduo, ao seu aperfeiçoamento social e moral, provocar o verdadeiro progresso. A palavra *progresso* se encontrava tão em uso no século XIX como a palavra *desenvolvimento*, nos dias de hoje. Há, evidentemente, uma contradição nas três leis fundamentais por ele aceitas, uma vez que, admitindo a existência de uma sociedade de classes e de uma permanente luta entre elas, se apresenta com uma posição dialética, socialista; mas, encontrando a solução no esforço e no aperfeiçoamento individual, ele se aproxima dos princípios do protestantismo de sua infância e das teorias ligadas ao positivismo. Finalmente, ainda nesse texto, Reclus utiliza o termo *geografia social*, propondo-se a fazer uma geografia da sociedade. Geografia da sociedade, social, que se contrapõe à expressão *geografia humana*, consagrada pela escola de Vidal de la Blache, que parece valorizar o indivíduo como elemento de ação, em detrimento da sociedade.

Admitimos que uma geografia social é bem mais abrangente e comprometida com a reformulação da sociedade do que uma geografia do homem, que se tem portado de forma bastante conservadora, encarando o homem e não a sociedade a que ele pertence, e se integra como unidade de análise.

O segundo texto, bem mais longo, refere-se ao trabalho do homem diante do meio: "A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza". É um tema de grande importância para os geógrafos, pois nele se observa que, vivendo no meio natural, o homem tem condições de modificá-lo em função dos seus interesses e de acordo com a tecnologia e o capital de que dispõe.

Ele refuta o determinismo geográfico, então muito em voga, o qual, defendido sobretudo por Friedrich Ratzel e seus discípulos, levaria muitos geógrafos a aceitarem a superioridade de uns grupos humanos sobre outros, em função das condições de clima, de solo, de relevo e de posição geográfica. Reclus mostra como o homem, aplicando o seu esforço, o seu trabalho, explorou a superfície da Terra, mares, oceanos e montanhas que pareciam inacessíveis; como, desde a mais remota antiguidade, ele dominou os climas secos, desenvolvendo culturas irrigadas, culturas que foram sendo aperfeiçoadas e modernizadas; como drenou solos pantanosos, ocupando áreas antes inaproveitadas, com a construção de cidades e com a expansão de culturas; como domesticou os animais etc. Enfim, Reclus faz ver que o homem, paciente e gradativamente, vem dominando a natureza, concluindo que as condições naturais são o meio estático, enquanto as condições sociais são o meio dinâmico.

No terceiro texto — “A complexidade da produção do espaço geográfico” —, retirado do primeiro volume de *L’homme et la Terre*, Reclus procura demonstrar a complexidade das relações homem/meio, salientando que nenhum fator age isoladamente, mas sempre de forma complexa. Procura distinguir, baseado em Michelet, a contradição entre o que chama de meio-espaço e meio-tempo, para estabelecer correlações entre o espaço produzido e o processo através do qual ele se produz. A leitura desse texto nos conduz à compreensão da dialética existente nas relações entre a sociedade e a natureza e à necessidade de constante reformulação do conhecimento científico, para dominar e entender o espaço em que vivemos; ela nos faz avaliar a frase do autor que, à página 335 do quinto volume da mesma obra, diz: “A geografia não é imóvel, ela se faz e se refaz todos os dias; a cada instante ela se modifica pela ação do homem”. Frase essa que é uma profissão de fé antideterminista.

A segunda parte da coletânea denominamos “A origem da família, do Estado e da propriedade”, que se inicia com o texto “Origem da família, das classes sociais e do Estado”, no qual Reclus procura explicar a origem da família pela aceitação de que ela se forma pela imposição da autoridade de um chefe sobre as pessoas a ele ligadas por laços de sangue ou submetidas pela força. Admite também que a estrutura familiar não é única e que apresenta características próprias a cada sociedade; que a família originada de laços de sangue — relação mãe/filho — e da imposição do poder evoluiu, nos vários lugares da superfície da Terra, para o patriarcado ou o matriarcado. Não aceita, assim, uma lei geral para toda a humanidade. A seu ver, houve caminhos diversos, desde a simples família à tribo, ao clã e até ao Estado; os laços, anteriormente frouxos, foram cada vez mais se apertando, comprometendo mais o indivíduo com o grupo a que pertencia. Salienta que, a princípio, a terra não era particular e que o instituto da apropriação se iniciou sobre objetos

de uso e só depois, em um estágio mais avançado de civilização, é que se estendeu aos imóveis. As guerras entre os grupos humanos naturalmente contribuíram para a formação de desigualdades e para o surgimento de classes. Para dar maior consistência às suas afirmações, ele se estende longamente na análise de casos.

“A propriedade e a exploração da Terra”, texto retirado do volume VI de *L’homme et la Terre*, analisa formas comunitárias de apropriação da terra, ao lado de formas individuais. Relaciona a expansão das culturas e o recuo das florestas com o evoluir da apropriação individual das terras. Estuda o processo de expropriação das terras comunitárias e a situação dos camponeses e de suas formas de associação. Dá atenção às formas de exploração das grandes e das pequenas propriedades, ao problema da circulação da produção, às relações de trabalho, incluindo a parceria, e conclui analisando a miséria a que vai sendo relegado o camponês, quando deixa de produzir para o seu sustento e cai nos mecanismos do mercado.

No último texto desta parte ele procura, dando uma ênfase mais teórica, explicar a “Evolução da sociedade e da civilização”, afirmando que a paz contribui para o desenvolvimento, enquanto a guerra traz conseqüências desastrosas. Não admite uma evolução geral de toda a humanidade, mas que cada povo ou grupo de povos tem seus caminhos próprios; que cada sociedade tem seu nascimento, seu crescimento, decadência e morte; que cada sociedade possui uma superestrutura idealista baseada nas suas condições de desenvolvimento, no nível de exploração das forças da natureza. Para ele, no período teocrático, havia um modo de ver e um conjunto de valores que foi modificado no período em que dominou a aristocracia, que, por sua vez, teve os seus valores mudados com a ascensão e a vitória da burguesia. Assim, a visão das coisas e dos fatos é diversa de um povo para outro ou de uma classe para outra. Finaliza o capítulo salientando a importância do pensamento dos enciclopedistas ao conceberem que a humanidade terá sua história dividida em dois grandes períodos, o do domínio do *hasard* ou da ignorância e o do domínio da razão.

A terceira parte tem por tema “O problema colonial”, onde, a nosso ver, Reclus dá uma das suas maiores contribuições à geografia moderna. Em “A Grã-Bretanha e as colônias de povoamento”, faz distinção entre colônias de povoamento e colônias de exploração, indicando que as primeiras se caracterizam pela migração de europeus para áreas coloniais pouco povoadas e pelo estabelecimento de famílias que pretendem ficar em caráter definitivo. A este sistema ele justifica, chegando a defender a ocupação francesa na Argélia, mesmo não escondendo a luta e a desapropriação da população árabe, e tem páginas de simpatia pela colonização inglesa — a Inglaterra era então o principal país colonizador — sobre o Canadá, o sul da África, a Austrália e a Nova Zelândia. Elogia

a política inglesa de dar autonomia a essas antigas colônias, a fim de que formassem uma comunidade com a antiga metrópole. Não omite, porém, informações sobre massacres de nativos por tropas inglesas e por colonos, seus descendentes, como os ocorridos nos Estados Unidos.

“Colônias de exploração: governo e administração da Índia” é um interessante estudo, retirado do volume VIII da *Nouvelle géographie universelle*, destinado à Índia e à Indochina, onde ele analisa como uns poucos ingleses administravam e governavam a Índia, com uma das maiores populações do mundo. Tratava-se de uma colônia de exploração, onde os ingleses obtinham matérias-primas a baixo preço, desorganizando a economia colonial, e onde dispunham de um grande mercado para os seus produtos manufaturados. Para manter esse domínio, implantaram, naturalmente, sistemas de comunicação que facilitavam o deslocamento de tropas e o escoamento da produção até os portos. Exploravam, além disto, as rivalidades existentes entre os vários grupos hindus, utilizando tropas formadas por nativos para combaterem outros nativos. É a aplicação do velho princípio colonial “dividir para reinar”.

Consideramos importante juntar a este bloco um terceiro texto — “Relações da China com o exterior” — em que Reclus analisa as relações desse país com o mundo ocidental. Observa-se aí que a independência formal da China não correspondia a uma independência real, mas a um verdadeiro sistema de dominação das potências ocidentais sobre o Celeste Império. Estas potências tinham áreas e setores de influência, tanto do ponto de vista econômico como cultural. Aproveitando-se do superpovoamento da China, elas estimularam a emigração, a fim de obter mão-de-obra barata e eficiente em suas colônias. Sabe-se que numerosos países da América Central e do Sul, como a Guiana, o Suriname e alguns países das Antilhas, possuem, ao lado de uma população negra, de origem africana, e de uma população indígena, grandes contingentes de hindus e de chineses que foram trazidos no século XIX, para substituir a mão-de-obra escrava, em regime de alta exploração. O mesmo ocorreu, com mais intensidade, nos países do Extremo Oriente e do sudeste da Ásia, para onde eram levados colonos chineses. Havia, naturalmente, uma significativa diferença entre o tratamento dado aos imigrantes chineses e o dado aos europeus que, nos países a que se destinavam, recebiam a proteção da mãe pátria.

A importância destes três textos é fundamental para se observar — dentro da área de influência britânica colonial, que foi a mais extensa e importante —, primeiramente, as diferenças existentes hoje entre os países resultantes de colônias de povoamento, culturalmente britânicos, e os resultantes de um sistema colonial de exploração, que são, em sua totalidade, pobres e subdesenvolvidos, em face das distorções trazidas à sua economia pela dominação estrangeira. Depois, a situação de países que não foram formalmente colônias, mas sofreram uma dominação colonial,

não-formal, experimentando as mesmas conseqüências que as colônias de exploração. Os fatos ocorrem de maneira análoga nas áreas de dominação francesa, holandesa, belga, espanhola e portuguesa.

A quarta parte — “O problema urbano” — compreende um longo capítulo sobre as cidades e seus problemas: “Migrações, êxodo rural e problemática do crescimento urbano”. Retirado do volume V de *L’homme et la Terre*, resolvemos, por sua unidade, reproduzi-lo totalmente nesta coletânea. É impressionante observar não só como Reclus se preocupou com as cidades, em um período em que os geógrafos não se importavam muito em estudá-las e em que se desenvolvia aceleradamente o processo de industrialização, mas também como os vários itens em que se dividem os capítulos têm atualidade. Assim, ele inicia o seu estudo indicando a aceleração do êxodo rural e a incapacidade de a cidade absorver a população que para ela afluí, gerando miséria e fome. Lembra até o estudo de Engels³⁰ sobre a Inglaterra e chama a atenção para a repartição espacial das vilas, fazendo referência a um modelo sobre a distribuição geométrica de cidades em um Estado ideal, que teria sido levantado por Johann Heinrich von Thünen e que seria posteriormente aplicado ao sul da Alemanha por Christaller³¹; mas, realista, analisa o caso concreto da França, expondo a importância das cidades, suas relações e distâncias de Paris. Fala até em crescimento urbano normal e anormal. Classifica as cidades de acordo com as suas funções, alertando para a organização do espaço urbano e para os problemas de higiene e de arte. Finaliza desenvolvendo idéias em prol da organização mais humana deste espaço, sugerindo a implantação de cidades-jardins. Essa idéia foi defendida também por Ebenezer Howard no livro *Tomorrow*, publicado em 1898³².

Finalmente, a quinta parte — “O Brasil nos fins do século XIX” — destina-se a dar ao leitor uma idéia da visão de Reclus sobre o nosso país. No capítulo escolhido, “Estado material e social da população brasileira”, ele enfoca o país naquele momento, atentando para uma série de fatos. Faz uma crítica severa às técnicas utilizadas no recenseamento de 1890 e à sua pequena credibilidade, ao caráter espoliativo e primitivo dos processos agrícolas, salientando que a agricultura posta em prática provocava um grande desgaste dos solos; analisa a importância econômica da cultura do café e o perigo que representava para o Brasil a sua dependência a uma única cultura de exportação, em função das oscilações de preço no mercado internacional. Reclus faz ainda críticas severas à política dos engenhos centrais, com financiamento de empresas estrangeiras, que ele considerava tendentes ao fracasso, e chama a atenção para a existência

³⁰ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Afrontamento, 1975.

³¹ PROST, Marie André. *La hiérarchie des villes*. Paris, Gauthier-Villares, 1965.

³² CLAVAL, Paul, op. cit., p. 149-53.

de numerosos latifúndios improdutivos, terras muitas vezes graciosamente cedidas, que provocavam o empobrecimento da maioria da população rural. Crítica também a concessão de exploração de ferrovias a empresas estrangeiras e faz ver a má divisão político-administrativa do território brasileiro e a manutenção da mesma depois da proclamação da República e da implantação do sistema de Estados federados. Finalmente, analisa o processo da proclamação da República e da sua pouca significação econômica e social, uma vez que mudou apenas formalmente o sistema de governo, mantendo-se as estruturas estabelecidas no período colonial e consolidadas no período imperial.

Refletindo-se sobre o texto, chega-se à conclusão de que nenhum desses problemas foi resolvido até hoje, apesar da sucessão de constituições, de revoltas e de golpes de Estado que ocorreram no país, neste século.

Embora deixemos de incluir neste livro textos da maior importância, atualidade e interesse, em virtude do espaço disponível, acreditamos que os que foram selecionados dão uma idéia do pensamento e das posições do mestre francês, assim como de sua formação como geógrafo e de sua visão geográfica. A leitura, a análise aprofundada e a discussão da obra de Reclus são fundamentais ao desenvolvimento geográfico brasileiro, pois muitas de suas proposições são universais e válidas para o conhecimento e a análise da dinâmica da nossa realidade.

Bibliografia de Élisée Reclus

Levando-se em conta os trabalhos publicados, quer de geografia quer de política, a obra de Reclus é muito vasta, mas formada sobretudo por três livros básicos:

- *La Terre*; description des phénomènes de la vie du globe, em 2 volumes, publicado pela primeira vez em 1869;
 - *Nouvelle géographie universelle*, em 19 volumes, publicado sob a forma de fascículos de 1875 a 1892;
 - *L'homme et la Terre*, em 6 volumes, publicado também sob a forma de fascículos em 1905.
- Além destas obras fundamentais publicou ainda:
- *Voyage à la Sierra Nevada*, considerada a sua primeira obra literária (1861);
 - *Guide des Pyrénées* (1862);
 - *Guide de voyageur aux Landes et aux environs* (1862);
 - *Dictionnaire des communes de France* (1862);
 - *L'histoire d'un ruisseau*, literatura infantil (1869);
 - *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, seu único livro de teorização política (1897).

Trata-se de livros-guia de turismo, publicados pela Hachette, de livros geográficos, livros de literatura infantil, embora também de cunho geográfico, e livros de propaganda política.

Reclus colaborou para numerosas revistas de grande prestígio na época, como *Les Temps Nouveaux*, *La Revue Germanique* e *Journal du Voyage*.

Na revista *Les Temps Nouveaux*, publicou um importantíssimo artigo sobre as colônias anarquistas, em 1900, no qual condenava a tendência dos anarquistas de se afastarem da sociedade para fundar colônias em lugares isolados, tentando viver à margem do capitalismo, como se isto fosse possível, diante do seu grande poder de expansão.

Na *Revue des Deux Mondes* publicou, entre outros, os seguintes importantes artigos:

- *L'action humaine sur la nature* (1864);
- *Les volcans et les tremblements de terre* (1864);
- *La Sicile et l'éruption de l'Etna: récit de voyage* (1864);
- *Excursion dans le Dauphiné* (1865);
- *Les plages et les fjords* (1867);
- *L'océan: étude de physique maritime* (1867).

Ainda se pode mencionar a sua colaboração em jornais anarquistas, como o *Le Révolté*, com artigos de combate, e a preparação das edições das obras de Bakunin, após a morte deste. O prefácio do livro *Dieu et l'État*, do líder anarquista, é assinado por Élisée Reclus e Carlo Cafiero. A correspondência de Reclus, muito vasta e de grande interesse político e científico, foi publicada após a sua morte, formando três grandes volumes.

Bibliografia sobre Élisée Reclus

A bibliografia sobre Élisée Reclus é extremamente vasta. Por isso, torna-se interessante relacionar apenas as obras mais divulgadas e que dão uma certa importância ao seu pensamento e à sua ação. Assim, serão indicadas aquelas que mencionam o geógrafo francês, dando sobre ele informações de interesse político ou geográfico, e aquelas que analisam o seu pensamento e atuação.

- BECK, Hanno. *Grosse Geographien — Pioniere — Auserseiter — Gelehrte*. Berlim, Dietrich Reimer, 1982.
- CLAVAL, Paul. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1956. v. 2.
- DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1974. v. 6.
- FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine*. Paris, Albin Michel, 1949.
- GIBLIN, Béatrice. Introduction et choix des textes. In: RECLUS, Élisée. *L'homme et la Terre*. Paris, François Maspero, 1982. 2 v.

- GÓMEZ MENDOZA, Josefina; MUÑOZ JIMÉNEZ, Julio; ORTEGA CAETANO, Nicolás. *El pensamiento geográfico*. Madri, Alicuza, 1982.
- KROPOTKIN, P. A. *Em torno de uma vida; memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1946.
- LEHEING, Arthur. *Michel Bakounine et les autres*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1976.
- LERIDA, A. Artesa de. *L'autogestion dans l'Espagne révolutionnaire*. Paris, François Maspero, 1971.
- LES FRÈRES Élie et Élisée Reclus ou de protestantisme a l'anarchisme. Paris, Amis d'Élisée Reclus, 1964.
- MARTONNE, Emmanuel de. *Traité de géographie physique*. 8. ed. Paris, Armand Colin, 1950. t. 1.
- MEYNIER, André. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris, PUF, 1969.
- NATTLAU, Max. *Élisée Reclus Anarchist und Gelehrter*. 2. ed. Vaduz, Liechtenstein, Topos Verlag AG, 1982. (1. ed. 1928.)
- WOODCOCK, George. *O anarquismo*. Lisboa, Meridiano, 1982.
- Além dos livros citados, podemos salientar dois números da revista *Herodote* que trazem excelente contribuição sobre a obra e a vida deste autor.
- Herodote*, n. 2, abr./jun. 1976:
- GIBLIN, Béatrice. Élisée Reclus: géographe, anarchiste.
— . Morceaux choisis. Les hindous et la nourriture. Regime de propriété dans l'Inde. L'armée des Indes.
- Herodote*, n. 22, jul./set. 1981:
- GENTELLE, Pierre. De la géographie physique a la géopolitique: Élisée Reclus et l'Asie Orientale.
- GIBLIN, Béatrice. Élisée Reclus (1830-1905).
— . Élisée Reclus et la colonisation.
— . Reclus: un écologiste avant l'heure.
- LACOSTE, Yves. Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus.
- NETTER, Marie Lourence. Élisée Reclus; une certaine conception de l'Histoire.
- PÉCHOUX, Pierre Yves. Élisée Reclus au panthéon des libertaires.
- ZEMLIAK, Martin. Reclus, les anarchistes et les marxistes.

TEXTOS DE ÉLISÉE RECLUS

I. A NATUREZA DA GEOGRAFIA

1. O HOMEM É A NATUREZA ADQUIRINDO CONSCIÊNCIA DE SI PRÓPRIA *

Há alguns anos, após ter escrito as últimas linhas de uma vasta obra, a *Nouvelle géographie universelle*, eu expressava o desejo de um dia poder estudar o homem na sucessão das idades, da mesma maneira como o observara nas diversas regiões do globo, e estabelecer as conclusões sociológicas às quais fora conduzido. Concebi o plano de um novo livro, em que seriam explicitadas as condições do solo, do clima, de todos os ambientes nos quais aconteceram os fatos da História; em que se mostraria a harmonia dos homens e da Terra; em que as condutas dos povos se explicariam, da causa ao efeito, por sua consonância com a evolução do planeta.

Tal livro é o que apresento agora ao leitor.

Logicamente, eu sabia de antemão que nenhuma pesquisa me faria descobrir essa lei de um progresso humano, cuja miragem sedutora se agita, sem cessar, em nosso horizonte, se afasta de nós e se dissipa, para voltar a se formar de novo. Surgidos como um ponto no infinito do espaço, nada conhecendo sobre nossas origens nem sobre nossos destinos, ignorando até se pertencemos a uma única espécie animal ou se várias humanidades nasceram sucessivamente para se extinguir e ressurgir novamente, nós estaríamos pouco à vontade para formular regras de evolução ao desconhecido, para combater o nevoeiro, na esperança de lhe dar uma forma precisa e definitiva.

* Reproduzido de RECLUS, É. Préface; l'homme est la nature prenant conscience d'elle-même. In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, s.d. t. I, p. i-iv. Trad. por Maria Cecília França.

Não. Mas, nessa avenida dos séculos que os achados dos arqueólogos prolongam constantemente naquilo que foi a noite do passado, podemos ao menos reconhecer o laço íntimo que liga a sucessão dos fatos humanos à ação das forças telúricas: é-nos permitido seguir, no tempo, cada período da vida dos povos correspondente à mudança dos meios, observar a ação combinada da natureza e do próprio homem, reagindo sobre a Terra que o formou.

A emoção que se tem ao contemplar todas as paisagens do planeta na sua variedade sem fim e na harmonia que lhes dá a ação das forças étnicas, sempre em movimento, essa própria suavidade das coisas, nós a sentimos ao ver a procissão dos homens sob suas vestes de opulência ou de infortúnio, mas todos igualmente em estado de vibração harmônica com a Terra, que os carrega e os sustenta, o céu que os ilumina e os associa às energias do cosmo. E, da mesma forma que a superfície das regiões nos apresenta, continuamente, sítios de beleza que admiramos com todo o poder do nosso ser, o decurso da História nos mostra, na sucessão dos fatos, cenas incríveis de grandeza, cujo estudo e conhecimento só nos enobrece. A geografia histórica concentra, em dramas incomparáveis, em realizações esplêndidas, tudo aquilo que a imaginação pode evocar.

Em nossa época de crise aguda, em que a sociedade se encontra tão profundamente abalada, em que o remoinho da evolução se torna tão rápido que o homem, tomado de vertigem, procura um novo ponto de apoio para a direção de sua vida, o estudo da História é tanto mais interessante quanto mais o seu domínio, cada vez mais amplo, oferece uma série de exemplos mais ricos e mais variados. A sucessão das idades se torna, para nós, uma grande escola, cujos ensinamentos se ordenam diante de nosso espírito e acabam até por se agruparem em leis fundamentais.

A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise. Tal é, sob mil formas, o conjunto de fatos que se observa em todas as regiões do universo, com a infinita diversidade que determinam os sítios, os climas e o dédalo cada vez mais intrincado dos acontecimentos.

O segundo fato coletivo, conseqüência necessária do desdobramento dos corpos sociais, é que o equilíbrio rompido de indivíduo a indivíduo, de classe a classe, oscila constantemente em torno do seu eixo de repouso: a violação da justiça sempre clama vingança. Daí, incessantes oscilações.

Aqueles que comandam procuram permanecer como chefes, enquanto os que os servem fazem esforços para reconquistar a liberdade e em seguida, arrastados pela energia de seu *élan*, tentam reconstituir o poder em proveito próprio. Assim se sucedem as guerras civis, complicadas com guerras estrangeiras, massacres e destruições, numa confusão contínua, finalizando diversamente, de acordo com o impulso respectivo dos elementos em luta. Ou então os oprimidos se submetem, tendo esgotado sua força de resistência: morrem lentamente e se extinguem, não tendo mais a iniciativa que faz a vida; ou então é a reivindicação dos homens livres que os conduz, e no caos dos acontecimentos pode-se discernir verdadeiras revoluções, isto é, mudanças de regime político, econômico e social, devidas à compreensão mais clara das condições do meio e à energia das iniciativas individuais.

Um terceiro grupo de fatos, relativos ao estudo do homem em todas as idades e em todas as regiões, nos confirma que qualquer evolução na existência dos povos só pode ser criada pelo esforço individual. É na pessoa humana, elemento primário da sociedade, que é preciso procurar o choque impulsivo do meio, destinado a se traduzir em ações voluntárias para difundir as idéias e participar nas obras que modificarão o feitiço das nações. O equilíbrio das sociedades só é instável por causa do distúrbio imposto aos indivíduos em sua franca expansão. A sociedade livre se estabelece pela liberdade alcançada, no seu desenvolvimento completo, a cada pessoa humana, primeira célula fundamental, que se agrega em seguida e se associa, como lhe agrada, às outras células da mutável humanidade. É na proporção direta dessa liberdade e desse desenvolvimento inicial do indivíduo que as sociedades ganham em valor e nobreza: é do homem que nasce a vontade criadora que constrói e reconstrói o mundo.

A "luta de classes", a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da *geografia social* e que, no caos das coisas, se mostram bastante constantes para que se possa dar-lhes o nome de "leis". Já é muito conhecê-las e poder dirigir, segundo elas, sua própria conduta e sua parte de ação na gerência comum da sociedade, em harmonia com as influências do meio, conhecidas e analisadas a seguir. É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, a uma solidariedade mais consciente de nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo.

2. A AÇÃO DO HOMEM COMO MODIFICADOR DAS CONDIÇÕES NATURAIS, DOMINANDO E TRANSFORMANDO A NATUREZA *

I. Reação do homem sobre a natureza — Exploração do globo — Viagens de descobrimentos — Ascensões de montanhas

Durante a infância das sociedades, isolados ou agrupados em tribos frágeis, os homens tinham de lutar contra obstáculos tão numerosos, que não podiam sonhar em se apropriar da superfície da Terra como seu domínio: aí viviam, escondidos e temerosos, como os animais selvagens das florestas; sua própria vida era uma luta ininterrupta: sob a constante ameaça da fome ou do massacre, não podiam dedicar-se à exploração da região e ainda desconheciam as leis que lhes teriam permitido utilizar as forças da natureza. Mas a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio. À medida que os povos se desenvolveram em inteligência e em liberdade, à medida que compreenderam melhor a ação dessas forças que os arrastam, souberam reagir sobre o mundo exterior, cuja influência haviam recebido passivamente; foram se apropriando gradativamente do solo e, tornados pela força da associação verdadeiros agentes geológicos, transformaram de várias maneiras a superfície dos continentes, mudaram a economia das águas correntes, modificaram até mesmo os climas, deslocaram fauna e flora. Sem dúvida, entre as obras que animais de ordem inferior realizaram sobre a Terra, as ilhotas construídas pelos corais ultrapassam, em extensão, os trabalhos do homem;

* Reproduzido de RECLUS, É. Réaction de l'homme sur la nature; exploration du globe; voyages des découvertes; l'ascensions de montagnes. In: —. *La Terre*. 4. éd. Paris, Hachette, 1881. v. 2, p. 667-88. Trad. por Maria Cecília França.

mas essas construções prosseguem através dos séculos de maneira uniforme e nunca acrescentam um traço novo à fisionomia geral do globo: são sempre os mesmos recifes, as mesmas terras lentamente emersas, como bancos de aluviões fluviais ou marinhas, enquanto o trabalho do homem, continuamente modificado, dá à superfície terrestre a maior diversidade de aspectos e a renova, por assim dizer, a cada novo progresso da raça humana, em sabedoria e experiência.

A primeira das condições para que o homem chêgue um dia a transformar completamente a superfície do globo é que ele a conheça toda e que a percorra em todos os sentidos. Outrora, os povos selvagens ou bárbaros, isolados uns dos outros, só tinham uma idéia quimérica dos territórios situados além dos estreitos limites de sua pátria: nada mais viam ali do que um espaço ao mesmo tempo vazio e sem limites, um mundo tenebroso e temido, povoado por monstros, mas onde o próprio homem não poderia viver. Desconheciam completamente os traços mais notáveis da superfície do planeta: os habitantes das planícies imaginavam a Terra como uma grande campina contínua; os montanhesees só conseguiam representar as imagens de gargantas estreitas, escarpas e cumes. Parece que se pode dizer o mesmo dos Zuñi, que, vivendo longe da costa, nos desertos do atual Novo México, ignoravam até a existência do oceano; em contrapartida, numerosos insulares dos mares do sul não sabiam que vastas massas continentais, estendidas sobre uma largura de vários milhares de léguas, dividem os oceanos em bacias isoladas. Segundo o testemunho de Franklin, os esquimós ficaram espantados ao saber que em direção ao sul existiam terras livres de gelos; no equador, os ribeirinhos ignorantes das margens do Amazonas acreditavam inocentemente que seu imenso rio fazia a volta do mundo.

À medida que, pelas trocas, pelas viagens e até mesmo pelas expedições guerreiras, os povos passavam a conhecer os territórios uns dos outros, foram relegando os monstros aos espaços misteriosos que se estendem além dos limites do mundo explorado; o domínio dos conhecimentos aumentava ao passo que as regiões eram percorridas e os seres quiméricos, duendes ou gigantes, que fugiam para o norte ou para o sul, levavam consigo as superstições e os erros. Por exemplo, os helenos, cuja mitologia os representa nos primórdios lutando contra centauros e dragões, só combatiam homens como eles no tempo de Aristóteles e de Platão; é a centenas de dias de distância, do outro lado do Ganges e das colunas de Hércules, na escaldante Líbia ou em direção aos montes hiperbóreos, que eles situam os produtos fantásticos de sua imaginação infantil. Na Idade Média e até os tempos modernos, nossos mapas-múndi, assim como os dos chineses e japoneses, povoavam também com monstros as terras desconhecidas; mas cada nova descoberta dos viajantes estreitava o domínio da fábula, e bem recentemente os últimos seres míticos da

geografia, os Niam-Niam com rabo, desapareceram enfim do centro da África.

Desde que o homem fez a volta ao mundo, isto é, há três séculos e meio, os exploradores não precisam mais se aventurar num espaço completamente desconhecido; basta-lhes unir os itinerários já traçados na superfície do globo. Essa rede, com inumeráveis linhas que se entrecruzam, recobre quase totalmente os grandes maciços continentais e se estende sobre toda a parte dos oceanos compreendida entre os dois círculos polares; somente em direção ao pólo norte, e do outro lado da Terra, nas regiões antárticas, existem ainda espaços com extensão respectiva de 6 milhões e 900 mil e de 18 milhões de quilômetros quadrados¹, que as banquisas e as montanhas de gelo mantiveram, até o momento atual, virgens de qualquer exploração. Esses espaços ainda por descobrir sobre as duas calotas do globo formam cerca de um vigésimo da superfície terrestre, isto é, um conjunto de regiões correspondente a cinqüenta vezes a superfície da França. Atualmente, alguns geógrafos pusilânimes têm expressado o receio de que essa extensão ainda bastante considerável de terras e águas inexploradas fique para sempre desconhecida. Cook, o intrépido navegador do oceano Antártico dos gelos, afirmava que ninguém se aproximaria do pólo, nem o poderia mesmo, mais do que ele próprio o havia feito. Ele se enganava. Também Pigafetta, em seu relato da grande viagem que realizou com Magalhães, é de opinião que “nenhum marinheiro seria, no futuro, bastante intrépido para enfrentar os perigos e os cansaços de uma nova circunavegação”. É verdade que foram necessários 56 anos para que outro marinheiro, Drake, conseguisse completar uma segunda viagem em volta do mundo; hoje, essas façanhas não são mais levadas em conta, tal a frequência com que se realizam².

A paixão com que os exploradores das regiões polares empreenderam e não cessam de recomeçar suas viagens perigosas através dos gelos nos assegura seu futuro êxito; pois, enquanto os obstáculos permanecem os mesmos, a experiência dos navegadores e os recursos da ciência não param de crescer. Desde a expedição ordenada em 1068 pelo rei norueguês Harald Hardrade, e desde a de Willoughby, em 1553, até 1870, 113 viagens de exploração marítima foram realizadas nas regiões boreais³, sem contar inúmeras excursões científicas empreendidas na direção do pólo norte pelos navios baleeiros. Atualmente, cada verão assiste à renovação da obra de pesquisa, e sempre alguma tripulação inglesa, alemã, norte-americana ou sueca procura abrir caminho através dos gelos. Recentemente ainda, foi na viagem em trenó realizada pelo viajante

¹ Informação de Petermann, 1868.

² PESCHEL, Oskar. *Geschichte der Erdkunde*.

³ DALY. *Journal of the American Geographical Society*, v. II, 1870.

Parry, em 1819, que o homem mais se aproximou do pólo norte, atingindo a latitude de 82° 45'. Em 1876, o inglês Markham ultrapassou essa linha, avançando mais 65 quilômetros na direção do pólo, até 83° 20' 26". Quanto às descobertas ainda por fazer no centro das massas continentais, na Ásia, África, América do Sul e Austrália, elas não poderão deixar também de se realizar proximamente; pois a maior parte das dificuldades que ainda detêm os viajantes são de ordem moral e desaparecerão pouco a pouco, graças aos progressos do comércio e da civilização. O pavoroso tráfico, devido ao qual os brancos se tornaram detestados tanto no centro da África como na bacia do Amazonas, terá um fim; as tribos, apaziguadas ou vencidas, acolherão os exploradores e lhes fornecerão guias; grupos de colonos, avançando por etapas através dos continentes, ligarão entre si os territórios habitados pelas nações civilizadas. A cada ano diminui a superfície dos espaços desconhecidos que ainda não figuram em nossos mapas, e centenas de heróis, destinados em grande número a morrer obscuramente, procuram estreitá-los ainda mais. Contudo, é preciso dizê-lo, nenhum viajante percorreu o antigo mundo na sua maior largura através da Ásia central como o fez Marco Polo, há já 600 anos. A mais vasta superfície que permaneceu virgem, até nossos dias, dos passos dos exploradores europeus é a região da África situada entre as nascentes do Nilo, o grande cotovelo do Congo e o Benuê (rio do Sudão, afluente da margem esquerda do Níger), com cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, ou seja, aproximadamente a décima parte da superfície do continente ⁴.

Quando, enfim, o homem vier a conhecer toda a superfície do globo, da qual se diz senhor, e a expressão de Colombo — *El mundo es poco* [a Terra é pequena] — tiver se tornado verdade para nós, a grande obra geográfica não será mais percorrer as terras longínquas, mas estudar a fundo os detalhes da região em que vivemos: conhecer cada rio, cada montanha, mostrar o papel de cada parte do organismo terrestre na vida do conjunto. Desde já, é especialmente a isso que se dedica a maioria dos cientistas, geógrafos, geólogos ou meteorologistas, e importantes instituições vêm sendo fundadas em toda parte com o fim de ativar as pesquisas locais. Elas se voltam sobretudo para as montanhas que elevam seus picos resplandecentes bem acima das encostas habitadas, e onde nenhum pé humano tinha ainda vencido as neves. A cada ano os alpinistas conquistam vários desses montes inviolados até o presente e mostram aos amigos o caminho que é preciso seguir para escalá-los; esses pequenos espaços, alçados nas regiões glaciais do ar, assim como as vastas extensões da zona ártica e da zona antártica, não podem mais se subtrair às investigações do homem. Deve-se principalmente aos ingleses a honra de

⁴ MALTE-BRUN. *Bulletin de la Société de Géographie*, 1875.

impulsionar esse grande movimento de exploração dos altos cumes. Já faz 125 anos que Pococke e Wyndham descobriram, por assim dizer, o monte Branco. Desde essa época memorável foram também os ingleses que, ultrapassando em zelo e intrepidez os próprios habitantes dos Alpes suíços, e muito mais ainda os montanheseiros da Savóia, italianos e franceses, escalaram mais vezes o monte Branco e os outros gigantes dos Alpes; foram eles os que estudaram com maior ardor o Mar de Gelo e as diversas geleiras dos maciços ocidentais e nos explicaram a verdadeira topografia dos grupos pouco conhecidos do Pelvoux, do Grande Paraíso, do Viso; foram eles os que, ao fundarem o primeiro Clube Alpino, fizeram com que surgissem, posteriormente, grande número de sociedades do mesmo gênero em diversas regiões da Europa. Enfim, não são também eles os que acabam de estabelecer em Lahore um "Clube do Himalaia", na esperança de um dia vencer, sucessivamente, todos esses grandes picos da Ásia central, duas vezes mais elevados que os colossos da Europa? Cada fato novo, mesmo que seja a contribuição do mais obscuro pesquisador, acrescenta algo ao conhecimento do planeta e nos faz penetrar mais intimamente no conhecimento dos seus mistérios. Como disse Rambert, referindo-se às geleiras, os verdadeiros poetas da Terra não são somente os escritores e os pintores, mas também os cientistas que nos descrevem os fenômenos.

II. Conquista da Terra pela cultura — Irrigação dos antigos e dos modernos

Muito antes de se apropriar do solo pela ciência, o homem começara a fazê-lo pela cultura. As tribos de caçadores e de pescadores, assim como os pastores nômades, em nada modificaram o aspecto da Terra, e, caso sua raça tivesse desaparecido, nenhum vestígio indicaria sua passagem pela superfície dos continentes; mas, desde que as famílias, estabelecendo-se permanentemente ao lado de vegetais nutritivos, aprenderam a plantar árvores, a semear grãos e frutos, a obra de transformação foi inaugurada. Cada ponto da Terra em que plantas úteis ao homem, tais como os cereais e as árvores frutíferas, substituíram os vegetais derrubados pelo machado ou pelo fogo, se tornou um centro em torno do qual as culturas se estenderam cada vez mais, e agora, graças às centenas de milhões de homens que trabalham sem descanso para incitar as forças produtivas do solo, imensos territórios perderam completamente sua fisionomia original. Pode-se avaliar em 12 milhões de quilômetros quadrados, cerca da décima parte da superfície dos continentes, o conjunto dos espaços cultivados pelas mãos do homem e distribuídos em campos com contornos regulares. É verdade que a maior parte dessa vasta extensão é mais explorada por uma espécie de pilhagem do que

seriamente cultivada. A população da Terra, avaliada hoje em um bilhão e 400 milhões de habitantes, poderia facilmente dobrar sem que o solo lhe faltasse, desde que fosse cultivado com inteligência.

Nas regiões em que as terras, naturalmente salubres e férteis, não foram ainda habitadas por populações numerosas, os agricultores só têm o problema da escolha, e o solo que lavram é daqueles que produzem sem que haja necessidade de fecundá-lo com adubos. Assim, nos Estados Unidos, onde mais de 350 milhões de hectares de terras desocupadas ainda estão à disposição dos cidadãos, os colonos só cultivam as planícies aluviais, as margens dos rios, os pequenos vales regados por águas correntes. Em contrapartida, nas regiões do mundo antigo em que o solo fértil começa a escassear diante da pressão populacional, numerosas terras que seriam desprezadas em outras paragens por sua infertilidade são anexadas ao domínio da cultura e acabam por se cobrir de colheitas. Não existem solos que o homem, pressionado pela necessidade e dispendo dos imensos recursos da ciência e do trabalho associados, não possa agora transformar em ricos campos: pela drenagem ele faz desaparecer as águas perniciosas que resfriariam a terra e apodreceriam as raízes das plantas; pela irrigação ele traz, quando quer, a água necessária para o desenvolvimento da seiva e dos tecidos; pelos adubos ele enriquece o solo e alimenta a planta; por melhoramentos ele muda a própria natureza do terreno. A agricultura, outrora praticada quase ao acaso, tende cada vez mais a se tornar uma indústria científica; ela o será totalmente quando as leis da química, da física, da meteorologia e da história natural forem perfeitamente conhecidas.

Entre os grandes trabalhos já realizados unicamente pela tenacidade do camponês, mesmo carente dos recursos da indústria moderna, alguns são verdadeiramente notáveis. Por exemplo, existe algo mais sensacional do que essas colinas das margens do Mosela e do Reno, do Ródano e do Ardèche, ou esses montes da Provença, da Ligúria, do Ticino, da Toscana, da Moréia, da ilha de Java ⁵, que, da base ao cume, estão contornados por vastos degraus concêntricos, todos ocupados por culturas, vinhedos, oliveiras, cereais ou cana-de-açúcar e palmeiras? A picareta e a enxada demoliram rochas friáveis, e os detritos serviram para construir essa imensa escadaria de muralhas, cada uma retendo, como o terraço de um jardim, a terra vegetal e impedindo-a de escorregar sobre a declividade do rochedo. Se uma tempestade cai nas partes altas, derrubando os muros e escavando as terras, logo no dia seguinte os camponeses se põem a reconstruir os degraus, enquanto outros, mulheres com maior frequência, transportam com grande dificuldade do sopé da montanha, cesto por cesto, a preciosa terra carregada pela tromba-d'água. Ao lado desses monumentos prodigiosos do trabalho humano, não se mostram tão

⁵ JUNGHUHN-WALLACE. *Malay archipelago*. t. I, p. 175.

impressionantes os célebres jardins suspensos da Babilônia, as três pirâmides de Gizé, cujo material empregado bastaria para erguer por toda a África uma parede com 3 metros de altura, 0,30 metro de largura e 5 600 quilômetros de comprimento, ou até a grande muralha da China, na qual foram empregadas muito mais pedras e tijolos! ⁶

As encostas dos vulcões mediterrâneos também oferecem notáveis exemplos daquilo que pode fazer a vontade tenaz do agricultor. Nos próprios flancos do Etna, cujo cimo se alça ao longe na região das neves, vivem mais de 300 mil habitantes. Sombreado por uma multiplicidade de árvores frutíferas, o solo dos campos é só lavas e cinzas; mas o árduo trabalho de cada dia o transformou num jardim, que é a maravilha da Sicília. O camponês atacou com fervor todas as rochas e as conquistou, passo a passo, para transformar a superfície áspera em terra vegetal. Quando a montanha vomita sua lava sobre as culturas e as aldeias, simplesmente interrompe-se o trabalho agrícola. As famílias conservam religiosamente seus títulos de propriedade, como se a propriedade não tivesse desaparecido; depois, após certo número de anos, quando as lavas resfriadas estiverem recobertas aqui e ali por placas de líquens, o cultivador põe mãos à obra para utilizar as mínimas fendas da rocha que se prestem à cultura. Certas lavas compactas, mormente do tipo da que destruiu parte de Catânia em 1669, são cortadas com singular lentidão; para poder cultivar as escórias superficiais no decurso do mesmo século, é necessário esmagá-las e misturá-las com terras já férteis; o trabalho afinal chega ao término: os jardineiros ali introduzem brotos de cactos, que se desenvolvem rapidamente e escondem a terra avermelhada sob a espessura impenetrável de seus caules espinhosos, brilhando ao sol como se fossem raios metálicos. Figueiras, arrastando-se sobre o solo, deslizam suas longas raízes nos interstícios da rocha. Em certos locais, a própria videira consegue viver e dar frutos em cima dessas escórias duras, que mais parecem blocos de ferro. Outros tipos de lavas, por causa da friabilidade de seus cristais e da quantidade de cinzas trazidas pelo vento, se prestam a uma cultura rudimentar no espaço de alguns anos. Tal foi o caso das lavas de Zaflarana, expelidas em 1852 e em 1853 e em cujas concavidades os habitantes das aldeias vizinhas já plantavam giestas cinco anos após a erupção ⁷. Friáveis ou duras, as lavas terminam por se transformar em hortas e pomares. Tão perseverantes como as formigas, que reconstroem incansavelmente seus formigueiros destruídos pelo pé dos andarilhos, os camponeses do Etna recomeçam, século após século, seu trabalho obstinado; sobre cada rio de pedra que recobre seus campos, estendem outros novos, não menos verdejantes do que foram seus pomares desaparecidos.

⁶ KOLB. *Culturgeschichte*. t. I, p. 69.

⁷ LYELL, Charles. *Philosophic transactions*. 1858.

No emprego inteligente das águas correntes para a fertilização do território, os agricultores modernos ainda têm o que aprender com os antigos. De todos os trabalhos agrícolas que modificaram a face da Terra, os canais de irrigação concebidos e executados nos tempos passados são os mais grandiosos. Os egípcios — cercados pela areia do deserto e, por assim dizer, com sua alma nessa aluvião do Nilo, de onde teriam surgido seus ancestrais segundo suas crenças — fizeram das irrigações seus grandes ritos sagrados; seus reservatórios, cavados para o aproveitamento das águas de inundação, não exigiram menos trabalho que as inúteis e faustuosas pirâmides.

Entre os grandes empreendimentos no gênero devidos à indústria moderna, nenhum ultrapassa em ousadia de plano e em utilidade prática o *meri* (bacia) ou lago Mæris, aberto às águas do Nilo no reinado do faraó Amenemba III, há mais de 4 500 anos, segundo a cronologia de M. Brugsch. De acordo com os detalhes topográficos deixados pelos autores antigos sobre essa maravilha do mundo, sabia-se que a localização do Mæris, cujo nome, de origem copta, significa mar, devia ser procurada na atual província de Faium. Ora, existe um lago considerável, o Birket-el-Keroun, na parte mais baixa da província e, como se conhecia pouco a geografia dessa parte do Egito, era natural ver nesse lago a antiga bacia dos faraós. Alguns geógrafos, sobretudo M. Rosler⁸, ainda acreditam nisso; contudo, o estudo dos locais parece provar o contrário. De fato, o Birket-el-Keroun está situado numa depressão profunda, quase ao nível do mar e a mais de 16 metros abaixo das águas médias do Nilo; não é portanto, a menos que tenha sido drenado de forma extraordinária, o reservatório que alternadamente recebia as águas superabundantes da cheia fluvial, que eram distribuídas por duas vastas portas, como diz Estrabão, nos campos ribeirinhos do Nilo. Aliás, a posição desse lago difere bastante daquela que os antigos geógrafos indicavam para o Mæris. Após um estudo aprofundado da área, o engenheiro Linant de Bellefonds julga ter descoberto que o grande reservatório se encontrava precisamente na parte mais elevada do Faium, a oeste da garganta rochosa do Ilaum, onde passa uma derivação natural desse Bahr-Yousef, que foi provavelmente, em época geológica anterior, a principal corrente do Nilo. Restos de diques, que em certos locais atingem 9 metros de altura e 60 metros de largura, elevam-se ainda na parte oriental do Faium. Se a verdadeira finalidade dessas construções foi mesmo descoberta, as paredes encontradas por Linant teriam formado, outrora, uma muralha semicircular na entrada da grande bacia dos campos do Faium, retendo as águas trazidas pelo Bahr-Yousef.

Linant calculou que, durante os 100 dias de cheias, esse braço do rio, que representa em média a vigésima oitava parte do Nilo, vertia na

⁸ *Ausland*, n. 3 e 4, 1868.

bacia 356 metros cúbicos de água por segundo, e que a massa líquida total aprisionada no gigantesco reservatório, levando-se em conta a evaporação, era de 2 820 milhões de metros cúbicos. Era o suficiente para diminuir notavelmente os perigos das elevadas inundações do Nilo e para fornecer, em seguida, a água necessária à irrigação de 180 mil hectares. Segundo o testemunho de Heródoto, o excedente das águas era dirigido para oeste, em direção à Sirte da Líbia; isso significa que, após ter atravessado o atual lago Birket-el-Keroun, ia encher o leito de um canal agora dessecado que transportava as águas do Nilo aos desertos do oeste. Ainda hoje o Faium possui magnífico sistema de irrigação, comparável às ramificações das arteríolas e dos vasos sanguíneos; mas há 45 séculos o lago Mæris, cujo nível mudava continuamente, de acordo com as necessidades da agricultura, era como um coração de onde a vida se espalhava em ondas, para alimentar o grande corpo do Egito até Mênfis. Hoje, do Mæris só restam diques rompidos, algumas ruínas das duas pirâmides construídas nas águas, em homenagem a Amenemba, e uma espessa camada de aluvião depositada ao sul da bacia pelas águas barrentas do Bahr-Yousef⁹.

Na Europa, o Pó é o rio que melhor se compara ao Nilo dos antigos, pelo cuidado com que suas águas são utilizadas para a fertilização do solo. Já em 1863, os agricultores lombardos lhe retiravam 45 milhões de metros cúbicos de água por dia para regar suas culturas, ou seja, mais de 520 metros cúbicos por segundo, massa líquida igual ao débito médio do Sena¹⁰. Desde aquela época, foi aberto ainda o grande canal Cavour, verdadeiro rio artificial que retira sozinho 110 metros cúbicos de água por segundo. Iniciando-se em Chivasso, a jusante de Turim, esse rio, com 50 metros de largura na origem, distribui à direita e à esquerda suas águas fertilizantes nas já bem férteis planícies da Lomellina, recebe numerosos afluentes na sua passagem — o Elvo, o Sesia, o Agogna, o Terdoppio — e depois, na altura de Turbigio, verte no Ticino o que ainda lhe resta de água, após ter irrigado, no seu percurso de 85 quilômetros, mais de 200 mil hectares. Com o grande canal do Ganges, no Indústão, é o maior trabalho do gênero efetuado nos tempos modernos. É possível que o Pó, tão temido outrora por suas enchentes repentinas, ou *fúria*, afinal se torne, como outros rios da Lombardia, um conjunto sabiamente administrado de canais agrícolas. Aliás, toda a Itália do Norte é uma terra clássica para a arte das irrigações, e os maiores artistas e sábios — Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Galileu, Torricelli — estão associados à história dessa parte da agricultura.

Hoje, a obra prossegue com grande atividade em todas as regiões do sul da Europa, no Indústão e em muitos outros países do mundo

⁹ LINANT DE BELLEFONDS, *Mémoire sur le lac Mæris*.

¹⁰ LOMBARDINI, Elia. *Politecnico*, jan. 1863, apud MARSH, P. *Man and nature*.

que sofrem com as secas. Antes de entrar nas planícies, quase todas as torrentes do Piemonte, da Provença, do Roussillon e da Espanha mediterrânea são completamente desviadas para os campos, e somente por ocasião das chuvas ou do derretimento das neves é que os leitos pedregosos se enchem de água suja, que a terra ávida logo absorve. Grandes rios como o Ebro, o Pó, o Durance, utilizados na irrigação, empobrecem-se a cada ano; escapando ao seu vale de montanhas, o Ganges libera seis sétimos de suas águas para o canal de irrigação que rega as planícies do Duab¹¹; mas em compensação essa massa líquida, contrabalançando o efeito das secas, permite que três milhões de homens sejam salvos da fome e da morte. No rico delta do Nilo, 50 mil poços de rega não param de funcionar, às expensas do rio e de seus canais¹². Caso se concretize a ambição dos agricultores, os rios acabarão por desaparecer completamente.

Não é só a água das torrentes e dos rios que os agricultores devem utilizar para aumentar suas colheitas e fecundar o solo: também o húmus e os detritos de toda espécie, arrancados pelas águas às suas margens de jusante. Tomemos o exemplo do Durance, o rio francês mais seriamente estudado, cujas águas e aluviões são as mais empregadas na irrigação e colmatagem dos campos vizinhos. Os 18 canais alimentados por essa torrente podem lhe subtrair até 69 metros cúbicos de água; quando isso é feito de uma só vez, restam 23 metros cúbicos de água tão-somente no leito do Durance, ou seja, um quarto do débito normal. Segundo as observações de M. Hervé-Mangon, de 1 de novembro de 1859 a 31 de outubro de 1860, a massa de aluvião carregada pela torrente representa, num ano, cerca de 18 milhões de toneladas e de 11 milhões de metros cúbicos. Para ter uma idéia do enorme volume de aluvião arrancado anualmente pelo Durance dos terrenos superiores de sua bacia, figure-se essa massa sob a forma de um cubo de 220 metros de lado: depositadas sobre o solo, essas aluviões recobririam, num ano, mais de 100 mil hectares com uma camada de um centímetro de espessura, contendo o que há de mais conveniente para as raízes das plantas, mais azoto do que 100 mil toneladas de guano e mais carbono do que 49 mil hectares de florestas. Infelizmente, os canais só funcionam para a irrigação; nove décimos das aluviões são perdidos para a colmatagem, e os cultivadores compram, ao preço de vários milhões por ano, os elementos de fertilização que o rio carrega para o Mediterrâneo, quando seria tão fácil aproveitá-los. No entanto, como dizia o grande Torricelli, "as aluviões são mais valiosas que as areias de ouro".

Aliás, hoje as águas superficiais não bastam para a irrigação das terras. Através de poços, o homem procura a água existente nas profun-

¹¹ SCHLAGINTWEIT, H. *Reise in Indien*. t. I.

¹² FRAAS. *Aus dem Orient*. p. 207.

dezas e a força a voltar à superfície, para regar as plantações; isso foi feito, com o maior êxito, na Argélia, quer para aumentar os oásis em extensão, quer para criar novos oásis, e sem dúvida o mesmo pode ser feito em outras regiões, onde o solo árido esconde lençóis subterrâneos. Isso não é tudo: essa água, desviada do seu curso natural ou que se faz jorrar do fundo da terra, não age nas plantas trazendo-lhes apenas a umidade necessária; ela age também pelos adubos que lhe são acrescentados. Nos campos onde se espalha, distribui as aluviões arrancadas de formações de natureza diferente e assim mistura os solos, em proveito da vegetação; ela transforma, por colmatagem, terras naturalmente inférteis em excelentes para a cultura. Com jatos de água habilmente dirigidos os mineiros californianos derrubam altos taludes de areia ou de seixos, para recolher partículas de ouro levadas pela corrente; do mesmo modo, podia-se reduzir a detritos numerosos rochedos dos Pirineus, para transportá-los em canais de colmatagem e reparti-los, em aluviões tão preciosas como o ouro, sobre as areias inférteis do Landes¹³. Essa idéia do engenheiro Duponchel não é uma quimera. Recentemente, M. Bazalgette provou o que o homem pode tentar, fazendo aparecer, como por magia, magníficas pradarias sobre as areias puras do litoral, regando-as com águas de esgoto procedentes de Londres, a 70 quilômetros de distância. O químico Liebig afirmou que a praia nua se recusaria a produzir um broto de erva; com razão, sua previsão não foi aceita sem ser submetida a uma experiência, pois as areias condenadas por ele podem dar, ao ano, seis a nove cortes de uma gramínea saborosa.

III. Cultivo dos pântanos — Drenagem do solo nos campos e nas cidades

Pela irrigação, o agricultor conquista as terras áridas, tais como as areias das charnecas, as argilas do deserto, as escarpas rochosas; pela drenagem, ocupa as terras inundadas que nada produziriam e as transforma em magníficas hortas. As turfeiras e os pântanos se transformam, por seu trabalho, em terras muito férteis; dá-se o nome de *marâchers*¹⁴ aos horticultores que, nas vizinhanças de nossas grandes cidades, sabem como fazer crescer a maior quantidade de substância vegetal num pequeníssimo espaço de terreno. Cada uma das etapas da humanidade — na Itália, nas planícies da Gália e da Germânia, no solo inundado da Batávia, na Grã-Bretanha — só se tornou possível pela drenagem e saneamento do território; cada retrocesso parcial da civilização, como

¹³ Landes é um departamento francês formado por parte da Gasconha. Seu nome se deve às planícies arenosas que cobrem dois terços do seu território. (N. do T.)

¹⁴ *Marâcher* — Diz-se também da horticultura (cultura intensiva) feita em solos pantanosos. (N. do T.)

se pode ainda ver em torno de Cartago, de Siracusa e de Roma, é evidenciado por uma nova invasão dos pântanos outrora conquistados. Atualmente, quando os trabalhos de colonização atingem tão grandes proporções, o principal trabalho dos pioneiros — no Mitidja, nas margens do Mississippi, nas costas da Colômbia, das Guianas e do Brasil, nas ilhas de Sonda e no litoral da África — não é consolidar o solo e purificar o ar, para acrescentar um novo domínio aos já possuídos pela humanidade? Eis uma obra que custa, a cada ano, grande número de vidas; em diversas planícies, hoje ricas de culturas, morreram mais pacíficos agricultores no esforço da conquista do que soldados nos campos de massacre, como Leipzig e Sadowa; mas tudo cede à paciência, e, cedo ou tarde — graças ao crescimento das populações humanas, aos progressos de suas indústrias, à associação de suas forças —, as margens pantanosas do Amazonas, as lagunas do Paraguai, as terras submersas do lago Chade, os Sunderbund do Ganges e do Bramaputra se tornarão campos salubres. Sob todos os tipos de clima prossegue essa obra de organização da terra. Na Noruega, onde a superfície das terras aráveis era só de 2 800 quilômetros quadrados em 1866, os agricultores vêm conquistando anualmente, aos pântanos e fiordes, mais de dez mil hectares ¹⁵.

Atualmente, os cientistas propõem estabelecer abaixo da superfície do solo um movimento circulatório das águas análogo ao realizado pelas nuvens e rios no ar e na superfície das terras. A água que se eleva do mar sob a forma de vapor se movimenta no espaço para se precipitar em chuva e voltar ao oceano pelos riachos e rios; mas o agricultor se apropria da água que retorna ao reservatório dos mares, repartindo-a em canais, depois em pequenas redes de irrigação, distribuídas nos campos do vale e no flanco das colinas e montanhas, e até mesmo nos planaltos elevados. A água, assim dividida em ramificações numerosas, penetra no solo em toda a superfície do território; como uma segunda chuva, ela refresca e nutre as raízes das plantas. Sua obra útil encerrou-se: se permanecer mais tempo na terra, será funesta para a vegetação; afogará as pequenas raízes e fechará os poros através dos quais penetra o ar exterior.

Assim, a irrigação pode ser fatal onde o subsolo não possui, como na superfície, uma rede de condutos que livram o terreno da umidade superabundante. A água se filtra gota a gota nos pequenos tubos de drenagem, que depois se reúnem num conduto maior, e, aumentando pouco a pouco ao longo do seu percurso, o riacho invisível vai, de tubo em tubo, se jogar num rio ou no mar. Este é o imenso trabalho de canalização subterrânea que os agricultores empreendem simultaneamente em inúmeros locais, do qual resulta a modificação lenta mas segura de todas as condições hidrológicas e climatológicas do solo. A drenagem dos terrenos

se opera da forma mais grandiosa nas regiões úmidas da Europa civilizada, principalmente na Grã-Bretanha; só na Inglaterra, a extensão de todas as galerias de drenagem é de dez milhões de quilômetros, ou seja, 250 vezes a circunferência terrestre. Infelizmente, os interesses particulares e a falta de iniciativa e compreensão da maioria dos proprietários não permitiram que essa obra fosse realizada de acordo com um plano geral: cada qual trabalha no seu campo, sem se preocupar com o vizinho, e freqüentemente tais drenagens parciais têm engrossado os rios e transformado em pântanos os campos situados mais abaixo. Cedo ou tarde esse imenso empreendimento de aeração e secagem do solo deverá ser recommençado sistematicamente, para poder aplicar-se inteiramente a cada bacia fluvial. Só então a rede artificial da drenagem poderá comparar-se à rede natural das águas correntes: ao circuito geral produzido nos ares e no solo pela rotação do globo, responderão todos os circuitos parciais, instalados em cada região pelo trabalho humano.

Hoje, é nas grandes cidades, sobretudo, que a canalização subterrânea começa a ser feita de acordo com um plano sistemático. Sabe-se que os riachos e os rios de água pura se tornam, em nossas cidades, receptáculos de imundícies. Basta ir a Londres — a grande cidade cujas 400 mil casas encerram mais de quatro milhões de habitantes e que se liga, por intermináveis ruas, a inúmeras e florescentes cidades novas da periferia — e seguir as margens pantanosas desse largo Tâmsa, que passa entre as imensas colmeias humanas, para se ver o quanto esse povo, o maior apreciador da natureza no mundo, consegue no entanto poluí-la. Na maré baixa, quando as águas lentas e enegrecidas do rio se dirigem para o mar, pouco a pouco surgem bancos de uma vasa meio líquida e cheia de detritos em putrefação, que enchem o ar com seu cheiro nauseabundo: por um sentimento de horror instintivo, fica-se quase admirado de ver o azul do céu e as nuvens se refletirem nessas imundícies úmidas. Na volta da maré, quando a massa líquida estaciona, para depois subir gradualmente e entrar no Tâmsa, as ilhas de vasa deixam de ser visíveis, mas a maior parte dos imundos detritos levados pelo refluxo são trazidos de volta pelo fluxo: um movimento de vaivém faz desfilar continuamente essas impurezas diante dos habitantes.

É dessa forma que se polui ainda o grande rio; quanto aos riachos e pequenos rios que se jogavam no Tâmsa, após terem percorrido parte da província que se tornou Londres, há muito desapareceram, sob as ruas e as casas, transformando-se em esgotos. O mesmo se faz em todas as grandes aglomerações humanas; Paris também transforma o Bièvre, que as colinas do Saint-Cyr fizeram tão puro, numa fossa de imundícies líquidas; às vezes, quando as águas do Sena estão baixas, pode-se extrair uma massa sólida de impurezas igual a cerca de 40% de tudo aquilo que o rio carrega. Em todos os lugares, os grupos de homens atraídos pelas águas correntes começaram por poluí-las, tornando-as freqüentemente

¹⁵ FRISCH. Informação de Petermann. XI, 1866.

impróprias para beber ou, até, completamente nocivas à saúde. Os nomes fortes e grosseiros que os habitantes do sul da França deram a alguns dos ribeirões que atravessam suas grandes cidades revelam o estado de medonha imundície em que se encontram esses cursos de água.

Após se privarem da água pura que a natureza pôs à sua disposição, aliás muitas vezes insuficiente para suas necessidades, as cidades tiveram de substituí-la por águas de nascente ou de rios transportadas com enormes gastos. O bem-estar das populações que se acumulam, cada vez mais, em nossas cidades exige solução para esse problema capital. Outrora, a poderosa Roma, para a qual eram obrigados a trabalhar os vencidos do mundo inteiro, desviou a água de todas as montanhas vizinhas por meio de aquedutos, dirigindo-a para suas praças, onde jorrava em abundância numa multitude de fontes e se armazenava em grandes reservatórios. A Cidade Eterna recebia então quase a mesma quantidade de água que o Marne lança, em tempo comum, no Sena; Roma ainda conserva bastante dessa água, pois cada habitante consome, para seu uso pessoal, 944 litros por dia. Bem poucas cidades modernas recebem a mesma quantidade de água que a antiga Roma, guardadas as devidas proporções; crescendo ao acaso, atordoadas, a maioria das jovens cidades não compreendeu até agora quais são suas necessidades mais vitais, faltando-lhes ainda fontes inesgotáveis. Mas essa preocupação cresce cada vez mais, e o século XIX não terminará sem que a maioria das grandes cidades tenha sido abundantemente provida da água necessária para suas necessidades de alimentação e limpeza. Os trabalhos desse gênero em volta de Marselha, Paris, Glasgow, Nova York, Filadélfia, Washington e Chicago já ultrapassam tudo o que haviam feito os romanos, não pela beleza, mas pela extensão e capacidade dos aquedutos e, sobretudo, pela engenhosidade com que os engenheiros venceram os obstáculos naturais. Londres recebe de seus aquedutos e por bombeamento até 500 milhões de litros por dia, e já se fala em trazer água dos lagos de Gales ou de Cumberland. Nova York e Bombaim estão construídas sobre ilhas; pouco importa, pois a água pura lhes vem do continente, usando-se o princípio do sifão para trazê-la por cima do rio Hudson e do mar. Chicago acha-se na embocadura de um rio pantanoso, à margem de um lago cujas águas são poluídas pelos navios ancorados; pois bem, a cidade vai buscar a água, em fontes situadas a dois quilômetros da praia, por meio de um grande túnel cavado sob o lago Michigan: para seu abastecimento diário a cidade constrói um riacho submarino!

Quanto à expulsão das águas usadas, só menos urgente que a obtenção de águas puras, Londres, a maior cidade da Terra, foi até há pouco a cidade-modelo. Seus 132 quilômetros de esgotos carreariam para fora da cidade 1 800 milhões de metros cúbicos de água e de imundícies diariamente, ou seja, 22 mil metros cúbicos por segundo, mais do que o Mississippi lança, em média, no golfo do México. Esses rios subterrâneos não só

evacuam as águas que até há pouco ainda empestavam o Tâmsa, mas poderiam ainda fertilizar, por irrigação, mais de 60 mil hectares até 70 quilômetros de distância e produzir capim suficiente para suprir a necessidade de 100 mil vacas leiteiras, bem mais do que o necessário para abastecer, de manteiga e de leite, a imensa cidade. Assim, diz o relatório do Board of Health, "estaria fechado o grande círculo da vida, da morte e da reprodução". Mas os habitantes de Londres ainda não executaram essa obra tão necessária, que transformaria sua cidade num verdadeiro organismo vivo. Nesse sentido, Paris lhes deu o exemplo. A quantidade de impurezas que a grande cidade lançava até recentemente no Sena por seus 800 quilômetros de esgotos transformou-o num curso de água lodoso, completamente impróprio à vida. Parte dessas águas sujas, a que encerra maior quantidade de matéria sólida, é sugada por máquinas e conduzida para o outro lado do Sena, para a península de Gennevilliers, antes infértil e transformada agora numa admirável cultura hortifrutífera. Quando essa parte dos arredores de Paris ficar exígua, outros terrenos serão anexados da mesma forma à rede de canalização de Paris, para receber as águas impuras da grande cidade. Como um ser prodigioso, Paris absorve continuamente a água por seus aquedutos, os gêneros alimentícios por suas ferrovias, e os detritos que ela envia para longe por meio de seus esgotos servem para reconstituir o alimento necessário ao seu enorme apetite.

3. A COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO *

É indispensável, sem dúvida, estudar à parte e de forma detalhada a ação especial de cada elemento do meio, frio ou calor, montanha ou planície, estepe ou floresta, rio ou mar, sobre tal povo determinado; mas é por puro esforço de abstração que se tenta apresentar em separado esse fato particular do meio e que se procura isolá-lo de todos os demais a fim de estudar sua influência essencial.

Mesmo onde essa influência se manifesta de forma absolutamente preponderante nos destinos materiais e morais de uma sociedade humana, ela não deixa de se mesclar a uma série de outros estímulos, concomitantes ou contrários em seus efeitos. Sendo o meio infinitamente complexo, em consequência o homem é solicitado por milhares de forças diversas, que se movem em todos os sentidos, unindo-se umas às outras, algumas diretamente, outras segundo ângulos mais ou menos oblíquos, ou opondo-se umas à ação das outras.

Assim, a vida do insular não é determinada unicamente pela imensidão das ondas que o cercam: é necessário considerar também o grau de latitude em que ele passa sua existência, o deslocamento anual do Sol que o ilumina, as oscilações da temperatura, a direção e o ritmo dos ventos, a ação menos conhecida mas não menos real das correntes magnéticas, com todos os seus fenômenos de declinação, inclinação e intensidade; convém também verificar, em volta do grupo social que se

estuda, a estrutura das rochas, a consistência e a cor do solo, o aspecto e a variedade das plantas e dos animais, o conjunto das paisagens que o cercam, em suma, tudo aquilo que, na natureza exterior, pode agir sobre os sentidos. Cada um de nós é, na realidade, um resumo de tudo aquilo que viu, ouviu, viveu, de tudo aquilo que pôde assimilar pelas sensações.

E ainda assim esse meio primitivo, constituído pelas coisas circundantes, é apenas uma tênue parte do conjunto das influências às quais o homem está sujeito. As necessidades da existência determinam um modo de alimentação que varia segundo as regiões; da mesma forma, a nudez ou o vestuário, o acampamento ao ar livre ou os diversos tipos de habitações — grutas e tetos de folhas, cabanas e casas — agem e reagem sobre a maneira de sentir e de pensar, criando assim, em grande parte, aquilo que se chama “civilização”, estado ininterruptamente modificado por novas aquisições, entremeadas de sobrevivências mais ou menos persistentes. Além disso, o gênero de vida, combinado com o meio, se complica com numerosas doenças, de contágios repentinos, que variam de acordo com regiões e latitudes e se propagam, ao infinito, no conjunto das forças que determinam a humanidade.

Ao meio-espaço, caracterizado por mil fenômenos exteriores, é preciso acrescentar o meio-tempo, com suas transformações contínuas, suas repercussões sem fim. Se a História começa primeiro por ser “toda geografia”, como disse Michelet, a geografia se torna gradualmente “história” pela reação contínua do homem sobre o homem. Cada novo indivíduo que se apresenta, com atitudes que surpreendem, com uma inteligência inovadora, com pensamentos contrários à tradição, se torna um herói criativo ou um mártir: mas, feliz ou infeliz, ele age, e o mundo se transforma. A humanidade se forma e se reforma com suas alternâncias de progressos, de recuos e de estados mistos, das quais cada uma contribui diversamente para formar, modelar e remodelar a raça humana.

Como enumerar todos esses fatos cuja ação se sucede com as sociedades e as renova constantemente? As migrações, os cruzamentos de população, as vizinhanças dos povos, o vaivém do comércio, as revoluções políticas, as transformações da família, da propriedade, das religiões, da moral, o aumento ou diminuição do saber são forças que modificam o ambiente e influem, ao mesmo tempo, sobre a parte da humanidade mergulhada nesse novo meio. Mas nada se perde: as causas antigas, embora atenuadas, ainda agem de modo secundário, e o pesquisador pode encontrá-las nas correntes ocultas do movimento contemporâneo, da mesma forma que a água, desaparecida do leito primitivo da superfície, volta a ser encontrada nas galerias das cavernas profundas. Por isso pôde-se dizer, sinceramente, que os “mortos governam os vivos”. “O morto apo-

* Reproduzido de RECLUS, É. *Millieu tellurique...* In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, s.d. t. I, cap. II, p. 108-14. Trad. por Maria Cecília França.

dera-se do vivo". Segundo um provérbio cafre¹, que serve tanto aos brancos como aos negros, "o fato é filho de um outro fato, e não se deve nunca esquecer sua genealogia".

Assim, o meio geral se decompõe em elementos inumeráveis: uns pertencem à natureza exterior, designada freqüentemente como o "meio" por excelência, o ambiente propriamente dito; outros são de ordem diferente, uma vez que decorrem da própria marcha das sociedades e se produziram sucessivamente, aumentando ao infinito — por multiplicação — a complexidade dos fenômenos ativos.

Esse segundo meio dinâmico, acrescentado ao meio estático primitivo, constitui um conjunto de influências no qual é sempre difícil, muitas vezes impossível, reconhecer as forças preponderantes, tanto mais que a importância respectiva dessas forças, primeiras ou segundas, puramente geográficas ou já históricas, varia segundo os povos e os séculos. Aqui, são os frios intensos que causam o despovoamento duma região, a morte da raça, ou que, obrigando os homens a se esforçarem para se acomodarem a um meio bem rude, contribuem indiretamente para o progresso; acolá, o mar ou o rio é o agente principal da civilização; mais além, é o contato repentino com povos desconhecidos, de cultura diferente, a causa determinante do avanço.

O cruzamento de um povo já muito avançado na ciência e nas artes com elementos de outra procedência e de cultura inferior é, necessariamente, o ponto de partida de um novo impulso progressivo ou regressivo: viu-se isso no caso de Roma sob a influência dos gregos e, de forma geral, em todas as tribos do mundo bárbaro que entraram em contato com civilizados.

De qualquer forma, as adaptações diversas dos povos, sempre complicadas com lutas e combates, não devem ser contudo consideradas resultado da guerra contra a natureza ou contra outros homens. Quase sempre ignorando totalmente o sentido da vida, falamos naturalmente do progresso como sendo o resultado da conquista violenta: sem dúvida, a força do músculo sempre acompanha a força da vontade, mas não pode substituí-la. Em linguagem comum empregam-se as palavras *luta*, *vitória*, *trunfo*, como se fosse possível utilizar uma outra vida e não a da natureza para conseguir modificar as formas exteriores: é preciso saber acomodar-se a esses fenômenos, aliar-se intimamente a suas energias e associar-se a um número crescente de companheiros que a compreendam para fazer obra permanente.

¹ *Cafre* — Habitante da Cafraria, nome antigo dado a uma região do sudeste da África, habitada por povo não-muçulmano. Designa-se assim, pejorativamente, em sentido geral, o indivíduo ignorante, rude, bárbaro. (N. do T.)

Mas todas essas forças variam de lugar para lugar e de época para época: portanto, foi em vão que os geógrafos tentaram classificar, numa ordem definitiva, a série dos elementos do meio que influem no desenvolvimento de um povo — os fenômenos múltiplos e entrecruzados da vida não se deixam classificar numa ordem metódica. A tarefa já é bem difícil, e só tem valor convencional e de apreciação pessoal quando se trata de um único indivíduo. Evidentemente, este deve procurar "conhecer a si próprio", como lhe ensinaram e repetiram os filósofos; mas, para se conhecer, é necessário também conhecer as influências exteriores que o modelaram, estudar a história de seus ascendentes, perscrutar em detalhe os meios anteriores de sua raça, descobrir-se no estado subconsciente, rememorar as palavras ou as ações decisivas que o fizeram escolher, como Hércules, entre os dois, ou melhor, entre os mil caminhos da vida. E quão maiores ainda são as dificuldades de estudo quando o pensamento abarca vastas comunidades, nações inteiras, que até mudaram de nome, de senhores, de fronteiras e de domínios no decorrer do tempo², e que se enganam radicalmente sobre a origem de seus antepassados!

Por isso os historiadores, até mesmo investigadores como Taine, tão notável por sua penetrante sagacidade, limitam-se comumente a descrever os meios e as épocas imediatamente próximas para interpretar os fatos e os caracteres, método parcialmente bom para dar idéias gerais e médias, mas bem perigoso quando se estudam talentos originais, isto é, precisamente aqueles cujo caráter, determinado por elementos distintos dos do meio banal, reage contra o seu ambiente. Tão difíceis são os problemas da História relativos à sucessão dos meios, que comumente são afastados sumariamente, sendo atribuídos a uma pretensa diferença essencial daquilo que se chama as "raças". Após ter procurado compreender as influências imediatas que agem de modo evidente, facilmente atribuem-se todos os outros traços do caráter nacional à raça presumida. Mas o que é de fato a raça, com todas as suas características de estatura, de proporções, de traços, de capacidade craniana, senão o produto dos meios anteriores que se multiplicam ao infinito, durante todo o período que decorreu desde o aparecimento dos troncos iniciais do gênero humano?³ Aquilo que se chama "hereditariedade dos caracteres adquiridos"⁴ nada mais é do que essa ação sucessiva dos ambientes. A raça, como o indivíduo, é determinada, mas para isso ela emprega o tempo necessário.

A história da humanidade, no seu conjunto e nas suas partes, só pode pois ser explicada pela adição dos meios aos "juros compostos" durante a sucessão dos séculos; mas, para bem compreender a evolução

² MOUGEOLLE, P. *Statique des civilisations*.

³ RATZEL, Friedrich. *Völkerkunde*. t. II, p. 5.

⁴ MATTEUZZI. *Les facteurs de l'évolution des peuples*. p. 19.

que foi realizada, é preciso avaliar também em que medida os próprios meios evoluíram, em virtude da transformação geral, e modificaram, em consequência, sua ação. Assim, tal montanha, da qual outrora deslizavam longas geleiras para as planícies e cujas formidáveis escarpas ninguém escalava, cessou de ser barreira para o movimento das nações, quando largas gargantas, mal obstruídas pela neve ou até mesmo completamente livres, abriram um caminho entre os picos, e quando vias subterrâneas as atravessaram, percorridas por viaturas ocupadas por ociosos e dorminhocos. Do mesmo modo, tal rio, que era poderoso obstáculo para tribos fracas, inaptas para a navegação, se tornou mais tarde a grande artéria de vida para os canoeiros de suas margens.

À beira do oceano, tal "Finisterra" como o promontório de Sagres se transformou em ponto de partida para a descoberta de continentes desconhecidos. A planície constitui, para o movimento da civilização, um mundo bem diferente quando está recoberta de árvores e ali crescem gramíneas naturais ou há colheitas, e quando as estradas nela se entrecruzam e existem habitações humanas.

O mesmo se pode dizer dos traços da natureza que, sem nada mudarem, não deixam de exercer ação bem diferente, por influência da história geral que modifica o valor relativo de todas as coisas. Assim, a forma da Grécia permaneceu a mesma, salvo por alguns detalhes, devidos às erosões e acumulações. Mas esses mesmos contornos e relevos adquiriram um significado bem diferente quando o movimento da civilização se dirigia para a Grécia, vindo de Chipre, da Fenícia, do Egito, ou, mais tarde, quando o centro de gravidade da História se deslocou para Roma! Produziu-se então um contraste dos acontecimentos, comparável ao contraste da luz que se espalha na aurora sobre uma vertente de montanha e da sombra que a invade no crepúsculo. E a vizinhança de uma capital, de um porto, de uma mina ou de uma camada de hulha não fazem surgir a vida da natureza sombria, aparentemente inerte? O próprio desenvolvimento das nações implica essa transformação do meio: o tempo modifica continuamente o espaço.

II. A ORIGEM DA FAMÍLIA, DO ESTADO E DA PROPRIEDADE

4. ORIGEM DA FAMÍLIA, DAS CLASSES SOCIAIS E DO ESTADO *

A origem da primeira "família" no sentido patriarcal, família bem diferente daquela compreendida em nossos dias por este vocábulo, foi exatamente a mesma que a origem do Estado. O chefe vencedor se apossa de um país com todos os habitantes que nele se encontram: eis um fundador de império. Cada guerreiro que faz parte do bando conquistador participa da pilhagem, terra, objetos e homens. Todo indivíduo que a partir de então obedecer ao conquistador, na qualidade de escravo ou de concubina, faz parte da "família", termo que primitivamente designou o conjunto de bens, móveis e imóveis, crianças e criados¹.

E o próprio *pater familias*, o chefe da família, originalmente não era considerado o genitor, mas unicamente o protetor de todo o pequeno Estado que ocasionalmente lhe caíra em mãos por conquista ou por herança: o "pai" pode adquirir essa posição por intermédio de um criado ou de um parente; até mesmo após a morte ele adquire filhos legítimos pela instituição do "levirato", que obriga o irmão a casar-se com a mulher do irmão defunto.

Além da guerra, fato capital na fundação dessa primeira família patriarcal, as outras condições do tipo de vida contribuíram para o homem apossar-se do poder. Nos grupos que vivem unicamente da caça, o homem traz o alimento para casa, enquanto a mulher só tem que cuidar das

* Reproduzido de RECLUS, É. *Constitution des classes; royauté et servitude*. In: — *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, s.d. t. I, cap. V, p. 251-74. Trad. por Januário Francisco Megale.

¹ BRÉAL, Michel e BAILLY, Anatole. *Dictionnaire étymologique latin*.

crianças em casa e dar conta dos afazeres domésticos. É inevitável, portanto, que em situação semelhante o pai goze de maior autoridade: deus distribuidor da carne e do sangue, pode imaginar que tem algum direito à adoração da parte de seus familiares. Entre os povos nômades, os machos, sendo os mais fortes, têm por incumbência capturar, domar e matar o gado; também adquirem todos os direitos sobre as mulheres mais fracas, designadas pela natureza para preparar os alimentos, cuidar das crianças e dos filhotes dos animais. O patriarcado, mantendo-se as demais condições, tornou-se singularmente penoso entre os povos pastores, sobretudo quando são ao mesmo tempo guerreiros e procuram escravizar outras populações. Cada nova fornada de cativos reage sobre a família do vencedor e diminui em proporção os direitos da esposa.

Em conseqüência da luta entre os dois princípios, derivados um da solidariedade natural entre o filho e a mãe, o outro da violência exercida pelos captores machos, os dois tipos de casamento, o matriarcado e o patriarcado, se desenvolveram lado a lado, na série dos tempos e conforme as vicissitudes dos homens, ganhando ou perdendo em força relativa, sem nunca manter o ponto de equilíbrio enquanto instituição. Ponto de equilíbrio este que é a perfeita igualdade de direitos entre os indivíduos e, por conseguinte, entre os sexos.

Na Sumatra, porém, três formas de casamento eram nitidamente reconhecidas: o *jugur*, pelo qual o homem comprava a mulher; o *ambel-anak*, pelo qual a mulher comprava o homem, e o *semando*, ou casamento de iguais².

Entre os hassanes e os hamitas do Alto Nilo, muitas vezes reconhece-se à mulher casada sua parte nos produtos da cultura. No antagonismo contínuo das convenções matrimoniais, o patriarcado é, conforme nos mostra a História, o que prevaleceu o mais das vezes, e a causa está nas dificuldades da luta pela existência, que exige o emprego da força, e no resultado dos conflitos que se desenvolvem nas próprias famílias.

A mescla das tradições e das idéias mostra que em toda parte, até entre as populações essencialmente patriarcais, alguns resquícios, às vezes muito esquisitos, do antigo matriarcado ainda se mantêm, como entre os Ba-Luba do Kasai, onde as mulheres são verdadeiras escravas, adquiridas a preço de dinheiro, mas que presidem como "ancestrais" à bênção das sementeiras³. Alhures, principalmente entre as sociedades berberes, a mulher, ela própria serva, nem por isto deixa de proteger o estrangeiro, como uma divindade. De modo semelhante, a mão de uma mulher, em nossa Idade Média, substituía o contato de um altar. Os vestígios tornaram-se tão fracos em nossas sociedades modernas, fundadas no direito

² LUBBOCK, J. *Origines de la civilisation*.

³ GARMIJN. *Bulletin de la Société Belge de Géographie*, nov. 1905.

do marido ou do pai, que a própria virtude, *virtus*, era considerada há pouco tempo como monopólio do macho⁴. E, naturalmente, esta pretensão exclusiva à virtude gerou todos os males: feroz ciúme do marido proprietário, brutalidade na educação dos filhos, queima das viúvas, prática e finalmente dever do infanticídio.

Sabe-se o que se tornaram algumas regiões da Índia guerreira sob este regime. No próprio decurso de civilizações bem recentes, até em pleno "século das luzes", não vimos os rajaputros ou "filhos de reis", esses tipos da honra tradicional, se casarem invariavelmente por meio do rapto, deixar queimar suas mães sobre a fogueira paterna, e matar quase sempre as filhas, no temor de não podê-las casar com bastante riqueza e ostentação?

Verifica-se, neste caso, como o grupo social formado pelo clã, tribo ou nação e consolidado pela moral tradicional tem mais influência que os sentimentos naturais manifestados no casamento e no parentesco. Estas afeições e conveniências pessoais, ou se adaptam às convenções ditadas pela opinião pública, ou são impiedosamente descartadas. A vontade comum do grupo se impõe por ditadura e com tanto maior poder quanto mais recuada e menos racional for a origem da tradição: "É assim que sempre se fez!" Haveria então morte rápida de toda associação por falta de renovação se as vicissitudes da vida não se encarregassem de modificar os grupos por associações cruzadas ou por violentas interrupções.

Em sua forma primitiva, a sociedade inicial dos homens, unida em um só bando pelas necessidades de ajuda mútua e da luta, não teve ainda tempo de se constituir num conjunto bem definido, e os indivíduos ainda não se ligaram ao grupo de maneira muito sólida. O tamanho desses grupos varia: entre os Aeta de Luzón, Blumentritt estimava de 20 a 30 associados; na Austrália central, são de 30 a 50 (Fison); no Brasil, os botocudos se associavam de 80 a 100 companheiros; os bosquímanos da África meridional eram mais numerosos, de 100 a 200 (Burchell).

Mas a horda é, por assim dizer, apenas a matéria humana da qual a sociedade mais sábia, agrupada em clãs, em tribos, em nações, extrai os elementos para se organizar, conforme as mil combinações adequadas ao gênero de vida e ao ideal das comunidades em formação.

A este respeito, a diversidade das organizações é infinita, e os indivíduos devem se adaptar a elas de diferentes maneiras, conforme os ambientes, os cruzamentos, as alianças e as conquistas. A integração dos grupos secundários em unidades nacionais mais extensas tende a se fazer sempre de maneira a salvaguardar as individualidades étnicas tradicionais, mas a herança do passado se modifica constantemente.

⁴ DE GREEF, G. *Le transformisme social*.

Sabe-se como as tribos dos peles-vermelhas e as da Austrália procuram conservar a memória e o orgulho de sua origem através do *totem* e do *kobong*, isto é, através dos símbolos dos animais ou das plantas cujos nomes trazem com reverência ⁵.

Foi principalmente entre os povos caçadores que a tradição totêmica melhor se manteve, pois o representante do clã muitas vezes se arrisca a se encontrar na floresta ou na savana com o animal do qual se diz irmão.

Algumas nações se consagraram inteiramente a algum deus protetor: como Lebres, Serpentes, Lobos, Raposas; outras se compõem de multidão de clãs ou até mesmo de famílias vivendo lado a lado como animais de espécies diferentes no mesmo curral ⁶: tais são as aldeias dos índios Moqui e Zuñi nas províncias de Tusayán e de Coriba (Arizona e Novo México). Em outros lugares, sobretudo na África, na Oceania, as tradições de hereditariedade são indicadas sobretudo pelos desenhos de tatuagem, por cicatrizes, por enfeites da pele; mas aqui a influência da religião e da descendência se mistura de modo diferente com a arte.

O instinto de apropriação, que, desde as origens, se manifestou na animalidade e na pré-humanidade entre os pais e as mães, entre os genitores e os filhos, no conjunto dos clãs e das tribos, não podia se limitar às pessoas; estendeu-se igualmente às coisas.

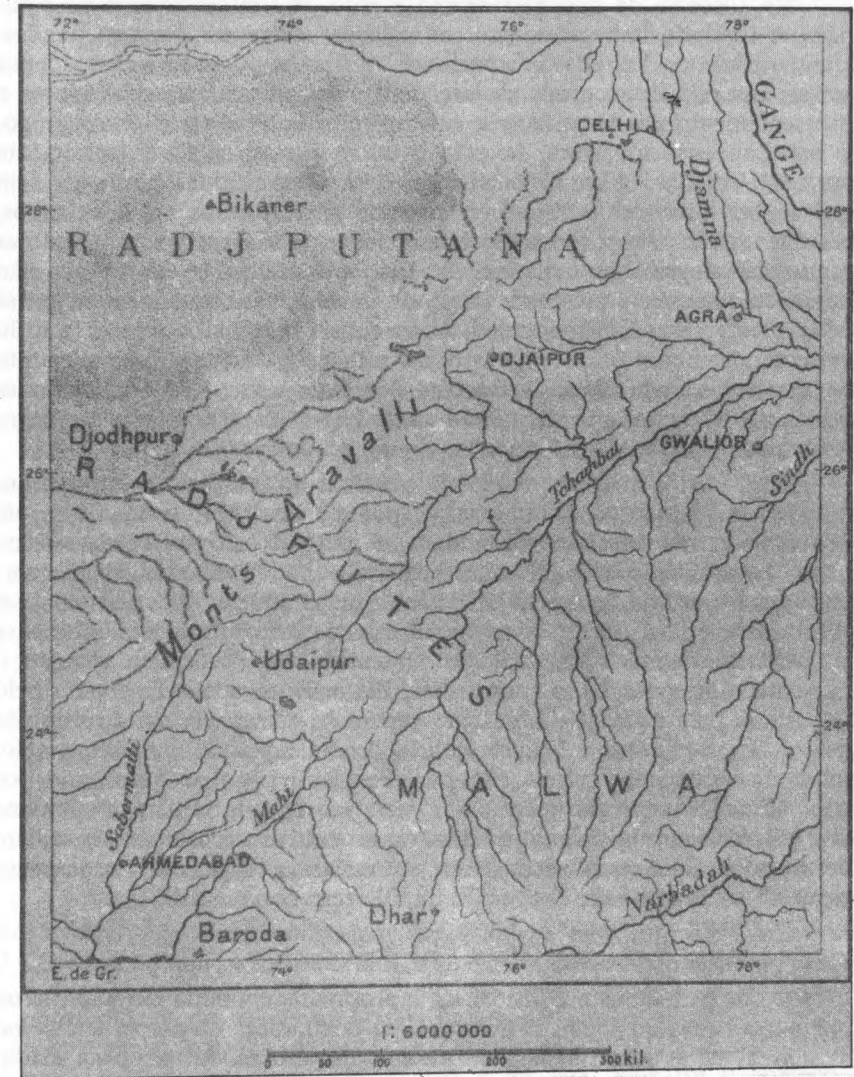
A propriedade se constituiu; entretanto, não foi a propriedade tal como os economistas a entendem hoje. Os primitivos eram naturalmente levados a considerar como seu pertence a pedra por eles talhada ou o vaso feito com suas mãos, e, ao darem a outrem este objeto por eles fabricado, a livre doação estabelecia nitidamente sua qualidade de proprietário, mas não imaginavam que a pedreira da qual extraíram o sílex ou o campo de lava que lhes fornecera a obsidiana necessária à sua indústria pudessem tornar-se propriedade pessoal.

Não reivindicavam a savana, o rio ou a floresta como seu domínio particular, e nunca poderiam imaginar que semelhante apropriação fosse possível, pois nada nos costumes da tribo materna ou nos de outros bandos que percorriam a Terra poderia prepará-los para esta concepção das coisas. Para a busca do alimento não bastava seguir livremente a pista do animal através do campo ou da mata, ou então remar, navegar na direção das focas ou dos bancos de peixes? Nosso ancestral tinha sempre diante de si o espaço ilimitado. Mesmo quando começou a cultivar o solo, reservava-se o direito de trocar o lugar das sementeiras depois da colheita, e qualquer companheiro que vinha retomar a terra

⁵ FISON e HOWITT. *Anthrop. Institute*, 1884; STARCKE. *Famille primitive*.

⁶ SCHURZ. *Die Speiseverbote*.

País da honra e do infanticídio



por ele abandonada era bem-vindo. O ceifador não se considerava proprietário do terreno produtor, do mesmo modo que a marmota, após ter enceleirado suas apanhas de grãos no fim do outono.

Na ausência de qualquer direito escrito, só um sentimento de equidade natural devia regulamentar as relações entre os diversos bandos. Uma espécie de “direito internacional”, oriundo do próprio estado das coisas, interditava ao grupo de caçadores, pescadores ou exploradores o prosseguimento de sua indústria em território habitado por outro grupo, e tais convenções tácitas, favoráveis ao interesse coletivo, geralmente eram observadas. A propriedade coletiva se constituía, portanto, sem que limites precisos indicassem a partilha de territórios entre as tribos, e muitas vezes até espaços desertos, divisas ou “marcas” sem moradores eram cuidadosamente evitados de uma e outra parte, para que não houvesse qualquer pretexto de conflito. Desse modo, por muito tempo se pôde manter propriedades coletivas nas quais o trabalho e a circulação em comum tinham por corolário o usufruto de todos; mas o simples fato de que tribos bem distintas entre si detinham certo território como se pertencesse ao conjunto de indivíduos já implicava o princípio da futura propriedade privada no sentido moderno da palavra.

Com efeito, qualquer mudança ocorrida no interior de cada comunidade ou qualquer conflito exterior poderia modificar o equilíbrio em proveito de um membro particular do pequeno corpo social, clã ou tribo. Tal distinção especial concedida a um grande caçador, a um guerreiro bem-sucedido, a um hábil profeta ou curandeiro lhes permitia em geral abarcar uma parte maior de animais, de terra ou de produtos para si, para sua família, seus clientes ou escravos. Ou então, quando o aumento da população em um distrito diminuía o espaço reservado pelo clã, a luta pela existência resultante gerava combates; se, em decorrência destes, este ou aquele indivíduo se notabilizava, ao capturar, por exemplo, todos os habitantes de uma choupana, poderia julgar-se autorizado por isso mesmo a empregar seus novos escravos na guarda do rebanho que eles pastoreavam na savana próxima ou no cultivo do campo que tinham desmatado. E, como sua bravura se mostrava digna de recompensa especial, a comunidade lhe cedia a pilhagem conquistada.

Em sânscrito, uma das palavras mais comumente empregadas nos *Veda* para significar batalha é *gavishti*, literalmente, a “luta pelas vacas”⁷.

Desde os tempos pré-históricos, a propriedade, obtida por captura ou por outra causa qualquer, manifestava-se por índices de posse, tais como as marcas feitas sobre o pêlo ou a carne do animal. Já na época mada-lenense os cavalos deviam seguir o homem, a julgar pelo cabresto representado numa gravura de cavalo, pela cobertura riscada que se distingue

⁷ MÜLLER, Max. *Essais sur la mythologie comparée*. Trad. Perrot. p. 36 e 37.

em outro desenho. Esse precioso testemunho foi encontrado na gruta de Cambarelles, perto de Eyzies⁸. Uma representação de mamute parece trazer também sinais de caparazão, e neste caso o enorme animal teria precedido o elefante como animal doméstico.

A guerra, sob suas mil formas, foi uma das grandes causas, a mais importante de todas as que contribuíram para a instituição da propriedade privada. Antigamente a maioria dos economistas se comprazia em descobrir na apropriação do solo a mais nobre origem, o trabalho. Mas a observação do que ocorre entre os primitivos atuais mostra que esse ponto de partida deve ter sido exceção. O trabalho do solo realizado no seio de uma comunidade por um dos membros beneficia naturalmente o conjunto dos co-participantes, sem que por isso estes pensem em outorgar ao zeloso companheiro algum privilégio que o distinga absolutamente dos demais. As desigualdades de poder causadas por lutas intestinas e pelas guerras explicam bem melhor as desigualdades de posse que se introduziram no governo das sociedades.

Mas, qualquer que tenha sido na história a forma tomada pela apropriação de um campo, de um distrito ou de uma província por um só indivíduo, traços de uma forma anterior de propriedade coletiva subsistem na lembrança dos homens e no direito tradicional ou escrito.

Em muitos lugares, os proprietários de domínios particulares trabalham juntos nos dias de festa, e a terra volta a ser comum, principalmente em Guam, a principal ilha das Marianas⁹. A ilusão do passado renasce alegremente. Que felicidade a das aldeias do antigo Béarn, quando todos, idosos e crianças, se reúnem no paiol para debulhar as espigas de milho, ouvindo as histórias da velha matrona ou os cânticos das moças!

Lá onde as terras são divididas segundo sua natureza e os campos cultivados se tornaram estritamente propriedades particulares, a comunidade ainda conserva alguns direitos coletivos sobre as florestas, os pastos, e as terras sem valor permanecem propriedade de todos. Mesmo nos lugares onde a expropriação dos pobres foi completa, a tradição se mantém. O lorde inglês que percorre seus domínios da Irlanda compreende muito bem o sentido oculto do olhar que lhe lançam os camponeses.

A guerra é pois, por suas conseqüências, o artesão mais temível da desigualdade entre os homens. Um jovem guerreiro — mais forte, mais ligeiro, mais ágil e mais esperto que os outros e pouco preocupado com o respeito tradicional devido aos anciãos e aos costumes — tinha grande oportunidade de se elevar acima dos camaradas e de ser reconhecido como chefe, não só durante as expedições de guerra, mas também permanentemente durante as tréguas e na paz. Este foi o começo da

⁸ CAPITAN e BREUIL. *Comptes rendus de l'Académie des Sciences*, 9 dez. 1901, p. 1038.

⁹ *National Geogr. Magazine*, mai. 1905, p. 236.

instituição que tomou forma definitiva na monarquia, isto é, o governo de um só, colocado, de direito ou de fato, acima das leis. Milhões de Luíses XIV em germe precederam o Rei-Sol.

Como justamente observou Gumpłowicz, a monarquia é tão antiga como a humanidade: é até mais antiga, pois já existia no mundo animal¹⁰. Como a maior parte das instituições humanas, esta nasceu com nossos ancestrais, as feras da savana e da floresta: muitas famílias de animais tinham um rei, como contam as fábulas. Especialmente algumas espécies de macacos têm chefes reconhecidos, que devem à força física, ao poder dos braços, ao vigor das mordidas o respeito demonstrado pelos outros macacos do bando. As mesmas paixões têm por toda parte conseqüências análogas: no curso dos tempos os comportamentos sempre se sucederam de geração em geração e do ancestral animal aos herdeiros humanos, conforme o caráter atávico.

Aliás as línguas, intérpretes do pensamento, nos mostram de maneira evidente a gênese da realeza. Em quase todos os idiomas humanos, os títulos aplicados aos chefes e aos nobres tiveram origem na luta¹¹. O "imperador" é aquele que comanda a batalha; o "ditador" dita ordens aos seus soldados; o marechal, o senescal e o condestável são indicados para a chefia da cavalaria; o "duque" ou "herzog" conduz as tropas; o "jarl" ou "earl" é o homem forte por excelência, o bravo que dá o golpe de morte; o "cavaleiro", o "escudeiro" e o "valete" permanecem lado a lado no combate¹². Alguns títulos, entretanto, só expressam de maneira vaga o fato simples da dominação, na paz ou na guerra, tal o título de "rei". Nas línguas germânicas, as palavras *knig*, *köönig* e *king* atribuem até a quem comanda certa inteligência, um conhecimento superior das coisas. Então o súdito se humilha diante do seu mestre, pois pertence a gerações há muito avassaladas para se tornarem cortesãs.

A monarquia teve ótimas condições para se consolidar entre os homens, porque estes são animais "domesticáveis"¹³, como o cão e tantas outras espécies. Domado pela adulação ou pelo terror, e mantido a seguir na servidão pelo hábito, o homem entrega suas forças e sua vida a quem possui o querer; mas, ao abandonar a dignidade de sua pessoa, permanece homem pela afeição, pelos sentimentos de respeito e de veneração; e é precisamente a quem lhe tirou o brio que ele passa a amar, respeitar e venerar mais que todos os demais. Como um cão, ele rasteja aos pés do dono que o insulta e que nele bate.

Foi também no mundo anterior ao homem que nasceu e se desenvolveu esse espírito de obediência e de abandono moral, tão comum

¹⁰ GUMFLOWICZ, Ludwig. *Neue Deutsche Rundschau*. v. 1895.

¹¹ BREHM. *Thierleben*.

¹² CARLYLE, Thomas. *Sarton Resartus*.

¹³ GUMFLOWICZ, Ludwig. art. cit., p. 6.

ainda em nossa época, que permitiu o nascimento das monarquias em grande número de sociedades humanas e que, no curso da história, propiciou a fundação desses famosos impérios em que milhares de homens se sentiam felizes por se prosternarem no chão à passagem de um de seus semelhantes. Quantas vezes a última homenagem dos que pereciam pelo capricho de um monarca não foi prestada para quem, por um sinal, os enviava à morte! *Cæsar, morituri te salutant!* (César, os que vão morrer te saúdam!) não era a suprema ironia do desespero, mas o último ato de adoração.

Num dos pequenos Estados das ilhas Palaos, os chefes têm o título de *mad*¹⁴ ou "morte": ninguém, é o que se pensa, pode olhá-los sem morrer.

A tendência à imitação também é um dos fenômenos naturais que mais contribuíram ao desenvolvimento do espírito monárquico na humanidade: o fraco gosta de se modelar pelo forte, o pobre pelo rico, o feio pelo bonito, e até mesmo o bonito gosta de imitar o horrível que se torna soberano.

Era inevitável, pois, que a imitação espontânea gradualmente se erigisse em lei, em dever. Onde a força está solidamente constituída, qual súdito ousaria se furta da obrigação de copiar seu senhor? A imitação se torna distante, respeitosa, atingindo toda a população, mas, como ela se transforma pouco a pouco numa espécie de estupefação, a palavra e o pensamento se fazem ainda mais servis.

Assim, nas ilhas Fidji, quando um chefe caía numa trilha, todos os seus companheiros fingiam cair também, e aquele que permanecesse de pé era imediatamente golpeado pelos outros, por se mostrar insolente e rebelde¹⁵. Do mesmo modo, quando o "Grande Rei", velho e caquético, se queixava do peso dos anos, que cortesão não reclamava o mérito de também ser fraco e adoentado? Se uma rainha tem a infelicidade de ser feia, imitar sua feiúra torna-se a grande beleza. É disforme? Então convém assumir a aparência de deformação semelhante.

Há privilégios reservados aos soberanos e proibidos ao comum dos mortais; mas estes sempre encontram meios de macaquear seus senhores por meio de caretas permitidas, aceitas como de bom gosto.

"Um antigo instinto humano conduz à torpeza." (Hugo)

Ao mesmo tempo, outras paixões agem em ambientes diferentes e levam à insurreição, suscitando o heroísmo. Em parte alguma as circunstâncias são idênticas e, por conseguinte, os resultados políticos da luta entre um grupo de homens submetidos a uma vontade superior e outro grupo, cujos membros conservam toda ou parte de sua vontade

¹⁴ MIKLUKHO-MAKLAÏ. *Izvestiya Rousskavo Geograf. Obchtchestva*, 1877.

¹⁵ SOURY, J. *Études historiques sur (...) l'Asie antérieure*. p. 321.

individual, devem variar conforme os lugares e os tempos. Entretanto, do ponto de vista especialmente geográfico, é importante saber como as formas políticas das sociedades correspondem normalmente às diversas formas terrestres na evolução da humanidade; pode-se estabelecer a este respeito regras gerais, que prevaleceram enquanto a constituição de grandes Estados centralizadores — que dispunham de formidáveis meios de coerção — não suprimisse os contrastes originários.

Tomemos, por exemplo, um país montanhoso, cuja população, forçosamente dispersa, se distribui por pequenas comunidades em vales pouco extensos, bem limitadas por passagens estreitas e pelas cristas comumente obstruídas pela neve ou pelas geleiras. Nesses pequenos mundos fechados, o trabalho de cada indivíduo é definido pelas próprias condições do meio, e as jornadas são bem preenchidas: cega do feno e enceleiramento, jardinagem, corte de madeiras, vigilância dos animais, fabricação de queijos, são tarefas obrigatórias durante toda a parte viva do ano; para grande número de nativos, o trabalho continua durante a estação fria, graças à emigração temporária. A defesa é fácil, devido às escarpas e caminhos inacessíveis; no caso de essas condições não impedirem os inimigos de atacar os montanhese, a tática a ser seguida não é nada complicada e obriga-os a se colocar sob um único chefe no interesse da minúscula pátria.

Cada indivíduo, em decorrência de seus costumes e da vida que leva, tem confiança em si naturalmente: pode se entender bem com o “primeiro dos pares”, com o combatente por todos reconhecido como o mais valente e mais astuto, e isto lhe dá certa autoridade efetiva em tempo de perigo público, mas que não seria sancionada pela opinião e portanto é quase nula, em tempos normais. O perigo do comando só adquire caráter de temível gravidade quando as tribos de montanhese descem em massa dos cimos para conquistar as baixas planícies e aí fundar impérios, onde mudam rapidamente de costumes e terminam por se perderem entre as nações circunvizinhas mais civilizadas.

Os vales do Himalaia e do Hindu-cuxe, os do Setchuan, do Cáucaso, dos Apeninos, dos Pireneus e dos Alpes ocidentais oferecem numerosos exemplos destas pequenas democracias locais que subsistiram por milhares de anos, muitas das quais se mantiveram sob formas modernas. Na península de Málaca e nas grandes ilhas indo-malaias, nas ilhas chinesa de Hainan e japonesa de Formosa, as regiões do interior, semeadas no entorno dos espinhaços, são igualmente, ou pelo menos eram até há pouco, habitadas por populações republicanas cujas instituições se determinavam pela divisão das terras altas em domínios distintos.

Todavia, a arquitetura do maciço ou de qualquer outro sistema de montanhas pode facilitar a constituição de um império. Assim, as bacias lacustres onde se encontram as cidades de Tezcuco e do México, protegidas por um círculo de planaltos, deviam por sua própria posição dar

grande preponderância às populações que as habitavam, aproveitada por elas para submeter os habitantes dos vales divergentes, muito mais fracos e sem coesão natural. De modo semelhante, as famílias governantes dos incas — às quais estavam submissas as nações dos aimarás e dos quíchuas, que viviam nas alturas andinas, entre as duas cordilheiras —, graças à forma do relevo continental, gozavam de um poder de ataque verdadeiramente formidável, que não deixaram de usar contra todas as populações vizinhas, que habitavam as encostas exteriores das montanhas tanto na vertente do Pacífico, como nas florestas da Amazônia.

Mesmo na Europa, um país de montanhas e de grandes vales intermediários, a Suíça, que apresenta um caráter misto do ponto de vista geográfico, mostra igualmente uma dupla evolução em sua história: de um lado, a defesa vitoriosa de sua independência, graças ao acantonamento dos pastores nas bacias de acesso difícil para as populações da planície, de outro, a extensão conquistadora da comunidade sobre os campos inferiores. Assim, a poderosa Berna, ao mesmo tempo plana e montanhosa, oligarquia e república, apoderou-se da região de Vaud, por ela oprimida duramente até o fim do século XVIII; os pequenos Estados associados que cercam o lago dos Quatro Cantões mantiveram sob sua dominação política o Tessin e o vale do Reno a montante do lago de Constança, do mesmo modo que os grisões eram senhores da Valteline, como águias dominando ovelhas.

Diversas regiões não montanhosas oferecem a seus habitantes condições análogas às regiões que apresentam vales de pequena extensão, seja porque se ramificam no entorno de um maciço, seja porque estão dispostas dos dois lados de uma longa crista. Mesmo em planícies continentais, em regiões pantanosas dos litorais marítimos, em arquipélagos, encontram-se áreas cujas condições naturais favorecem o nascimento de pequenas comunidades distintas que gozam de real autonomia no interior de um organismo federal.

Deste modo o regime primitivo determinado pela própria natureza dos lugares devia se manter até os tempos modernos em regiões como a dos frisões, onde as comunicações se tornaram difíceis, do lado do mar por falta de profundidade e pela violência das tempestades, do lado da terra pelos pântanos e áreas palúdicas. Os espaços drenados e férteis, que ocupam a zona intermediária, eram ilhotas igualmente evitadas pelo vaivém das conquistas, povoadas por habitantes que gozavam, de século em século, de liberdade: podiam esperar o esquecimento, a menos que o desastre de um dilúvio os forçasse a sair de seus retiros para participar das guerras dos vizinhos.

Oásis disseminados nas areias, como os do Egito e da Arábia, assim como ilhas vizinhas e pouco diferentes em tamanho e recursos, principalmente as do mar Egeu e de certas paragens insulíndias, ofereciam vantagens análogas para facilitar uma constituição republicana dos habitantes.

Populações de pastores que viviam cada uma numa dobra da estepe também se mantiveram durante longos séculos num belo equilíbrio de paz e de liberdade; mas quando um conquistador as reunia em uma horda, isto é, em um "campo de guerra", ou quando repelidas em massa por alguma revolução da natureza ou da história e forçadas a se lançarem violentamente sobre o mundo, tudo mudava bruscamente em seu gênero de vida e em sua influência sobre os outros homens.

Não há flagelo comparável ao de uma nação oprimida que faz recair a opressão, como por um furor de vingança, sobre os povos que por sua vez ela oprime. A tirania e o esmagamento se sobrepõem, se hierarquizam na imensidade das multidões, tendo à frente um chefe universal, na sua base uma massa aviltada de escravos e, como intermediários, um bando de indivíduos, subordinados de um lado, dominadores de outro, que infligem raivosamente nos inferiores as afrontas que eles próprios sofrem.

A organização política de um conjunto considerável de homens depende principalmente de seu número, pois a dominação de um chefe misterioso sobre desconhecidos por intermédio de "tenentes", de "procônsules", de "vice-reis", é muito mais difícil de manter que os privilégios de um camarada, de um companheiro, sobre centenas ou mesmo milhares de homens que o rodeiam.

É evidente que as vicissitudes, as revoltas locais têm fraco valor histórico, comparadas às revoluções que abrangem nações inteiras por uma série de reações diretas ou indiretas. Daí a função capital realizada na evolução por todos os fatos que romperam o isolamento das tribos, para mesclá-las com outras sociedades, próximas ou distantes, ou uni-las em uma só massa por federações ou por conquistas. As mudanças do relevo e do perfil geológico devidas a erupções vulcânicas e derramamento de lavas, a desmoronamentos e a tempestades também provocaram o deslocamento dos povos e seu remanejamento, assim como as moléstias contagiosas e os flagelos de toda espécie, as guerras, as perseguições e as retiradas.

As descobertas de passagens através das montanhas, as savanas, as florestas, os rios, os braços de mar, incluem-se entre os grandes acontecimentos ocorridos na pré-história. É verdade que a maioria destes últimos fatos passou despercebidas, realizando-se por inúmeras iniciativas locais, mas nem por isso deixaram de ser obras de grande importância no desenvolvimento da humanidade.

Diferentes pelos costumes e hábitos, pela cor e tonalidade da pele, pelo crânio, pela estrutura dos órgãos da voz, os grupos humanos repar-tidos pelo ambiente em hordas, tribos e nações se isolaram de tal forma uns dos outros que a boca não se habituou mais a pronunciar os mesmos

sons e o ouvido a percebê-los. As línguas surgiram do mesmo modo como se formaram os tipos nacionais e, como estes, procuraram seu estado de equilíbrio, umas apenas subsistindo, outras se desenvolvendo pouco a pouco.

Em torno do mundo histórico atual, constituído pelas civilizações conscientes, existe o mundo pré-histórico das línguas não escritas ou recolhidas apenas pelas sociedades de evangelização religiosa, sobretudo francesas, alemãs e anglo-saxônicas; e estes diversos idiomas, em número de milhares, evoluem muito diversamente conforme as condições que os cercam: isolamento, relações amigáveis com a vizinhança, pressões laterais que os forcem a se deslocarem, a se transformarem, até mesmo a perecerem.

Na Oceania, nas terras tão numerosas da Insulíndia, a luta foi travada entre as línguas gerais muito desenvolvidas, tais como o maori e o malaio e os idiomas locais. O contato, as trocas comerciais tiveram como consequência definitiva unir e unificar os indivíduos; após milhões de anos de intercâmbio, viu-se que as grandes línguas estenderam seu domínio sobre grandes superfícies; entretanto, há pequenas tribos em Célebes, na Nova Guiné e na Austrália que possuem, como ninhos de pássaros, o seu falar diferente. No continente africano, também, as grandes línguas de conquista — o árabe, o suaili, o haussá, diversos idiomas bantos, e agora os jargões ingleses e o sabir — sobrepõem-se gradualmente aos idiomas nativos, mas em muitas pequenas comunidades a comunicação se faz com palavras desconhecidas em outras partes!

A América meridional é o continente em que a população primitiva está mais dispersa e onde, por contraste, a série de vocabulários distintos está mais amplamente representada. Milhares de grupos amazônicos têm dialeto próprio, graças à paz que se estabeleceu entre as tribos de igual valor em cultura e sem um ancestral especial. A oeste, entretanto, nas montanhas, o quíchua, o aimará e o teuelca tiveram até há pouco grande poder de absorção; no Brasil central, o vaivém dos batelões nos rios fez do guarani o idioma que mereceu ser chamado de "língua geral". Enfim, na América setentrional, as línguas dos peles-vermelhas estavam em guerra como as próprias tribos, e verifica-se que muitas delas estavam em vias de desaparecimento; na Califórnia, no Oregon, em toda a vertente do Pacífico, a pressão dos conquistadores empurrou as nações indígenas para um espaço cada vez mais exíguo.

Do mesmo modo que a língua transmite fugazmente o pensamento emanado do grupo, a mão procura defendê-la, mantê-la e até eternizá-la, pois encontramos em toda parte sinais gravados: marcas simbólicas, pictografias, hieróglifos, cujo término é a escrita na qual os sinais correspondem aos sons. Todos os arqueólogos nos descrevem desenhos rupestres, na maior parte elementares, mas por isso mesmo escolhidos para

representar idéias simples. A cruz, o círculo, a cúpula, o ornato grego e o labirinto são encontrados em toda parte¹⁶; mas o difícil é encontrar a ligação entre os primeiros sinais e nossos alfabetos. Os índios da América do Norte, os quíchuas com seus nós de cordas, os daomeanos da Guiné, com seus sinais inscritos em fragmentos de cabaças, mantinham comunicações muito expressivas e pormenorizadas por toda a região.

Em todos os povos, a língua foi chamada sempre e com direito “materna”: as mães sempre foram as pacientes educadoras da infância. O pai permanece calado, mas a mãe repete os sons, ela se faz de papagaio para encorajar a criança a imitá-la. A mulher fornece o primeiro vocabulário, o primeiro caderno de canções, o primeiro elenco de contos; é ela que conserva e permite desenvolver todas as conquistas da humanidade. E, além disso, “tudo o que existe de verdadeiramente indispensável para se conduzir na vida nos foi ensinado pelas mulheres: o sorriso, os gestos elegantes, a polidez, a arte de agradecer”¹⁷.

5. A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO DA TERRA *

Um fato capital domina toda a civilização moderna: o fato de que a propriedade de um único indivíduo pode aumentar indefinidamente, e até mesmo, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro. O poder dos reis e dos imperadores é limitado, o da riqueza não o é. O dólar é o senhor dos senhores: é por sua causa, antes de qualquer outro motivo, que os homens estão repartidos diversamente sobre a face da terra, distribuídos aqui e acolá nas cidades e no interior, nos campos, nas oficinas e nas fábricas, sendo levados e tornados a levar de trabalho em trabalho, como o seixo de praia em praia.

O modelo essencial do civilizado europeu, ou melhor, do americano do norte, é de se preparar para o lucro, tencionando comandar os outros homens através do dinheiro todo-poderoso. Seu poder aumenta na proporção exata de seu haver. Esta é a lei hoje universalmente reconhecida, não somente nos países de cultura européia, mas também nas regiões da Ásia que se desenvolveram conforme o modelo do mundo ideal econômico, e em todas as outras partes do mundo, arrastadas pelo exemplo da Europa e por sua vontade todo-poderosa. As antigas formas de propriedade, que reconheciam a cada habitante da comuna a igualdade dos direitos ao uso da terra, da água, do ar e do fogo, são apenas sobrevivências antigas que desaparecem rapidamente.

¹⁶ COURTY, Georges. *Sur les signes rupestres de Seine-et-Oise*; LETOURNEAU, Charles, passim, etc.

¹⁷ GOURMONT, Remy de. *Le chemin de velours*.

* Reproduzido de RECLUS, É. La culture et la propriété. In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, 1908. t. VI, cap. VII, p. 256-95. Trad. por Ianuário Francisco Megale.

Lá onde a tribo era pouco numerosa, enquanto, em proporção, a terra era ilimitada, por assim dizer, ninguém imaginava apropriar-se de um lote de terra para culturas particulares. Havia superabundância de terras produtivas: cada qual pegava o que queria, do mesmo modo que cada um respirava à vontade e se aquecia ao sol quando tinha frio. Ainda no século XII, quando os habitantes do Jura eram muito dispersos, por direito público o indivíduo que roçasse um terreno se tornava seu proprietário¹. O princípio de que se adquire o uso legítimo da terra ao vivificá-la, isto é, ao cultivá-la com os braços, é universalmente reconhecido na Índia e em todo o Oriente. Mas uma vez interrompido o cultivo e a terra tornando-se novamente inculta, qualquer recém-chegado pode proceder, após um lapso de três ou de cinco anos, a uma nova apropriação do terreno por meio de seu trabalho².

Em certas partes da China, no Setchuen, por exemplo, os camponeses permanecem vigilantes às margens do Yangtse-Kiang; apenas as águas baixam, deixando à mostra ilhas e restingas, surgem campos como por encanto, e cabanas de bambu são construídas no solo recém-drenado. A opinião pública e, por consequência natural, a lei vigiam ciosamente o agricultor que não aprecia com o devido interesse a terra que tem oportunidade de possuir. O abandono dos campos é punido pelo confisco; o mau cultivo, com golpes de bambu; deixar de produzir o grão nutritivo que a terra consente em dar é um crime contra todos.

A primeira forma de apropriação — pois ainda não é propriedade a terra que alguém cultiva ciente de que não terá mais o direito de considerá-la sua se deixar de fecundar seu solo pelo trabalho — esta primeira forma é sucedida pela propriedade coletiva, que é uma limitação do direito primitivo de lavoura coletiva. Com efeito, é compreensível que os habitantes de um distrito vejam com desgosto os vizinhos — que também têm suas terras de cultivo, seus domínios de campos e florestas — invadir o território que, em consequência do longo costume, haviam se habituado a considerar “seu”. Pouco a pouco se estabeleceu, pela força das coisas, uma distribuição das terras entre as comunidades ou grupos de camponeses ou de famílias, de modo semelhante à parte da atividade distribuída fisiologicamente entre as células. Recentemente os historiadores economistas mostraram que a propriedade comum foi outrora o regime dominante entre as sociedades. Aliás, é estranho que tenha sido necessário, por assim dizer, “descobrir” esse antigo estado de coisas, quando ainda se pode verificá-lo em todos os países, seja a persistente tradição, seja pelo menos numerosos vestígios. Isto ocorre porque os estudiosos só viam as instituições através de livros, orientados pelos pre-

¹ GIROD, Ed. *Ville de Pontarlier*, p. 189.

² KOVALEVSKY, Maxime. *Le passage historique de la propriété collective à la propriété individuelle*.

ceitos do direito romano. Todos ignoravam as leis mais evidentes da própria sociedade de que faziam parte. Assim, o polonês Lelewel teria sido o primeiro, em 1828, a observar a existência das propriedades comunitárias, e a obra alemã de Haxthausen, que atraiu a atenção dos sábios para essa forma de exploração em comum do solo, apareceu somente em 1847. Foi só em 1883 que Teutsch, um escritor da Transilvânia, demonstrou que comunidades desse tipo existiam nos países “saxônios” dos Cárpatos³.

Hoje é conhecimento banal — tão numerosos são os documentos — que as aldeias de toda a planície magiar e as montanhas circunvizinhas estavam cercadas por um campo comum, ou “campo de partilha”, chamado também “campo da flecha”, porque um tiro de flecha decidia a sorte temporária dos compartilhantes. No século XIII, a comunidade das terras era geral em todo o território da atual Hungria, e as aldeias se deslocavam com seus habitantes quando as terras em cultivo perdiam sua força produtiva e era necessário buscar terras virgens ou renovadas pelo pousio. Ora, os eslavos, que precederam os magiães nessas regiões, praticavam o mesmo regime comunitário⁴ e, antes deles, os outros residentes do país, os antigos romanos e os getas tinham seguido o mesmo modo de cultivo. Assim, desde os primórdios da história escrita do Danúbio, a terra permanecera comum, e até durante este século encontram-se traços desse antigo estado de coisas. Segundo Taganyi, a propriedade individual somente surge no campo transilvano de Felvincz, à margem do Maros⁵ a partir de 1845. Da livre comunidade inicial ao regime atual de domínio privado, a transição se fez gradativamente pelo resultado das divisões desiguais: os magiães receberam uma parte maior que os eslavos ou os romenos, com os nobres e os funcionários também tirando vantagem, para em seguida fazer com que lhes fossem atribuídos definitivamente seus quinhões, aumentados de partilha em partilha.

Antes que a influência do direito romano se fizesse sentir nas sociedades modernas, a antiga propriedade coletiva possuiu formas diversas, dependentes dos meios e dos tempos. Assim, a Rússia, que merece atenção muito do ponto de vista do regime dominial, pois ainda se encontra no período de transição entre a propriedade coletiva e a propriedade privada, certamente teve uma forma de organização muito diferente antes da servidão e da mão-morta, há três séculos. Com efeito, nessa época, não se encontra nenhum sinal de divisão periódica das

³ TAGANYI, Karl. *Geschichte der Feldgemeinschaft in Ungarn, Ungarische Revue*, 1895, p. 103.

⁴ KOVALEVSKY, Maxime. *Pervobitnoye Pravo*, p. 1-89.

⁵ Maros ou Muresh — Rio da Romênia e da Hungria, afluente da margem esquerda do Tisza, com 883 km. (N. do T.)

terras, como no *mir* atual ⁶, o que permitiu a Tchicherin e a Fustel de Coulanges levantarem a hipótese de que a própria propriedade coletiva teria origem senhorial, porque os proprietários fundiários teriam julgado bom igualar os quinhões de seus camponeses através de uma distribuição periódica, para melhor garantir suas rendas anuais. Mas esta hipótese foi derrubada pela descoberta de que, antes de iniciar-se a distribuição periódica, as terras de cultura eram vastas demais para que cada família de camponeses se apropriasse da quantidade de que poderia precisar; essa família, segundo um velho provérbio, limitava seu domínio pelo arado, pela foice e pelo machado nas terras de lavra, nos campos e nas florestas. Quando as terras se esgotavam, a família procurava outras mais favoráveis.

Até durante o século XIX, na Rússia, manteve-se este regime primitivo da livre posse da terra pelos membros de uma mesma comuna. Ainda em 1875, permanecia indiviso um território dos cossacos do Don ⁷, formado por uma só comuna mas compreendendo 74 *stanitzi* ou grandes aldeias: anualmente, cada família podia se apropriar de uma extensão maior ou menor, que lhe era concedida enquanto a conservasse cultivada. O aumento da população força os habitantes a recorrer à distribuição proporcionalmente ao número de "almas", por aldeia; em toda parte os campos cultiváveis foram loteados, mas não os prados; em vários *stanitzi*, permanecem sem divisão, com a colheita sendo feita em comum e o produto, repartido.

Compreende-se como a primeira partilha da propriedade comum em lotes familiares em geral é seguida periodicamente de novos loteamentos. A igualdade inicial dos lotes é gradualmente rompida entre as famílias compartilhantes, estabelecendo-se luta entre as mais e as menos favorecidas; a ruptura de equilíbrio aumenta cada vez mais, e finalmente os descontentes fazem com que a comuna proceda a uma nova divisão, salvo se prevaleçam os interesses dos mais ricos, apoiados pelo governo: neste caso, as partilhas tornam-se gradualmente menos frequentes e são, por fim, triunfalmente repelidas pelos proprietários privilegiados, estabelecendo-se o regime da propriedade privada. Essa evolução, realizada nos séculos precedentes entre os povos da Europa ocidental, vem ocorrendo agora no Punjab e em diversas regiões da Rússia ⁸.

No fim do século XIX, pouco mais de um terço da superfície da Pequena Rússia, cujas terras são avidamente procuradas, passou para o

⁶ *Mir* (palavra russa) — Na Rússia czarista, comunidade de camponeses, com propriedade coletiva das terras e com distribuição de lotes, por determinado tempo entre as famílias. (N. do T.)

⁷ *Don* — Rio da Rússia, nasce ao sul de Moscou e deságua no mar de Azov, com 2 100 km de extensão. Liga-se ao Volga por extenso canal navegável.

⁸ KOVALEVSKY, Maxime. Le passage historique de la propriété collective à la propriété individuelle. *Annales de l'Institut International de Sociologie*.

regime individualista, enquanto a Grande Rússia, região menos fértil, continua quase inteiramente fiel ao *mir*, com partilhas periódicas ⁹.

Na ilha de Java processa-se evolução análoga à da Rússia. Atualmente, a propriedade individual sobrepuja em extensão a propriedade coletiva. Quinhões fixos de terreno tornaram-se a regra em 13 201 das 23 473 aldeias, cujos arrozais, terras incultas e florestas pertenciam a todos ¹⁰.

Mas em Java, como na Rússia, os quinhões não são "fixos", e o estabelecimento de propriedades privadas não vem ocorrendo só em proveito dos agricultores: os chineses, os árabes e os europeus são os principais compradores de terras, que eles próprios não cultivam. Nas Índias verifica-se idêntica evolução. Na Ásia e na Europa observou-se a mesma transição econômica: da propriedade comum à distribuição periódica e desta à propriedade privada. Tanto em Bengala como na Escandinávia, no Himalaia como nos Alpes, assistimos a transformações análogas, bem mais frequentes do que geralmente se crê. Na Inglaterra, ainda se praticavam habitualmente, no século XV, partilhas sucessivas da propriedade coletiva entre os camponeses da mesma comuna, conhecidas sob o nome de *running*. E mais: existem até agora na Grã-Bretanha pradarias chamadas *lammas* (nome inglês do dia 1 de agosto) que são, alternadamente, propriedades privadas até o primeiro corte do feno e em seguida propriedades coletivas durante o outono e o inverno, até o dia 25 de março ¹¹.

Na Suíça, observa-se a série completa de transformações possíveis entre a antiga forma de propriedade comunal e a propriedade estritamente pessoal. Em muitas aldeias, as terras são transformadas em bens da comuna, para serem arrendadas a longo prazo no interesse fiscal da municipalidade. Em outros lugares, como em Gandria, no cantão do Tessin, as terras não pertencem à comunidade mas a um número reduzido de famílias, que às vezes são substituídas por outras, em virtude desta ou daquela nova circunstância. No cantão de Vaud, no fim do século XIX, contavam-se apenas 202 comunas cujas terras ainda pertenciam a todos ¹². No Valais, onde as montanhas, mais altas, tornam difícil a divisão das pastagens elevadas em glebas privadas, manteve-se a propriedade comunitária, pelo menos nas regiões altas; todos os trabalhos ali realizados devem redundar em benefício coletivo. A distribuição normal das águas, principalmente, foi bem percebida e praticada pelos habitantes da comuna, sendo mantida como antigamente, até mesmo onde as pastagens irrigadas dos declives médios e inferiores foram adquiridas por particulares. Os habitantes do Valais captam, na saída das altas fontes

⁹ TERNER. *Wiestnik Evropi*, maio 1895, p. 49, apud KOVALEVSKY.

¹⁰ RIENZI-VANKOL. *La propriété foncière à Java*.

¹¹ RODGERS, Thorold. *Interprétation économique de l'histoire*.

¹² KOVALEVSKY, Maxime. *Geschichte der Zerstückelung im Kanton Waadt*.

ou das geleiras, os riachos violentos que desciam em saltos sobre as rochas, e os lançam à direita e à esquerda sobre as vertentes opostas aos vales: estas valas ou *bisses*, dispostas paralelamente ao redor da montanha, foram traçadas segundo as curvas de nível por impecáveis geômetras. Esse trabalho — realizado no seu conjunto por longos séculos, sem dúvida, e cuja manutenção e reparos exigem anualmente considerável esforço — permite que os habitantes das regiões altas regulem a irrigação de todos os declives, assegurando abundantes colheitas anuais: as valas constituem a riqueza da região. Por esse motivo os habitantes do Valais sentem grande respeito por essa obra, sem a qual as águas se perderiam inúteis; no passado, eles lhes dedicavam até uma espécie de culto. O local da montanha onde duas valas provenientes de direções diferentes juntavam suas águas e se dividiam em ramos secundários era um lugar sagrado: ali se realizavam as cortes de justiça; aliás, os possíveis conflitos, geralmente causados pelos mil acidentes da rede de irrigação, deviam ser estudados e julgados no próprio local. No antigo dialeto germânico do Alto Valais, as valas eram chamadas de *suonen*, palavra derivada de *suon*, que significa juiz ou árbitro¹³.

Como observa um historiador, seria tão absurdo considerar natural a morte de soldados num campo de batalha, quanto atribuir a uma evolução normal, voluntária da parte dos indígenas, a extinção das comunidades de aldeia¹⁴. É certo que elas se extinguíram realmente em quase todas as regiões da Europa ocidental, mas isso porque os decretos, as ordenanças e a força brutal as suprimiram. Com a valorização da terra, os açambarcadores do solo, senhores ou comerciantes, limitavam-se a pedir amparo às leis que eles próprios ditavam ao Estado para anexar gradualmente a seus domínios o melhor quinhão das comunas, ao mesmo tempo que se aproveitavam para destruir até os últimos vestígios da autonomia local. A época da Reforma, sobretudo, em meados do século XVI, foi marcada por esta grande revolução econômica da expropriação efetiva dos camponeses na Suíça, na Alemanha, na Inglaterra. Neste último país já começara, por semelhante evolução, a transformação das terras de cultivo em pastagens. Depois que os feudos da Igreja foram distribuídos aos nobres por Henrique VIII, os novos cessionários usaram seu direito legal para expulsar todos os camponeses que lhes pareciam inúteis, substituindo-os por rebanhos. Revoltas e latrocínios foram as conseqüências, mas o Estado manteve a “ordem” por meio de massacres. A operação foi repetida por diversas vezes, especialmente no século XIX, de 1810 a 1820, no norte da Escócia: milhares de camponeses foram

¹³ BAUD BOVY, Daniel. *A travers les Alpes*, p. 19.

¹⁴ KROPOTKINE, Pierre. *L'entr'aide*.

desapossados da terra que cultivavam e substituídos pelo carneiro e pelo veado¹⁵.

Nenhuma autoridade agiu mais categoricamente contra a propriedade coletiva que a Convenção. Ela aplicou o princípio que a monarquia absoluta poderia ter se atribuído como fim: não permitir a existência de nenhum interesse intermediário entre os da nação e os do indivíduo. O Estado, uno e indivisível, reinando sobre um punhado de poeira de indivíduos, eis o ideal. O departamento, o distrito, o cantão e a comuna deveriam ser apenas expressões administrativas; era necessário que a Lei cuidasse de destruir todos os antigos vínculos entre as unidades que formam um mesmo agrupamento. Neste sentido a Convenção decretou a formam de todos os terrenos comunais: só não o realizou inteiramente porque teve curta duração. Onde as condições geográficas as favoreciam, as propriedades coletivas persistiram até hoje.

Na verdade, as tradições da antiga propriedade comunitária não desapareceram por completo em nenhum país europeu. Em certas regiões, principalmente nas Ardenas e em regiões escarpadas da Suíça, onde os camponeses não sofreram derrota semelhante à dos aldeões alemães após as guerras da Reforma, as propriedades comuns são ainda bastante extensas, constituindo parte considerável do território.

Nas Ardenas belgas, o território coletivo compreende três partes: a mata, o *sart*¹⁶ e a pastagem, aos quais muitas vezes se acrescentam a terra arável e as pedreiras. As matas, que formam a maior parte da propriedade, estão divididas num certo número de “cortes”, vinte a vinte e dois em geral. Anualmente, um “corte” é dividido por sorteio entre as diferentes famílias da aldeia, depois de retirada a casca dos carvalhos em proveito da caixa comunitária. Para o trabalho das árvores mais grossas, as famílias são repartidas em grupos de cinco, cada uma delas se revezando, dentro do grupo, nas tarefas de derrubada, esquadria e transporte. Após o corte, cada um procede à desmoita da porção de terra que lhe coube e semeia o centeio que será colhido no ano seguinte. Dois anos e meio após a colheita do centeio, os habitantes dividem entre si as giestas que cresceram nos *sarts*, deixando-se como está a vegetação que voltou a desenvolver-se, até que recomecem as mesmas operações. A formação de pasto se faz sem organização especial e em comum nos terrenos fora de cultivo, nos bosques de mato crêscido e nas matas de corte seis ou sete anos após o corte; as pedras são livremente extraídas das pedreiras, salvo prévio aviso.

Tais costumes influem de modo manifesto no caráter moral dos indivíduos e desenvolvem enormemente o espírito de solidariedade, de

¹⁵ Ver pormenores em *The Scottish Geographical Magazine*, nov. 1902.

¹⁶ *Sart* ou *essart* — Terreno semiflorestal que, depois de roçado, é utilizado para plantar aveia ou centeio. (N. do R.)

ajuda mútua e de cordial afabilidade; assim, é habitual a prática de corvéia voluntária em proveito dos que dela necessitam: basta que anunciem o pedido batendo numa bacia e gritando através da aldeia: "Fulano precisa de tal serviço! Quem pode se encarregar disso?" Imediatamente vários aldeões se reúnem e decidem quem poderá fazer o trabalho com mais facilidade, e o serviço é prestado¹⁷. Relatos semelhantes nos chegam também de Queyras¹⁸.

Na Suíça inteira, dois terços dos prados alpinos e das florestas pertencem às comunas, que possuem ainda tufeiras, brejos e pedreiras, assim como campos, pomares e vinhedos. Em várias ocasiões, os co-proprietários da comuna trabalham em conjunto, parecendo mais estar em festa que no trabalho. Os jovens e as jovens sobem aos prados altos das montanhas guiando os rebanhos ao toque de seus harmoniosos cincerros. Outras vezes a tarefa é mais árdua: os lenhadores, armados de machados, vão abater os altos pinheiros na floresta comunal, quando a neve ainda cobre o solo; descascam os troncos e os fazem escorregar pelas calhas das avalanches até a corrente que os levará pelas curvas e redemoinhos.

E os serões, nas noites de inverno, aos quais todos são convidados, ora na casa de um, ora na casa de outro, conforme a urgência do trabalho, seja para descascar o milho, seja para quebrar nozes, seja ainda para trabalhar no enxoval de uma noiva: nestas reuniões o trabalho é uma alegria e as crianças querem tomar parte. Para elas isso tudo é novo: em vez de dormir, permanecem acordadas com os mais velhos; sob a cinza quente a castanha é cozida, e as melhores serão para elas; na hora dos sonhos, ouvirão canções, além de histórias, aventuras e fábulas que a imaginação transforma em maravilhosas aparições. É nessas noites de cordialidade comum que muitas vezes a vida da criança se orienta de maneira definitiva; é aí que nascem os amores e se amenizam as amarguras da vida.

Assim o espírito de plena associação não desapareceu das aldeias apesar de toda a má-vontade dos ricos e do Estado, que tem todo o interesse em romper este feixe de resistências à sua cobiça e ao seu poder, procurando ter diante de si apenas indivíduos isolados. A ajuda mútua tradicional se manifesta até entre gente de língua e de nações diferentes: é costume, na Suíça, trocar crianças de família a família entre os cantões alemães e os cantões franceses; do mesmo modo os camponeses do Béarn¹⁹ enviam seus filhos ao país basco, acolhendo em troca jovens bascos como auxiliares de fazenda, de modo que uns e outros possam logo conhecer os dois idiomas sem que seus pais tenham aumentado as despesas. Enfim, existiu sempre entre carvoeiros, caçadores e

¹⁷ GILLE, Paul. *Société Nouvelle*, mar. 1888.

¹⁸ BRIOT. *Études sur l'économie alpestre*.

¹⁹ Béarn — Região francesa dos Baixos Pireneus. (N. do T.)

marinheiros, e de modo geral entre todos os indivíduos de mesma profissão com interesses comuns, união fraterna virtual, sem regimentos internos escritos nem assinaturas, mas formando assim mesmo pequenas repúblicas estreitamente ligadas entre si. No mundo inteiro, os comerciantes, que o acaso das viagens faz encontrarem-se, estão ligados por uma espécie de franco-maçonaria diferente e tão séria como a dos "irmãos" reunidos nos templos de Hiram.

Naturalmente, todo homem que se tornou senhor de seus semelhantes pela guerra, conquista, usura ou qualquer outro meio constituía por isto mesmo a propriedade privada em seu proveito, pois, ao se apropriar do homem, encampava igualmente seu trabalho e o produto de seu esforço, enfim, do pedaço de terra comum onde o escravo tinha feito crescer a colheita. O rei, em qualquer lugar da Terra onde tenha súditos, e qualquer que seja a tenacidade do povo para manter antigas tradições, se encontrava sempre, em virtude de seu próprio poder, empenhado em satisfazer seu capricho: apropriava-se de homens, apropriava-se de terras e distribuía tudo segundo sua fantasia. As formas de agradecimento, as homenagens de vassalagem, as condições de propriedade fundiária variavam conforme os países e os tempos, mas o fato essencial é que a propriedade cessava de ser garantida a quem trabalhava para ser atribuída a quem não sabia manejar a enxada nem tocar o arado.

O antigo regime feudal, segundo o qual uma província continental ou uma ilha dada outrora pela coroa permanece século após século e quase sem alteração numa mesma família, manteve-se até nossos dias. Na América, ainda se pode ver exemplos típicos, não modificados desde a época da doação. Assim, a ilha de Anticosti, antiga Natikosteh dos índios, pertence a um único indivíduo. Ainda que pareça insignificante em nossas cartas, em plena foz do rio São Lourenço, a ilha tem uma superfície de nada menos que 628 000 hectares, um pouco inferior à ilha da Córsega; em sua vertente sul, virada para o sol, encontram-se terras cultiváveis. Sem dúvida, florestas de árvores baixas, entremeando seus ramos para formar uma espécie de feltro, e vastas jazidas de turfa não constituem riqueza muito apreciada, mas os animais de peles e os milhares de ursos pretos, que vêm no inverno por sobre o gelo contínuo do estuário, poderiam atrair a atenção dos caçadores e motivar a exploração da ilha, mesmo que fosse para verificar se ela encerra tesouros minerais em suas rochas silurianas. Mas Anticosti, concedida em 1680 a Jolliet, permaneceu sempre propriedade de um só homem, e os raros habitantes ali tolerados, atualmente em número de 500, são pescadores ou caçadores, ou empregados, guardas de farol ou salva-vidas. Inúmeras vezes os naufragos, chegados a estas praias desertas, tiveram de se devorarem entre si, levados ao delírio da fome²⁰.

²⁰ GREGORY, J. U. *L'île d'Anticosti et ses naufrages*.

Evidentemente, o abandono quase completo da grande ilha é devido à não-divisão da terra. Recentemente uma das encantadoras ilhas das Pequenas Antilhas, a Barbados, tinha igualmente um só dono; agora está dividida em dois domínios, cujos feudatários são obrigados a prestar ao governador da ilha vizinha, Antígua, a homenagem anual de uma ovelha gorda ou de um veado²¹. Mas os grandes proprietários esvaziaram esta terra fértil e saudável: de todas as Antilhas, ela é a menos povoada; em 1890, sua população era de apenas quatro habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a de Barbados era cem vezes mais elevada (426 indivíduos). Com a mesma superfície que as ilhas Normandas, Barbados não abriga 1 000 pessoas, enquanto 100 000 habitantes vivem à vontade em Jersey e Guernsey.

Esta é também a razão pela qual a Grã-Bretanha, tão ciosa de suas colônias, deve reconhecer o contraste humilhante que apresentam, na América Central, sua grande possessão da Honduras Britânica e as colônias vizinhas habitadas por brancos de origem espanhola e por *ladinos* de raça miscigenada. Esta diferença tão grande entre seu vasto domínio quase inútil e os territórios vizinhos, enriquecidos pelas culturas e pela exportação de seus abundantes produtos, provém de que a Honduras "britânica" é inteiramente cedida a grandes proprietários: por que trabalhar como escravo ao lado de um país onde se pode continuar livre?

Seja por efeito da herança feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude de conquista, como na Irlanda, seja por grandes aquisições, como na Austrália, a divisão da terra em latifúndio tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no terreno produtivo. Cita-se principalmente o exemplo clássico do norte da Escócia, onde o território está, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados, muitos dos quais não conseguiriam atravessar sua propriedade a galope em um dia; em contrapartida, a maior parte sequer se preocupou em explorá-la, bastando-lhes receber a renda. O condado de Sutherland, 5 200 quilômetros quadrados, pertence quase por inteiro ao nobre que, como é de justiça, traz o mesmo nome Sutherland. Em 1890, treze outros grandes senhores possuíam cada um mais de 100 000 acres (405 quilômetros quadrados) numa só propriedade; a área total dessas propriedades atinge 15 000 quilômetros quadrados e pode ser comparada em tamanho às duas Savóias mais o departamento dos Altos Alpes.

Os grandes proprietários ingleses não possuem tão imensas terras para governar; apenas quatro podem ser citados — e três deles têm suas propriedades na Irlanda — cujo território atinge 500 quilômetros quadrados, mas detêm fontes de renda cuja importância é bem diferente

²¹ OBER. *Camps in the Caribbees*.

dos grandes latifúndios da Escócia. Estas fontes são minas e pedreiras, portos e cidades. Um único deles é dono da cidade galesa de Cardiff com todas as minas de abastecimento de carvão, todas as máquinas e vias férreas, depósitos, docas, entrepostos. O terreno de Londres, a cidade mundial, pertence a pequeno número de duques e barões, que empregam todo um ministério de cobradores e oficiais de justiça para recebimento de aluguel sempre em alta. Eis o regime que a aristocracia dominante da Inglaterra queria aplicar em seu proveito em todo o império colonial em proporções ainda maiores que na metrópole. Assim, na Austrália oriental, quatro colonos repartiam entre si, em Liverpool Downs, uma extensão de 3 250 000 hectares — a Bélgica só tem 2 945 000 —, onde cada um criava 70 000 cabeças de gado sem outras despesas para a manutenção que meia dúzia de vaqueiros. Estes grandes feudatários, aos quais seu reino custara apenas o pagamento de uma patente de 250 francos, eram chamados de *squatters*, ou "acocorados", como se estivessem sentados sobre o terreno ocupado. Foi com grande dificuldade que a pressão popular forçou o governo a modificar este escandaloso regime de propriedade.

Como os lordes ingleses, os grandes proprietários alemães aproveitavam-se da sobrevivência do feudalismo para conservar intactas suas imensas propriedades; gozam, além disso, de uma legislação especial para a venda de seus produtos. Os 15 maiores proprietários do império possuem em conjunto mais de 4 600 000 hectares; um sexto por completo do grande ducado de Baden pertence a um deles. Mas estes personagens são apenas humildes senhores em comparação com o czar de todas as Rússias, cuja propriedade privada compreende 51 milhões de hectares, aproximadamente a mesma superfície que a França.

Em certas regiões, principalmente na Andaluzia, só os grandes senhores são proprietários: não existe classe média entre o milionário e o proletário, que depende absolutamente do senhor para o sustento de cada dia, como o escravo antigo, talvez pior ainda. Os donos da terra uniram-se em um sindicato para rebaixar o salário ao nível da fome, 2 reais ou 50 centimos por dia. Entretanto, o duque de Osuña, envergonhado de suas riquezas tão facilmente adquiridas, em 1880 teve a idéia de distribuir suas propriedades entre os trabalhadores e de criar assim a pequena propriedade: houve uma gritaria geral contra ele, sendo tachado de louco e traidor; finalmente o sindicato dos grandes proprietários fez o governo intervir para reconduzir o príncipe filantropo à manutenção de seu monopólio²².

Do mesmo modo, viu-se recentemente no Novo Mundo, e em outro estágio de evolução da propriedade, a opinião pública e o governo suscitarem dificuldades para a manutenção de formas de propriedade comum

²² *Société Nouvelle*, abr. 1894, p. 568.

que se achem em desacordo com as práticas correntes e as normas administrativas. Trata-se dos *Dukhobortzi* ou "Lutadores pelo espírito", aos quais suas convicções religiosas proibem portar armas e o governo russo obrigou a fornecer assim mesmo seus jovens ao serviço militar. Sabe-se que os Dukhobors resistiram com constância heróica às convocações, às bordoadas, à prisão, ao exílio, até aos fuzilamentos, e que o governo finalmente teve de ceder, mas sem nobreza, autorizando os sectários a abandonar o território da Rússia. Um primeiro grupo de 1 126 indivíduos partiu para a ilha de Chipre, onde os quacres ingleses tinham preparado um asilo, mas insuficiente e muito insalubre. A mortalidade foi grande, e a multidão de emigrados, mudando sua direção e aumentando de número pelo caminho, dirigiu-se para Manitoba, onde outras terras favoravelmente situadas os esperavam. Em 1900, 7 000 Dukhobors achavam-se instalados no território norte-ocidental da nação canadense, tendo deixado atrás de si, nas províncias caucásicas, somente um pequeno número dos seus. Lá começaram as dificuldades de outra ordem cujos pormenores ainda não foram resolvidos (1905). Em primeiro lugar, os imigrantes, habituados aos costumes das autoridades russas, não permitiram registos oficiais no cartório civil, sendo necessário contentar-se com suas declarações verbais relativas aos nascimentos e às mortes; quanto aos casamentos, julgaram não ter que prestar conta. A distribuição cadastral dos lotes de terra foi ainda mais difícil de ser feita. O governo se recusava a inscrevê-los em nome de uma associação, enquanto os recém-chegados rejeitavam toda propriedade individual, pois "a propriedade privada só pode ser mantida por leis de violência e pelo serviço militar ou policial"²³. Pensou-se por isso em escolher testas-de-ferro, proprietários legais que não deviam nunca eximir-se de seu caráter oficial para com os ocupantes do terreno. Mas o perigo era demasiado grande: alguns já tinham mudado de idéia ao ganharem dinheiro; mudaram a orientação de sua vida e tomaram por ideal não os interesses comuns numa sociedade de amigos e de iguais, mas o bem-estar privado como proprietário e capitalista; eles se moldavam na forma de exploração em excesso que rege atualmente as sociedades, talvez mais ainda no Novo Mundo que no Velho. Somente a ameaça de um novo êxodo convenceu as autoridades canadenses, que nesse meio-tempo puderam averiguar as altas qualidades dos imigrantes e a utilidade de conservá-los no país: viu-se que tinham domínio perfeito do trabalho agrícola e comprovou-se sua tradicional probidade. O governo resignou-se então a aceitar as exigências deste povo de grande afabilidade, no qual as perseguições seculares e o princípio de "não-resistência" desenvolveram o espírito de mártir. Os "lutadores pelo espírito" prefeririam retomar o bastão do exílio e caminhar pelo mundo, até encontrar um povo caridoso que os acolhesse ou até

²³ TOLSTOI, Leão. *Revue Blanche*, 15 nov. 1900.

o repouso final no túmulo, a abandonar o gênero de vida comunitário, a humilhar-se com a inscrição no livro oficial dos proprietários, das legítimas esposas, dos pais com a vara da autoridade.

Ao regime da grande propriedade, defendido pelo evolucionismo moderno, opõe-se aqui e acolá o da divisão da terra em pequenas propriedades. A divisão normal, que se observa principalmente na China, é o que dá para a família a quantidade exata de terra que ela pode trabalhar em média para retirar a colheita necessária ao seu sustento. Mas em nenhum lugar a distribuição foi feita segundo o bom senso ou segundo a pura razão; é antes o resultado dos conflitos que se produziram na sucessão dos séculos entre os interesses opostos. Em toda parte o trabalhador esforçou-se para defender seu pedaço de terra contra a ganância do conquistador ou do comprador quando a gleba sai da alçada nacional ou comunal e, algumas vezes, as circunstâncias lhe têm sido favoráveis, conseguindo salvaguardar seu pequeno lote. Em muitos lugares, a própria natureza lhe tem sido favorável pela forma do relevo ou das condições de seu clima: aqui o solo cultivado é defendido pelas escarpas, muralhas de rochedos, brejos, orlas de mata; alhures, o trabalhador se encontra entrincheirado atrás de canais, em ilhotas ou em clareiras: ele se tornou pequeno para não ser percebido. Enfim, em certas regiões, conquistou com luta renhida seu direito ao uso pessoal da terra: ele se fez temer a fim de guardar a enxada em seu patrimônio; através da revolução é que a pequena propriedade foi constituída. É graças à força do povo se levantando contra o rei, a nobreza e a Igreja que os servos de Saint-Claude puderam cercar seus terrenos pessoais na imensa propriedade da abadia; é também pela força que os escravos de São Domingos despedaçaram as plantações dos brancos para ali se instalarem como residentes livres.

As peripécias da luta que, excluía toda questão de princípio, foi travada entre o trabalhador livre da terra e o que vigia os escravos ou os assalariados que penam para seu poveito trazem conseqüências bastante desiguais, diferenciando-se em todos os países com a diversidade das leis. Em tal região, a pequena propriedade tende a perder-se entre as grandes propriedades ou a se aglomerar em terrenos de extensão média, em muito superiores à força de cultivo de uma só família e por isso com renda bem maior, pela exploração do trabalho de mercenários. Todas as oscilações econômicas da sociedade que afetam a classe dos trabalhadores e dos capitalistas, nobres ou burgueses, estão representadas na terra e modificam a rede das linhas divisórias. O aumento das famílias, nos países onde prevalece o costume da igualdade das partilhas fundiárias, determina um verdadeiro corte em fatias do terreno; em conseqüência, aqueles que querem conservar a propriedade em sua integridade primitiva abstêm-se de ter muitos filhos: o país se encontra, por esse fato, ameaçado de despovoamento. A prática tradicional acaba por reduzir o

lote de cada "compartilhante" a uma simples tira; às vezes leva-se a lógica até mesmo a repartir entre vários indivíduos objetos que, por sua própria natureza, são indivisíveis. Já é esquisito cortar um terreno em bandas ou em pedaços tão estreitos, que o cultivo se torna ilusório; mas bem mais absurdo ainda são os costumes que levam os proprietários de direito a partir uma casa em tantas propriedades distintas quantos são os andares — isto foi feito em Nice, em Edimburgo e em outros lugares —, ou ainda a separar virtualmente em peças os animais de carga, para atribuir o corpo e os membros separados a trabalhadores diferentes²⁴ — ou até mesmo em repartir uma árvore em ramos ou em feixes de galhos tendo cada um seu título de proprietário — como no Djurdjura berbere ou no Ceilão. Recentemente nesta ilha julgava-se um processo cuja penhora era a propriedade de uma parte de dois mil e cinco centésimos de dez coqueiros (Emerson Tennent).

Tais invenções não parecem imaginadas de propósito para suscitar ódios e dar origem a processos?

Do mesmo modo que entre a propriedade coletiva e a propriedade privada, a guerra é travada eternamente entre a grande e a pequena propriedade; não somente cada uma gera um grupo de classe hostil à outra, como se chocam também como dois sistemas diferentes e inimigos. Ainda que surgidas uma e outra dos apetites e paixões do homem, as duas formas de propriedade são apresentadas por seus defensores como regimes que devem ser mantidos definitivamente por causa de suas virtudes essenciais. Em primeiro lugar, a pequena propriedade, que parece mais próxima da igualdade natural, é enaltecida como o estado por excelência: a família dos agricultores nela encontra integralmente uma vida de trabalho incessante e o emprego regular das horas e dos dias; mesmo quando os campos repousam, o pessoal da casa ocupa-se com o gado e com a fabricação de seus produtos e também ornamentam a moradia: a arte tem sua função na existência do pequeno camponês. A ficção apropriada-se à vontade da cabana rústica onde encontra um quadro charmoso para o idílio sonhado, que, aliás, muitas vezes pode se realizar; mas com muito mais freqüência uma miséria sórdida instalou-se no lar, apesar de o humilde grupo familiar ter oportunidade de usufruir um bem-estar modesto. O que pode ele fazer para aumentar seu horizonte, para alargar suas idéias, renovar sua capacidade intelectual, aprender até mesmo a que se refere a sua atividade? A rotina que o liga à gleba hereditária o prende igualmente aos seus antigos costumes: embora livre na aparência, ainda conserva a alma do escravo.

Pretendendo ser os educadores da agricultura racional, os proprietários das imensas extensões de terra procuram justificar a usurpação das terras coletivas e privadas que devem a seu nascimento, às riquezas here-

²⁴ MOLESWORTH SYKES, P. R. *Geographical Society*, 28 jun. 1897.

ditárias ou às suas especulações. Em todo caso, esta pretensão está deslocada entre os grandes senhores que evitam residir em suas terras, caso da maior parte dos proprietários dos domínios irlandeses, pois sabem que são odiados por seus rendeiros. Não é, pois, uma idéia puramente grotesca tratá-los como educadores? E o que dizer daqueles que seriam bem acolhidos por seus camponeses, habituados à condição de não proprietários, mas que, preocupados unicamente em receber suas rendas, descarregam todos os cuidados de gestão sobre ecônomos, administradores ou pessoal da lei cuja gerência tampouco é desinteressada?

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultivo, se trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos onde são aplicadas as mais recentes técnicas, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou de animais ou ainda praticaram processos de produção desconhecidos até então, é preciso não se esquecer de que o *latifúndio*, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. Sem dúvida, grandes senhores inteligentes podem formar excelentes capatazes de fazenda; terão empregados de impoluta correção; mas, mesmo supondo-se que a atividade produtiva inaugurada por eles proporcione trabalho abundante a toda a população dos arredores, não será inevitável que, por seu modo de agir autoritário, absoluto, de dar ordem no trabalho, façam de seus empregados apenas dependentes em vez de preparar nobres iguais? Esforçam-se por conservar uma sociedade com caráter essencialmente monárquico; ainda mais, procuram voltar ao passado, destruir em seu meio todos os elementos democráticos, reconstituir um mundo feudal onde o poder pertence àquele que julgam de maior mérito, isto é, a si próprios, e, na falta de mérito, ao mais aquinhoado. Bastaria estudar um mapa da França para ler aí a ação exercida pelas grandes propriedades. Entre as razões pelas quais, de antemão, este ou aquele cantão são entregues a representantes e a donos reacionários, às vezes clericais e militaristas, nenhuma é mais decisiva que a influência dos grandes proprietários, que sem sequer se darem o trabalho de fazer votar seus prepostos e empregados, os dirigem naturalmente pelo caminho de tal rebaixamento moral, que sinceramente votam em vista de um regime de obediência para com o dono hereditário; é o mesmo espírito que dita os sufrágios dos criados e fornecedores de comércio nos quarteirões elegantes das cidades e das estâncias de repouso.

Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma de suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se se quisesse, na economia geral da França, medir com minúcia, de um lado, todos os excedentes de lucro devidos à gerência de um só em vastas propriedades, e de outro, todos os desperdícios causados às comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, pelos territórios de caça, pelos matagais que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse bem para o lado do prejuízo e a grande propriedade continuasse para os povos modernos o que ela foi para os antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonegados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. Os fatos estão aí: a terra do rude camponês produz hoje o dobro do que produzia quando Young percorria as províncias da França e verificava nelas uma desoladora pobreza. Há progresso pelo fato único da iniciativa privada, e entretanto a união das forças, que goza de todas as vantagens da grande e da pequena propriedade, quase não interveio: está apenas anunciada.

Entre as conseqüências trazidas pela grande propriedade, é preciso não esquecer o obstáculo que ela criou à livre circulação quando as populações das redondezas não souberam ultrapassar as interdições. Na Grã-Bretanha, o direito de passagem, *right of way*, agita a opinião pública local em vinte lugares ao mesmo tempo. Os habitantes vêm fecharem-se os caminhos um após o outro, e infelizes das comunidades que se dirigem aos tribunais, se não possuem títulos indiscutíveis! Em vários distritos da Escócia, os senhores interditarão pela justiça o acesso às montanhas, e os pedestres foram reduzidos a andar no mesmo terreno de fundo de vale que utilizam as bicicletas e os automóveis. As cartas do Estado-maior inglês trazem até mesmo a prudente menção: "A existência de caminho no mapa não implica o direito de poder passar". E custará caro ao viajante que ousa penetrar no mato ou atravessar um campo em pousio! Os últimos pedágios estão desaparecendo — ainda ontem, em 1893, pagava-se 600 000 francos para tirar a barreira que fechava ao gado o livre acesso de Gower Street para Londres; equivalente à Rua Bergère em Paris — mas numerosos postes de obstáculos os substituíram. O pretexto habitual dos proprietários para fechar os caminhos que atravessam suas propriedades é a preservação da caça; tanto assim que a grande propriedade tem por corolário essencial a caça furtiva. As "licenças de

caça", das quais se orgulha o caçador autorizado, opõem-se as hecatombes de seu colega noturno, a pesca com dinamite que despovoou um rio em algumas horas; mas a punição legal não é a mesma para um e outro caso. Na prática a caça ao homem é permitida ao proprietário e seus guardas, mas não se pode avaliar quantos anos de prisão e de trabalhos forçados e até mesmo quantos indivíduos foram enforcados, no século XIX, devido à caça ao coelho e ao "pássaro sagrado".

Muitas vezes discute-se entre os homens de Estado e os economistas medidas para dinamizar a pequena propriedade: na Dinamarca, especialmente, toda facilidade é dada para a compra de uma propriedade de menos de quatro hectares. Pensa-se também no exemplo da *homestead exemption* dos Estados Unidos, que declara inalienável e intransferível uma pequena área de terra por família, assim como a casa onde mora, em condições que variam pouco de Estado para Estado. Mas é evidente que semelhante sistema deveria permanecer limitado a uma fração pequena da população, senão cada produtor com acesso à propriedade teria sua independência assegurada, e a concepção atual da sociedade seria abalada em sua base. Pode-se também estar certo de que nada semelhante adquirirá força de lei na França, salvo algumas restrições de efeito ilusório. Os islandeses são, entre os europeus, os únicos que foram contra o monopólio das terras: desde 1884, o proprietário que não cultivava sua terra é obrigado a arrendá-la a outro.

Opõe-se muitas vezes o Ocidente ao Oriente como se fossem absolutamente diferentes pelo gênio e pelos costumes, mas acontece precisamente que as práticas fundamentais, como as de utilização do solo pelo cultivo, seguiram tanto lá como aqui a mesma evolução: chineses, eslavos, germanos e gauleses deixaram-se guiar pelas mesmas considerações na gerência de seus interesses maiores, como os que lhes dão o pão, e os conflitos de classes daí decorrentes foram os mesmos. A China teve também o seu *mir* comum, como na Grande Rússia de nossos dias (1905), após ter tido a terra coletiva sem divisão temporária; conservou em vários lugares traços destes dois modos de propriedade comum, do mesmo modo que todos os países do Ocidente. Na China, como em toda parte onde se constituiu um poder central, os donos abusaram de sua força para adquirir, seja como feudos, seja como propriedade absoluta, terras muito mais extensas do que poderiam eles próprios cultivar, e são bastante poderosos para tocar o trabalho através de rendeiros, meeiros ou mesmo de trabalhadores braçais. Ocorre, porém, que um fenômeno econômico semelhante ao que ocorreu na Grã-Bretanha, por exemplo, onde a agricultura é, por assim dizer, moribunda²⁵, desviou por algum tempo os capitais livres para a indústria e o comércio, representando um esforço mais simples, mais unido que o dos trabalhos

²⁵ HAGGARD, Ridder. *Rural England*.

agrícolas: daí resultou que os trabalhadores da terra puderam conservar seus campos nos quais encontram com que sustentar sua existência, o que para o padrão dos ricos é de fraco rendimento. O regime que prevalece na China, como em certas partes da França, é pois o da pequena propriedade, muitas vezes mantida sob forma familiar. Entretanto, o movimento de transformação econômica é mais rápido no Ocidente que no Extremo Oriente. A agricultura chinesa apresenta atualmente um estágio análogo àquele da agricultura européia no século passado. Cada camponês mantém ao redor de sua moradia, em seu pequeno jardim entrecortado por canais, tudo o de que necessita para se alimentar e se vestir: arroz, trigo, algodão ou rami, algumas ameixeiras e bichos-da-seda, bambu, porcos no chiqueiro e no charco, peixes e patos; cada cultura repete a cultura vizinha ²⁶.

Do mesmo modo, na França antiga, cada camponês livre ou meeiro tinha sua colheita de trigo, de cevada e de aveia, algumas videiras para seu vinho ou macieiras para sua cidra, uma nogueira e outras árvores frutíferas, um pouco de linho e de cânhamo para suas roupas de cama e suas camisas, um porco, patos ou galinhas: todas as pequenas propriedades eram organizadas da mesma maneira. Agora os países da Europa ocidental se encontram no estado de transição entre o antigo tipo de culturas, que fornecia ao camponês todo o necessário mas não lhe permitia vender nada, e o novo sistema, baseado na maior produção possível de gêneros alimentícios para venda local ou exportação e compra de outros artigos necessários.

As vicissitudes da luta entre os dois modos extremos de cultura, pelo homem livre ou pelo escravo, se manifestam nas instituições intermediárias. O arrendamento é ao mesmo tempo a forma mais simples e mais difundida. O proprietário, sendo incapaz de gerir sua propriedade, vasta demais para ser percorrida por ele só, confia-a por inteiro ou em partes a um ou mais especialistas, que se encarregam de fazer produzir a terra. Se as condições são favoráveis, se o rendeiro tem espírito aberto e experiência, mais método e compreensão das novas idéias, se cultivava honestamente o solo sem esgotá-lo, se a duração de seu arrendamento é bastante longa para lhe permitir fazer experiências com resultados de longo alcance, numa palavra, se tem mérito pessoal e se tudo o ajuda, consegue tirar a terra bruta de seu estado improdutivo, aumentar em enormes proporções os rendimentos anuais e contribuir singularmente por seu exemplo a esclarecer os camponeses rotineiros. Mas geralmente o rendeiro não tem pela terra senão um interesse moderado, pois esta não lhe pertence e ele deverá deixá-la algum dia; ele evita apegar-se demasiado a ela para depois não sofrer ao deixá-la: limita-se então, em geral, a cultivar unicamente em vista do dinheiro que pode obter, e se,

²⁶ SIMON, E. *La cité chinoise*; BRUNHES, Jean. *L'homme et la terre cultivée*.

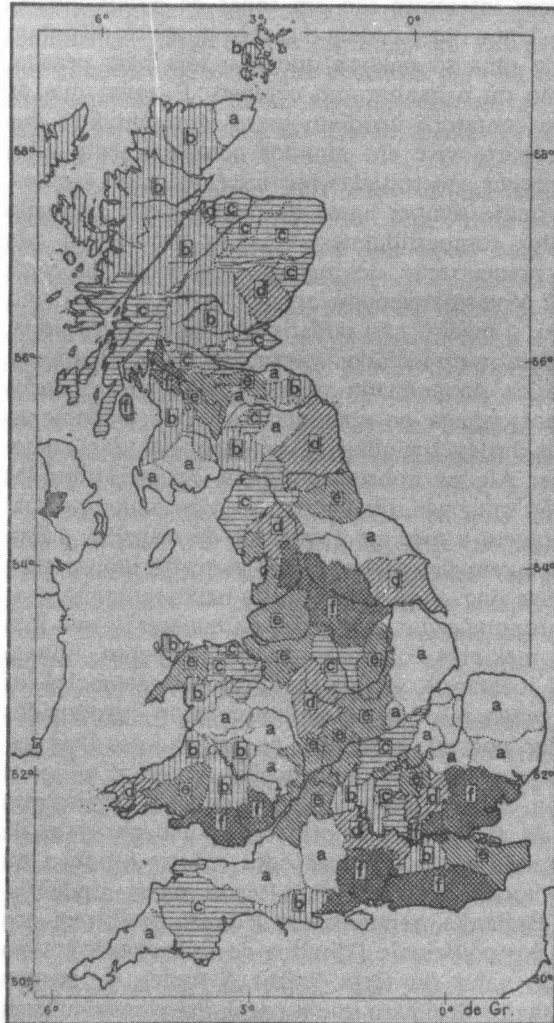
nos últimos anos de seu arrendamento, julga interessante forçar as colheitas em prejuízo do solo, talvez se esqueça de pensar nos direitos de seu sucessor. Por que o rendeiro, ocupado mediante pagamento em cultivar o solo, velará mais que seu patrão?

E o meeiro, que divide pelo meio, em três, quatro ou cinco partes a produção, o que dizer de sua associação com o proprietário a não ser que parece mais um combate permanente? Ele recebe antecipado e reembolsa em produtos: seus interesses são em todas as circunstâncias opostos aos do proprietário. Um e outro cedem o menos possível; disputam em tudo, não pronunciando uma só palavra que não seja bem pesada, de modo a poupar um grão ou a ganhar um centavo. É assim que as coisas se passam quando o contato é imediato entre representantes das duas classes; mas a maior parte vive em mundos completamente diferentes, e os interesses recíprocos são tratados por intermédio de agentes, parasitas secundários, que quase sempre agem de maneira que os incita a enganar um ao outro dos compartilhantes. Quando prevalecem tais práticas, como poderia a preocupação de melhor tratamento da terra ocupar a cabeça do meeiro? Viver parcamente apenas, acomodar-se como pode ao seu destino funesto, o meeiro não poderia ter outra aspiração ²⁷.

Entre outras modalidades intermediárias referentes à propriedade da terra, pode-se citar a prática denominada na Bretanha "propriedades recuperáveis", prática menos injusta na aparência que o arrendamento ou meias, mas muito mais instável ainda. Compreende-se facilmente como nasceu este costume. Alguns nobres aos quais foram atribuídas vastas extensões de terra não sabiam o que fazer, pois não tinham pessoal para utilizá-las ou para fornecer a meeiros elementos de trabalho. Limitavam-se então a oferecer ao primeiro que chegasse as terras inúteis para eles e, em troca, obtinham um aluguel qualquer, muito baixo no início, mas que eles aumentavam na proporção das demandas de concessão que lhes fossem feitas. Se houvesse melhores condições de arrendamento, tinham o direito de despedir seus locatários, com a condição de reembolsá-los por todas as construções feitas e todos os melhoramentos introduzidos na propriedade. Fortalecidos por esta condição, os cultivadores "rendeiros" da Bretanha conseguiam ocupar por muito tempo as terras, e alguns dentre eles até as adquiriam a baixo preço dos proprietários legais; mas estes, sempre em virtude de seus títulos e privilégios, não paravam de agir junto ao poder constituído e aos tribunais para reduzir a pouco ou a nada o valor das benfeitorias feitas em suas terras pelos rendeiros. Em 1647, os Estados da Bretanha, reunidos em Nantes, proibiram aos cultivadores fixar o valor dos edifícios e "direitos de indenização" além de uma proporção fixa do valor da terra; juízes e partes ao mesmo tempo, os membros dos Estados decidiam que a partir daí eles adquiriam

²⁷ DEMOLINS, Edmond. *Les français d'aujourd'hui*, p. 313.

Valorização da terra da Grã-Bretanha, 1860-1906



a) 0,96 a 1,25; b) 1,25 a 1,50; c) 1,50 a 1,75; d) 1,75 a 2,00; e) 2,00 a 2,50; f) aumento superior a 2,50. A valorização atinge 3,36 em Renfrew; 3,44 em Essex; 4,14 no sul de Yorkshire; 5,16 em Glamorgan; 6,92 no condado de Londres. Quanto ao preço de locação, há uma variação que vai de 5 fr. o hectare, em Sutherland, a 1 427, em Lancashire, e a 2 510, no condado de Londres (ver o *Statesman's year book*, 1907).

Escala: 1 : 7 500 000

o direito de pedir a falência de seus locatários e de os despedir para tratar com terceiros, desta vez com rendeiros ou meeiros. À medida que a terra aumentava de valor, o proprietário se enriquecia e ditava as condições em vez de recebê-las²⁸.

Ainda recentemente, imaginava-se de bom grado que depois do suposto desaparecimento das formas antigas da propriedade comum não haveria mais conflito referente à propriedade fundiária a não ser entre a grande e a pequena propriedade, mas eis que surgem novos combatentes, as associações financeiras e as associações de trabalhadores: a batalha muda de aspecto entre adversários que, no fundo, são sempre os mesmos. A propriedade não é mais como outrora uma extensão visível e palpável de terreno presa à rocha sólida subjacente; ela tende cada vez mais a ser apenas um valor cambiável representado por papéis que passam de mão em mão; é uma quantidade que se desloca e se volta para o grande movimento de especulação onde tudo se encontra junto: minas, ferrovias, frotas e até mesmo impérios. A partir de agora, a luta adquiriu tais proporções que a aposta não é mais composta de simples propriedades por mais numerosas que sejam; trata-se ao mesmo tempo de camponeses, de operários, de todos os trabalhadores, da sociedade inteira: o problema da agricultura deve ser estudado não à parte, mas em suas relações com o conjunto da questão social.

Ao chegar ao fim do período atual, caracterizado pelo esforço do pequeno proprietário que pessoalmente cultivava seu pedaço de chão, contra o grande senhor que paga mercenários para o trabalho, deve-se verificar que a situação geral do agricultor é em certos lugares completamente inferior ao que exige a dignidade humana, e que ela pode ser descrita quase que exatamente nos mesmos termos com milhares de anos de intervalo. Ameneman, um dos bibliotecários do faustoso Sesóstris, assim falava dos cultivadores em uma de suas cartas²⁹: “Você já imaginou como é a vida do camponês? Antes mesmo de ter colhido, os insetos destroem uma parte da colheita, multidões de ratos estão nos campos, em seguida vêm as invasões de gafanhotos, as pragas que dizimam a colheita, os pardais que se abatem em bandos sobre os feixes. Se ele se descuida em guardar logo o que colheu, os ladrões vêm roubar; seu cavalo morre de fadiga ao puxar o arado. O coletor de impostos chega ao desembarcadouro, acompanhado por agentes armados com bastões e negros com talos de folhas de palmeiras. Todos dizem: ‘Dê-nos um pouco de seu trigo’ e ele não tem meios de repelir as extorsões. Em seguida o infeliz é apanhado e enviado para trabalhos forçados, sua mulher é amarrada, seus filhos despojados...”

²⁸ BESLAY, E. *Notes manuscrites*.

²⁹ Apud LENORMANT, F. *Les premières civilisations*.

O que eram os camponeses, há dois séculos, para a sociedade policiada “da cidade e da corte”, sabe-se pela pungente descrição feita por la Bruyère; entretanto, é provável que esta página terrível seja apenas parcialmente verdade, mas medonha, pois se aplicava a milhões de seres humanos. Um observador igual ao autor dos *Caracteres* devia ter estendido seu campo de estudos ao conjunto da nação, e o que ele escreveu sobre a situação dos camponeses deve ser compreendido sobretudo como um ato de acusação contra o regime político e social que pesava sobre o povo. Do Marechal Vauban a Richard Heath³⁰, eis a descrição do mesmo quadro, a exposição das mesmas queixas. Outros documentos, bastante tristes de se ver, nos dão a impressão geral da sociedade policiada em relação aos trabalhadores da terra. Examine-se um a um os quadros dos Breughel, dos Teniers e de tantos outros pintores famosos que pintavam cenas da vida rústica! Por acaso houve por parte desses pintores algum traço característico de respeito e de afeição, ou mesmo uma longínqua aparência de piedade para com aqueles que nos dão o pão? Não, todos esses artistas que compunham grupos humanos e pintavam suas telas queriam antes de tudo, consciente ou inconscientemente, agradar a clientela, e é por isso que zombavam bastante, grosseiramente, impudicamente, desses rústicos sujos pelo contato com o esterco da terra produtiva. Gostavam de zombar abertamente dos miseráveis que representavam como uma raça absolutamente inferior fisicamente àquela que produzia a gente de seu agrado e seus senhores, os funcionários. Certamente, tais tipos existem aqui e acolá: encontram-se no Brabante e nas províncias vizinhas indivíduos fortes, de tronco enorme, com uma enorme cabeça enfiada nos ombros, com membros longos e finos, desengonçados; mas em nenhum lugar se vêem populações inteiras compostas por tais seres desajeitados, todos empregados ao mesmo tempo nas funções baixas da vida nas encruzilhadas ou nos serviços domésticos. Aqui há, evidentemente, preconceito para agradar a boa sociedade e satisfazer, ao mesmo tempo, sua aversão para com uma raça suposta inferior: assim é que na América os negros devem ser representados na forma de monstros grotescos em rituais medonhos³¹.

Quão falsas igualmente, mas em outro sentido, são as imagens do camponês como fingiam ver os pintores “amantes da natureza” durante o século que precede a Revolução Francesa. Estes pastores com fitas, vestidos com seda, que tocam flauta fazendo graças diante das pastoras com tiras de pano flutuantes, eram os distintos representados dos rudes trabalhadores que cavam a terra em incessante penar! Mas como a moda ditava a volta à natureza, para ela se voltavam dando-lhe maneiras afetadas e delicadezas usadas no mundo elegante. Foi preciso a ocorrência

³⁰ *Dime royale* — *The via dolorosa of the English peasant.*

³¹ VANDELDE, Henry. *Le paysan en peinture.*

de terríveis dramas sociais, guerras e massacres, a invasão da indústria manufatureira, toda uma nova era que sucedeu ao antigo regime para que o artista se encontrasse, enfim, diante do verdadeiro camponês e para que ousasse compreendê-lo em sua verdadeira natureza, com suas pungentes misérias, suas alegrias, suas dores e seus vínculos de humanidade comum que o tornam irmão dos demais homens, nascidos operários ou burgueses. Até mesmo o artista ou o escritor que o apresentam sob o aspecto mais lamentável de miséria e de esgotamento físico ou moral podem fazê-lo sob o impulso de sua afeição e do desejo do melhor; Zola ama o camponês quando o descreve em *A terra*, cobiçoso, esperto, baixo e grosseiro. Millet também o ama, o vinhateiro, quando no-lo mostra abatido pelo cansaço e pelo calor, sobre o feixe colhido no campo, pingando de suor, inchado por um sangue que não circula mais, massa esgotada sem força e sem consciência do pouco de vida que ainda lhe resta.

Aliás, o camponês como foi outrora conhecido está em vias de desaparecimento: ao mudar o modo de propriedade da terra, ele também muda. Até o pequeno proprietário que teima ainda em imitar o pai e se agarra com desespero à antiga rotina de cultivo não pode ignorar os métodos do vizinho, nem fechar os ouvidos ao que ouve na feira. Vê continuamente o círculo de interesses aumentar ao seu redor; quer se informe, quer não, sabe que o trigo da Rússia e o milho dos Estados Unidos vêm fazer concorrência a seus produtos e diminuir-lhes o valor de venda; mesmo quando se inicia na especialização do trabalho, cada vez mais ele se aproxima da situação do operário que, nas cidades, é inscrito nos trabalhos da grande indústria. À medida que a exploração da terra se torna mais científica vê diminuir aquilo que o separava dos trabalhadores das cidades. De proletários a proletários, as classes tendem a se confundir, como já se confundiram entre os senhores de terra e os senhores da indústria.

Todo esse caos aparente das forças em luta, do humilde agricultor ao faustoso capitalista que dispõe das colheitas em mil lugares do mundo, tem por resultado fatal uma produção desordenada, sem regra e sem método. Se é permitido prever que os elementos necessários para o cultivo do solo, o crescimento e a maturação das plantas nutritivas jamais faltarão ao homem — pois nada se perde na natureza, nela só ocorrendo modificações e deslocamentos —, todavia uma gestão imprevidente tem por consequência dispersar os recursos indispensáveis à terra e esgotar os campos durante longo período. Pode ocorrer que aqui ou acolá a “base onde roda a vida”, transportada para outros lugares, se torne insuficiente onde era outrora abundante e que os países mais produtivos se transformem em desertos. Tal seria, segundo vários autores, a razão pela qual a Bactriana, a Mesopotâmia e outras regiões da Ásia, bem como os limites de Taklamakan, teriam parcialmente perdido seus habitantes: o

desaparecimento do fósforo levado para os mares não permitiria mais que os cereais se formassem e houvesse colheitas e, por conseguinte, que os homens vivessem. Essas afirmações, entretanto, parecem exageradas, porque ainda em nossos dias as terras cultivadas há três mil anos pelos ancestrais dos turcos, os arianos, os elamitas e os acadianos, produzem colheitas em abundância, desde que a água pluvial aí caia em quantidade. As águas do Tarim, do Oxus, do Tigre e do Eufrates contêm o fosfato e outros nutrientes em quantidade suficiente.

6. EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DA CIVILIZAÇÃO *

É por uma ilusão análoga àquela que mostra a civilização caminhando com passo regular do Oriente para o Ocidente que, numa ordem inferior de fenômenos, os homens primitivos acreditaram facilmente na existência de ilhas ou de regiões dos mortos, situadas a oeste, além do horizonte. Mapas desta espécie, traçados segundo as indicações dos indígenas, mostrariam a forte preponderância das posições ocidentais nos sítios presumidos dos paraísos e dos infernos misteriosos, onde as almas dos mortos, relegadas para longe da terra dos vivos, do outro lado dos montes, dos mares ou pelo menos do espaço visível, retornam à vida das sombras¹. Não tivemos todos o sonho de sermos levados na direção do sol poente, para nos enterrarmos em plena luz nas roupagens cintilantes de púrpura e ouro?

As gerações se sucedem de maneira contínua, cada minuto levando as células gastas e trazendo as novas, os indivíduos surgindo para a vida em substituição dos mortos. Os movimentos de evolução se sucedem, portanto, de modo insensível, mas quando são estudados em intervalos de anos, de décadas, de séculos, notam-se os contrastes, distinguem-se fisionomias diferentes no conjunto dos indivíduos e de suas idéias: a

* Reproduzido de RECLUS, É. Divisions et rythmes de l'histoire. In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, s.d. t. I, cap. VI, p. 330-42. Trad. por Januário Francisco Megale.

¹ RATZEL, F. Mythen und Einfälle über den Ursprung der Völker. *Globus*, 14 jul. 1900; ZEMMRICH, Johannes. *Internationale Archiv für Ethnologie*, 1891.

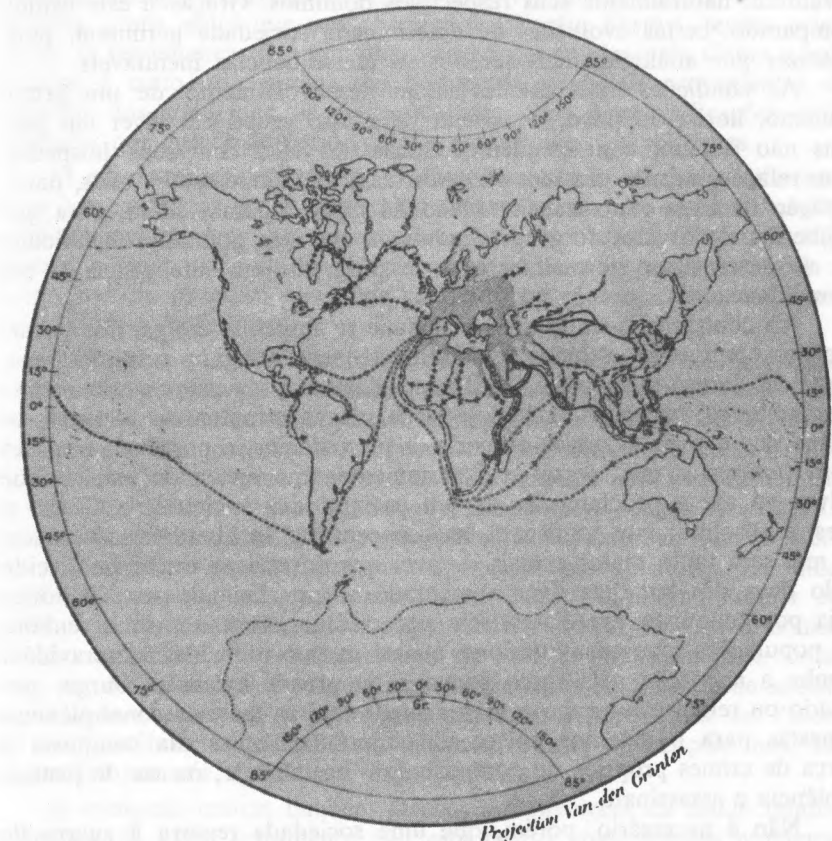
sociedade não segue mais a mesma direção, tem outros procedimentos, nova orientação. As gerações se distinguem uma da outra “como os rizomas de uma gramínea”. Na árvore cortada pela serra pode-se perceber os crescimentos anuais da planta; do mesmo modo, os séculos passados mostram impulsos sucessivos, progressos lentos ou repentinos, e em seguida atrasos ou paradas aparentes.

Será por acaso, sem nenhuma lei, ou pelo contrário com certa regularidade que se realizam estas diferenças no movimento geral da Humanidade e de modo particular na marcha dos grupos humanos? Parece que a sucessão das idéias diretoras e a dos fatos motivados por estas idéias se produz com uma espécie de ritmo, como se um pêndulo regulasse seus movimentos. Diversas teorias tentaram descrever estas variações. Assim Vico², em sua *Scienza nuova*, nos mostra que as sociedades evoluem durante uma série de períodos por *corsi* e *ricorsi*, isto é, por meio de progressos e de regressos regulares, descrevendo círculos no tempo e trazendo de volta sempre o mesmo estado de coisas após o fechamento do circuito. É uma concepção um pouco infantil em sua simplicidade; nenhum discípulo de Vico a admitiu sem modificá-la: pois é por demais evidente que não se poderia citar nenhum período da História que fosse idêntico a outro período; as condições geográficas, econômicas, políticas, sociais, podem apresentar certas semelhanças gritantes, mas o conjunto da situação também apresenta diferenças essenciais provenientes das ações e das reações que se produziram em número infinito no imenso organismo da humanidade. Por isso deixou-se de comparar ingenuamente o mundo a um simples movimento de vaivém, a uma seqüência de “curso e recurso” e fala-se mais naturalmente em uma “espiral de civilização”, cujos ciclos, continuamente ampliados, se desenvolvem indefinidamente no decorrer dos tempos.

É preciso, contudo, observar que essa espiral tem forma bem pouco geométrica e que cada acontecimento aumenta sua curvatura. Acontece também, em períodos locais de volta à barbárie, que as espiras se estreitam em vez de se ampliarem. O ritmo dos acontecimentos se submete, portanto, a leis muito complexas, e é através de simples figura de linguagem que se pode compará-lo a uma oscilação regular. A verdade é que, em muitos aspectos, os diversos grupos humanos, tribos, nações, Estados, apresentam fenômenos de vida como os animais e as plantas: nascem,

² Giambattista Vico (1668-1744) — Filósofo italiano, conhecido como historiador científico por tentar separar a história das influências da religião e da mitologia. Escreveu *Princípios de uma nova ciência* e *Princípios da filosofia da história*. Sua teoria das três idades de cada povo — a idade dos deuses, a dos heróis e a dos homens — influenciou Comte na elaboração da teoria dos três estados por que passa a civilização: estado teológico, estado metafísico e estado positivo ou positivista. (N. do T.)

Algumas rotas da civilização mundial até a viagem de Magalhães-Elcano



—————	Rotas utilizadas há pelo menos 7 000 anos
-----	” ” ” ” ” 4 500 ”
+++++	” ” ” ” ” 2 500 ”
=====	” ” ” ” ” 600 ”
=====	” ” ” ” ” 300 ”

Escala no equador: 1 : 360 000 000

0 5 000 10 000 20 000 km



se fortificam, declinam, morrem; e o estudo aprofundado indica para todos estes fenômenos causas que podem ser classificadas em categorias, de maneira geral, apesar de as diferentes sociedades se interpenetrarem umas nas outras e as instituições, as religiões, as morais e as civilizações invadirem naturalmente seus respectivos domínios. Graças a este estudo comparado, certas evoluções de determinada sociedade permitem, pois, predizer por analogia quais serão suas conseqüências inelutáveis.

As condições mais favoráveis ao desenvolvimento de um grupo humano, horda ou povo, consistem para esse grupo em viver em paz, mas não isolado, com freqüentes trocas de visita com seus hóspedes, com relações ativas com seus vizinhos, cada indivíduo tendo, aliás, participação na terra e no trabalho. Não há razão alguma, então, para que a liberdade e o valor do grupo diminuam; este tem grande probabilidade de se desenvolver normalmente e de progredir em inteligência e em moralidade.

Ao contrário, quando uma sociedade se empenha em guerras encarniçadas, tem tudo a temer e fatalmente será atingida pela desgraça. Vencida, deverá se humilhar, aviltar-se, bajular o vencedor que a dizima e empobrece; vitoriosa, aclamará seus chefes triunfantes, elevando-os acima dos demais cidadãos e dando-lhes privilégios, e portanto, ocasiões para fazerem o mal; seguir-se-á certamente uma época de reação, que talvez vá até a proclamação de um cacique dos caciques, o César, o mestre absoluto, que confiscará em seu proveito as liberdades de todos. O mal será tanto maior e mais durável quanto mais a nação favorecida pelo deus das batalhas tiver aumentado a superfície de seu território, seja por conquistas imediatas, seja por colônias, tornando-se a senhora de populações reputadas inferiores ou até mesmo reduzidas à escravidão. Tenha a anexação pela força pequena ou grande extensão, burgo, povoado ou reino, este roubo a mão armada terá as mesmas conseqüências funestas para o detentor único; só poderá conservar sua conquista à força de crimes próprios do conquistador: brutalidade, recusa de justiça, violência e assassinato.

Não é necessário, porém, que uma sociedade recorra à guerra de invasão ou se aposses de um território estrangeiro para que se exponha a cair em estado de decadência moral; basta que em seu próprio seio se produzam cisões permanentes que levem à formação de classes inimigas, de castas hereditariamente hostis. Não importa que vários partidos partilhem o poder, ou um só o detenha, que os "aristocratas," tornados "melhores" pela força das armas, pelo privilégio de nascimento ou pelo prestígio da riqueza, tenham arrogado para si o direito de comandar a multidão, ou ainda que os sacerdotes, de todos os mais ávidos de autoridade, persigam a dupla posse das almas e dos corpos — o certo é que a guerra, surda ou declarada, reina entre as diversas partes da sociedade e que, assim, poderosos elementos de regresso tentam triunfar sobre

todas as causas de progresso. Eles triunfam às vezes e pode-se então verificar um paralelismo histórico entre este acontecimento e outros que ocorreram em outras regiões em circunstâncias análogas. O fenômeno pode ter seu equivalente no outro lado do mundo; no Oriente e no Ocidente situações correspondentes se resolvem naturalmente da mesma maneira, tanto assim que um historiador filósofo, Ferrari, tentou erigir em lei as semelhanças de comportamento apresentadas pela China e pela Europa; é certo que, apesar das diferenças essenciais provenientes do contraste dos ambientes, as oscilações gerais das duas civilizações estão marcadas por curvas de periodicidade notavelmente semelhantes.

O estudo aprofundado das civilizações permite discernir diferentes tipos característicos de evolução. Do mesmo modo que algumas nações aparecem subitamente, por assim dizer, no horizonte da História e logo passam a fazer parte da civilização mundial, outras passam da vida à morte por um processo que pode ser lento ou rápido, calmo ou acompanhado de sobressaltos.

Dos povos que viviam entre os rios Tigre e Eufrates, cujo orgulhoso desenvolvimento nos foi mostrado por recentes descobertas, restam apenas túmulos nas vastas solidões que tinham por nome Babilônia e Nínive. A Inquisição e a opressão não substituíram rapidamente as belas cidades espanholas que se desenvolveram maravilhosamente sob a influência dos mouros em extensões desabitadas, os *despoblados* e as *dehesas*? Os tasmanianos, que eram 7 000 por ocasião da primeira viagem de Cook em 1770, foram sistematicamente suprimidos numa centena de anos: o último homem dessa nação morreu em 1869 e a última mulher em 1876; é a morte violenta, como a que poderão sofrer hoje os armênios. Estamos reduzidos ao trabalho recente da indução histórica, para conhecer o nome de povoações que erigiram monumentos esparsos desde as ilhas do Grande oceano até o continente africano, desde a Ilha de Páscoa até as Carolinas e o Zimbábue. Quantas outras civilizações nos são lembradas por nós apenas por vagos indícios!

A evolução ocorre também através da passagem da saúde relativa à doença. O Egito certamente não está morto, mas quantas mudanças sucessivas e quantas fases dolorosas em sua existência, desde que o vimos surgir, já como poderoso filho dos deuses! A Grécia, a China e a Índia já não são mais nações pioneiras como em certas fases de suas histórias, e no entanto os elementos vigorosos não faltam lá ou alhures. O que dizer de um país, que, mesmo tendo perdido sua liberdade, assiste ao rápido crescimento de sua população?

Um terceiro processo na marcha da História nos mostra a passagem de uma forma de evolução à outra. Assim, o fastígio da Roma atual é bem diferente da ação exterior exercida sucessivamente pela Roma antiga, pela Roma imperial e pela Roma papal. Temos, aqui, o exemplo típico

da vitalidade de um organismo que conserva elementos de saúde em sua grave enfermidade e que renasce após parecer ter estado em agonia.

Há enfim intervenção, ou seja, por força de fatores diversos alguns povos fatalmente sofrem hoje uma interpenetração recíproca, que, por assim dizer, lhes insufla uma nova vida. Assim, os povos latinos, dos quais é de bom-tom deplorar a decadência, mesmo que estivessem realmente decaídos, não poderiam deixar de reencontrar o admirável equilíbrio de um homem com saúde unicamente pela atração moral com seus vizinhos considerados superiores. A civilização européia recebe sangue novo pela adesão dos japoneses a sua maneira de agir; os últimos peles-vermelhas são atraídos para a sociedade norte-americana; todos os povos “entram na dança”, e seus melhores elementos se purificam poderosamente. De hoje em diante não há mais questão de progresso a não ser para a Terra inteira.

Aliás, o vaivém, a série de ações e reações, os progressos e regressos que constituem a História devem se harmonizar com as grandes oscilações do planeta, ele próprio influenciado pelos astros, e principalmente pelo Sol, o grande foco da luz, do calor e do magnetismo terrestres. O período marcado pela alternância de aumento ou diminuição das manchas solares é um desses reguladores cosmogônicos cuja ação no clima, nas colheitas, na série de anos gordos e anos magros, e períodos de prosperidade material e de penúria, os sábios, os astrônomos, os geógrafos e os economistas procuraram determinar. Acreditou-se encontrar assim um ritmo aproximado de doze anos, que aliás é bastante vago, do mesmo modo que a alternância das manchas no Sol. Brückner verificou igualmente, pelo menos para as regiões da Europa Ocidental, a existência de um período de tríplice duração que compreende alternadamente uma série de anos mais ou menos úmidos, que em contrapartida dão às sociedades um ritmo econômico e político correspondente.

Independentemente destes períodos cuja duração não atinge sequer a duração de uma vida humana comum, julga-se encontrar vastas oscilações de equilíbrio terrestres e celestes, cuja influência repercutiria necessariamente na história da humanidade. Não parece evidente que os grandes ciclos cósmicos devam ser acompanhados por fenômenos de mudança na vida dos homens subordinados à natureza? Não se poderia duvidar disto no que se refere às alternâncias do acúmulo de gelo num pólo e do degelo no outro; e somos levados a crer com alguns matemáticos³ que as oscilações seculares da corrente magnética à esquerda e à direita do pólo correspondem igualmente a um “grande ano” no desenvolvimento do gênero humano. Mas qual é a duração exata da

³ BRÜCK, R. *L'Humanité, son développement, sa durée.*

revolução completa da agulha imantada a leste e a oeste do pólo boreal da Terra? Não se sabe ainda de maneira precisa, pois as primeiras observações não foram feitas com o rigor necessário: os anais do magnetismo terrestre são em grande parte hipotéticos e as avaliações finais a que chegaram os diversos sábios apresentam ainda consideráveis diferenças. Segundo Chazallon⁴, a bússola apontava para o norte verdadeiro no ano de 1663 e, depois de ter constantemente declinado para o oeste até 1814, época em que o ângulo de declinação formado com o meridiano terrestre ultrapassava 22 graus e meio, ela volta em direção a este meridiano para coincidir com ele no ano de 2151. O período total, ou melhor, o meio-período, pois se deveria levar em conta o percurso da agulha durante sua declinação para o leste, comportaria portanto 488 anos. Brück nos dá um outro cálculo: 517 anos⁵. Enfim, John Parker, acrescentando mais de um século ao resultado do cálculo precedente, fixa a duração do ano magnético em 645 anos e acredita que tal ano se confunde com a revolução do planeta ao redor do centro da órbita solar⁶.

Desse modo, não se poderia, sem temeridade, pretender conhecer o período de oscilação magnética: a agulha imantada, constantemente oscilante, tem aparentemente comportamentos bem caprichosos: seu movimento varia de ano em ano, de minuto em minuto, de segundo em segundo. Mais imprudente ainda seria aventurar-se a um plano de concordância regular entre as oscilações do magnetismo terrestre e as oscilações da história dos homens. A tentativa deste tipo feita pelo matemático Brück terminou com as mais extravagantes afirmações. Tendo fixado em 22 702 anos — nenhum mais, nenhum menos — a duração total da humanidade, o autor divide a história em 44 períodos magnéticos, os dois primeiros compreendidos entre a criação do mundo e o dilúvio. Em 1900, o gênero humano contava exatamente 5 924 anos, o que representa para ele o começo da idade madura, e dez povos-líderes se sucederam em seu governo; mais de 30 outros se seguirão até que uma revolução geológica destrua a crosta terrestre e, com ela, a população que a habita. Na exposição desta hipótese, algumas datas são consideradas como marcos de explosões sociais correspondentes: 493, 1009, 1523. O autor, no entanto, é obrigado a explicar ao leitor surpreso o significado dessas datas fulgurantes que indicam, respectivamente, o “nascimento da idéia cristã”, “o aniquilamento das idéias pagãs”, a libertação da idéia cristã, “verdadeira acima de todas as coisas”. Isto significa que o ritmo da História não teria outra regra senão a fantasia do escritor.

⁴ *Annales du Bureau des Longitudes.*

⁵ BRÜCK, R., *op. cit.*, p. V.

⁶ *Journal of the American Geographical and Statistical Society*, 1870,

A cada fase da sociedade corresponde uma concepção particular da História. A teocracia tem seus historiadores que vêem as coisas e julgam os homens a seu modo, deixando-se levar pelo que crêem ser a inspiração divina; a monarquia também tem seus escritores que compreendem os acontecimentos conforme sua educação, sua compreensão própria, e que pintam a vida da humanidade súdita como uma sombra em contraste com o esplendor glorioso do soberano; as diversas aristocracias e a burguesia moderna possuem igualmente intérpretes especiais que vêem pelos olhos, ouvem pelos ouvidos, pensam conforme os interesses e os preconceitos de seus mestres. Enfim, cada nação, cada cidade, cada pequeno clã de civilizados, cada instituição se faz representar na História por uma imagem concebida conforme seu próprio ponto de vista, colocando atrás de si todo o resto do mundo. Basta comparar duas descrições de forma imparcial devidas a escritores honestos, mas de patriotismos rivais, que contam uma batalha travada em plena luz deste século, e que apóiam seus discursos com documentos minuciosos, com estatísticas consideradas precisas: que diferença entre as duas versões! Que pensar então da história dos tempos sobre os quais possuímos apenas livros e simples fragmentos escritos, sem o controle de nenhuma crítica, pelos representantes de um só povo ou de uma só casta, em vista do interesse de um pequeno grupo ou até mesmo de um só indivíduo? Evidentemente, os fatos materiais narrados pelos ancestrais não podem inspirar nenhuma confiança, pois não foram esclarecidos pela discussão de testemunhos contraditórios: os pormenores não têm outro interesse senão o de anedota. Na pesquisa da verdade histórica é necessário se limitar a considerar como conquistados os fenômenos gerais, os grandes movimentos de vaivém a comprovar a marcha da civilização tomada em seu conjunto.

Mas não basta ter conhecimento da incerteza dos anais e lendas reunidas sob o nome de História; aquilo que aprendemos uma vez continua a assombrar nosso cérebro, e contra nossa vontade, todos os tipos de erros e de mentiras ocupam o lugar das verdades em nossas lembranças. Para não falar das narrações bíblicas, reconhecidas por todos como mitos, mas ainda contadas nas escolas sob a mesma forma que os acontecimentos verdadeiros, não será verdade que o ensino da história conservou seu caráter autoritário e despótico? Os personagens dominantes, diante dos quais se faz desfilar os séculos, são os homens funestos que suscitaram o ódio entre os povos e buscaram sua glória no confronto e no esmagamento dos exércitos: Sesóstris, esse vaidoso da própria beleza, que viveu para se fazer representar em estátuas colossais diante de todos os templos, esse fanfarrão que mandou gravar suas proezas verdadeiras ou inventadas em todas as paredes⁷; Alexandre da Macedônia, bárbaro que venceu

⁷ LENORMANT, F. *Les premières civilisations.*

os persas graças ao gênio da Grécia e empregou seu orgulho para se glorificar como deus da Ásia⁸; César, que representava em Roma a democracia vitoriosa e que, ao empossá-la, privou-a desde então de toda liberdade; Napoleão, “a Revolução de botas, de esporas”, cujo legado foi um século de vingança às nações vencidas.

Purificar a história da influência exercida por estes demônios é, pois, a principal tarefa dos escritores que assumem um ponto de vista verdadeiramente humano, superior a todos os ódios de raças, de nações e de partidos. Grande número de estudiosos se dedicou a essa obra, e, graças a eles, a História muda, pode-se dizer, de alma. Ela se renova com o sentido moderno, infinitamente mais aberto, que dá ao seu ensino. Não se apega a um único povo, como a pretensa *História universal* de Bossuet, nem a uma única classe, como a maioria das obras colocadas até hoje nas mãos das crianças e dos jovens. Ao estudar a humanidade inteira em sua massa profunda, ao comparar o desenvolvimento sucessivo, paralelo ou entrecruzado dos povos, com seus mitos, seus interesses, suas paixões, ela refaz o mundo com vistas ao bem de todos. Do mesmo modo que o homem criou outrora seus deuses à sua imagem, o historiador reconstrói nossa experiência, extraindo da multidão indistinta dos fatos o ideal que sempre nos dirigiu, mas inconscientemente até uma época recente. O fundamento dos fatos gerais que serviu aos historiadores de outrora permaneceu, e até aumenta constantemente através das contribuições dos pesquisadores; o próprio edifício é reconstruído em proporções mais amplas, segundo um novo projeto, com uma disposição mais lógica, sem as capelas e as salas de honra construídas no passado. Vico nos diz que a História se decompõe em três épocas: Deuses, Heróis e Homens. Há quem gostaria ainda de nos manter à força em uma ou outra das idades já passadas. Mas entramos resolutamente na idade dos Homens.

Cedo ou tarde, a História se dividirá em dois períodos: o do Acaso e da Ignorância bárbara, o da Ciência ou da Razão, como já o diziam os Enciclopedistas. Houve pressa demais em fazer remontar a história moderna ao advento da Reforma⁹, período em que aqueles que se julgavam os donos da verdade queriam também impô-la à força. “A humanidade só se decidiu a caminhar direito depois de ter tentado andar às avessas por todos os meios possíveis.” (Spencer)¹⁰.

Neste novo cosmos, puramente humano, o estudo da História não comporta mais, como antigamente, a intervenção divina do milagre, mu-

⁸ MICHELET, J. *La Bible de l'humanité.*

⁹ RECLUS, Elie. *Notes manuscrites.*

¹⁰ Herbert Spencer (1820-1895) — Sociólogo inglês, defensor do individualismo em sua obra *The Man versus the State*, de 1884. (N. do T.)

dando arbitrariamente a sucessão dos acontecimentos, nem a apoteose de alguns personagens legendários, separados dos simples mortais e dispensados por seu gênio de se submeterem ao curso ordinário das coisas: a partir de agora a ciência do desenvolvimento humano está subordinada aos mesmos métodos que as demais disciplinas intelectuais; ela só avança através da observação rigorosa, da comparação estrita, imparcial, e da classificação dos fatos, cuidadosamente ordenada no espaço e no tempo.

Quaisquer que sejam as leis ou pelo menos as avaliações gerais a que esse longo trabalho conduzirá os historiadores, estes já verificam, sem nenhuma exceção, que a série de acontecimentos se realiza por uma alternância de impulsos e de repousos, por uma seqüência de ações e de reações, ou antes de fluxo e de refluxo, de “curso e de recurso”, como já dizia Vico. Homens e povos “dão uma volta e vão embora”, mas vão para retornar em uma volta sempre mais extensa.

Desde as origens dos tempos históricos, a amplitude das oscilações não parou de aumentar, e os mil pequenos ritmos locais se uniram pouco a pouco num ritmo mais amplo: as ínfimas alternâncias da vida das cidades são substituídas pelas oscilações mais gerais das nações, depois pelo grande movimento oscilatório mundial, que faz vibrar a Terra inteira e seus povos num mesmo andamento. E enquanto as idas e voltas aumentam sua amplitude, uma outra pulsação se realiza em sentido inverso, tomando cada indivíduo como ponto de aplicação e regulando mais harmonicamente sua vida com os círculos mais amplos das cidades, das nações e do mundo. A Sociedade é o “Gigante” com inúmeros sentidos de que fala Aristóteles, mas este gigante só compreende a si mesmo através de mil análises do homem individual, através da “apreciação delicada” (Gobineau) de cada minuto do presente¹¹.

¹¹ *Joseph-Arthur de Gobineau* — Conde, diplomata e escritor francês, autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, cujas teses influenciaram teóricos do racismo germânico. Gobineau foi durante pouco mais de um ano (abril de 1869 a maio de 1870) ministro da França junto à Corte de Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. A teoria das raças, tão falsa quanto famosa, deve-se, em parte, a uma interpretação errada da filosofia de Gobineau. Gobineau teve êxito após a morte com suas teorias, sobretudo na Alemanha. Influenciou também autores brasileiros. Na espirituosa afirmação de Tristão de Ataíde, Gobineau foi o “inimigo cordial do Brasil”. Leia-se, sobre a presença de Gobineau no Brasil, RAEDERS, Georges. *O conde de Gobineau no Brasil: documentação inédita*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Cultura, 1976. 207 p. (Coleção Ensaios, 87.) (N. do T.)

III. O PROBLEMA COLONIAL

7. A GRÃ-BRETANHA E AS COLÔNIAS DE POVOAMENTO *

Ainda não reconciliada com a população da ilha vizinha, a Grã-Bretanha esforça-se em formar uma só nação com suas “filhas”, as colônias esparsas no mundo, a potência do Canadá, os Estados da África meridional e a Australásia. Os patriotas ambicionam a união de todos esses países numa federação estrita, constituindo uma “Bretanha maior”; esse tipo de nacionalidade que o mundo nunca viu teria, ao menos, a incontestável superioridade de assentar-se unicamente na livre participação das nações interessadas. O grande carvalho estenderia sua sombra sobre toda a terra, fixado ao solo de continentes e ilhas. Essa união seria ainda mais bela porque sucederia a uma verdadeira independência política de cada uma dessas colônias distanciadas da metrópole. Embora ainda ligadas pelo nome à potência que as fundou, nem as províncias canadenses, nem as colônias dos mares austrais são governadas pelo Parlamento sediado em Westminster: na realidade, são Estados independentes, apesar do nome de colônias. A liberalidade da Inglaterra, permitindo de bom grado a algumas de suas possessões o exercício da autonomia, parece ser o resultado de uma sabedoria política notável: seria mais simples e mais verdadeiro ver nisso um testemunho da necessidade das coisas, pois se agisse de outra forma o governo inglês forçosamente perderia o Canadá e os diversos Estados federados desde 1901 numa “commonwealth” australiana, assim como perdeu as colônias americanas

* Reproduzido de RECLUS, É. *L'Angleterre et son cortège*. In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, 1908. t. VI, cap. V, p. 24-43. Trad. por Maria Cecília França.

do litoral atlântico. Para não fugir à verdade, basta louvar a sabedoria dos estadistas que souberam tranquilamente se conformar com o destino. Uma nação que só dispõe de um exército fraco, nada pode contra outra nação moralmente unida e que ao privilégio de estar protegida pela imensidão das distâncias reúne o de possuir um imenso território, grandes recursos locais e a consciência de sua força.

As colônias poderosas devem, portanto, a independência ao seu próprio valor moral. Elas governam a si mesmas porque poderiam resistir a seus senhores, mas, em vez disso, usam de singular cortesia em suas relações com a nação suserana. Assim, quando as diversas partes do Canadá se constituíram em Estados, pediram gentilmente à rainha Vitória que lhes indicasse a localização de sua capital, e o local da cidade de Ottawa lhes foi indicado por um gesto real. Contudo, o imenso território, conhecido desde então pela designação coletiva de "Potência" ou "Domínio" só está preso à Inglaterra, de forma efetiva, pela ocupação de duas pequenas guarnições, uma sobre a margem oriental, em Halifax, e outra na costa do Pacífico, em Esquimault; além disso, uma figura decorativa representa Sua Majestade, o soberano, junto ao Parlamento. Na Austrália, na Nova Zelândia, colônias quase totalmente britânicas pela origem de suas populações, a simpática união com a mãe-pátria é muito mais cordial que no Canadá, onde a vizinhança dos Estados Unidos cria uma situação bem especial; ali, as formas de domínio inglês podem ser consideradas como puramente simbólicas.

A situação é completamente diferente nas colônias da África meridional. Lá, sem falar dos indianos e dos chineses "contratados" para o trabalho nas minas, o problema das raças atinge a máxima gravidade, ao mesmo tempo que a autonomia das duas colônias do Cabo e de Natal é acompanhada por perigos específicos. No imenso território que se estende do Cabo à bacia do Zambeze, o número de brancos não chega a 1 200 000, pertencentes a duas raças que estão separadas por vários séculos de evolução divergente e pela lembrança de cem anos de lutas e erros recíprocos: de um lado, os descendentes dos colonos holandeses, afrikânders e bôeres; do outro, os ingleses e escoceses, de imigração recente. Uns são homens do campo, fazendeiros e agricultores; os outros, atraídos pelas jazidas de ouro e diamantes, são mineiros, industriais, comerciantes e construtores de cidades; nenhuma simpatia comum — salvo o ódio aos negros — aproxima esses trabalhadores, misturados uns com os outros apenas por força das necessidades da vida. Ao lado desse milhão de homens, que formam duas populações de igual importância numérica, vivem cinco ou seis milhões de negros, bantus inteligentes, que aprenderam, ao vivo, a força e a fraqueza de seus dominadores. Como a idéia do "etiopianismo", a África para as raças autóctones não iria se desenvolver entre eles? Esse sonho, surgido entre os negros dos Estados Unidos, é insensato no momento, mas, sob novas formas, as próximas

gerações ouvirão falar dele, certamente. Por outro lado, que tentação para os brancos, hoje donos da força, a de explorar e massacrar à vontade esses cafres detestados! Permitir iniciativa grande demais aos colonos da África austral não deixaria de provocar injustiças mais graves ainda do que aquelas que os ingleses praticaram contra os bôeres. De fato, o governo da Grã-Bretanha vê-se obrigado a manter ainda, na África, parte considerável de seu exército, para vigiar os bôeres vencidos, os afrikânders com veleidades de independência, os cafres oprimidos, e assegurar a "paz britânica", mesmo em detrimento de seus compatriotas. Essas colônias sul-africanas, portanto, não representam para a Inglaterra um acréscimo de forças; ao contrário, elas ameaçam tornar-se uma nova e longínqua Irlanda.

Tomadas em conjunto, as verdadeiras colônias britânicas — isto é, as regiões da Terra em que se estabeleceram permanentemente como senhores das populações de origem e de língua inglesas — não representam absolutamente, pelo número de indivíduos, parte tão considerável do mundo, como se poderia supor pela atenção que se lhes dá na história contemporânea; essas colônias não ultrapassam doze milhões de homens, isto é, estão longe de atingir a centésima parte do gênero humano, mas elas se beneficiam do prestígio que lhes deve dar o valor do seu comércio, a autoridade de sua indústria, sua onipresença pelas viagens e a solidariedade política com a Inglaterra, que, em caso de necessidade, as protegia, há pouco tempo, enviando-lhes seus navios de guerra. Uma espécie de organismo nervoso aumentou, aliás, o valor dessas colônias entre as nações do mundo, pois durante a segunda metade do século XIX a Grã-Bretanha acrescentou à sua frota, gradual e silenciosamente, um outro instrumento de domínio mundial, ligando à sua ilha a maior parte de suas dependências da África, Ásia, Austrália e América por uma rede de cabos submarinos. Recentemente ainda, isso lhe dava a primazia das notícias telegráficas e sujeitava todos os povos aos quais o conhecimento dos acontecimentos longínquos anteriormente chegava deformado e falso.

Não seria exagerado salientarmos a importância do continente australiano no que se refere ao seu papel e à potência material que fornece à Inglaterra pelo acréscimo de influência moral à assim chamada forma "anglo-saxônica" da civilização. A Austrália é uma das pernas do grande tripé "britânico" assentado sobre o mundo. É verdade que, em razão da exígua população de cerca de 4 milhões de homens em 1905, ela não pode se comparar com a Grã-Bretanha e a América do Norte; mas, aqui, é preciso levar em consideração muito menos o número de indivíduos que seu tamanho e a situação geográfica do território, sua posição dominante em todo o mundo oceânico, no centro do imenso hemisfério das margens continentais. A Austrália é, pela língua e pelo modo de cultura anglo-saxônica, um centro de irradiação, tanto quanto a Ingla-

terra e os Estados Unidos. Graças à Austrália e à Nova Zelândia, os viajantes ingleses que saem de Liverpool ou de Southampton podem empreender a circunavegação da Terra com escalas unicamente em portos britânicos: Capetown ou Aden, Melbourne ou Colombo, Durban ou Sidney, Port Stanley (Falkland ou Malvinas) ou Santa Helena, fazendo-os imaginar, com toda a naturalidade, que o inglês é a língua do gênero humano. É uma ilusão e portanto um perigo, mas isso aumenta sua audácia.

Recentemente, as pretensões cruéis e persistentes do governo inglês na sua empresa sul-africana forçaram-no a se voltar para suas colônias, suplicando-lhes apoio moral e até mesmo tropas e material bélico. Como vidas por esse apelo — que estabelecia aos olhos do mundo sua crescente importância política — e, além disso, seduzidas em alto grau pelo fascínio sempre muito forte do patriotismo pan-britânico, as colônias britânicas se apressaram a responder favoravelmente aos apelos da mãe-pátria; contudo, ficaram longe de igualar, em proporção, os sacrifícios da própria Inglaterra e da colônia do Cabo, vizinha imediata do teatro de guerra; aliás, tais sacrifícios não foram absolutamente gratuitos: a metrópole comprou-os bem caro, primeiro pelo soldo acrescido de gratificações — o soldo do voluntário colonial era cinco vezes maior que o do soldado inglês —, depois por privilégios comerciais e até mesmo por uma participação direta na gerência dos interesses comuns.

Embora a população total das seis¹ “colônias” que se autoadministram represente, no início do século XX, somente a quinta parte dos ingleses do mundo inteiro, embora alguns desses Estados emancipados só possuam população ínfima — 200 000 habitantes na Terra Nova, 60 000 brancos em Natal (1901) — essa fração relativamente mínima da “Bretanha Maior” recebeu sua parte de atribuição no conselho da grande associação: Ottawa, Melbourne, Wellington, Capetown, Saint-John, Pietermaritzburg, repartem, desde então, e bem mais do que é oficialmente comprovado, o direito de iniciativa, com o gabinete de Saint-James e o parlamento de Westminster. A política inglesa é substituída pela ação pan-britânica, mais lenta, mais complexa, deixando de ser especialmente européia para se conduzir por interesses mundiais.

É natural que toda evolução histórica ultrapasse sua finalidade: os personagens que os acontecimentos destacaram como protagonistas da mudança são arrastados pela paixão da idéia que os impulsionava, da qual exageram o valor, procurando torná-la uma panacéia para todos os males presentes e futuros. Durante o período de angústia, foi bom e até indispensável pedir a colaboração das colônias; e estas, que aumentavam diariamente sua população, recursos financeiros e militares, pro-

¹ Oito, desde que a independência foi oficialmente reconhecida no Transvaal e em Orange (1907).

metem para o futuro ajuda igualmente eficaz, até mesmo contra um rival poderoso como a Alemanha, a Rússia ou a República Americana. Isso não é tudo: não se poderia preparar, antecipadamente, essa aliança ofensiva e defensiva nas relações comerciais, esperando que ela possa se realizar nos conflitos militares? Tal é o projeto que os políticos conceberam e que parece ter seduzido os mais ardorosos patriotas. Mas essa idéia, se fosse acolhida pela Grã-Bretanha e suas colônias, não constituiria o mais violento recuo de toda a história moderna da Inglaterra, uma espécie de traição a um passado glorioso, que a fizera sobressair entre todas as outras como a campeã, por excelência, de um movimento de trocas — senão “livre”, pelo menos liberado de muitos entraves — e que conferia uma espécie de apostolado aos continuadores da obra de Cobden? Sem dúvida, as colônias inglesas seriam preciosas associadas no comércio pan-britânico, mas, por mais importantes que sejam, não podem ter a pretensão de igualar o resto do mundo.

A tendência natural de cada uma das colônias é, aliás, desenvolver sua autonomia, de acordo com as condições especiais de seu ambiente particular. A penetração mútua das idéias e dos interesses ainda não tornou a Terra tão pequena, para que o Canadá, o Cabo e a Austrália, que se lançam impetuosamente para a frente, se sintam de fato uma só com sua antiga mãe da Europa: após as demonstrações de amizade e de carinho, eles retornam à tendência natural que os leva a seguir seu próprio caminho, a se separar de sua genitora. A unidade nacional entre metrópole e colônias conservará durante muito tempo ainda seu caráter religioso e tradicional, mas nada as impedirá de se afirmarem em manifestações divergentes. Tudo já mudou, e quando se faz a travessia do Atlântico ou do Pacífico, reconhece-se, sem dificuldade, que as “Novas Inglaterras” só de longe se assemelham à antiga.

Tomemos, por exemplo, a Austrália, cujo primeiro destino era o de ser um simples desembarço para as prisões do Reino Unido. Quando se tornou evidente que esse lugar de deportação se tornaria também uma colônia de povoamento, a aristocracia inglesa, que então fazia a lei no Parlamento britânico, havia imaginado uma engenhosa diplomacia para que New South Wales (Nova Gales do Sul), a única colônia australiana constituída em Estado nessa época, ficasse, como a mãe-pátria, dividida em grandes domínios, dos quais os trabalhadores agrícolas nunca poderiam se tornar proprietários. Começou-se por fazer votar uma lei que proibia a venda da terra abaixo de um preço muito alto, inacessível aos imigrantes pobres; por outro lado, foi fixado um salário máximo. Contudo, se a compra do solo estava interdita ao proletário, deveria ser facilitada aos concessionários ricos e, para estes, a compra foi substituída por licenças que lhes concediam o direito de pastagens sobre espaços enormes, de milhares e milhares de hectares, direito que o uso transformaria, com o tempo, em domínio senhorial. Esperava-se

assim que o trabalho forçado dos convictos se mantivesse sob uma outra forma, e que os trabalhadores moderadamente pagos, excluídos do grupo de proprietários, continuariam século após século um sistema de apropriação análogo ao do camponês inglês sobre as terras não alienáveis dos pequenos castelos (*manoir*)². Ademais, o regime feudal deveria ser consolidado pela sujeição dos indígenas, que os colonos proprietários poderiam se fazer "passar em papel", isto é, atribuir como escravos temporários por meio de uma simples petição, redigida e assinada por eles próprios, sem processo ou controle judicial³.

A descoberta das minas de ouro, depois o fluxo rápido da imigração européia e bruscas revoluções econômicas estragaram esses belos planos, sem contudo destruí-los; ao menos a aristocracia da terra obteve esse resultado: não existe mais classe camponesa na Austrália. Não há mais quase horticultores, também, senão em volta das cidades, onde alguns chineses produzem legumes para consumo local, e no Estado de Vitória, onde os subúrbios de Melbourne se tornaram uma grande horta.

Esse regime da propriedade nas terras da Austrália é uma das razões pelas quais a população se tornou quase exclusivamente urbana: na cidade de Melbourne vive cerca da metade de todos os habitantes da colônia da qual é a capital. Mas, se os grandes proprietários da Austrália conseguiram manter o pleno domínio do território e interdita-lo aos trabalhadores como domicílio permanente, estes últimos, tosquiadores de carneiros e outros, devem, ao seu gênero de vida, costumes quase comunistas, o que, numa luta social, poderia lhes dar uma força irresistível contra os locadores de trabalho. Obrigados a deixar as cidades em multidões na estação da tosquia e a viajar rapidamente para pastagens longínquas, precisaram se associar para assegurar, no percurso, o fornecimento de víveres. No próprio local de trabalho regular, alojam-se em longas e altas cabanas, onde três fileiras de camas se dispõem em andares como no interior dos navios, e suas refeições são sempre feitas em comum. Nunca sentam à mesa sem olhar se há viajantes à vista e ao alcance da voz, para participar da refeição. Mesmo que não avistem ninguém, gritam a plenos pulmões: "Há alguém por perto? À mesa, companheiros"⁴.

Os habitantes da colônia de Vitória, no sudeste do continente australiano, por muito tempo se consideraram, e com razão, como uma categoria sociológica mais elevada que a dos demais imigrantes da Austrália, pois o regime da servidão penitenciária mal havia atingido essa região; quase toda a população se compunha de garimpeiros cheios de audácia,

² *Manoir* — Habitação de um proprietário de terras que na Idade Média não tinha o direito de construir um castelo com a torre de proteção em separado. Comumente, *manoir* é uma residência de certa importância, rodeada de terras cultivadas pelo proprietário. (N. do T.)

³ GRIBBLE, J. B. *Pall-Mall Gazette*, 5 ago. 1886.

⁴ ANDREWS, J. A. *Humanité Nouvelle*, ago. 1898.

que contavam grande número de imigrantes políticos, exilados da Europa por causa de seu próprio ideal. O espírito dos habitantes era mais livre, mais igualitário que em todos os demais lugares, e o efeito se fez sentir até no governo local, que, em várias circunstâncias, não recebeu a acusação de socialismo feita por economistas bem-pensantes. Aliás, apesar da pequena extensão relativa do território e de ser cerca de meio século mais jovem que Nova Gales, Vitória a sobrepujou, há algum tempo já, pelo total de sua população: agora ela ocupa, com grande diferença, o primeiro lugar quanto à densidade quilométrica de habitantes, bem pequena ainda em proporção aos recursos da região.

O crescimento do povo australiano se faz com certa lentidão, devido a múltiplas razões. De início, a população operária, velando ciumentamente o mercado de trabalho, conseguiu com que se adotassem leis que colocavam tais entraves, mesmo temporários, aos recém-chegados, que nenhum imigrante podia satisfazê-los sem a conivência do oficial que preside o exame daqueles que chegam. Uma das condições, por exemplo, é a execução de ditado de cinquenta palavras numa língua européia qualquer, escolhida pela autoridade. Para o branco, é o arbítrio, pois, que decide sobre seu desembarque ou volta à origem; quanto ao amarelo, a interdição é absoluta. Os estrangeiros domiciliados sob o antigo regime de tolerância são malvistas e, freqüentemente, desencorajados; fiel à idéia, fundamentalmente errada, de que um menor número de habitantes torna mais fácil ganhar a vida, o branco do novo mundo austral começa a adotar os costumes de prudência neomalthusiana. Apesar de tudo, o povoamento continua a se realizar gradualmente, nos lugares em que novos apelos são feitos ao trabalho do homem, onde a rede das ferrovias que penetra interior adentro facilita o nascimento das cidades. Desde já, a união de todos os Estados numa só república exige a construção de duas vias transcontinentais: a primeira, para reunir as mil ramificações do leste às linhas bem menos numerosas da Austrália do oeste (Westralia), banhada pelo Oceano Índico; a outra, para atravessar o continente de sul a norte, de Adelaide a Palmerston. Apenas para ocupar as estações e os postos telegráficos dessas ferrovias, seria necessário que a população crescesse; apesar de áridas em sua maior parte, as terras cultiváveis seriam suficientes para nutrir ainda milhões de homens; é surpreendente ver como os australianos se esforçam por afastar a população que ali vem ter, principalmente nas costas setentrionais, banhadas pelo mar de Arafura. Situada em zona tropical, seu clima não é do tipo que seria escolhido pelos imigrantes ingleses, que raramente vêm tentar a sorte numa área em que a temperatura média atinge 24° C, ou seja, cerca de 15° C a mais do que na mãe-pátria. Mas, se os anglo-saxões que se apropriaram do solo por direito de conquista só se dirigiram em número exíguo para essas belas paragens, apesar de férteis e providas de excelentes portos, se os locais de moradia não passam ainda de humildes

aldeias, outros povos, em busca de territórios para colonizar, ficariam bem felizes de se instalarem nessas terras novas do mundo australiano. Chineses, japoneses e malaios acorreriam em grande número se pudessem, mas as pequenas colônias britânicas do litoral se pronunciaram, com unanimidade, contra qualquer tentativa de colonização feita por essa gente, de pretensa raça inferior. Contudo, a força das coisas acabará por vencer e, apesar das leis editadas pelas assembléias deliberativas da Austrália, são os chineses que carregam e descarregam os navios em frente ao cais de Palmerston e desmatam o solo circunvizinho.

Claro, um dos pontos vitais para o comércio mundial acha-se no estreito de Torres, na extremidade oriental dessa admirável avenida cuja outra extremidade é defendida por Cingapura. A aldeia australiana de Somerset, no cabo York, o mercado da ilha de Thursday, num porto muito freqüentado pelos pescadores de nácar e holotúrias, e outros grupos de colonização insulares, talvez também Port-Moresby, na Nova Guiné — são esses, atualmente, os únicos indícios da futura Londres ou Nova York que se espera ver surgir nesse estreito pelo qual se comunicam os dois oceanos, ponto final dessa maravilhosa avenida de ilhas com cinco a seis mil quilômetros de comprimento, que começa a oeste com a Sumatra e termina a leste com a Papuásia. Em nenhum lugar do planeta existem terras mais ricas, mais abundantes em recursos de toda espécie. Parece inexplicável que somente algumas aldeias tenham surgido à porta triunfal dessa incomparável via marítima; eis um fato que, dentro de um século, será dificilmente compreendido. É verdade que as paragens vizinhas se tornaram bem perigosas por causa dos recifes coralígenos, sobretudo na passagem da Grande Barreira, mas o homem não tem à sua disposição as bóias, as balizas, os faróis, a experiência e a sagacidade dos pilotos e, se necessário, os explosivos e as dragas?

A leste desse limite natural entre a Austrália propriamente dita e o mundo oceânico, a "Bretanha maior" está representada por ilhas muito importantes, as que formam a Nova Zelândia e pelo arquipélago de Fidji. Outras potências também têm possessões nessa região do Pacífico: a Alemanha se apossou das principais ilhas melanésias e, por força de um acordo (1899), repartiu as ilhas Samoa com os Estados Unidos, enquanto as ilhas Tonga foram abandonadas para a Inglaterra; com essa última potência, a França governa as Novas Hébridas; há muito tomou a Nova Caledônia, bem menos para colonizá-la que para ali estabelecer suas prisões de deportação política e penal, até o dia em que as colônias australianas se queixaram e conseguiram fazer com que os detentos franceses fossem enviados para outras paragens; enfim, inaugurando, por seu turno, uma política mundial, a Federação australiana obteve do Gabinete de Saint-James a administração sobre a porção inglesa da Nova Guiné; os papuas fornecerão a mão-de-obra, em condições mais vantajosas que os chineses e japoneses.

Essas terras oceânicas, por mais importantes que possam se tornar um dia, pouco representam em comparação às duas ilhas da Nova Zelândia, que podem ser consideradas, em potencial, como uma outra Inglaterra. Em superfície são quase tão extensas, e sua população, que corresponde à quinquagésima parte da população das Ilhas Britânicas, constitui, sem dúvida, uma elite em comparação aos habitantes da mãe-pátria. Os primeiros imigrantes ingleses, em 1840, haviam feito a escolha de um local que já demonstrava seu espírito judicioso, pois o porto de Nicholson, situado no centro exato do arquipélago e dominando o estreito maior, cognominado em homenagem a Cook, não poderia deixar de se tornar um centro de comércio e o local de encontro para a sociedade destinada a se estabelecer nessas paragens; foi nessa baía que se construiu Wellington, capital das duas ilhas, superada em população por Auckland.

De início, os dirigentes da imigração neo-zelandesa quiseram, como haviam tentado fazer na Austrália, fundar uma comunidade completamente modelada no tipo da aristocrática Inglaterra, com domínios inalienáveis, paróquias eclesiásticas, rebanhos de camponeses trabalhadores e paroquianos fiéis. A Nova Zelândia, semelhante à sua mãe-pátria dos antípodas pela igualdade do clima e pela fecundidade do solo, começou a se assemelhar a ela, política e socialmente. Mesma aristocracia fundiária como na Grã-Bretanha, mesmo contraste entre proprietários e trabalhadores indigentes; mas faltava aos senhores neo-zelandeses o prestígio que dá uma longa genealogia de antepassados e a estupidez tradicional dos camponeses servis. Nem bem o proletariado da nova Colônia se adaptara, a guerra explodiu, de várias formas: greves, processos, lutas eleitorais, insultos e violências. Dessa vez, o direito, sustentado pela imposição da maioria numérica, levou a melhor sobre o partido do monopólio, representado aliás por nobres que combatiam por procuração, e aquilo que o povo poderia fazer em virtude de sua força, ele realizou com todo o aparelho molesto do governo e das leis (1891). A revolução foi, sem dúvida, muito incompleta, muito inferior ao ideal que a havia suscitado, mas não deixou de ser uma revolução, mais efetiva que tantas outras, bem mais sanguinárias⁵.

A partir do ano seguinte, a multidão de imigrantes quebrou, forçosamente, os quadros preparados para ela; às colônias do velho estilo oficial, fundadas com elementos ingleses, se opuseram, sobretudo na ilha meridional, comunidades escocesas pertencentes à *Free kirk* ou "Igreja Livre"; depois, foram descobertas as minas de ouro e, logo, uma minúscula Inglaterra se formou nas antípodas planetárias daquela da Europa, mas uma Inglaterra mais jovem, onde os elementos de renovação socialista estavam fortemente representados. Assim, a colônia, lembrando os

⁵ LLOYD, Henry Demarest. *National Geogr. Magazine*, set. 1902, p. 345.

usos e a política da metrópole, teve a pretensão de fazer melhor ainda e de lhe servir de modelo, reformando o regime de propriedade, suprimindo os hábitos do absenteísmo, facilitando o acesso ao solo aos agricultores, o trabalho na indústria aos operários. A sociedade neo-zelandesa objetivou pôr fim aos conflitos entre o capital e o assalariado, e embora esse ideal não tenha sido realizado, governantes da nova região acreditaram poder levar um evangelho político aos representantes envelhecidos da metrópole. A Nova Zelândia foi o primeiro Estado que admitiu mulheres nas eleições; a Austrália a imitou e foi além, conferindo a elas a elegibilidade; essa inovação parece, de resto, ter modificado apenas de leve a força relativa dos partidos políticos.

Até mesmo em suas relações com a população indígena, os colonos da Nova Zelândia têm menos do que se recriminar que a maioria de seus compatriotas estabelecidos em outras paragens do globo. Aliás, devem se lembrar que nunca houve adversários mais nobres do que os Maori, para combater. Por ocasião de um enfrentamento, um grupo de brancos, sem viveres, sucumbindo pelo cansaço, teria sido presa fácil para os indígenas, mas estes fizeram trégua imediatamente e enviaram até os inimigos a metade de suas rações: “Para vos combatermos”, disseram eles, “esperaremos que estejais iguais a nós”. O ingleses demonstraram largamente que o “civilizado” leva a melhor sobre o selvagem na arte de matar o próximo, mas agora, em princípio ao menos, o direito de igualdade é concedido aos antigos donos do solo: eles conservaram sua parte de propriedade, colocam-se ao lado dos brancos nas assembleias nacionais, e seus filhos, que não são menos inteligentes, estudam nas mesmas escolas. Contudo, a raça decresceu lamentavelmente, a não ser com exceção de certos distritos em que, por cruzamentos, o tipo Maori se fundiu na população invasora dos anglo-saxões. O impacto da evolução social foi muito forte para que a nação oceânica tivesse podido resistir vitoriosamente: seu poder de adaptação não foi suficiente, ao menos durante as duas primeiras gerações da raça imigrante, pois parece agora que o movimento de recuo está bloqueado. Os cem mil Maori que viviam em 1840, no início do século XX estavam representados por uma descendência reduzida de mais da metade, 48 143, em 1901⁶. Como dizia um maori, falando a ingleses: “Nosso rato desaparece diante do vosso, nossa mosca foge daquela que vós trouxestes e sereis vós quem irá nos comer!”

⁶ O recenseamento de 1906 acusou 43 595 Maori, sem contar 211 mulheres Maori que se casaram com brancos e 4 028 mestiços que viviam com os Maori. Há progresso, portanto.

8. COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO: GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO DA ÍNDIA *

A rainha da Inglaterra, solenemente proclamada “Imperatriz das Índias” (*Kaisar-i-Hind, Hind-ka-Kaisar*), na planície de Delhi, em 10 de janeiro de 1877, é representada na península cisgangética por um vice-rei, escolhido em conselho dos ministros; mas a sede do poder é em Londres. O ato de 1858, que pôs fim à Companhia das Índias e que transmitiu diretamente à coroa suas imensas possessões coloniais, confiou o governo direto dos duzentos milhões de homens que povoam a Índia inglesa a um conselho de 15 membros (*council of India*) com sede em Londres, sob a presidência de um secretário de Estado. Os membros dessa assembleia são designados pela coroa, fora do Parlamento, por um período de dez anos, prorrogável por cinco anos, se tal for do gosto do soberano. Na falta do ministro, um vice-presidente, nomeado pelo poder, dirige as deliberações e regulamenta a ordem do trabalho nos diversos comitês que dividem entre si a direção dos negócios. A presença de cinco membros nas sessões plenárias é necessária para validar as deliberações.

O vice-rei da Índia, ou “governador-geral”, é secundado por um conselho de seis membros ordinários e um membro extraordinário — o comandante-em-chefe do exército —, todos nomeados pela coroa, da mesma forma que os governadores e os tenentes-governadores das diversas províncias. Os assuntos do “governo supremo” são repartidos em seis

* Reproduzido de RECLUS, É. *Gouvernement et administration de l'Inde*. In: —. *Nouvelle géographie universelle*. Paris, Hachette, 1883. v. 8, p. 669-714. Trad. por Maria Cecília França.

departamentos: finanças, guerra, trabalhos públicos, interior, agricultura e negócios exteriores, e um dos membros do conselho, ajudado por um secretário especial, dirige cada departamento. O governador-geral reserva para si os assuntos estrangeiros; ele regulamenta as relações do Estado anglo-indiano com o Butã, o Tibete, o Nepal, a Caxemira, o Afeganistão, a Birmânia real, e transmite suas ordens aos residentes colocados na qualidade de tutores junto aos príncipes mediatizados; além disso, ele faz administrar diretamente todos os Estados confiscados ou colocados temporariamente sob seqüestro. Representante do soberano, goza também das prerrogativas reais para nomear, por dois anos, os membros, ingleses ou indígenas, do conselho legislativo, em número de seis ao menos e doze, no máximo; estes se unem aos conselheiros supremos para elaborar, sob a vigilância do vice-rei, as leis aplicáveis à população; mas nenhuma questão grave pode ser debatida sem ter sido proposta pelo governador, nenhuma medida adotada pode entrar em vigor sem ter sido aprovada por ele. Todas as garantias foram tomadas para que a iniciativa venha do alto. O governador-geral não pode, por conta própria, agir como chefe, estando todos os seus atos submetidos à apreciação do ministério inglês. Ele não promulga mandados que tenham força de lei, senão em casos de extrema urgência, e essas decisões só permanecem em vigor durante seis meses.

Nas duas “presidências”, de Bombaim e Madras e na província de Bengala, o regime administrativo reproduz, em seus traços essenciais, o do Estado; os governadores são assistidos por conselhos executivos instituídos pela coroa, e eles próprios nomeiam certo número de membros, ingleses e indígenas, para a preparação das leis. Quanto às províncias “não regulamentadas” — isto é, o Punjab, o Aúde, as Províncias Centrais, o Assã — são administradas sem formas legislativas complicadas; o regime é ali mais militar do que civil. Aliás, cada região é administrada de maneira diferente. Enquanto os chefes de Madras e de Bombaim têm o título de governadores, os de Bengala, das Províncias do “Noroeste” e do Punjab são qualificados de tenentes-governadores, e os de Aúde, das Províncias Centrais e do Assã são comissários-chefes. As divisões administrativas são desiguais, em tamanho e em população. Da mesma forma que os condados da Inglaterra, as províncias indianas estão delimitadas como o foram outrora pelas guerras e tratados; elas conservaram sua forma histórica e, excetuando raras localidades, não foram remanejadas pelas necessidades da centralização administrativa. Enclaves e exclaves de todas as dimensões estão disseminados pelos confins das grandes províncias que foram impérios, ou que são ainda Estados mediatizados; há regiões, como o Kathyawar, o Radjpoutana, o Sirhind, o Cis-Satledj e o Trans-Satledj, próximo a Simla, em que os mapas mais detalhados não podem representar o entrecruzamento das linhas de fronteira. É pela tradição local que os funcionários ingleses ou indígenas sabem quais são

seus subordinados; em muitas localidades acontece mesmo que aldeias pertençam a duas circunscrições diferentes; elas são fracionadas em metades, terços ou duodécimos, entre os Estados ou províncias limítrofes. Ao império anglo-indiano não pertence a ilha de Ceilão, ligada diretamente à coroa, mas diversas regiões situadas fora da península cisgângica dependem politicamente do vice-rei das Índias, o soberano que, após o imperador da China, comanda o maior número de homens. É assim que a Birmânia britânica e mesmo as ilhas Andaman e Nicobar fazem parte de “Bengala”; as agências políticas estabelecidas em diversas regiões da Ásia anterior — em Kalat, na costa persa, em Mascate, Bagdá, Aden e Zanzibar, no litoral africano, estão subordinadas a Calcutá.

O “serviço civil contratual” (*covenanted civil service*), que comanda um corpo de 1 250 000 funcionários de todas as categorias, se compõe de 928 altos funcionários dos quais apenas sete são de raça indiana. Estão repartidos em duas grandes classes, a da administração e a da justiça. Ao entrar na carreira, os jovens são, quase sempre, encarregados da redação de um memorial que os obriga a estudar a língua e os costumes dos indígenas. Após alguns anos desse trabalho preliminar, eles são classificados definitivamente, seja na administração, seja na magistratura. O princípio da Companhia, que se tornou o do governo atual, é o de ter somente um pequeno número de funcionários, mas de lhes dar altos salários, em troca de uma pesada responsabilidade: depende deles se fazerem servir por subordinados indígenas, escolhidos, na maioria das vezes, entre pessoas de alta casta, manter a ordem pública por todos os meios que lhes parecer conveniente e assegurar a entrada regular dos impostos. Vários distritos de cem mil habitantes são governados por um único inglês, contra cuja vontade não há apelação e que não tem outro juiz além de sua consciência para aplicar leis de uma terrível severidade. No Indústão propriamente dito, no Aúde e no Bihar, um grande número de divisões administrativas formam grupos de 360 aldeias: era a circunscrição tradicional, análoga ao *hundred* ou “centena” dos anglo-saxões¹.

Recentemente, algumas tentativas, puramente empíricas, foram feitas, no sentido de constituir municipalidades eletivas. Segundo uma lei de 1850 e atos subseqüentes, as cidades são autorizadas a pedir a constituição de um conselho municipal para os trabalhos públicos e os cuidados de limpeza urbana; mas esses conselhos não são eleitos. O governo os nomeia sobre a apresentação dos funcionários locais e os autoriza a fixar sobre cada casa uma taxa para o pagamento da polícia e dos trabalhos de obras públicas. Isso é tudo. Contudo, o governo se reserva o direito de conceder aos notáveis das cidades e aos grandes proprietários, homens e mulheres, os privilégios eleitorais para a designação de um corpo municipal, integral ou parcial; mas essa concessão só tem sido

¹ ELLIOT. *Castes of North-West provinces.*

feita nas cidades em que os ingleses estão fortemente representados; ela foi mesmo retirada em certas comunidades urbanas, como Dalhousie, onde nenhum indígena se preocupava em utilizar-se de um privilégio ilusório que não lhe dava qualquer autonomia administrativa. Uma única cidade do Punjab, Dharmasala, possui um conselho municipal inteiramente eleito; em quatro outras cidades da mesma região os membros do conselho são parcialmente eleitos. Os corpos municipais designados pelo poder atingem cerca de 850². Quanto às comunas indígenas, são toleradas e até utilizadas pelo governo na administração local, mas sua existência não é oficialmente reconhecida. Os eleitos pelo sufrágio popular, designados pelo nome de *pantch* ou “os Cinco”, — qualquer que seja seu número, de 3 a 100, — gozam da confiança ilimitada dos concidadãos: “Deus está entre os Cinco” é um provérbio geral no Indústão³. Na Índia Francesa, dez comunas de pleno exercício foram constituídas, desde 1880: Pondicherry, Karikal e as aldeias de seu subúrbio, Chandernagore, Yanaon, Mahe. Nessas comunas, as disposições do código civil, relativas ao casamento e aos atos do estado civil, são aplicadas aos indígenas, sob certas reservas, impostas pelo uso⁴.

Os indianos gostam de processos, mas muito meigos e, excetuando algumas regiões em que os costumes de pilhagem não desapareceram ainda completamente, a maioria dos litígios acontece por questões de furto ou de fraude e por discussões entre proprietários: assistiu-se num tribunal de Point de Galle queixosos disputarem a 252.^a parte de um coqueiro⁵. As dívidas, muito facilmente contraídas nesse país de usura, são exigidas com rigor diante dos juizes e pagas por condenação à prisão; antes, o devedor era entregue como escravo ao credor. Este possuía até um meio, quase infalível, de fazer com que lhe fosse paga a dívida ou de obter, em troca, a pessoa do culpado, morto ou vivo: ele ia “fazer *dharna*” à porta do seu devedor, com punhal ou veneno na mão, ameaçando de usá-lo contra si próprio ou de se deixar morrer de inanição. Diante do temor dessa morte que atrairia desgraças sem conta sobre seu lar, o devedor entregava-se à sua mercê⁶. Leis e costumes numerosos regem a Índia, e o jurista, mesmo muito hábil, não se encontra, senão com muita dificuldade, nesse dedalo. As tradições indianas, as leis de Akbar, e o *chariat* maometano servem de regras para os indígenas em questões relativas ao casamento, à adoção, aos testamentos, à herança, à divisão da propriedade; além disso, os precedentes forne-

² Municipalidades da Índia em 1879: Punjab, 197; Bengala, 191; Bombaim, 128; Aude e Províncias do “Nordeste”, 107; Mysore, 78; Províncias Centrais, 62; Madras, 48; Courg, 5; Bihar, 5; Ajmer, 2.

³ ELLIOT, op. cit.

⁴ *Bulletin de la Société Normande de Géographie*, t. III, 1881.

⁵ TENNENT, Emerson. *Ceylon*.

⁶ FORBES, James. *Oriental Memoirs*; MAINE, H. Summer. *Calcutta Review*, 1876.

cidos pelas decisões da Companhia das Índias foram codificados, e cada ano novas leis são acrescentadas às antigas. Em presença dessas legislações confusas e contraditórias, o juiz deveria ficar bem atrapalhado para pronunciar um veredito caso não estivesse munido do poder de decidir sumariamente as dificuldades, sem referendar aos tribunais de província ou ao supremo tribunal⁷. As decisões são rápidas e a pena é dura; embora os crimes e os delitos sejam, proporcionalmente, menos numerosos e menos graves que nos países do Ocidente, as sentenças de morte são mais freqüentes, e muitas vezes os juizes mandam aplicar o chicote nos delinqüentes. Os condenados à deportação são enviados a Port Blair, onde são distribuídos, de acordo com a gravidade do caso, entre as diversas colônias penais das ilhas Andaman. A população média das prisões da Índia é avaliada em 120 000 indivíduos, entre os quais as mulheres perfazem de 5 000 a 6 000 tão-somente⁸: essa proporção é bem inferior à das prisões da Europa ocidental. Os condenados indianos não são, de forma alguma, desprezados pelos homens livres; não perdem sua casta e conseguem facilmente casar e encontrar emprego quando voltam para a vida civil: todos os desculpam, como se desculpam a si mesmos, alegando azar. Aliás, eles aceitam o infortúnio do cativo com uma notável igualdade de alma. “Os ladrões da Companhia se assemelham a noivos”, dizia um antigo provérbio, que não deixou de ser verdadeiro no atual regime⁹.

A força armada de que dispõe o governo anglo-indiano, além dos 200 000 homens de polícia, se compõe de tropas indígenas e de regimentos ingleses. Antes da insurreição dos cipaio, os soldados europeus constituíam somente a quarta parte do exército; agora representam mais da terça parte¹⁰. O efetivo real dos ingleses armados que mantêm submissos um quarto de bilhão de homens não ultrapassa 50 000 indivíduos; com os regimentos indígenas, a força total é de 150 000 soldados. A fraqueza numérica do exército atesta a segurança atual do governo e mais ainda, talvez, os princípios da economia que o dirigem¹¹. O conjunto das tropas

⁷ Crimes e delitos na Índia inglesa em 1878:

Julgamentos	1 162 535
Absoluções	365 648
Condenações à morte	743
Condenações ao desterro	2 015
Condenações à prisão	249 210
Condenações ao chicote	75 223

⁸ TEMPLE, Richard. *India as it is*.

⁹ HEINE, Benjamin. *Tracts, Historical and Statistical of India*.

¹⁰ Exército da Índia Britânica em 1881:

Soldados ingleses	61 590
Soldados indígenas	103 000

¹¹ Orçamento anual do exército anglo-indiano, incluída a manutenção das casernas: 425 000 000 de francos.

profissionais do império anglo-indiano não ultrapassa a terça parte do exército mantido em 1856, época em que a população era de 25 milhões de pessoas a menos que hoje; então o conjunto de guarnições, sem os soldados ingleses, compreendia 280 000 homens. Mas, graças às estradas de ferro, as forças atuais, relativamente mais fracas, podem ser rapidamente concentradas e dirigidas para os pontos perigosos: mais do que compensaram a massa, pela velocidade dos movimentos.

Embora os nativos sejam mais numerosos que os ingleses no exército peninsular, tomaram-se todas as precauções para que a superioridade material, proveniente de uma organização mais compacta, pertença às tropas européias. Primeiro, os brâmanes do Aúde, que formavam um dos principais elementos do exército, antes da insurreição dos cipayos, não são mais admitidos como recrutas, senão em número reduzido; os voluntários acolhidos mais comumente são os Sikh do Punjab, os Pathan e os Rohilla da alta planície do Ganges, os rajaputros, os Ghorka do Nepal. Os regimentos indígenas, aos quais deixaram, prudentemente, uma fraca artilharia, estão divididos em três corpos de exército, diferenciados pela organização, origem e até mesmo língua da maioria dos soldados: esses três corpos são os da Bengala, de Bombaim e de Madras. No primeiro, fala-se sobretudo o indústão e o bengali; no segundo, o marata e guzerate e, no terceiro, o télugo. Dessa forma, os três corpos não mantêm entre si nenhum laço de nacionalidade, de língua, de patriotismo, e as castas que os compõem são agrupadas de forma a se equilibrarem e a se neutralizarem em caso de dissensões intestinas. Os soldados indígenas só estão ligados a um corpo de exército pelos oficiais europeus que os comandam. Todos os oficiais hindus ou maometanos começam por servir nos regimentos ingleses a fim de aí serem disciplinados e levarem aos seus compatriotas os costumes do exército britânico. A maior parte dos soldados se engaja por uma longa série de anos ou por toda a idade útil, após o que têm direito a uma pensão. Um grande número, quase todos os homens do exército de Madras e a maioria dos de Bombaim, pode se casar, e suas mulheres, os filhos e até mesmo os pais os acompanham ao acampamento. Daí resulta que os acantonamentos se transformam em cidades militares, onde cada casa de oficial é rodeada de barracas, ocupadas por numerosos domésticos: o acantonamento de Sikandarabad, por exemplo, não tem menos de 50 quilômetros quadrados. Desde a guerra dos cipayos, o recrutamento para o exército se faz com dificuldade cada vez maior; nem sempre se encontra um número suficiente de mercenários que ofereçam as condições requisitadas, e as freqüentes deserções são calculadas em sete a oito mil por ano.

O exército indiano poderia ser bem mais reduzido do que já o é, se os governantes não tivessem necessidade de vigiar os Estados indígenas e de manter o equilíbrio diante de suas forças militares: é verdade que

os soberanos as mantêm mais para dar brilho às festas e para aumentar seu prestígio aos olhos do povo, mas não podemos ignorar sua existência; se elas não fossem mantidas em xeque por forças superiores e mais bem organizadas, seus comandantes poderiam ficar tentados em lhes dar papel mais sério. Mais de 150 Estados mediatizados, sem contar o Nepal — que possuem em conjunto 60 milhões de habitantes e uma receita de 400 milhões de francos — dispõem de exércitos cujo efetivo nominal é de 500 000 homens, com 65 000 cavalos e 5 250 canhões. Um único príncipe indígena, o *nizam* de Haiderabad, possui 37 000 soldados de infantaria, 8 200 cavaleiros, 725 canhões¹². Por esse motivo o governo inglês resolveu limitar, a partir de então, o número de soldados mantidos pelos príncipes vassallos, interditar-lhes as armas aperfeiçoadas e inspecionar regularmente as fábricas de pólvora e os arsenais. Ele gostaria de fazer desses descendentes de soberanos uma grande aristocracia fundiária como a dos lordes ingleses e não negligencia nenhum cuidado para educar os jovens senhores, gerir seus bens e orientar sua educação política de conformidade com os interesses da Inglaterra¹³.

Comparada à situação financeira da maioria dos Estados da Europa, a da Índia é relativamente boa. A décima quinta parte da receita é suficiente para pagar os juros anuais da dívida pública, enquanto a Inglaterra e a França têm de pagar, cada uma, a terça parte de suas receitas; mas em proporção os habitantes são muito mais pobres: “Um *penny* de taxa, diz o economista Fawcett, pesa tão duramente sobre o indiano, como uma libra esterlina para o inglês”. Repartido por habitante, o conjunto do imposto representa somente 8 francos, e a dívida é de 19 francos; mas tais somas tão reduzidas só podem ser ganhas após semanas e meses de trabalho por milhões de indianos, pois o valor anual da produção da Índia, avaliado em 8 ou 10 bilhões de francos¹⁴, não atingiria 40 francos por pessoa. Na dívida indiana, o preço da repressão dos cipayos durante a guerra foi avaliado em quase um bilhão. A última invasão do Afeganistão custou 540 milhões de francos.

A principal fonte de lucro é o imposto territorial, ou antes, — como se expressam os teóricos do direito supremo do Estado, — a parte que o governo indiano, herdeiro dos governos precedentes, reservou para si no produto anual do domínio que lhe convém arrendar. De acordo com os distritos, essa parte lhe é remetida, ou, como em Bengala, por arrematantes ou *zemindar*, que são os verdadeiros proprietários, ou, como nas províncias do “Noroeste”, pelas comunas responsáveis por todos os seus membros, ou então diretamente pelo agricultor, sistema que preva-

¹² *Times*, 2 set., 1878.

¹³ TEMPLE, Richard, op. cit.

¹⁴ HYNDMAN. *Bankruptcy of India*. Nineteenth Century, 1878.

lece nas presidências de Madras e Bombaim. Vastíssimas extensões de terras pertencem, livres de qualquer imposto, aos sacerdotes encarregados dos templos e das mesquitas: foi dessa forma que o governo instituiu, indiretamente, um orçamento dos cultos. O valor total do imposto fundiário, “que jamais deve ultrapassar os dois terços do produto líquido da cultura”, — enquanto a lei de Manu permitia um imposto equivalente apenas à sexta parte do produto, — eleva-se, em média, a 550 milhões de francos, cerca de um terço do orçamento¹⁵. A venda do sal e do ópio rendem, respectivamente, mais de 150 milhões ao Estado¹⁶. O consumo anual do sal na Índia inglesa ultrapassa um milhão de toneladas. A venda de bebidas alcoólicas é taxada pelo Estado.

O governo anglo-indiano não segue na sua política financeira os mesmos princípios que os da Inglaterra; herdeiro da Companhia das Índias, conservou certos hábitos de tráfico e faz concorrência aos comerciantes, o que ocasiona freqüentes recriminações por parte desses últimos. O Estado, por seus monopólios, é o único mercador de ópio e de sal no império, só usando intermediários nesses gêneros; além disso, também é proprietário de minas de carvão próximas das estradas de ferro de Bengala e pode vender o combustível a preço melhor que as companhias particulares.

A Inglaterra se deu por missão, dizem seus homens de Estado, civilizar os indianos e elevá-los, gradativamente, à dignidade de homens livres; mas, enquanto espera que essa obra se concretize, a rica Grã-Bretanha vive às expensas do pobre Indústão: os caçulas da aristocracia inglesa são os parasitas dos seus súditos, os infelizes *rayot*. Sem falar dos milhões que são gastos cada ano, nas próprias Índias, em despesas dos governantes ingleses, na manutenção das forças armadas e de alguns vasos de guerra, uma soma que varia de 360 a 450 milhões de francos é enviada anualmente para a Inglaterra como contribuição às despesas do governo britânico. De 1857 a 1882, nove bilhões de francos foram assim retirados da produção indiana, em proveito de seus conquistadores.

Mas esse imenso domínio da Ásia meridional, muito mais importante para os interesses pessoais das ricas famílias inglesas do que para

¹⁵ Orçamento do ano fiscal 1880-1881:

Receitas	1 813 999 450 francos (a 2 francos e 50 a rúpia)
Despesas	1 915 033 325
Déficit	101 033 875 francos

Orçamento previsto para o ano 1882-1883: 1 660 000 000 de francos, em receitas e em despesas; dívida pública no fim do ano 1880-1881: 3 928 725 000 francos; dívida após dedução dos empréstimos por trabalhos públicos remunerados: 2 345 975 000 francos.

¹⁶ Venda de ópio durante o ano fiscal 1880-1881: 211 250 000 francos; lucro líquido: 181 000 000 de francos. Lucro da venda do sal: 164 300 000 francos.

a prosperidade comercial da Grã-Bretanha, permanecerá como dependência política da nação, relativamente pequena pela população, que vive nessa ilha estreita, ao noroeste da Europa? Não existe problema histórico mais grave. A “questão do Oriente”, que tantas vezes já abalou o mundo e que custou a vida de milhões de homens, é apenas o prelúdio da questão da Ásia; a partilha da Turquia é pouca coisa em comparação com a partilha do Antigo Mundo.

Em primeiro lugar, é certo que os ingleses não contam, para a manutenção do seu poder, com a franca adesão de seus súditos ao regime político do império. Donos da Índia há mais de um século, permaneceram estrangeiros como no primeiro dia, embora as estradas de ferro e os barcos a vapor tenham diminuído de nove décimos a distância entre as duas áreas. Sejam ou não irmãos de raça e descendam ou não dos mesmos ancestrais arianos que viviam na Bactriana¹⁷ ou em outra região da Ásia Central, os indianos e os ingleses não simpatizam nada uns com os outros. O rebanho humano que trabalha nas plantações não gosta de seus senhores, e estes não escondem, normalmente, o desprezo que sentem pela massa dos *niggers* dominados. Segundo a expressão popular, “o bretão e o indígena se associam como o óleo e a água”. É verdade que na época das grandes lutas entre os ingleses e os franceses, estes últimos eram bem mais queridos pelos indianos, e ainda agora, naquilo que resta da Índia francesa, o muro de separação entre nativos e europeus é bem menos elevado que na Índia britânica. Qual é a causa desse contraste? Segundo os autores britânicos, provavelmente injustos, isso provém do fato de que os franceses teriam uma “tendência fatal a se orientalizar”; eles se abaixariam ao nível do indiano¹⁸. Seja o que for, é raro que os ingleses se dêem ao trabalho de tentar conhecer a massa que governam de tão alto; os fenômenos mais importantes da vida nacional que se agita abaixo deles permanecem freqüentemente ignorados ou só lhes são apresentados sob um falso aspecto pelos brâmanes interessados¹⁹. Ainda não se conhece nem mesmo a verdadeira causa da insurreição dos cipaios que, em 1857, ameaçou tão gravemente a manutenção do domínio britânico²⁰. O residente estrangeiro, rodeado dos seus, tendo criado para si toda uma pequena Inglaterra, percebe como sombras essa gente de raça diferente que se agita em sua volta. Ele não sabe quais são seus sentimentos, seus pensamentos, suas paixões. Basta-lhe ter interessado em sua causa vaidosos *babous*, alguns parses de Bombaim, outros estrangeiros e príncipes com ricas pensões, para que imagine

¹⁷ *Bactriana* — Região da Ásia Central, residência de iranianos, hoje inserida no Turquestão e no Irã. (N. do T.)

¹⁸ MORRIS, Henry. *A Descriptive Account of the Godavery district, in the presidency of Madras.*

¹⁹ NELSON. *Prospectus of a Scientific Study of the Hindu Law.*

²⁰ BRADDON. *Life in India.*

ter adquirido as simpatias da nação. Mas em qual dessas imensas possessões o conquistador conseguiu congraçar os habitantes, fazê-los ingleses de coração, senão de raça? Ora, tal é a primeira condição para uma verdadeira união política. O domínio britânico nas Índias permanece, portanto, instável, não porque os indígenas possam se unir contra os conquistadores estrangeiros, mas enquanto o regime das castas não for arrancado por uma revolução mais profunda que a realizada pelo budismo ou cabirismo. Os indianos estão muito divididos em classes inconciliáveis para que possam despertar à idéia de pátria e reivindicar sua independência comum; o despotismo é o regime que “divide menos” os indianos, mas eles trocariam, com prazer, de senhores: passar de uma escravidão a outra afigura-se ao subjogado como uma espécie de liberdade.

E depois, não possui cada povo recursos ignorados por ele próprio que se manifestam de repente, sob a influência dos acontecimentos? Embora as costas estejam quase sempre isoladas, proibindo-se quaisquer relações mútuas, vimos, no entanto, que se uniram sem acordo prévio. Em 1877, após algumas indignidades a que a polícia submeteu os cules, o trabalho parou como por encanto nos cais e no porto de Bombaim: a vida comercial da cidade parou de repente. Na Europa, nunca se viu greve tão unânime em suas exigências, tão rápida nos seus efeitos²¹. Indivíduos de todas as castas, hindus e maometanos, não poderiam um dia se reconciliar da mesma forma contra o estrangeiro que os domina?

É pela força e pelo prestígio do seu nome, portanto, que os ingleses devem conservar a possessão da Índia. Mas não basta que se mantenham na região; é necessário, também, proteger o caminho contra qualquer ataque. Os únicos inimigos a temer não são os futuros insurretos, hindus ou maometanos, mas as potências cujos domínios bordejam o caminho das Índias. Outrora, quando os meios de comunicação por terra eram difíceis e toda a região compreendida entre a Europa central e o Índustão era intransponível para os exércitos, quase inacessível até às expedições de comércio, o caminho da Índia contornava o continente africano: na própria Península é que se deviam travar as lutas pela supremacia. Assim holandeses e portugueses disputaram entre si o império indiano e, um século mais tarde, ingleses e franceses combateram pela possessão de Bengala e do Decã. Os ingleses mantiveram o domínio dessa primeira rota oceânica, pois estão de posse do cabo da Boa Esperança, Natal, Maurício e, sob pseudônimo, comandam em Zanzibar. Mas a rota direta pelo Mediterrâneo passou a ter mais importância que a oceânica e, desde o fim do século passado, França e Inglaterra reiniciaram a luta pela conquista do Egito, etapa intermediária entre a Europa ocidental e a península císangética. Após oitenta anos de peripécias, mais uma vez a questão se decidiu a favor da Inglaterra: atualmente, a rota marítima

²¹ TRANT. *Fortnighthy Review*, v. XXVI, 1879.

direta é defendida por formidáveis fortalezas, Gibraltar, Malta, Alexandria, Aden.

Mas essas próprias conquistas forçam a Grã-Bretanha a novas conquistas. Em futuro próximo, as rotas marítimas se tornarão insuficientes, perdendo singularmente sua importância em comparação às estradas de ferro, que seguirão a diagonal do Mundo Antigo, por Constantinopla, Herat e Delhi. É na direção do ângulo norte-ocidental de seu império indiano, no ponto em que desembocará essa via-mestra, que os ingleses instalaram mais próximas umas das outras suas guarnições, estabelecendo mais acampamentos e cidadelas: Ferozepore, Ludhiana, Jullundur, Lahore, Attock, na travessia do Indo; Peshawar, na entrada dos desfiladeiros do Cabulistã. Várias vezes já os exércitos da Índia tiveram de subir até os planaltos do oeste para tentar traçar ali uma “fronteira científica”, enquanto os diplomatas ingleses disputam a Pérsia com os da Rússia. É possível que as sombras dos acontecimentos forcem a Inglaterra a reivindicar o protetorado da Turquia asiática que ela já fez com que o sultão lhe concedesse, mas do qual o ciúme dos Estados europeus não lhe permitiu tomar posse. Não lhe bastará mais, postada em Chipre, apenas vigiar a costa vizinha. Provavelmente será necessário também apoderar-se dos planaltos da Anatólia e tornar-se, no Vale do Eufrates, a potência limítrofe do império russo, que já anexou as nascentes do grande rio. Não ficaria ela forçada, em consequência, a expor suas guarnições avançadas aos ataques repentinos de exércitos inteiros saídos dos campos entrincheirados da Transcaucásia? Mas, mesmo que a Inglaterra conseguisse assegurar para si uma fronteira inexpugnável de 3 000 quilômetros, ao longo das possessões russas, a quem pertence toda a parte européia da diagonal das comunicações futuras entre a Grã-Bretanha, a Índia e a Austrália, senão à Alemanha, à Áustria, aos herdeiros danubianos da Turquia? Para conservar o uso da via-mestra, a orgulhosa Albion²² seria forçada a promover alianças, mas estas talvez só possam ser realizadas à custa de pesadas compensações, as quais diminuiriam em muito seu prestígio sobre as nações da Ásia. Os perspicazes diplomatas ingleses estão bem a par desse perigo e sabem como é pesada a herança que lhes deixou a Companhia. “Quando ouço falar”, dizia Grant Duff, “de um vaso de guerra que navega através de um nevoeiro nos baixios da Terra Nova, por entre montanhas de gelo, não posso deixar de pensar em nosso governo da Índia.” Para que a Grã-Bretanha possa confiar no futuro, seria necessário que seus progressos em população, em riqueza e em poder ultrapassem os dos Estados rivais, situados ao longo da futura rota das Índias. Ora, não é isso o que demonstra a história dos últimos trinta anos.

²² *Albion* — Nome dado à Inglaterra, pelos antigos. (N. do T.)

Em 1895 seu número havia mais do que dobrado, quase triplicado; havia ali mais de 10 000, assim agrupados por nacionalidade:

Inglese	4 084
Norte-americanos	1 325
Franceses	875
Alemães	812
Portugueses, mestiços na maioria	803
Japoneses	669
Espanhóis	461
Escandinavos	373
Etc.	689
	<u>10 091</u>

9. RELAÇÕES DA CHINA COM O EXTERIOR *

I. Os estrangeiros na China: seu número crescente

Em proporção à sua influência real sobre a China e à parte decisiva que desempenha em suas transformações, os estrangeiros de diversas nações são muito pouco representados no “Reino Florido”.

Em 1879, o número de suas casas comerciais era apenas de 452, que mantinham só 3 985 pessoas; estabelecimentos comerciais e pessoal, divididos, como se segue, por nacionalidades:

Casas inglesas	229	Número de residentes	2 070
” norte-americanas	31	” ” ”	469
” alemães	64	” ” ”	364
” francesas	20	” ” ”	228
” russas	16	” ” ”	79
” japonesas	2	” ” ”	61
” etc.	90	” ” ”	714
	<u>452</u>		<u>3 985</u>

Acrescentando a esses 3 985 indivíduos os viajantes e os missionários, mas não os marinheiros que fazem curtas estadas nos portos, podia-se avaliar em 5 000, no máximo, os estrangeiros domiciliados na China.

* Reproduzido de RECLUS, É. *Relations de la Chine avec l'exterieur*. In: — e RECLUS, Onésime. *L'empire du milieu*. Paris, Hachette, 1902. Cap. VI, p. 553-69. Trad. por Maria Cecília França.

É preciso dizer que os japoneses, que aqui aparecem com cerca de sete centésimos, não têm qualquer direito à qualidade de brancos: são os não-chineses estabelecidos nos portos por tratado, mas não “Bárbaros do Ocidente” ou “Diabos estrangeiros”. Essa expressão passou de tal forma a ser usada, que os chineses costumam confundi-la nos tratamentos de polidez: “Sua Excelência o Diabo”, um tal Smith, Ferguson, Müller; ou Dupont, Durand, se procedem do Tafakouo, do “Reino da Grande Fé”, como os “filhos de Han” designam a França em seus documentos oficiais ou diplomáticos.

Em 1899, encontramos-nos, de novo, face a um número quase duplicado; não menos de 17 193: sempre sem contar os missionários, viajantes e caixeiros-viajantes.

	Casas	Residentes	Número
Inglese	401	5 562	
Japoneses	195	2 440	
Norte-americanos	70	2 335	
Russos	19	1 621	
Portugueses	10	1 421	
Franceses	76	1 183	
Alemães	115	1 134	
Espanhóis	9	448	
Outros	38	1 051	
	<u>933</u>	<u>17 195</u>	

Os estrangeiros atingem 20 000 incluindo-se os missionários, os engenheiros e contramestres, dispersos pelo interior, fora dos portos de tratado, e o pessoal empregado na construção de ferrovias, etc. Mas deve-se ainda deduzir do número de europeus os 2 440 japoneses.

Dessa forma, os Diabos estrangeiros, originários do Yingkow, ou "País Florido", da Inglaterra e os ianques, de língua inglesa, triplicaram nesses vinte anos (1879-1899); os do país da "Grande Fé" quintuplicaram; os do "País Virtuoso", a Alemanha, triplicaram, feita a dedução de Kiaochow; os do Ji kouo ou "País do Sol Levante" são quarenta vezes mais numerosos, e os russos vinte vezes, excluindo-se Port Arthur e a Manchúria.

Muito pouco numerosos, portanto, mas aumentando sensivelmente em número estão os "Bárbaros do Ocidente". Aumentando mais depressa que todos, estão os primos detestados do arquipélago do Sol Levante, os Wo, o que significa, parece (e, após a guerra sino-japonesa, a ironia é "enorme"): os submissos, "aqueles que rolam na poeira".

II. O Pidgeon English

Sem dúvida, em comparação com as multidões da "Nação Central", esses 15 000 recém-chegados (japoneses à parte), esses Ocidentais, não passam de um punhado de homens, mas sua presença não deixa de significar uma revolução na história da Ásia e do mundo. Comércio, indústria, costumes e idéias, tudo eles modificaram, bem mais do que os próprios chineses conseguem perceber. Nos portos do litoral fizeram até mesmo aparecer uma espécie de língua franca, o *pidgeon english*, ou inglês de negócios, já com pretensões de se tornar idioma literário, que é usado até entre chineses de dialetos diferentes, aos quais fornece muitos termos para inúmeras idéias novas.

Em contrapartida, muitas palavras da língua usual entraram nesse jargão, mas a maior parte das expressões foram modificadas de tal maneira, que chineses ou estrangeiros não as reconhecem sob sua nova forma. Exemplo suficiente é o próprio nome desse falar híbrido: como reconhecer em *pidgeon* a palavra inglesa *business*, "negócio"?

O fundo desse dialeto é mais português que britânico e é na Índia, em Goa, que se deve procurar a primeira origem: é assim que o nome *joss*, dado no litoral às estátuas de Buda, dos deuses e dos santos, provém do português Deus. Nas "concessões" francesas fala-se também um jargão de comércio com fundo português, na qual se encontram algumas palavras francesas, mais ou menos reconhecíveis às vezes.

A difusão desse *pidgeon english* e também o lugar completamente preponderante ocupado pelo verdadeiro inglês no comércio, as relações

entre europeus e chineses, a telegrafia, o jornalismo, inspiraram aos ingleses verdadeiros ditirambos e suscitaram profetas que nos parecem ligeiramente otimistas. Tal é o caso de um escritor bem conhecido, viajante e político, G. Curzon. Ele assim se expressava, em 1896, nos seus *Problems of the Far East*:

"Antes de tudo, o futuro de preponderância atribuído à Grã-Bretanha no Extremo Oriente será facilitado pela propagação da língua inglesa. Já falada em todas as lojas, de Rangun a Iocoama, já ensinada nas instituições militares e navais da China, nas escolas do Sião e do Japão, empregada até pelo telégrafo na China, no Japão, na Coreia, gravada sobre moedas de prata que saem da Casa das Moedas de Cantão e de Osaka, utilizada entre os próprios chineses como meio de entendimento entre os habitantes das diversas províncias do Império Amarelo, ela tem por destino infalível o de se tornar a língua do Extremo Oriente. Seus sons ressoarão em todas as regiões e suas palavras até o fim do mundo".

"Que esse esplêndido futuro não seja um sonho vão da imaginação, que deva se realizar antes de um tempo indefinido, ninguém duvida entre aqueles que viajaram ao longo e através da Ásia oriental.

Somente uma decadência moral da raça inglesa poderia projetar uma sombra de dúvida sobre o futuro dessa regeneração da China.

*Nós singramos onde qualquer navio pode singrar,
Nós fundamos mais de um Estado poderoso;
Deus queira que nós não percamos nossa grandeza
Por um medo covarde de sermos muito grandes".*

Previsão semelhante às profecias do século anterior sobre a universalidade futura da língua francesa, embora mais bem apoiada sobre fatos e presunções.

Mas esse grito de vitória destoa em se tratando de uma China que, mais e mais, escapa ao alcance inglês, e sobre a qual se estende cada vez mais a sombra da Rússia; sem nada falar da Alemanha no Shantung e no Yangtze Kiang, nem da França nas províncias do sul, nos limítrofes dessa Indochina, onde se admite que 50 000 anamitas já falam suficientemente o francês.

A idade de ouro da língua inglesa na China é, provavelmente, bem menos uma coisa do futuro que algo do presente e, sobretudo, do passado.

III. Os chineses no exterior; a emigração chinesa

Pelo número de indivíduos, a emigração dos chineses ou das dezoito províncias do "Reino Florido" é um fenômeno tão considerável como a imigração dos estrangeiros na China, embora permaneça bem inferior aos deslocamentos que se fazem do reino Central para as regiões do norte.

Assim, os chineses e seus descendentes que vivem agora fora da Grande Muralha, na Mongólia, na Manchúria, no Kansu exterior, não seriam menos de treze milhões de homens, existindo, provavelmente, cerca de três milhões de chineses ou filhos de chineses nos países estrangeiros.

No movimento, tão complexo, do êxodo moderno, os chineses vêm após os irlandeses e os ingleses, os alemães de há dez ou vinte anos, os italianos, que agora são encontrados em todos os lugares, os espanhóis e os portugueses, sobretudo estes últimos, que se expatriam relativamente em tão grande número. Exagerou-se muitas vezes, e ainda se exagera, o número de seus emigrantes, a importância de seu expatriamento: não se consideraram os retornos para a China e o entusiasmo fez computar no presente aquilo que talvez vá ver o futuro, imaginando-se que enchem já o mundo.

Admitia-se, há vinte ou trinta anos, que o reino do Sião possuía 1 500 000 chineses, até mesmo 3 500 000, tanto ou mais que siameses ou tailandeses; no entanto, Brenier, o diretor da missão de Lião, não admitia mais do que um milhão: acreditava que esse número era superior à realidade, enquanto Aymonier nos fala em dois milhões. Os 250 000 “filhos da Flor do Meio” supostamente instalados nas Filipinas se reduzem a pouco mais de 100 000 e, segundo o mesmo Brenier, a 20 000 somente, incluídos os mestiços.

Sem dúvida, atingem centenas de milhares na Indochina francesa; encontraremos, contando-se bem, 500 000 nas ilhas de Sonda, Java, Bornéu, etc., e 350 000 nos Straits Settlements, em Cingapura, na península de Malacca, em Poulo-Pinang; mas não se ousaria mais escrever, como há vinte ou trinta anos, que uma torrente sempre crescente de cules chineses “se lança sobre as ilhas da Indonésia”, que ali os “filhos de Han” logo serão tudo e os indígenas nada, que o arquipélago de Sonda não levará muito tempo para adquirir importância maior ainda para o proletariado “chinês que a América para o proletariado europeu”.

Que são, na realidade, os 600 000 “amarelos” no meio das dezenas de milhões do arquipélago holandês, onde apenas Java conta nada menos que 27 milhões de habitantes, mais de 200 por quilômetro quadrado: sobretudo se considerarmos que os emigrantes chineses partem geralmente sem mulheres e se juntam às famílias dos países nos quais vão se perder?

Se comparamos, na medida em que isso pode ser feito, o número de chineses no exterior há vinte e cinco anos e hoje, reconhece-se que os chineses só aumentam, indiscutivelmente, suas colônias no local mais natural de sua emigração, o mais próximo do país natal, na Indochina e nas ilhas de Sonda.

Alhures, os trabalhadores chineses são preteridos pelos indianos, por serem mais maleáveis, menos agrupados em sociedades secretas, menos inclinados a instituir sorrateiramente um Estado no Estado. Na Austrália,

na América setentrional, são proscritos porque se teme a sua concorrência, sempre vitoriosa nos pequenos serviços por causa da sobriedade que lhes permite trabalhar a um preço com o qual os europeus não podem se contentar; nessas regiões obrigam-se os chineses a pagar terríveis direitos de *aubaine*¹.

Em outros lugares ainda, preferiu-se a mão-de-obra italiana, que pode ser comparável à chinesa, pois o italiano, também ele muito sóbrio, não é exigente quanto aos salários. Os “filhos da Loba”, com os quais ninguém contava há um quarto de século para executar trabalhos humildes e duros, parecem no momento atual destinados a tomar o lugar dos chineses em várias regiões, onde não se confiava senão nos “filhos de Han” e onde se falava, *urbi et orbi*, do trabalho amarelo e não do “perigo amarelo”: como, por exemplo, no Brasil,

Não é portanto agora que a raça chinesa transborda realmente sobre o mundo e era sem razão que se via a América do Sul, a África, as ilhas, poderíamos quase dizer a Terra inteira, invadida por ela.

É preciso convir que até os últimos tempos a expatriação chinesa nada tinha de espontânea; era até possível compará-la a um tráfico de amarelos, mais ou menos camuflado, mais do que a uma verdadeira emigração. Centenas de infelizes, aliciados sob diversos pretextos nas ruas das cidades comerciais ou simplesmente capturados no litoral, eram embarcados clandestinamente, depois confinados nos porões de um navio, para serem em seguida levados como “contratados voluntários” a plantadores das Antilhas, das Guianas ou do Peru. Os altos lucros obtidos com esses carregamentos de carne humana excitavam até a loucura a cupidez dos traficantes; amontoavam os cules em porões estreitos, sem ar, sem luz, e só lhes davam inomináveis restos para devorar.

Mas também quantas revoltas entre esses desesperados, mortos de fome, presas do tifo e de todas as doenças que nascem da imundície, da promiscuidade, do amontoamento, da miséria, da fome! Quantos dramas pavorosos nesses navios de emigrantes! Quantas vezes a ralé não foi destruída ou arrebentada por golpes de machado; sufocavam-na até inteiramente no porão. E às vezes também a equipagem, fugindo em escaleres, deixava atrás de si o navio indo a pique com seus prisioneiros! É possível que ainda agora os grandes navios estejam preparados para manter todo o carregamento de cules sob a ameaça de jatos de vapor e água fervente!

Não se ouve mais falar de tragédias como a do *Dolores-Ugarte*, em que o incêndio proposital devorou o navio, calcinando todos juntos,

¹ *Aubaine* — Direito pelo qual reverte ao soberano a sucessão de um estrangeiro não naturalizado que morre nos seus Estados. O direito de *aubaine* foi suprimido na França e em suas colônias em 1819. (N. do T.)

capitão, marinheiros e cativos, no mesmo braseiro: essas abomináveis aventuras, gelando de terror e de horror os chineses, tornaram cada vez mais difíceis e finalmente impossível o tráfico de cules, assim como retardaram, por muito tempo, a emigração dos *sinkai* ou “viajantes livres”.

Acabou o tempo em que a mortalidade média por navio de emigrante ultrapassava sempre a décima parte da população transportada e em que muitos navios desembarcavam somente a terça parte da carga viva embarcada. Em 1857, os 63 navios de cules que receberam emigrantes “voluntários” com destino a Havana carregaram 23 928 indivíduos, dos quais 3 342, cerca de um sétimo, morreram na viagem.

O que diferencia sobretudo a emigração chinesa da de colonos europeus é que ela é quase exclusivamente composta de homens. Por ocasião do povoamento dos garimpos californianos e dos “campos de ouro” da Austrália, as multidões de europeus e norte-americanos que para lá se precipitavam eram quase todas de jovens ou de homens em plena vitalidade; mas esses são fatos excepcionais na história da emigração européia. A proporção de mulheres brancas que se dirigem às colônias, isoladamente ou com o grupo familiar, é quase sempre considerável; no espaço de uma ou de duas gerações, o equilíbrio se restabelece entre os sexos.

Mesmo que se note certo crescimento dos emigrantes, pode-se dizer que o mesmo não acontece com a emigração chinesa. Só os homens se expatriam; até agora ainda não se viram mulheres chinesas no Novo Mundo e na Austrália, senão aquelas cujo deslocamento e manutenção foram pagos pelos aliciadores da emigração: nenhuma delas fez voluntariamente essa viagem para além-mar. A proporção das mulheres só tem alguma importância na emigração anual para os Straits Settlements, vizinhos do Império do “Meio” que se tornaram de fato terras chinesas, pois os chineses, mais ativos e mais criativos, ali já atingem ou até ultrapassam, em certos locais, o número de malaiois.

Dessa partida de tantos jovens e tão poucas moças resultou um fato doloroso, calamidade das províncias litorâneas do sul, sobretudo do Fo-kien, o principal reduto da emigração chinesa: a prática do infanticídio se tornou freqüente — infanticídio de meninas, bem entendido.

Inúmeros pais, que só viam futuro para filhas no casamento — e não há outra opção na China — preferiam matá-las a vê-las ficarem solteiras. A mulher chinesa, não sendo livre nem proprietária, só pode sair da casa familiar por vontade do pai ou do marido; até no interior do Império é muito raro que sejam autorizadas a viajar. Com exceção dos mandarins que se deslocam por causa de trabalhos administrativos, raramente os chineses levam sua família; quase todos os comerciantes percorrem a região desacompanhados das mulheres e constituem famílias

clandestinas nas províncias distantes onde fazem estadas periódicas ou prolongadas. É até proibido por lei fazer com que a mulher saia dos limites administrativos de sua região. Uma vez que a esposa segue quase sempre o destino do chefe de família, o governo sempre quis impedir que as chinesas se casassem com estrangeiros, para não perpetuarem no próprio seio da China povos de língua estranha.

Mas o governo chinês não aplicou essa lei somente em seu próprio território; estendeu-a a países não-chineses, estabelecendo o costume de reter a mulher no país natal: essa é a razão pela qual tão poucas mulheres deixam a China.

Teoricamente, também os homens não poderiam deixar seu país; a emigração, durante muito tempo, foi formalmente proibida: todo contato “impuro” dos indivíduos com os bárbaros de além-mar era tido como fatal às “cinco virtudes” e à piedade filial: os emigrantes deveriam escapar secretamente ou a despeito da oposição das autoridades locais.

Infelizmente para esse decreto de proibição, as partidas se tornaram muito numerosas, sobretudo entre os Hakka do Fo-kien e do Kuangtung: em média 100 000, 120 000, 125 000 (com uma contra-emigração de 50 000 a 80 000 ou 90 000); e a exportação violenta dos cules tirados dos campos do litoral privou o governo de tão grande número de cidadãos e contribuintes, que foi preciso tomar conhecimento imediato. O alto mandarinato se viu na necessidade de regulamentar o movimento de emigração, de acordo com as potências estrangeiras.

Era completamente impossível que, com o tempo, a facilidade cada vez maior das viagens, a prosperidade e a importância crescente das colônias chinesas não acabassem por atrair as “moças de Han” para fora do país chinês — o que já começa a acontecer. Pouco a pouco, os países de colonização mais próximos deixam de ser vistos como terra estranha; ali os emigrantes podem constituir família e deixar suas cinzas, certos de que serão honrados por ritos funerários como as de seus ancestrais. Pois seria um crime deixar o corpo de um compatriota em terra distante, onde os filhos não poderiam lhe prestar as últimas honrarias. Os chineses da Califórnia, do Peru e das colônias australianas formam sociedades mútuas para enviar seus corpos à mãe-pátria: os navios partem carregados de urnas funerárias para os portos da China bem-aventurada.

Embora famílias completamente chinesas só excepcionalmente se constituam no exterior, os colonos do Reino Central não deixam de ser elemento importante nos países em que se estabelecem, por seu trabalho incansável. De extrema sobriedade, acomodando-se a todos os meios, exercendo as profissões mais variadas, firmes nos empreendimentos, hábeis na arte de explorar as paixões, unindo-se uns aos outros por meio

de sociedades públicas ou secretas, sabendo penetrar em qualquer lugar com incrível maleabilidade, conseguem vencer onde teriam sucumbido colonos de outras raças, fundando comunidades prósperas. Na luta pela existência, têm a vantagem de aprender facilmente a falar ou a usar o jargão da língua dos diversos países que visitam, enquanto os estrangeiros só raramente se esforçam em estudar o chinês.

A família que o "Filho de Han" constitui na nova pátria permanece sempre chinesa, não importando qual seja a nacionalidade da mãe, siamesa, tagal ou javanesa. Como representantes de civilização superior, em geral com melhores maneiras que os indígenas, as propostas de casamento dos chineses são quase sempre, menos no Japão, favoravelmente aceitas. O sangue chinês é tido em todos os lugares como um "sangue forte"; as crianças nascidas do cruzamento entre chinês e estrangeira ou entre chinesa e estrangeiro têm quase sempre o tipo chinês; a mistura se faz com vantagem para a raça mais vigorosa.

É dessa forma que os expatriados fundam comunidades duráveis, tantas outras pequenas Chinas, indestrutíveis a não ser por massacre. As regiões em que se estabeleceram mais solidamente são as bacias fluviais que descem do Yunnan e do Szechuan, na Indochina: desse lado, assim como na outra extremidade do Império, na Manchúria e na Mongólia interior, conquistaram a região pouco a pouco, pela cultura, pelo comércio, à civilização das tribos autóctones. Descendo os rios, os colonos vindos por terra não podiam deixar de se unir, na região do Sião, aos compatriotas chegados pela via marítima, os mais numerosos até agora entre aqueles que a China espalhou fora de suas fronteiras.

Mas há outros países em que encontram rivais no trabalho e concorrentes que os amaldiçoam. E o que acontece nos países chamados "saxões", nos Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Nos Estados Unidos, eles ameaçam invadir, a curto prazo, a Califórnia e ali monopolizar quantidade enorme de pequenas profissões, em detrimento dos brancos; são jardineiros incomparáveis e conseguiram se enriquecer em minas de ouro abandonadas pelos europeus, tidas por estes como muito pobres ou já esgotadas.

No Canadá, especialmente na Columbia Britânica, igual êxito dos chineses, mesmas queixas e idênticos rancores dos aventureiros e dos colonos de raça branca, atraídos pela fama dos campos auríferos.

Na Austrália, um único dos Estados hoje confederados durante algum tempo fez "troça" deles. A Austrália Ocidental, fracamente povoada e cuja riqueza se reduzia às pastagens, pedia colonos chineses para tomar conta dos rebanhos, organizar seus jardins, dotá-la com algumas indústrias; mas desde que se descobriram minas de ouro "copiosas"

na Coolgardie e outros lugares, em pleno deserto, ninguém se preocupa mais com esses "amarelos"; são até execrados ali.

Em outros Estados australianos, Queensland, Nova Gales do Sul, Vitória, Austrália Meridional, nunca gostaram deles; sempre foram temidos como muito trabalhadores e sobretudo por se satisfazerem com um salário desprezado pelos trabalhadores brancos. Criticam-nos com azedume, a despeito dessa sacrossanta lei da oferta e da procura, de monopolizar pouco a pouco certas indústrias, como também ocupações femininas, tais como as de lavadeira e passadeira ou os duros trabalhos masculinos de exploração das minas: por menos que ganhem, acabam por se enriquecer, enquanto seus concorrentes de raça branca se empobrecem; não deixam nenhuma marca de sua passagem nos países e suas pequenas economias são regularmente enviadas para a mãe-pátria por procuradores.

Daí, em todos os países, as taxas de capitação impingidas a despeito dos tratados, as medidas humilhantes de toda espécie e, em várias circunstâncias, as perseguições diretas e os massacres que diminuíram e até terminaram, em certos lugares, as correntes de emigração chinesa para as regiões de língua inglesa.

Foi por esse motivo que o governo de Pequim acabou por assinar, com os Estados Unidos, um tratado que limita o direito de estabelecimento de seus súditos sobre o solo da "América Livre".

Também as autoridades das Filipinas e das Índias holandesas não deixaram de opor toda espécie de obstáculos à chegada dos chineses, não lhes permitindo o estabelecimento senão em locais designados, proibindo várias profissões, acumulando-os com taxações particulares, submetendo-os a todos os tormentos da polícia; mas o movimento que carrega o excedente da população chinesa para certas áreas ribeirinhas ou insulares do mar das Índias e do Oceano Pacífico parece, daqui por diante, impossível de ser vitoriosamente contrariado: tudo o que se pode tentar é retardá-lo ou contrariar sua marcha. Contudo, a anexação das Filipinas pelos ianques poderá contrariar bastante e até cessar a invasão desse arquipélago pelos "filhos do Grande e Puro Império", a menos que os novos donos os vejam como úteis, visão indispensável numa região tropical, onde os anglo-saxões não podem se dedicar aos trabalhos penosos.

Até mesmo a península arábica começa a receber emigrantes chineses: maometanos do Reino Central tomam parte, cada ano, em peregrinações a Meca, e alguns dentre eles permanecem na região.

Apesar de tudo, as relações raça a raça se tornam em toda parte cada vez mais freqüentes, e em mil lugares, ao mesmo tempo, se levanta essa questão importante da conciliação entre brancos e amarelos, como

outrora entre brancos e negros, diferentes pelo ideal, caráter, tradições e costumes.

Quantos chineses fora da China? A essa questão só se pode responder com probabilidades mais ou menos hipotéticas, com erro que vai do simples ao duplo, em alguns casos ao triplo e até mais ainda.

Há cerca de dez mil na Sibéria; mas aqui a questão deve ser recambiada e passar para o futuro: quanto haverá de russos, em dez, vinte, cinqüenta anos entre os milhões de chineses da Manchúria?

No Japão perfazem um número desconhecido de milhares; encontram-os sobretudo em Iocoma: não são muito apreciados mas, por sua vez, não gostam muito de seus priminhos do "Sol Levante".

No Tonquim, sabe-se de uns 40 mil, 5 mil no Anã, uns 60 mil na Cochinchina, 150 mil no Camboja: cerca de 300 mil chineses na Indochina francesa, contando os do Laos. É muito, mas isso não corresponde ainda a um chinês para 55 indochineses, estimando-se em 16 500 000 habitantes da colônia, o que parece ser um mínimo. Não irão, portanto, desnaturalizar os anamitas como alguns querem acreditar; tanto mais que estes últimos têm língua e civilização muito próximas da civilização chinesa, e longas tradições, além do apoio de uma língua e de uma "educação" ocidentais.

Um milhão de "filhos de Han", mais ou menos, vivem no Sião: se há uma parte no mundo em que podem desnacionalizar um povo, seria a dos siameses; mas estes estão, pode-se dizer, presos pelo colarinho à civilização "branca".

Na península de Malacca e ilhas, que formam em conjunto os Straits Settlements, ultrapassam 350 mil; aí são de fato preponderantes, sob o domínio dos ingleses, na realidade donos da coisa pública e detentores do cofre de ouro e de prata. Em 1901, o número total dos chineses somente nos Straits Settlements era de 228 mil indivíduos, ultrapassando uma centena de milhar nos Estados malaio da península. A média das chegadas de chineses se eleva a 145 mil por ano, mas a maior parte volta, por terem repugnância de se casar com malaia.

Na Indochina inglesa e na Índia, estima-se que são 50 mil.

Nas Índias holandesas são avaliados em meio milhão; portanto, muito numerosos, muito influentes, muito ricos e sempre se enriquecendo, mas, contudo, como que perdidos na massa imensa: acreditar-se-ia que estivessem afogados, mas eles bóiam.

Não há talvez 100 mil nas Filipinas, incluindo seus mestiços, enquanto vinte anos atrás foram avaliados em 250 mil; predizia-se até, unanimemente, que o futuro lhes reservava ali a preponderância, a eles e seus mestiços, os mestiços de Sangley.

Nas ilhas Havaí, caídas recentemente nas mãos dos ianques, são 22 mil contra 109 mil insulares, ou seja, um quinto, mas têm diante de si 24 mil japoneses e 15 mil portugueses.

Supõe-se que haja 25 mil no restante das ilhas do Pacífico e do mar das Índias.

Chegam apenas a 45 mil na Austrália e na Nova Zelândia: não é muito mais que há 20 ou 25 anos: as medidas para afastá-los tiveram êxito.

Elas não falharam também na América "anglo-saxônica". Há 20 anos avaliava-se seu número em 120 mil; ainda não o ultrapassaram; se há 150 mil, "será o fim de mundo": 120 mil a 130 mil nos Estados Unidos, 20 mil no Canadá; eles não diminuem e até aumentam um pouquinho por infiltração "irregular", com falsos papéis, tráfico livre entre o território ianque e a Potência, entre a Potência e a "América": em suma, a temível invasão foi estancada de vez.

Há um mil no México, onde atualmente se fala em lhes abrir duas frentes para a extração dos minerais e a colonização das *haciendas* ou grandes domínios; 50 mil em Cuba e Porto Rico, contra 110 mil, em 1880; dez mil nas Pequenas Antilhas, 25 mil no Peru, onde chegaram até os 70 mil no "belo tempo" do guano; 15 mil, 20 mil ou 25 mil no Brasil, cinco mil em outras áreas da América do Sul, dez mil talvez na África, nas ilhas Maurício, na Reunião, Madagáscar, Natal, Cabo; alguns milhares na Europa, em Londres, Paris, Berlim e na Rússia.

Em suma, pouco numerosos no mundo: apenas três milhões, incluindo-se os mestiços (Manchúria e Mongólia à parte), e desse total modesto mais de dois milhões na Indochina e na Indonésia.

Mas o reservatório de chineses, a China, poderia, em apenas alguns dias inundar um país qualquer, inesperadamente, se a força das coisas ou o simples acaso para ali dirigisse a corrente de expatriação dos amarelos.

Pois a força das coisas está aí: grandes regiões ainda por liberar da incultura e da solidão têm necessidade de trabalhadores da enxada, agricultores, pedreiros, operários, homens do trabalho penoso; ora, a China é a primeira nação do mundo para fornecer milhões ou, em caso de necessidade, dezenas de milhões de pioneiros para os desmatamentos e "heróis" para os trabalhos públicos, como o faz a Itália por quase todo o mundo, sendo 12 a 13 vezes menos populosa do que o "Meio". Enfim, a China é realmente pobre, não por si mesma, mas porque muitas famílias vivem da sua riqueza.

Os chineses são exatamente aquilo que acreditam que somos: imaginam que não temos do que viver na Europa, que a pobreza nos "persegue e nos pisa em cima", que para não morrer de fome inventamos

máquinas, nos viramos à direita e à esquerda e que cairíamos de inanição se não nos apropriássemos das riquezas do Grande e Puro Império.

Sem dúvida, entre nós também a fome empurra o lobo para fora do mato, mas na China há mais lobos que entre nós e com menos comida: daí decorre a fatalidade presente e, sobretudo futura, da emigração em massa.

IV. O PROBLEMA URBANO

10. MIGRAÇÕES, ÊXODO RURAL E PROBLEMÁTICA DO CRESCIMENTO URBANO *

A Geografia não é imutável. Ela se faz e se refaz todos os dias: a cada instante, ela se modifica pela ação do homem.

À força de atração natural do solo, que tende a distribuir os homens ritmicamente sobre a Terra inteira, acrescenta-se, no mundo moderno, uma força completamente oposta na aparência que agrupa centenas de milhares ou até milhões de homens em certos locais apertados, em volta de um mercado, de um palácio, de um forum ou de um parlamento. As cidades, que já eram numerosas no início da era das ferrovias, tornam-se imensas — amontoados de casas alinhadas —, percorridas por uma rede infinita de ruas e ruelas, de alamedas arborizadas e avenidas, acima das quais paira, durante o dia, uma abóbada acinzentada de fumaça, enquanto à noite dela se irradia uma claridade que ilumina o céu. A Babilônia e a Nínive da antiguidade maravilharam os povos, mas as Babilônias modernas são maiores, mais complexas, mais pululantes de matéria humana e de máquinas prodigiosas, amaldiçoadas por uns e celebradas por outros! Rousseau, deplorando a degradação de tantos camponeses que vão se corromper nas grandes cidades, chama-as de “Abismos da espécie humana”, enquanto Herder vê nelas os “Campos excluídos da Civilização”. E eis como as julga Ruskin¹, referindo-se sobretudo à cidade que hoje é a maior mas não a mais feia de todas,

* Reproduzido de RECLUS, É. *Repartition des hommes*. In: —. *L'homme et la Terre*. Paris, Universelle, 1905. t. V, cap. II, p. 335-76. Trad. por Maria Cecília França.

¹ *The Crown of the wild Olive*, 1897, p. 31-2.

a capital do imenso império britânico: “Fazer dinheiro é o grande jogo dos ingleses. Assim, vejam essa enorme, essa suja cidade de Londres, barulhenta, irritante, fumarenta, fedorenta, um montão horrível de tijolos superaquecidos, transpirando veneno por cada poro! Pensam vocês que seja uma cidade de trabalho? Não, nenhuma de suas ruas! É uma grande cidade de jogo, dum jogo muito feio, muito penoso, mas que apesar disso não passa de um jogo. . . É uma imensa mesa de bilhar sem revestimento e com caçapas tão profundas como o abismo insondável; mas que afinal não passa de um bilhar!” De fato, todos os vitupérios dos blasfemadores são justificáveis, como também o são as exaltações dos glorificadores. Quantas forças vivas se extinguíram por falta de aplicação, ou então foram semidestruídas pelo ódio nessas cidades de ar impuro, de contágios mortais, de lutas desordenadas! Mas, também, não foi desses agrupamentos de homens que brotaram as idéias, que se criaram novas obras, que explodiram revoluções que libertaram a humanidade das gangrenas senis? “Há no mundo uma fossa infernal”, grita Barbier; Hugo por sua vez enaltece essa mesma Paris em versos entusiastas: “Paris é a cidade-mãe. . . para onde acorrem as gerações a fim de se alimentarem de idéias”.

A obra múltipla das cidades, para o bem e para o mal, se prefigura nas paixões e na vontade das pessoas que fogem do campo ou das pequenas cidades para encontrar uma vida mais ampla, às vezes o definhamento e a morte, numa grande cidade. Mas sem nos ocuparmos com os ousados inovadores que se dirigem, por vontade própria, para tal ou tal Babilônia moderna, é preciso contar aqueles — e formam legião — que são levados para os centros de população e ali depositados como a aluvião carregada pela corrente e abandonada sobre a praia: os camponeses desapossados de sua porção de terra, por interesses de qualquer grande comprador ou por um capricho do senhor, que transforma seus campos em pastagens ou em terrenos de caça; os serviçais do campo que os cidadãos atraem para junto de si; as amas que amamentam as crianças no lugar das mães; os operários, soldados, empregados e funcionários aos quais se destina um alojamento na grande cidade, e, de maneira geral, todos aqueles que, obedecendo a patrões, ou antes, ao mais tirânico patrão, a necessidade econômica, aumentam inevitavelmente a população urbana.

Os proprietários moralistas dão conselhos ridículos aos camponeses para que se mantenham ligados à terra, enquanto suas ações desenraízam o camponês e lhe criam condições de vida que o obrigam a fugir para a cidade. Quem suprimiu os bens da comuna, quem reduziu e depois aboliu completamente os direitos de uso, quem desmatou as florestas e as landes, privando dessa forma o camponês do combustível necessário? Quem cercou de muros a propriedade para marcar bem a constituição de uma aristocracia da terra? E depois, quando nasceram as grandes indús-

trias, não deixou o proprietário fundiário de procurar o pequeno tecelão do campo, os humildes artesãos de aldeia? E quando o camponês não possuía mais terras comunais, quando as pequenas indústrias lhe faltaram, quando os recursos diminuíram no mesmo momento em que aumentavam as necessidades e as ocasiões de gastar, é de se admirar que a fuga para as cidades tenha se tornado inevitável? Uma vez que o senhor não a utilizava mais, de forma permanente, a mão-de-obra agrícola viu-se forçada a se exilar, condenada pelo desemprego. Quando o proprietário tem necessidade de muitos braços para a colheita ou para a vindima, ele não se dirige mais aos antigos clientes de sua terra, mas às pessoas do “exército volante”, aos irlandeses, aos flamengos, aos “gavaches”, a trabalhadores desconhecidos que vêm não se sabe de onde, dos quais não se conhece nem a terra natal, nem a língua, nem os costumes, e que desaparecerão sem deixar vestígios.

Dessa forma, o grande número de imigrantes atraídos para o turbilhão das cidades obedece a uma lei mais poderosa que sua própria vontade: seu capricho pessoal só desempenha parte muito secundária na força que o solicitou. Quanto à proporção, relativamente pouco considerável, dos fugitivos do campo que se dirigem voluntariamente para as cidades, ela se decompõe em elementos de valor muito desigual, pois, se cada um quer ali procurar seu prazer, seu interesse, uma satisfação mais intensa de sua vida amorosa, tal ideal varia absolutamente segundo os indivíduos. Há muitos que se deixam levar por uma espécie de obsessão, aparentemente inexplicável. Fica-se confusamente surpreso ao ver, nas montanhas do Jura, nos Pirineus ou nas Cévennes, uma casinha, maravilhosamente bem situada, que o proprietário legal deixou tombar em ruínas. Ela parece, contudo, possuir tudo aquilo de que precisa para atrair. Ao lado dela, sombreando o telhado, ergue-se a árvore patrimonial; uma fonte de água pura jorra ao pé de uma dobra do campo; tudo o que se descortina da entrada, o jardim, as pradarias, os campos, os bosques, pertenciam e ainda pertencem à família: desta só restam dois velinhos, que utilizam o que lhes resta de forças na agricultura e nos serviços domésticos: mas tudo se degrada, o pântano invade o prado, as ervas daninhas invadem os caminhos e as muretas do jardim, as colheitas diminuem de um ano para o outro e os telhados se afundam sobre as granjas e os celeiros. Quando os velinhos não mais existirem, a casa desmoronará. Não terão mais família, filhos, netos ou sobrinhos, que possam continuar a obra dos antepassados, como eles o fizeram? Têm um filho, é verdade, mas esse filho despreza a terra: ele se tornou policial numa cidade qualquer, longínqua, e sente prazer em catar bêbados para que sejam processados. Quando os pais morrerem, não saberá o que fazer com os campos patrimoniais: voltarão a se cobrir de mato, e um grande senhor qualquer os comprará, ou melhor, recebê-los-á quase gratuitamente, para complementar seu domínio de caça.

Se fossem essas as únicas causas do crescimento prodigioso das cidades, elas se tornariam cancros sociais e teríamos o direito de amaldiçoá-los, como o fizeram os profetas de Israel para a Babilônia antiga. Essas cidades que vemos crescer dia a dia, quase hora por hora, projetando como polvos seus grandes tentáculos no campo, seriam, de fato, monstros, vampiros gigantescos que sugam a vida dos homens. Mas todo fenômeno é complexo. Se os piores, os depravados e os decadentes vão se queimar ou apodrecer mais depressa num meio furioso de prazer ou já degenerado os melhores — aqueles que querem aprender e procurar oportunidades para pensar, melhorar, crescer, como escritores, artistas ou mesmo apóstolos de alguma verdade, os que se dirigem com respeito aos museus, às escolas, às bibliotecas, e realçam seu ideal em contato com outros homens igualmente atraídos pelas grandes coisas — não são eles também imigrantes das cidades e não é graças a eles que o carro da civilização humana continua a rodar através das idades? Quando as cidades crescem, a humanidade progride; quando elas diminuem, o corpo social, ameaçado, regride para a barbárie.

Antes de se dar ao trabalho de refletir, pode-se imaginar facilmente que as cidades se distribuíram ao acaso. De fato, numerosos relatos nos mostram os fundadores de cidades deixando que o destino escolha o local em que irão instalar os fogos domésticos, onde se elevarão as muralhas protetoras: é do vôo dos pássaros, da parada de um veado que havia sido forçado a correr, do afundamento de um barco, que depende a construção da cidade. A capital da Islândia, Reiquiavique, nasceu assim, como se fosse pela vontade dos deuses². Em 874, quando o fugitivo Ingolf avistou a Islândia e lançou no mar as imagens de madeira que representavam os ídolos do lar, tentou segui-las, sem êxito; ele viu-se forçado a fundar, na margem, um acampamento temporário, até que três anos depois encontrou as madeiras sagradas, para junto das quais transferiu sua cidade, aliás tão bem situada quanto o poderia ser nessa temida “Região dos Gelos”.

Se a Terra fosse completamente uniforme quanto ao relevo, à qualidade do seu solo e às condições do clima, as cidades ocupariam uma posição geométrica, por assim dizer: a atração mútua, o instinto de sociedade e a facilidade das trocas as teriam feito nascer a igual distância umas das outras. Numa região plana, sem obstáculos naturais, sem rio, sem porto, situada de forma particularmente favorável, e não dividida em Estados políticos distintos, a maior cidade teria sido erigida diretamente no centro da região; as cidades secundárias se distribuiriam em intervalos iguais sobre o contorno, espaçadas ritmicamente, e cada uma delas teria seu sistema planetário de cidades inferiores, com seu cortejo

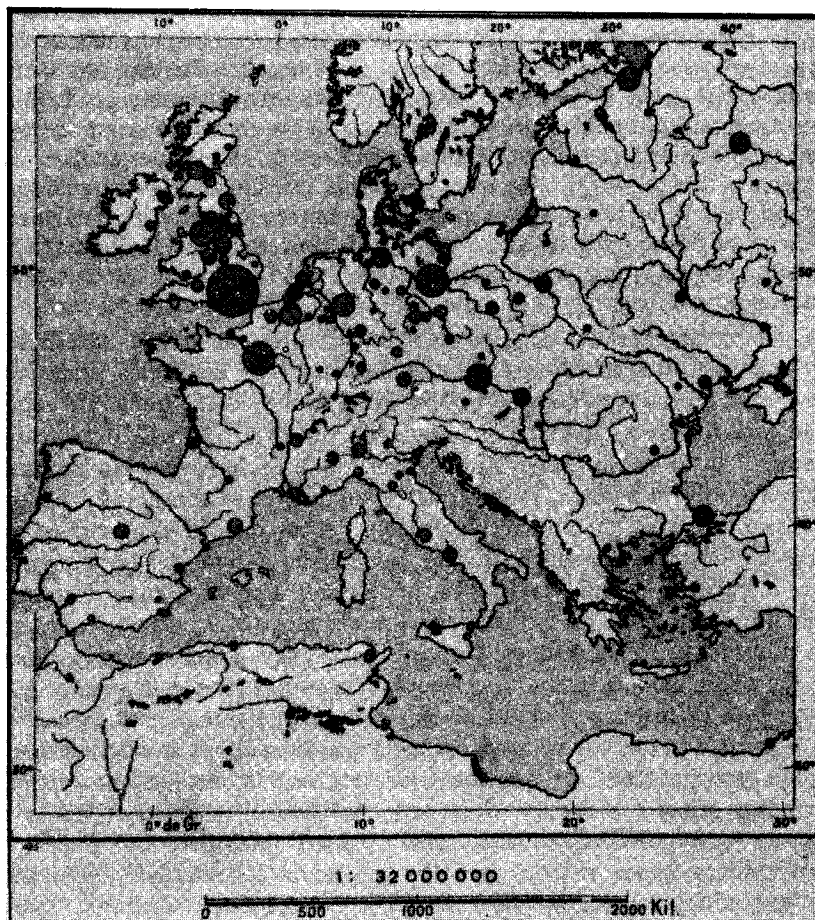
² LABONNE. *Annuaire du Club Alpin*. 1886.

de aldeias. A distância normal de um dia de marcha deveria ser, numa planície uniforme, o intervalo entre as diversas aglomerações urbanas: o número de léguas percorridas por um andarilho comum entre o amanhecer e o crepúsculo, 12 a 15 correspondentes às horas do dia, constituem a etapa de uma cidade a outra. A domesticação dos animais, a invenção da roda e depois a das máquinas modificaram, gradual ou bruscamente, as medidas primitivas: o passo da montaria e em seguida o eixo determinaram o afastamento normal entre as grandes reuniões de homens. Quanto às aldeias, sua distância média tem por medida o caminho que o agricultor pode percorrer com seu carrinho de mão cheio de feno ou de espigas. A água para o gado, o transporte fácil dos frutos do solo, aí está o que regulamenta a localização do estábulo, do celeiro e da choupana.

Em numerosas áreas povoadas desde há muito e que apresentam ainda na distribuição urbana de seus habitantes as distâncias primitivas, reencontra-se, na aparente desordem das cidades, uma ordem de repartição que foi, sem dúvida, regulamentada outrora pelo passo dos caminhantes. Na “Flor do Meio”, na Rússia, onde as ferrovias são recentes, e até na própria França, pode-se ver a admirável regularidade com que se distribuíram as aglomerações urbanas, antes que as explorações mineiras e industriais viessem perturbar o equilíbrio natural das populações³. Assim, Paris, a capital da França, se rodeou, em direção às fronteiras e ao litoral do país, de cidades cuja importância só é ultrapassada pela sua própria: Bordéus, Nantes, Ruão, Lille, Nancy, Lião. A antiga cidade de Marselha, fenícia primeiro e depois grega, pertence por suas origens a uma fase da história diferente da das cidades gaulesas, depois francesas: no entanto, sua posição se harmoniza com a delas, pois se acha na extremidade mediterrânea de um raio que dobraria a distância normal de Paris aos grandes planetas urbanos de sua órbita. Entre a capital e as cidades principais de segunda ordem foram fundadas, em intervalos sensivelmente iguais, cidades menores mas ainda consideráveis, separadas por uma dupla etapa, ou seja, de 25 a 30 “léguas”: Orléans, Tours, Poitiers, Angoulême. Enfim, a meio caminho de cada um desses centros de terceira ordem, formaram-se cidades modestas, indicando a etapa média: Etampes, Amboise, Châtelleraut, Ruffee, Libourne. Dessa forma o viajante, ao atravessar a França, encontrava alternadamente uma cidade de simples descanso e uma cidade de completo reconforto: a primeira bastava ao caminhante, a segunda convinha ao cavaleiro. Em quase todas as estradas, o ritmo das cidades se produz da mesma maneira, cadência natural regulamentada pela marcha dos homens, dos cavalos e dos veículos.

³ GOBERT. *Le Gerotype*.

Cidades européias com pelo menos 100 000 habitantes



A superfície dos círculos é proporcional à população das cidades que representam, à razão de 150 000 habitantes por milímetro quadrado, mais ou menos. As aglomerações de 100 000 habitantes estão aqui representadas, tanto quanto possível, com suas periferias. Além disso, algumas cidades foram reunidas num único círculo. Eis os grupos: South Shields, Gateshead, Sunderland e Newcastle; Preston, Blackburn e Burnley; Halifax, Bradford e Leeds; Birkenhead, Oldham, Manchester e Liverpool; Derby, Nottingham e Sheffield; Wolverhampton, Salford e Birmingham; Southampton, Brighton e Portsmouth com Londres; Haia e Roterdã; Gand, Antuérpia e Bruxelas; Roubaix e Lille; Altona e Hamburgo; Schöneberg, Rixdorf, Charlottenburg e Berlim; Bochum, Gelsenkirchen, Barmen, Elberfeld, Dortmund, Duisburg, Essen e Düsseldorf.

As irregularidades da rede das etapas são explicadas pelo traçado do revelo, pelo curso dos rios, pelos mil contrastes da geografia. A natureza do solo, em primeiro lugar, determina aos homens a escolha de um local para suas moradias. A aldeia só pode nascer ali onde nasce a espiga; ela se distancia da lande ingrata, dos amontoados de pedras, das argilas duras de remover, e surge primeiro, espontaneamente, nas vizinhanças das terras fáceis de arrotear, e não nas regiões baixas e úmidas, de fecundidade excepcional: a história da agricultura mostra até que essas aluviões afugentam o homem por causa de sua insalubridade: só foram cultivadas por esforços coletivos, como resposta a um período já bem avançado da humanidade.

Terras muito desiguais, assim como solos muito áridos, também não atraem as populações, impedindo ou retardando a fundação de cidades. As geleiras, as neves, os ventos frios expulsam, por assim dizer, os homens dos rudes vales das montanhas: a tendência natural é fundar as cidades imediatamente fora da região difícil, no primeiro local favorável que se apresenta na própria saída dos vales. Cada rio tem sua cidade ribeirinha no campo baixo, ali onde seu leito repentinamente se alarga, ramificando-se numa multidão de canais por entre os pedregulhos. Cada duplo, triplo ou quádruplo confluente de vales faz nascer uma grande aglomeração, tanto mais considerável, considerando as coisas iguais em volta, quanto mais abundante for a água que corre pelos leitos convergentes. Existe posição mais naturalmente indicada que a de Zaragoza, no meio do curso do Ebro, no cruzamento do duplo vale em que correm o Gablayo e o Huerva? E a cidade de Toulouse, metrópole do sul da França, não ocupa um local que o dedo de uma criança poderia assinalar com antecipação como ponto de encontro de povos, o local em que começa a navegação fluvial, abaixo do confluente do alto Garona, do Ariège e do Lers? Nos dois ângulos ocidentais da Suíça, Basiléia e Genebra foram erigidas na encruzilhada das grandes vias seguidas pelos povos migrantes; na vertente meridional dos Alpes, todos os vales, sem exceção, têm em sua saída uma cidade-guardiã; cidades importantes, Milão e tantas outras, marcam os pontos de convergência; e o alto vale do Pó, que corresponde a três quartos de um círculo imenso, tem por centro natural a cidade de Turim.

No curso inferior de rios, a fundação de cidades é determinada por análogas condições do meio: na confluência de duas correntes ou sobre um ponto de divisão de três, quatro vias navegáveis ou rotas naturais que se apresentam juntas, em vez das duas únicas, de montante e de jusante. Além, outros grupos se fixam nas escalas de paradas necessárias, corredeiras, cascatas, desfiladeiros rochosos, onde vêm ancorar os barcos, onde se faz o transbordo das mercadorias; os estrangulamentos dos rios, ali onde a travessia de margem a margem se faz facilmente, também são lugares indicados para a localização de aldeia ou até de cidade, quando

Cidades européias com pelo menos 100 000 habitantes



A superfície dos círculos é proporcional à população das cidades que representam, à razão de 150 000 habitantes por milímetro quadrado, mais ou menos. As aglomerações de 100 000 habitantes estão aqui representadas, tanto quanto possível, com suas periferias. Além disso, algumas cidades foram reunidas num único círculo. Eis os grupos: South Shields, Gateshead, Sunderland e Newcastle; Preston, Blackburn e Burnley; Halifax, Bradford e Leeds; Birkenhead, Oldham, Manchester e Liverpool; Derby, Nottingham e Sheffield; Wolverhampton, Salford e Birmingham; Southampton, Brighton e Portsmouth com Londres; Haia e Roterdã; Gand, Antuérpia e Bruxelas; Roubaix e Lille; Altona e Hamburgo; Schöneberg, Rixdorf, Charlottenburg e Berlim; Bochum, Gelsenkirchen, Barmen, Elberfeld, Dortmund, Duisburg, Essen e Düsseldorf.

As irregularidades da rede das etapas são explicadas pelo traçado do revelo, pelo curso dos rios, pelos mil contrastes da geografia. A natureza do solo, em primeiro lugar, determina aos homens a escolha de um local para suas moradias. A aldeia só pode nascer ali onde nasce a espiga; ela se distancia da lande ingrata, dos amontoados de pedras, das argilas duras de remover, e surge primeiro, espontaneamente, nas vizinhanças das terras fáceis de arrotear, e não nas regiões baixas e úmidas, de fecundidade excepcional: a história da agricultura mostra até que essas aluviões afugentam o homem por causa de sua insalubridade: só foram cultivadas por esforços coletivos, como resposta a um período já bem avançado da humanidade.

Terras muito desiguais, assim como solos muito áridos, também não atraem as populações, impedindo ou retardando a fundação de cidades. As geleiras, as neves, os ventos frios expulsam, por assim dizer, os homens dos rudes vales das montanhas: a tendência natural é fundar as cidades imediatamente fora da região difícil, no primeiro local favorável que se apresenta na própria saída dos vales. Cada rio tem sua cidade ribeirinha no campo baixo, ali onde seu leito repentinamente se alarga, ramificando-se numa multidão de canais por entre os pedregulhos. Cada duplo, triplo ou quádruplo confluyente de vales faz nascer uma grande aglomeração, tanto mais considerável, considerando as coisas iguais em volta, quanto mais abundante for a água que corre pelos leitos convergentes. Existe posição mais naturalmente indicada que a de Zaragoza, no meio do curso do Ebro, no cruzamento do duplo vale em que correm o Gablayo e o Huerva? E a cidade de Toulouse, metrópole do sul da França, não ocupa um local que o dedo de uma criança poderia assinalar com antecipação como ponto de encontro de povos, o local em que começa a navegação fluvial, abaixo do confluyente do alto Garona, do Ariège e do Lers? Nos dois ângulos ocidentais da Suíça, Basiléia e Genebra foram erigidas na encruzilhada das grandes vias seguidas pelos povos migrantes; na vertente meridional dos Alpes, todos os vales, sem exceção, têm em sua saída uma cidade-guardiã; cidades importantes, Milão e tantas outras, marcam os pontos de convergência; e o alto vale do Pó, que corresponde a três quartos de um círculo imenso, tem por centro natural a cidade de Turim.

No curso inferior de rios, a fundação de cidades é determinada por análogas condições do meio: na confluência de duas correntes ou sobre um ponto de divisão de três, quatro vias navegáveis ou rotas naturais que se apresentam juntas, em vez das duas únicas, de montante e de jusante. Além, outros grupos se fixam nas escalas de paradas necessárias, corredeiras, cascatas, desfiladeiros rochosos, onde vêm ancorar os barcos, onde se faz o transbordo das mercadorias; os estrangulamentos dos rios, ali onde a travessia de margem a margem se faz facilmente, também são lugares indicados para a localização de aldeia ou até de cidade, quando

outras vantagens se acrescentam àquela que oferece o estreitamento fluvial. Determinada curva bem acentuada de um rio, que aproxima seu vale de um grande centro de atividade situado em outra bacia, também pode atrair os homens, em grande número. Foi assim que Orléans deve ter sido construída à margem do Loire, que se abre mais ao norte na direção de Paris, e que Tzaritsin se acha no local em que o Volga se aproxima do Don. Em resumo, em cada rio, o ponto vital por excelência é o local vizinho da embocadura onde a maré alta vem estancar, e onde as embarcações, trazidas pela corrente de água doce, encontram naturalmente os navios do mar vogando com o fluxo. Na organização hidrográfica, esse local de encontro pode ser comparado ao colo da árvore, entre o sistema de vegetação aérea e o das raízes profundas; é a forma normal dos grandes portos europeus nos mares de marés: Hamburgo ou Londres, Antuérpia ou Bordéus.

Os recortes do litoral influem também na repartição das cidades. Certas costas arenosas pouco inclinadas, só abordáveis nos raros dias de calma, são evitadas, tanto pelo homem do interior, como pelo marinheiro que se aventura no oceano. Assim, na costa de 220 quilômetros que se estende em linha reta do estuário do Gironda à foz do Adour, só está a cidade de Arcachon, simples lugar de banhos e lazer, situada atrás da margem, no interior da muralha formada pelas dunas do cabo Ferret. Da mesma forma, os formidáveis cordões litorâneos que contornam as Carolinas, ao longo do Atlântico, só dão acesso, entre Norfolk e Wilmington, a pobres burgos que mantêm o comércio com enormes dificuldades. Noutras regiões costeiras, as ilhas e as ilhotas, os rochedos, os promontórios, multiplicando os mil denteados e entalhes das escarpas, impedem igualmente o aparecimento das cidades, apesar das vantagens que apresentam as águas profundas e bem abrigadas. A violência da natureza só permite que bem poucos homens ali se agrupem à vontade. Os sítios mais favoráveis são aqueles em que a costa, sob clima temperado, é ao mesmo tempo acessível de fora e de dentro aos veículos de toda espécie, barcos e carroças.

Em contraste com a costa retilínea das landes, quase desprovida de cidades e de aldeias, pode-se citar o litoral do mediterrâneo do Languedoc, entre o delta do Ródano e a embocadura do Aude. Nessa região, os centros de população numerosa se aproximam bem mais do que acontece, em média, no resto da França, embora a densidade demográfica não chegue a ultrapassar a normal do conjunto do território. A razão da existência desse colar de cidades deve ser procurada na disposição geográfica da área. A estrada que seguiam os homens da Itália para chegar à Espanha, ou à Aquitânia, evitava as montanhas abruptas do interior e os pântanos, os lagos salinos, as embocaduras fluviais da costa. A parte alta, abrupta, fracamente povoada e quase inospitaleira que limita ao sul a muralha das Cévennes, começa na própria vizinhança

do mar e, em decorrência, o movimento da história se viu empurrado sobre a via do litoral mediterrâneo. De outro lado, o comércio devia procurar locais de acesso, seja na embocadura dos rios, do Aude ou do Hérault, seja numa angra protegida artificialmente por um enrocamento. Assim que se fundaram: Narbonne, que teve seu período de poderio mundial na época em que foi a mais populosa das Gálias; Béziers, que foi próspera no tempo dos fenícios e que ainda é um dos grandes mercados agrícolas da França; Agde, a cidade grega, que Certe, outra cidade de origem helênica, suplantou; Montpellier, a capital intelectual do sul, onde os sarracenos e os judeus foram os precursores do Renascimento. Além, as cidades estão próximas, e a antiga Nîmes, assentada à beira de sua fonte, liga-se ao curso do Ródano pelas três cidades de Avinhão, Beaucaire e Arles.

Todas as condições da natureza — agrícolas, geográficas, climáticas — influem, para melhor ou para pior, no desenvolvimento das cidades. Cada vantagem aumenta suas forças de atração, cada desvantagem as diminui. A grandeza dos grupos urbanos se mede exatamente pela soma dos privilégios naturais, admitindo-se, claro, que o ambiente histórico seja identicamente o mesmo. Duas cidades, uma da África, outra da Europa, em condições similares, não deixarão de ser muito diferentes, pois a evolução da história circundante difere para cada uma delas; contudo, haverá paralelismo nos seus destinos. Por um fenômeno análogo ao das perturbações astrais, dois centros urbanos próximos se influenciam mutuamente, quer para se desenvolverem, quando suas vantagens se complementam, tal como a comerciante Liverpool e a manufatureira Manchester, quer para se prejudicarem quando os privilégios são da mesma ordem: é assim que, perto de Bordéus, no rio Garona, a cidade de Libourne, situada do outro lado do "Entre-deux-Mers", sobre o rio Dordonha, poderia prestar ao comércio serviços quase idênticos; mas a vizinhança da primeira prejudicou a segunda; esta, roída por sua rival e perdendo quase totalmente seu valor marítimo, só tem importância como local de escala continental.

É preciso também perceber esse notável fenômeno de que a força geográfica, como a do calor ou da eletricidade, pode se transportar a distância, agir longe de seu centro e fazer surgir uma cidade num sítio que, por diversas razões, se tornou preferível ao local de origem. Pode-se citar como exemplo três dos portos do Mediterrâneo em que os deltas fluviais criam condições especiais para cidades de trocas: Alexandria, que, apesar do seu distanciamento do Nilo, não deixa de ser o entreposto comercial de toda a bacia; Veneza, o porto da planície paduana, e Marselha, a do vale do Ródano. Distante 20 quilômetros da embocadura do Dnieper, Odessa controla seu tráfego.

Após as vantagens do clima e do solo, as do subsolo exercem, às vezes, influência decisiva. Tal cidade nasce, bruscamente, num sítio

aparentemente desfavorável, graças à riqueza subterrânea da área em pedras de construção, em argilas para modelar ou esculpir, em substâncias químicas, em metais de toda espécie, em combustíveis minerais. É o caso do Potosí, Cerro de Pasco, Virginia City, que nasceram em regiões onde nunca, sem a presença de veios de prata, cidade alguma poderia ter sido fundada; Merthyr-Tydfil, Le Creusot, Essen, Liège, Scranton são criações da hulha. Todas as forças naturais, utilizadas há bem pouco, fazem nascer cidades novas em locais que foram evitados outrora, quer ao pé de cataratas, como Ottawa, quer nas montanhas, ao alcance dos condutos que distribuem a eletricidade, como nos vales da Suíça. Cada aquisição do homem cria pontos vitais em locais imprevistos, da mesma forma que cada novo órgão possui seus centros nervosos correspondentes. Que mudança rápida na distribuição das cidades quando o homem tiver se tornado mestre da aviação e da aeronáutica! Da mesma forma como ele agora procura, à beira-mar, lugares favoráveis para expedir e receber os barcos, o homem se sentirá transportado como a águia rumo aos altos cumes, de onde seu olhar abraçará o infinito do espaço.

Na medida em que cresce o domínio da humanidade consciente e que as atrações se fazem sentir sobre um espaço mais vasto, as cidades, pertencendo a um organismo mais amplo, podem acrescentar às vantagens especiais causadoras de seu aparecimento os privilégios de natureza mais geral que lhes asseguram papel histórico de capital importância. Foi assim que Roma, Paris, Berlim, já o vimos, não cessaram de adquirir, durante o próprio crescimento, novas causas de crescimento⁴; não poderíamos dizer o mesmo de Londres, atualmente a maior cidade do mundo? A principal razão de sua prosperidade, a situação do porto, comandando a navegação marítima sobre o Tâmesa, permitiu que a cidade que havia se tornado a capital do Reino Unido aproveitasse outras vantagens que, sem isso, teriam ficado apenas em potencial, sem nunca se concretizarem. Assim, de progresso em progresso com relação ao conjunto do mundo, Londres acabou por se tornar o ponto central que, de todas as extremidades do globo, pode ser atingido, em média, mais facilmente.

No desenvolvimento das cidades, acontece muito frequentemente que o crescimento ou o decréscimo desses grandes organismos se dá em movimentos muito irregulares, *pari passu* com os golpes que determinam as evoluções rápidas da história. Dessa forma, tomando ainda o exemplo de Londres, vê-se que, na origem, as vantagens locais dessa cidade, mesmo tendo certa importância, não eram de natureza a lhe propiciar a projeção que adquiriu entre as outras cidades. Sem dúvida sua posição, numa planície bem delimitada ao norte por colinas protetoras, à beira de um grande rio e na confluência de um pequeno rio, no próprio local em que o vaivém da maré facilitava a alternância da navegação, o

⁴ KOHL, J. G. *Die geographische Lage der Hauptstädte Europas.*

embarque e desembarque das mercadorias, todas essas condições eram as mais favoráveis para que Londres prevalecesse na sua luta de existência com as outras cidades da Inglaterra; mas esses privilégios locais só adquiriram seu verdadeiro valor quando os romanos escolheram essa posição para dela fazer o centro de convergência das estradas traçadas, em todos os sentidos, na metade meridional da grande ilha. A Roma britânica deveria se erigir no local escolhido como centro da rede. Mas quando as legiões romanas precisaram abandonar Albion e todas as "auto-estradas", *high streets*, construídas entre os postos militares e o porto da região caíram no abandono, Londínio perdeu, por essa razão, toda a importância e se tornou uma simples cidade da Bretanha, reduzida como tantas outras às suas vantagens puramente locais; durante duzentos anos ela permaneceu completamente ignorada da história⁵. Foi necessário que se restabelessem as relações com o continente para que a posição de Londres readquirisse seu valor.

Os favores administrativos, a convocação de cortesãos e cortesãs, funcionários, policiais, soldados e da massa interessada que se acotovelava em volta dos "dez mil do alto", dão às capitais um papel muito destacado, não sendo conveniente estudá-las como tipo de agrupamento urbano: seu desenvolvimento é fictício, em larga escala. Pode-se raciocinar melhor sobre a vida das cidades que devem sua história quase unicamente ao meio geográfico. Nenhum trabalho é mais frutífero para um estudioso que a biografia de uma cidade cujo aspecto, bem mais que nos anais, permite que se constatem, *in loco*, as mudanças sucessivas que ocorrem século após século, seguindo um certo ritmo. Vê-se ressurgir, pelos olhos do espírito, a cabana do pescador e a de seu vizinho, o jardineiro; duas ou três fazendas aqui e ali espalhadas pelo campo, um moinho girando sua roda sob o peso da água que cai do alto. Mais tarde, uma torre de vigia se elevou sobre a colina. Do outro lado do rio, na praia em que aproava o barco, construiu-se nova cabana; um albergue, uma loja atraíram os transeuntes e os viajantes para perto da casinha do canoeiro, depois uma venda se instalou no terraço nivelado dos arredores. Um caminho, cada vez mais aberto pelos passos do homem e dois animais, desceu da planície até o rio, enquanto uma picada em forma de serpentina subia a colina: estradas futuras começaram a aparecer na erva pisoteada dos campos e casas se apropriaram dos quatro ângulos do cruzamento. O oratório se fez igreja, a torre de vigia se tornou castelo fortificado, caserna ou palácio; a aldeia se transformou em cidade, depois em metrópole.

A única maneira de estudar uma aglomeração urbana com longa existência histórica é visitá-la minuciosamente, levando em consideração os fenômenos de seu crescimento. É preciso começar pelo local que foi,

⁵ GOMME. *Village Communities.* p. 48-51; GREEN. *The Making of England.* p. 118.

quase sempre, consagrado pela lenda, onde ela teve seu berço, e terminar pelas fábricas e seus depósitos.

Cada cidade tem sua individualidade particular, sua vida própria, sua fisionomia, trágica ou triste em algumas, alegre ou espiritual em algumas outras. As gerações que ali se sucederam lhe deixaram seu caráter distintivo; constitui uma personalidade coletiva, cuja impressão sobre o indivíduo isolado é má ou boa, hostil ou acolhedora. Mas a cidade é também um personagem muito complexo, e cada um dos seus diversos bairros se distingue do outro, por uma natureza particular. O estudo lógico das cidades, conjuntamente no seu desenvolvimento histórico e na fisionomia moral de seus edifícios públicos e privados, permite julgá-las como se julgariam os indivíduos: constata-se qual é a dominante no seu caráter e até que ponto, na complexidade de suas influências, foram úteis ou funestas para o progresso das populações que se encontram no seu raio de atividade. Há cidades que, logo de início, nota-se que são consagradas ao trabalho, mas podem contrastar singularmente entre si, segundo o funcionamento normal ou patológico dado às indústrias locais, desenvolvidas em condições de paz, de igualdade relativa e de tolerância mútua ou, ao contrário, arrastadas no turbilhão de uma concorrência furiosa, de uma especulação caótica e de uma feroz exploração da classe dos proletários. Outras cidades se apresentam, à primeira vista, como banais, burguesas, rotineiras, sem originalidade, sem vida; outras foram construídas para o domínio, para o esmagamento dos países circundantes: são instrumentos de conquista e de opressão; à sua vista, experimenta-se um sentimento de receio ou de horror espontâneo. Outras ainda, sempre com o aspecto de velhas, mesmo nas suas partes modernas, são locais de sombra, de mistério ou de medo, onde nos sentimos impregnados por sentimentos de uma outra idade, enquanto existem cidades eternamente jovens que predispõem ao prazer, onde a menor estrutura adquire um perfil original, onde as casas são alegres, assim como os habitantes de um humor poético, anexando sua vida própria à existência do homem. Enfim, quantas cidades, com múltiplas faces, onde cada classe da sociedade encontra bairros que se assemelham a ela própria e onde os séculos só modificam muito lentamente a atitude e o linguajar! Quantos sítios lamentáveis diante dos quais só queremos chorar!

Os contrastes se mostram claramente no modo de crescimento que apresenta cada cidade. De acordo com a importância da direção de suas trocas por terra, esta projeta seus bairros periféricos ao longo das estradas, como se fossem tentáculos; também, a cidade que margeia um rio continua ao longe sobre a ribanceira, em frente aos locais de ancoradouro e desembarque. Fica-se às vezes admirado de ver a estranha desigualdade que apresentam dois bairros ribeirinhos, parecendo, tanto um como outro, bem situados para a residência do homem: a causa dessa diferença se explica pela direção do movimento fluvial. Assim, a praça de Bordéus

sugere de chofre a idéia de que o verdadeiro centro habilitado deveria se encontrar na margem direita do rio, no local em que se erigiram as casas do pequeno bairro isolado da Bastide; mas o Garona, descrevendo uma curva poderosa, contorna com suas águas vivas o cais da margem esquerda: é portanto do lado em que se escoa o verdadeiro rio que deve se erguer também a corrente comercial, a atividade política. A população segue a marcha das águas e se distancia dos bancos de vasa da margem direita. O monopólio fez o resto, apossando-se do bairro para enchê-lo de ferrovias e porteiros em círculos entrecruzados, e para enfeá-lo com hangares e entrepostos.

Pretendeu-se, muitas vezes, que as cidades têm tendência de crescer, sem cessar, para o Oeste. Tal fato, que pode ser constatado em inúmeros casos, pode ser muito bem entendido nas regiões da Europa ocidental e naquelas que têm clima semelhante, uma vez que, nessas áreas, o lado do ocidente é aquele de onde sopra o vento com mais freqüência. Os habitantes que se instalam nos bairros voltados para o ar livre têm menos motivo para temer as doenças que as pessoas que moram na outra extremidade das cidades, sob um vento que se carregou de impurezas ao passar pelas chaminés, bocas de esgoto e sobre milhares ou milhões de pessoas humanas. Além disso, não se pode esquecer de que os ricos, os desocupados, os artistas, que podem usufruir plenamente da contemplação dos céus, têm, na maior parte das vezes, a oportunidade de admirar mais as belezas do crepúsculo que as da aurora: eles seguem inconscientemente o movimento do Sol, no seu trajeto de leste a oeste, e, à tarde, se distraem em vê-lo descer nas nuvens resplandecentes. Mas quantas exceções nesse crescimento normal das cidades, segundo a marcha do Sol! A forma e o relevo do solo, a atração dos belos sítios, a direção das águas correntes, os bairros parasitários nascidos das necessidades da indústria e do comércio, freqüentemente desviaram os homens de riqueza e do prazer para outras partes da cidade que não a do Oeste. Bruxelas e Marselha são dois exemplos dessa divergência do tipo normal.

Em virtude do seu próprio desenvolvimento, a aglomeração urbana, como aliás todos os organismos, tende a morrer. Obedecendo às condições do tempo, ela já está velha quando surgem outras cidades, impacientes de viver por sua vez. Sem dúvida, ela conserva, de qualquer forma, algumas condições de longevidade, graças à força de inércia comum daqueles que a habitam, graças à rotina e à força de atração que todo centro exerce no círculo das vizinhanças; mas sem contar os acidentes mortais que podem atingir as cidades tanto quanto os homens, cada pessoa urbana só se rejuvenesce, só se refaz ininterruptamente quando despense uma soma de esforços cada vez mais considerável, mas muitas vezes ela recua diante dessa necessidade constante. A cidade deve ampliar suas ruas e suas praças, reconstruir, deslocar ou derrubar suas muralhas,

substituir velhas construções por edifícios que respondam às novas necessidades.

Enquanto uma cidade da América nasce acomodada ao seu meio, Paris, envelhecida, amontoada, suja, deve se reconstituir todos os dias e, na competição das existências, esse trabalho contínuo lhe cria uma enorme inferioridade face a cidades novas como Nova York e Chicago. Foi por esse motivo que, nas bacias do Eufrates e do Nilo, cidades imensas como Babilônia, Nínive e Cairo tiveram que mudar de local, sucessivamente. Conservando, ao menos em parte, sua importância histórica, graças às vantagens do local, cada uma dessas cidades devia abandonar seus bairros desvalorizados e começar de novo mais distante, para evitar os escombros e, muitas vezes também, as pestes nascidas dos montes de imundícies: geralmente, o sítio abandonado das cidades que se deslocam é ocupado por túmulos.

Outros motivos de morte, mais decisivos porque têm por causa o próprio desenvolvimento da História, atingiram muitas cidades outrora famosas: circunstâncias análogas àquelas que as fizeram nascer tornaram inevitável a destruição. Assim, a substituição de uma estrada ou de um cruzamento por outras vias mais favoráveis pode suprimir, repentinamente, a cidade que os transportes haviam criado. Alexandria arruinou Peluso; Cartagena de las Indias fez com que Puerto-Bello voltasse à solidão das florestas. O apelo do comércio e a repressão da pirataria mudaram de lugar muitas cidades construídas no litoral rochoso do Mediterrâneo. Outrora estavam suspensas sobre íngremes colinas e rodeadas de espessas muralhas para se defenderem dos senhores e dos corsários; agora desceram de seus rochedos e se instalam amplamente à beira-mar: em toda parte o *borgo* se tornou *marina*; à Acrópole sucede o Pireu.

Em nossas sociedades autoritárias, em que as instituições políticas deram, muitas vezes, influência preponderante à vontade de uma só pessoa, pôde acontecer que o capricho de um soberano colocasse cidades em locais onde elas nunca teriam nascido espontaneamente. Fundadas em locais contra a natureza, só puderam se desenvolver ao preço de um enorme desperdício de forças vivas. Dessa forma foram construídas, com enormes despesas, Madri, Petersburgo, cujos casebres e aglomerações (*hameaux*) primitivas deixados por si mesmos, sem Carlos V nem Pedro I, não teriam nunca se tornado cidades populosas como o são hoje. Contudo, embora criadas pelo despotismo, devem ao trabalho associado dos homens, o de viverem como se tivessem tido origem normal: não destinadas a se tornarem centro, devido ao relevo natural do solo, elas o são, no entanto, graças à convergência das estradas, dos canais, das ferrovias, das correspondências, das trocas intelectuais. Pois a geografia não é coisa imutável; ela se faz, se refaz todos os dias: a cada instante se modifica pela ação do homem.

Hoje em dia não se cita mais César como construtor de capitais; grandes capitalistas ou especuladores, presidentes de sindicatos financeiros ou sucederam como fundadores de cidades. Assiste-se à edificação das construções em alguns poucos meses sobre uma extensão considerável, feitas com um instrumental esplêndido, uma organização maravilhosa; não faltam nem mesmo as escolas, as bibliotecas, os museus. Se a escolha dos locais é favorável, as novas criações são arrastadas no movimento geral da vida e o Creusot, Crewe, Barrow-on-Furness, Denver, La Plata, se alinham entre os centros de população; mas se o sítio for mal escolhido, as cidades morrem com os interesses particulares que lhe deram nascimento: Cheyenne City, tendo deixado de ser a estação terminal de uma ferrovia, transfere suas casinhas para frente ao longo da via férrea, e Carson City desaparece quando se esgotam as minas de prata que haviam agrupado os habitantes nesse deserto pavoroso. Aliás, se o capricho do capital tenta, por vezes, fundar cidades que os interesses gerais da sociedade condenam a perecer, destrói também numerosos grupos de população cuja única ambição é viver. Acaso não vemos, na periferia de várias cidades importantes, grandes banqueiros e proprietários de terras aumentando a cada ano seu domínio de centenas de hectares, transformando metodicamente as culturas em *plantations* ou em parques com faisões ou caça grossa e arrasando todos os *hameaux* e aldeias, para colocar em seu lugar, aqui e ali, algumas casinhas de guardas?

Entre as cidades que são fictícias em parte ou completamente e que não correspondem às necessidades reais das sociedades trabalhadoras deixadas à sua própria sorte, é preciso citar também as praças de guerra, pelo menos aquelas que, hoje em dia, são construídas pelos grandes Estados centralizados. As coisas não se passaram assim quando a grande cidade continha toda a tribo ou formava o núcleo natural da nação: então era necessário que se protegesse, construindo muralhas que seguissem exatamente o contorno dos quarteirões e elevavam torres de vigia nos seus ângulos. Nessa época a cidadela, onde todos os cidadãos se refugiavam em caso de extremo perigo, nada mais era do que o templo, construído no alto da colina-guardiã, monumento que as estátuas dos deuses tornavam sagrado. As cidades que constituíam um duplo organismo, como Atenas, Mégara e Corinto, deviam proteger até mesmo a estrada intermediária, por longos muros paralelos.

O conjunto das fortificações, tornando-se inteligível pela natureza do solo, adquiria na paisagem aspecto harmônico e pitoresco. Mas em nossos dias de extrema divisão do trabalho, em que a força militar se tornou praticamente independente da nação e onde nenhum civil pode se arvorar em dar sua opinião em matéria estratégica, a maior parte das cidades-fortalezas tem contornos totalmente sem graça, sem qualquer harmonia com as ondulações do solo, ocupando a área segundo traçados ofensivos aos olhos. Ao menos os engenheiros italianos do Renascimento

e posteriormente Vauban e seus concorrentes tentaram desenhar o perfil de suas praças fortificadas segundo uma simetria perfeita: algumas dessas obras, tendo o aspecto de cruzes com estrelas, com raios e pedras preciosas, contrastam regularmente pelos muros brancos de seus bastiões e com a calma placidez dos campos sombreados. Mas nossas praças modernas não têm mais a ambição de se fazerem belas; essa preocupação só existe no espírito dos construtores. Basta olhar a planta das cidades fortificadas para se ver, de fato, que são feias, vergonhosas, em completo desacordo com o meio. Longe de se casar com os contornos do lugar, de prolongar livremente seus braços no campo, a praça de guerra aparece como que amputada de seus membros, atingida em seus órgãos essenciais. Basta verificar a triste forma exterior que tomaram cidades como Estrasburgo, Metz, Lille! Essa última cidade ficou de tal forma espremida entre suas muralhas que precisou, por assim dizer, ressurgir fora da zona de serviços militares. Roubaix e Tourcoing duplicam a aglomeração fortificada e, hoje, procura-se reagrupar os três elementos num todo harmônico, por meio de largas avenidas.

Apesar da beleza de alguns edifícios, da graça de seus passeios, da atração de sua população, Paris também é uma cidade enfeada por seus brutais arredores. Liberto dessa desagradável forma ogival com linhas quebradas, o organismo teria se desenvolvido de forma estética e racional, teria formado uma figura elegante, dada pela vida.

Uma outra causa de feiúra em nossas cidades modernas provém da invasão das grandes indústrias manufatureiras. Quase toda aglomeração urbana é enegrecida por um ou vários bairros periféricos, coroados de chaminés malcheirosas, atravessadas por ruas negras: imensas construções as contornam, sem aberturas ou furadas por enormes janelas, em irritante simetria. O solo treme sob o esforço das máquinas em movimento, sob o peso dos caminhões e dos trens de mercadorias. Quantas cidades, sobretudo na jovem América, onde o ar é quase irrespirável, onde tudo aquilo que se percebe — solo, estradas, muralhas, céu — exala lama e carvão! Pode-se lembrar, sem horror e desgosto, de uma aglomeração mineira como essa interminável e sinuosa Scranton, onde os setenta mil habitantes não possuem sequer um hectare de grama suja e de folhagens enegrecidas para consolar os olhos de todos os horrores da fábrica? E a enorme Pittsburg, com sua coroa semicircular de altos subúrbios que queimam e que enfumaçam, como poderíamos imaginá-la sob atmosfera mais suja, embora, segundo seus moradores, tenha ganho em limpeza das ruas e em claridade dos horizontes com a introdução do gás natural nas usinas? Outras cidades, menos negras, são apenas pouco menos horríveis por causa das companhias de ferrovias que se apossaram das ruas, das praças, dos passeios e que fazem assoar e assobiar suas locomotivas, deixando o povo extenuado ao longo do seu percurso. Alguns dos mais belos sítios da Terra foram desonrados: é assim que em Buffalo

o transeunte tentará em vão seguir a margem do admirável rio Niágara, através de fendas no solo, cruzamentos de linhas, canais na vasa, montes de entulhos e de lixo e todas as imundícies da cidade.

Uma especulação bárbara enfeia também as ruas com loteamentos de terrenos, onde os empresários edificam vastos quarteirões, de comum acordo com arquitetos, que nem mesmo visitaram os locais e muito menos se deram ao trabalho de consultar os futuros habitantes; constroem aqui uma igreja ogival para os episcopais, ali uma construção romana para os presbíteros, mais adiante uma espécie de panteão para os batistas, traçam suas ruas em quadrados e em losangos, variam de forma bizarra o desenho geométrico das praças e o estilo das casas, sem deixar de reservar, religiosamente, as esquinas mais lucrativas para a venda de bebidas funestas. Cidades fictícias, construídas segundo um modelo banal e testemunhando sempre, por qualquer lado, a insolência faustosa dos construtores! Qualquer que seja o caso, toda cidade nova chega logo, exatamente por causa da justaposição das residências, a constituir um organismo coletivo, em que cada célula individual procura se desenvolver com saúde perfeita, condição básica para a saúde do conjunto. A História está aí para ensinar que as doenças de uns acarretam as dos outros e que é perigoso para os palácios deixar que a peste invada as taperas. Nenhuma municipalidade ignora o grau de importância que o saneamento completo da cidade adquire com a limpeza das ruas, a abertura de praças gramadas e floridas, sombreadas por grandes árvores, o desaparecimento rápido de todas as imundícies e a difusão da água pura em abundância em todos os bairros e casas. Nesse sentido, as cidades dos países mais adiantados estão em rivalidade pacífica para pôr em prática, ou em experiência, procedimentos particulares de limpeza e de conforto. É verdade que as cidades, como os Estados, têm governantes que são incitados por seu próprio meio a se ocupar sobretudo de seus interesses privados; mas já é muito saber o que convém fazer para que os organismos urbanos funcionem um dia mecanicamente, para a aquisição de provisões, a circulação das águas puras, do calor, da luz, das forças, do pensamento, a repartição constante de instrumental e a expulsão das matérias que se tornaram inúteis ou nocivas. Esse ideal está ainda muito longe de ser realizado; ao menos, inúmeras cidades já se tornaram bastante salubres para que a média de vida aí ultrapasse a da maioria do campo, cujos habitantes aspiram, continuamente, o odor das podridões e dos adubos e ficaram na ignorância de qualquer higiene.

A consciência da vida urbana se manifesta também pelas preocupações artísticas. Como Atenas outrora, como Florença, Nuremberg e outras cidades livres da Idade Média, nossas cidades modernas se preocupam com sua beleza: até a mais humilde aldeia não deixa de se dar um sino, uma coluna ou uma fonte esculpida. Arte bem triste e geralmente enfa-donha é essa arte manipulada por professores com diplomas, sob o

controle de uma comissão de incompetentes, tanto mais pretensiosa quanto mais ignorante for. A arte real é sempre espontânea e não se acomoda, de forma alguma, às direções impostas pela administração das vias públicas. Os espíritos curtos, como os há tantos nos conselhos municipais, procedem muitas vezes à moda desses Mummius que recomendariam naturalmente a seus soldados que repintassem os quadros deteriorados; imaginam que, pela simetria, atingirão a beleza e que reproduções idênticas darão às suas cidades Pártenons e São Marcos. Não temos na Europa uma cidade banal por suas próprias construções, a vasta Munique, que encerra tantas e tão escrupulosas imitações de monumentos gregos e bizantinos, obras-primas às quais faltam o meio, o ar, o solo e os homens?

Mesmo que os copistas conseguissem fazer surgir monumentos semelhantes em tudo àqueles que lhes serviram de modelo, ainda assim teriam produzido um trabalho contra a natureza, pois um edifício não pode ser compreendido sem as condições de espaço e de tempo que o fizeram nascer. Cada cidade tem sua vida própria, seus traços, sua fisionomia particular: com que veneração os construtores devem se aproximar delas! É um atentado contra a personalidade coletiva da cidade tirar sua originalidade para enchê-la de construções banais ou de monumentos que contradigam seu papel atual ou seu passado! A grande arte é transformar a cidade nova para adaptá-la às necessidades do trabalho moderno, conservando tudo aquilo que teve de pitoresco, de curioso ou de belo nos séculos já passados; é preciso saber manter a vida ali e lhe devolver a salubridade e a utilidade perfeitas, da mesma forma que mãos piedosas restabelecem a saúde de um doente. É dessa forma que na cidade de Edimburgo homens inteligentes, tanto artistas como sábios, empreenderam a restauração da admirável rua dita High Street, que desce do castelo forte ao palácio de Holyrood, unindo as duas células-mestras da antiga cidade. Abandonada subitamente, quando o rei James partiu para a Inglaterra, pelos parasitas da corte, camareiros, militares, homens do prazer, fornecedores e gente de lei, essa avenida de ricas casas tinha mudado de habitantes; os pobres ali se instalaram, dividindo as vastas salas com tabiques grosseiros. Dois séculos após o abandono, essa rua tornou-se um conjunto de ruínas com pátios nauseabundos, e redutos invadidos pelas febres: a população, vestida de andrajos malsãos, sempre sujos de lama, compunha-se em grande parte de paralíticos, tuberculosos e anêmicos. Aos elegantes vícios da corte sucederam os vícios em todo o seu horror público. Foram essas medonhas fossas que os restauradores atacaram, transformando gradualmente cada casa, restaurando as escadarias com suas largas rampas e as salas com chaminés monumentais, introduzindo, em toda parte, em grandes vagas, o ar puro e a luz, levando água em abundância até o menor celeiro, acrescentando baixos-relevos e

ornamentos às muralhas nuas do edifício. O pitoresco das construções é mantido com respeito, mesmo que tenha sido acrescido de torres, pequenos sinos, belvederes, mas sem o horrível acompanhamento dos dejetos e da podridão; a rua, outrora semeada de andrajos, tem agora os balcões decorados com flores e folhagens. A cidade ressurgue no seu novo frescor, da mesma forma que, num jardim, a flor torna a brotar do pé, sem que uma modificação violenta tenha transformado o solo em torno do primeiro caule.

Mas numa sociedade em que os homens não têm o pão assegurado, em que os miseráveis e até os esfomeados constituem ainda uma forte proporção dos habitantes de cada grande cidade, o bem de transformar os bairros insalubres se reduz à metade, se os infelizes que os habitavam até há pouco forem expulsos de suas antigas taperas para irem procurar outras na periferia e levar mais ou menos longe as suas emanações envenenadas. Se os edificadores de uma cidade fossem homens de um gosto perfeito, sem exceção, se cada restauração ou reconstrução de edifício tivesse sido feita de maneira inatacável, em todas as nossas cidades seria menor o penoso e fatal contraste entre o luxo e a miséria, consequência necessária da desigualdade, da hostilidade, que cortam em dois o corpo social. Os bairros suntuosos, insolentes têm, como contrapeso, casas sórdidas, escondendo atrás de suas paredes externas, baixas e curvadas, pátios escorregadios, montes pavorosos de entulho, madeiras apodrecidas. Até nas cidades em que os administradores procuram encobrir hipocritamente todos os horrores, mascarando-os por muretas decentes e lavadas, a miséria não deixa de infiltrar-se; sente-se que ali a morte desempenha sua obra mais cruelmente que alhures. Qual é, de nossas grandes cidades modernas, a que não tem zonas marginalizadas? Por mais bela e grandiosa que uma aglomeração urbana possa ser no seu conjunto, ela possui sempre seus vícios, aparentes ou secretos, sua tara, sua doença crônica, carregando irrevogavelmente a morte, caso não se consiga restabelecer a livre circulação de um sangue puro em todo o organismo.

Quantas cidades estão ainda longe desse tipo de salubridade e de estética futuras! Um diagrama publicado no anuário de Petersburgo para o ano de 1892 dá um surpreendente exemplo do consumo de vidas humanas por essa capital: partindo do ano de 1754, época em que a população de Petersburgo era de 150 mil indivíduos, a curva de crescimento se eleva em 126 anos a 950 mil pessoas, enquanto a curva hipotética de população, calculada segundo a mortalidade, sem levar em conta os imigrantes, desce a 50 mil abaixo de zero. A natalidade só ultrapassa um pouco a mortalidade depois de 1885, ano da grande limpeza. No mundo, muitas cidades, como Budapeste, Lima e Rio de Janeiro, estariam ainda em vias de regressão rápida, se as pessoas do campo não viessem preencher os vazios deixados pelos mortos! Se os

parisienses se extinguem após duas ou três gerações, não é o odor pernicioso da cidade que está em causa; se os judeus poloneses são reformados como os conscritos em número bem maior que o dos jovens de outras nacionalidades, a culpa não é das cidades onde vegetam pobremente no gueto.

E quantas aglomerações em que o céu parece coberto por um véu funerário! Penetrando-se em cidades famosas, tais como Manchester ou Seraing, Essen, Le Creusot ou Pittsburg, pode-se julgar amplamente se as obras dos liliputianos humanos não são suficientes para obscurecer a luz, profanar a beleza da natureza. Ora, uma finíssima quantidade de carvão escapada da combustão, um véu contínuo duma fração de milímetro de espessura ⁶ é suficiente, sobretudo se se alia a nevoeiros, para contrabalançar a luz do sol. A atmosfera opaca que às vezes pesa sobre a cidade de Londres é célebre com razão.

Aliás, o saneamento dos centros urbanos suscita bem mais problemas que o da fumaça, fácil de ser resolvido. O sistema de escoamento dos detritos orgânicos e lixo doméstico, a decantação das águas de esgoto, seja por processos químicos, seja por seu emprego racional na agricultura, estão longe de ter recebido soluções felizes ou aceitas, e muitas municipalidades até parece nem se inquietarem com tais questões. A escolha de um solo para uma estrada que não produza poeira nem lama e a organização eficaz dos transportes comunitários também influem na saúde geral.

Numerosos índices mostram que o movimento de fluxo que dirige para as cidades a população dos campos pode parar e até se transformar em movimento de refluxo. Primeiro, porque o alto preço dos aluguéis urbanos naturalmente leva os trabalhadores a se deslocarem para a periferia, e os empresários industriais favorecem o êxodo, pois provocaria uma queda no preço da mão-de-obra. A bicicleta, os bondes de serviço matinal e os trens operários permitiram que milhares de trabalhadores e empregados modestos morem, com alguma vantagem pecuniária, num ar menos carregado de ácido carbônico. Assim, na Bélgica, as comunas rurais de grande número de distritos conservaram sua população graças à extensão dos "vales de semana". Em 1900, atingia 150 mil o número de trabalhadores que residiam à noite e no domingo em sua aldeia, viajando 50 quilômetros diariamente para trabalhar — salário semanal de 2 fr. 25 — em fábrica ou manufatura de qualquer cidade distante. Mas a solução é bastarda, pois o chefe de família se depauperava em longos trajetos, em más refeições, em repousos noturnos encurtados;

⁶DUFOR, Ch. *Bulletin de la Soc. Vaudoise des Sciences Naturellés*, jun.-set. 1895. p. 145.

além disso, o saneamento das aldeias suscita os mesmos problemas que o das cidades ⁷.

Isso não é tudo: a eletricidade, que fornece a água corrente, tende a substituir o carvão e a dispersar as fábricas ao longo dos rios. Foi assim que a cidade de Lião — apesar de seu poderoso poder de atração no que diz respeito ao trabalho e às artes — perdeu alguns milhares de habitantes por ano, não porque sua prosperidade estivesse entravada, mas ao contrário porque seus ricos tecelões e outros industriais haviam estendido seu domínio de atividade a todos os departamentos vizinhos, até nos Alpes, onde quer que as cascatas ou corredeiras lhe fornecessem a força motriz necessária.

Tudo bem considerado, qualquer problema municipal se confunde com a própria questão social. Todos os homens, sem exceção, conseguirão respirar o ar em quantidade suficiente, gozar plenamente da luz do sol, saborear a beleza das áreas sombreadas e o perfume das rosas, alimentar generosamente sua família sem receio de que o pão venha a faltar em sua cesta? Se assim for, mas somente então, as cidades poderão atingir seu ideal, transformando-se exatamente conforme às necessidades e aos prazeres de todos e tornando-se corpos orgânicos perfeitamente sadios e belos.

A cidade-jardim pretende responder a tal programa. E, de fato, industriais inteligentes e arquitetos inovadores conseguiram criar na Inglaterra, onde o casebre urbano era o mais medonho, certo número de centros em condições perfeitamente sadias tanto para o pobre como para o rico. Port Sunlight, Bourneville, Letchworth contrastam, felizmente sem dúvida, com as favelas (*slums*) de Liverpool, de Manchester e cidades congêneres; os índices de mortalidade dessas localidades rivalizam, por sua taxa baixa, com a dos bairros mais suntuosos de nossas capitais — 10 a 12 falecimentos anuais por mil habitantes — mas são sempre os privilegiados que habitam as cidades-jardins e a boa vontade dos filantropos não basta para conjurar as conseqüências do antagonismo que existe entre o Capital e o Trabalho.

Não é indispensável chegar a essas criações de nossa época para encontrar provas comoventes do desejo de beleza que experimentaram muitas aldeias de nossos ancestrais, o qual só se satisfazia com um conjunto harmônico. Pode-se citar, com destaque, as comunas dos Polabes, gens de origem eslava que vive na bacia do Jeetze, afluente hanoveriano do Elba. Ali, todas as casas estão dispostas, espaçadamente, em volta de uma grande praça ovalóide, na qual se encontram uma pequena represa, uma floresta de carvalhos ou de tílias, algumas mesas e bancos

⁷VANDERVELDE, Emile. *L'exode rural*.

em pedra; cada habitação, dominada por um alto pombal suportado por estrutura saliente, tem sua fachada voltada para a praça e apresenta, acima da porta de entrada, uma inscrição biográfica e moral. O verde dos jardins externos cresce num belo círculo de árvores, somente interrompido pela estrada que une a praça ao grande caminho: é nessa linha de união com as outras aldeias que foram construídas a igreja, a escola e o albergue ⁸.

A população está de tal forma concentrada em certas grandes cidades, que ultrapassa mil habitantes por hectare, mormente em alguns bairros de Paris; em Praga, as massas se comprimem bem mais ainda; em Nova York, em 1896, o pululamento dos seres humanos teria atingido sua mais alta densidade — 1 860 indivíduos por hectare, numa extensão de 130 hectares ⁹. Em volta das cidades em que o “talento” militar não a contornou com uma barreira interditando o povoamento, o próprio campo se cobre de “villas” e de casas. Atraídos por aquilo que é seu centro natural, os agricultores se aproximam mais e mais do maciço contínuo de construções, envolvendo-o com um anel de população densa; forçados, em consequência, a se contentarem com um espaço mínimo para sua habitação e culturas, dedicam-se a um trabalho mais intensivo: de pastores passam a cultivadores e de cultivadores, a horticultores. As cartas demográficas mostram bem esse fenômeno da repartição aureolar dos campesinos que se transformam em horticultores. É dessa forma que a cidade de Beirute foi cingida por uma zona em que a densidade de população é de 109 habitantes por quilômetro quadrado. Em torno de Bamberg, a densidade por quilômetro atinge 180 indivíduos; o terreno no qual essa multidão se amontoou tinha originalmente, no entanto, baixíssimo valor; mistura de areia e de turfa, convindo antigamente só para o crescimento de coníferas, foi transformado no solo incomparável de jardim ¹⁰. Na região mediterrânea, o amor da cidade, em lugar de povoar o campo do subúrbio, o despoeva. O grande privilégio de poder discutir os interesses públicos transformou, por tradição, todo mundo em cidadãos. O chamado da ágora como na Grécia, da vida comunal como na Itália, atrai os habitantes para a praça central onde se debatem os negócios comuns, bem mais ainda sobre os passeios públicos do que entre as paredes sonoras da casa de cidade. É assim que, na Provença, o pequeno proprietário, em vez de morar nos seus campos, permanece, apesar dos pesares, um “urbano” inveterado. Embora possua casa de campo ou bastide, não se instala nesse cercado rural, mas na cidade, de onde

⁸ Dr. TETZNER. *Globus*, 7 abr. 1900.

⁹ CORTHELL, Lawrence. *Revue Scientifique*, 27 jun. 1896. p. 815.

¹⁰ SANDLER, Chr. *Volks-Karten*. p. 1.

pode ir visitar suas árvores frutíferas e fazer a coleta. Os trabalhos do campo são coisas secundárias para ele ¹¹.

Por um movimento de reação bem natural contra o medonho consumo de homens, o aviltamento de tantos caracteres, a corrupção de tantas almas ingênuas que se misturam no “cadinho infernal”, reformadores pedem a destruição das cidades, o retorno voluntário de toda a população ao campo. Sem dúvida, numa sociedade consciente, que deseje resolutamente o renascimento da humanidade pela via dos campos, essa revolução, que nunca houve, seria estritamente viável: avaliando-se somente em cem milhões de quilômetros quadrados a superfície das terras de permanência agradável e salutar, com duas casas por quilômetro quadrado, cada uma delas contendo sete a oito moradores, isso seria suficiente para alojar a humanidade; mas a natureza humana, cuja lei básica é a sociabilidade, não se acomodaria nunca a essa dispersão. Sem dúvida necessita o farfalhar das árvores e o murmúrio dos riachos, mas precisa também da associação com alguns e com todos: o globo inteiro se torna para ela uma enorme cidade, que é a única a satisfazê-la.

Atualmente, nada faz presumir que essas enormes aglomerações de edifícios tenham atingido sua maior extensão imaginável: bem ao contrário. Nos países de colonização nova, onde o agrupamento dos homens se fez espontaneamente, de maneira a satisfazer os interesses e os gostos modernos, as cidades têm população proporcional, bem mais considerável que as aglomerações urbanas das áreas envelhecidas da Europa; alguns dos grandes centros de atração têm um quarto ou um terço, às vezes até a metade, dos habitantes do país. Comparada ao conjunto de seu círculo de atração, Melbourne é uma cidade maior que Londres, porque a população circundante é mais móvel e porque não é preciso arrancá-la, como na Inglaterra, dos campos em que ela criou raízes durante séculos. Contudo, esse fenômeno excepcional de superabundância nas cidades australianas provém, em grande parte, da repartição do solo dos campos em vastos domínios, nos quais os imigrantes não encontraram lugar; foram expulsos dos latifúndios para as capitais ¹². De qualquer forma, o trabalho de transplante se torna cada vez mais fácil. O crescimento de Londres poderá ser feito com um mínimo de forças. No início do século XX essa cidade só tem um sétimo da população das ilhas Britânicas; não é impossível que chegue a ter, também ela, o terço ou o quarto dos habitantes do país, tanto mais porque Londres não só é o centro de atração da Grã-Bretanha e da Irlanda, mas também o principal mercado da Europa e de grande parte do mundo colonial. Uma próxima aglomeração de dez, vinte milhões de homens, seja na bacia inferior do Tâmis, seja na boca do Hudson, ou em qualquer outro local de atração,

¹¹ DEMOLINS, Edmond. *Les Français d'aujourd'hui*. p. 106-7.

¹² DENAIN-DARRAYS, J. *Questions diplomatiques et coloniales*, 1 fev. 1903.

não seria de surpreender, e é necessário que preparemos nosso espírito para isso, como se fosse um fenômeno normal da vida das sociedades. O crescimento dos grandes centros de atração só poderá ser debelado na época em que o equilíbrio for estabelecido entre o potencial de atração de cada centro sobre os habitantes dos espaços intermediários. Mas, então, o movimento não irá mais parar: ele se transformará mais e mais nessa troca incessante de população entre as cidades — o que já é observado e pode ser comparado ao vaivém do sangue no corpo humano. Sem nenhuma dúvida, o novo funcionamento dará nascimento a novos organismos, e as cidades, já tantas vezes renovadas, terão de renascer ainda sob novos aspectos, de acordo com o conjunto da evolução econômica e social.

V. O BRASIL NOS FINS DO SÉCULO XIX

11. ESTADO MATERIAL E SOCIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA *

Se bem que haja sido até hoje impossível fazer uma estatística mais ou menos exata da população brasileira, sabe-se por cálculos aproximados que o número de habitantes não deixou ainda de crescer em proporção muito rápida. Em 1780 os brasileiros, então vassallos de Portugal, eram dois milhões de homens, e desde essa época, em um século e alguns anos, o algarismo pelo menos septuplicou, e talvez aumentou oito vezes. No espaço de 28 a 30 anos a população duplica-se. Se o progresso continuar com a mesma velocidade, — e graças à imigração este movimento não pode deixar de dar-se —, o Brasil terá em meados do século vigésimo tantos cidadãos como a França ¹.

Nenhuma tentativa de contagem pode ter completo êxito no Brasil. Grande parte da população desconfia dos quesitos, e os recenseadores não têm meio algum de ação para forçar os cidadãos a inscreverem ou deixarem de inscrever seus nomes e os de seus parentes. A última operação censitária que devia efetuar-se em 1890, e não foi feita senão dois anos mais tarde ou até desprezada em alguns Estados, compreendia um longo questionário onde havia colunas relativas aos “defeitos físicos” e aos “haveres”; por isso, altos personagens, até legisladores, deram o

* Reproduzido de RECLUS, E. *Estados Unidos do Brasil*. Trad. de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, Garnier, 1900. p. 408-58.

¹ População do Brasil avaliada ou recenseada:

1776	1 900 000	hab.
1819	3 617 000	”
1872	9 930 000	”
1890	14 333 915	” (N. do T.)

exemplo de negar a resposta. Em toda parte os números indicados pelos recenseadores foram inferiores à realidade. Na Bahia, o chefe do serviço avalia em mais de um oitavo a diferença entre a estatística oficial e o número real. Paróquias inteiras escaparam à operação: só no Estado do Rio de Janeiro ficou de parte um terço dos habitantes². Procedeu-se a nova contagem em fins de 1890, mas os resultados foram sem dúvida muito incertos, pois que até deixaram de comunicá-los ao público³. Em 1892, foi o sr. Favilla Nunes incumbido da direção de outro recenseamento do Estado do Rio de Janeiro, mas a ele se recusaram seis distritos malgrado todos os seus esforços. Enquanto a população recenseada pouco passava de 1 050 000 indivíduos, devia segundo ele ser pelo menos de 1 400 000, algarismo que outros estatísticos consideram igualmente muito duvidoso. Como quer que seja, graves lacunas houve decerto no recenseamento destes Estados costeiros, onde aliás a fiscalização devia ser muito mais fácil do que nas regiões do interior: que resultado esperar em distritos, onde certos empregados incumbidos da operação nem sabiam ler ou escrever? Muitas vezes os estatísticos que estudam uma província preferem avaliar a população a aceitar os algarismos que se dizem oficiais, mas evidentemente errados.

Colonizado por habitantes de origem européia e africana, muito superiores em número aos indígenas americanos, o Brasil é desigualmente povoado: os imigrantes tiveram de aglomerar-se no litoral, em torno dos portos, que constituem outros tantos centros de atração; mas neste povoamento da zona costeira verifica-se que os brancos se dirigiram sobretudo para as regiões do Sul, cujo clima corresponde ao do seu país natal, e que os negros, introduzidos como escravos, foram levados em grande maioria para as regiões quentes de temperatura africana. Quanto ao mundo amazônico, parte do Brasil que está mais próxima da Europa, mas também a mais diferente dela quanto à sua natureza, — esse fica, por assim dizer, fora do círculo da colonização.

A densidade quilométrica dos habitantes varia singularmente conforme os lugares; ao passo que em certos distritos urbanos acotovelava-se a população como nas cidades européias, mais de metade do território nem tem um habitante por 10 quilômetros quadrados. Tomado em globo, o Brasil é 36 vezes menos povoado do que a França, 109 vezes menos do que a Bélgica.

Há estatísticos que ainda tentam classificar os habitantes do Brasil em raças e sub-raças, brancos, pretos, cobreados e amarelos, conforme a sua cor. Assim, segundo o censo provincial de São Paulo em 1886 havia, em 1 000 paulistas, 677 brancos, 135 pardos, 104 pretos e 84 caboclos. Mas, se o recenseamento propriamente dito não pôde ser obtido

² NUNES, Favilla. *População, território e representação nacional do Brasil*. SILVA, A. A. Ferreira da. *Estudos de demografia sanitária*.

³ A *Synopse do recenseamento de 1890* foi publicada em 1898. (N. do T.)

com alguma aproximação, com mais forte razão não se pode indicar de modo exato a proporção dos cruzamentos que se operaram: assim é que em Mato Grosso e outros Estados do interior faz-se a distinção entre “brancos” e “brancos”: uns, os portugueses, são os *verdadeiros brancos*; os outros, os *brancos da terra*, são os nacionais⁴. Um fato positivo é que a população branca ou tida como tal deve crescer incessantemente, porquanto a imigração está a introduzir sempre elementos europeus nas famílias brasileiras; muitos imigrantes portugueses e italianos casam-se com mulheres de cor.

Duvidou-se por muito tempo que os imigrantes europeus pudessem aclimar-se no Brasil. A experiência já demonstrou de maneira evidente esta possibilidade nos Estados meridionais, de S. Paulo ao Rio Grande do Sul, assim como nos planaltos de Minas Gerais. Os próprios imigrantes do norte da Europa prosperam materialmente em sua nova pátria, e melhor do que em seu país natal. Há mulheres que rejuvenescem, e a natalidade por vezes excede três, quatro, cinco e até seis vezes a mortalidade anual⁵.

Pelo contrário a imigração em massa de colonos europeus para os Estados tropicais é sujeita a perigos: apesar disso a proporção dos brancos puros que se perpetuaram nos Estados amazônicos prova que também ali a raça se pode aclimar. As regiões do litoral, do Maranhão à Bahia, são povoadas por quatro milhões de homens, dos quais mais de um milhão pertence à raça branca, sem evidência de mestiçagem. Vieram estes brancos dos Açores, da Galiza, das margens do Minho e do Douro. Bascos, espanhóis, provençais aclimam-se igualmente, e nos seus descendentes brilham os seus predicados de elegância, força e agilidade⁶. Parece que as regiões mais salubres são os planaltos da Bahia e de Minas, os campos do Paraná e as campinas elevadas do Rio Grande do Sul. A povoação de Santa Ana de Contendas, no sertão a leste do rio S. Francisco, acima da confluência do rio das Velhas, tornou-se lugar famoso pela excelência do clima e pelo rápido crescimento das famílias. Sem imigração, o número de famílias centuplicou no distrito, desde fins do século passado. Não são raros⁷ os avós que podem reunir em torno de sua mesa centenas de descendentes: em certos anos, houve dois casos de morte para 40 nascimentos.

Sabe-se que os europeus recém-chegados às cidades do litoral brasileiro temem sobretudo a febre amarela, e com razão. Desde fins do século XVII este flagelo não assolara o Brasil, quando no meado deste século irromperam várias epidemias fazendo vítimas nas cidades da

⁴ CASTELNAU, Francis de. *Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud*...

⁵ VON IHERING, Herman. *Rio Grande do Sul*.

⁶ COUDREAU, H. *Notes manuscrites*.

⁷ SPIX e MARTIUS. *Reise in Brasilien*. SAINT-HILAIRE, A. *Voyage dans le district des diamants*.

costa, especialmente no Rio de Janeiro e em Santos. Um pouco acima do nível do mar, porém, a febre amarela não ataca mais o organismo; os recém-chegados estão perfeitamente a abrigo quando se estabelecem a 800 ou 900 metros de altitude, por trás do antemuro formado pela Serra do Mar. Da mesma maneira, os planaltos de Minas Gerais e de Goiás não receiam a visita da temerosa febre, cujo micróbio uma escola médica do Rio diz ter descoberto, e cujo tratamento pratica há uns dez anos⁸.

O cólera-morbo, que vítima particularmente os negros, não se deixa deter, como a febre amarela, pelos limites de altitude ou de clima: vai procurar suas vítimas nos planaltos como na planície, e, não obstante seguir em geral as estradas freqüentadas e atacar os habitantes das grandes cidades, não deixa escapar incólumes povoados, por mui remotos que sejam. As visitas do cólera são felizmente raras, e os higienistas sabem combatê-lo: faz este flagelo muito menos vítimas no Brasil do que a tísica e o beribéri. Nos Estados do interior é comum a papeira: no litoral, dão-se casos numerosos de elefantíase e de outras moléstias análogas.

Pode-se dizer de modo geral que, salvo em algumas cidades da costa, os brancos, ainda os imigrantes de Europa, adoecem menos freqüentemente e têm vida média mais longa do que os índios e os pretos. Os ferimentos e as amputações curam-se muito mais facilmente nestes climas do que na Europa ocidental. Comparado com os hospitais de Paris, o de Pernambuco, onde aliás vivem muitos doentes como ao ar livre, parece aos médicos um lugar de curas milagrosas.

A importância da imigração européia varia conforme os anos, mas desde meados deste século ela se tornou bastante considerável para influir de modo sensível no acréscimo da população brasileira: em 1891, o número de imigrantes foi talvez igual ao aumento natural proveniente do excesso da natalidade. Antes da proclamação da Independência, só os portugueses tinham licença, limitada aliás por leis de todo o gênero, de vir para esta parte do Novo Mundo que pertencia ao seu soberano. Os estrangeiros que se domiciliavam no Brasil deviam ao acaso ou ao favor a permissão de aqui ficarem: eram naufragos, marinheiros, prisioneiros, e sobretudo soldados mercenários que fora difícil repatriar e a quem se davam terras para plantar. Todavia o governo português introduziu diretamente ilhéus dos Açores, quando lhe faltaram colonos no Brasil, para ocupar distritos de certa importância estratégica.

A colonização propriamente dita começou em 1820, quando o rei João VI estabeleceu campônios suíços católicos nas terras de Nova Friburgo. Quatro anos depois fundou-se, no Rio Grande do Sul, a colônia alemã de S. Leopoldo, que se tornou núcleo de muitas outras instituições

⁸ O autor, que escreveu isto em 1893, refere-se sem dúvida às inoculações praticadas pelo professor Domingos J. Freire. (N. do T.)

congêneres e que é ainda no Brasil um dos mais importantes centros da colonização estrangeira. Juntaram-se colônias particulares às que se tinham formado sob os auspícios diretos do governo, e muitos ricos proprietários, ameaçados pela abolição do tráfico e prevendo a próxima abolição da escravatura, pensaram em substituir os negros de suas fazendas por trabalhadores livres. Muitas vezes porém só cuidaram de substituir escravos por outros escravos, e várias dessas colônias pseudolivres, especialmente as que se assentaram à beira de rios pantanosos nas terras quantíssimas do sul da Bahia e do Espírito Santo, tiveram fim miserando: os colonos morreram às centenas e milhares. É lícito dizer de modo geral que os ensaios de colonização vingaram na proporção exata da liberdade que se deu aos recém-chegados: prosperaram as colônias onde o estrangeiro se fazia senhor incontestado dum lote de terras seu: deixavam logo de existir onde os trabalhadores não eram os próprios donos.

Quanto aos portugueses que, até 1870, constituíram quase os dois terços da imigração, — esses vinham por iniciativa própria, ou isolados, ou por famílias, e sem preconceito na escolha do trabalho, procuravam qualquer ocupação sem dirigir-se ao governo, às grandes companhias financeiras ou a sindicatos de fazendeiros; por isso faziam carreira quase todos: feitores de escravos, artistas, carregadores, vendeiros, negociantes por atacado, tinham no todo da atividade brasileira uma parte proporcional muito superior à dos outros colonos e muitos deles voltavam para a *terrinha*, onde construíam palácios luxuosos no próprio sítio da choupana paterna⁹.

A estatística da imigração, ainda mais defeituosa do que o recenseamento geral, não enumera como imigrantes senão os passageiros de terceira classe que desembarcam, e semelhante enumeração não se faz em todos os portos; não se anota tampouco o movimento de saídas. Consequentemente só têm valor muito relativo os algarismos publicados, mas elles bastam para mostrar o rápido aumento de entradas. Durante os 20 anos que se seguiram ao meado do século, contou-se a média de 7 a 10 000 imigrantes por ano. O número duplicou nos dez anos seguintes, depois quintuplicou: na última década cresceu dez vezes: no ano de 1891, perto de 219 000 colonos europeus desembarcaram nos portos do Rio, Santos e Desterro; e Vitória, Bahia, Pernambuco, Pará também tiveram a sua parte¹⁰.

Nesta imigração em massa, cabe o primeiro lugar aos italianos: che-

⁹ RECLUS, Onésime. *Nouvelles géographiques*, 4 nov. 1893.

¹⁰ Número oficial dos imigrantes de 1804 a 1892: 1 327 021.

Primeiro período De 1808 a 1854: 140 000, isto é, 3 000 por ano.

Segundo período De 1855 a 1885: 498 115, isto é, 16 066 por ano.

Terceiro período De 1886 a 1892: 688 906, isto é, 98 415 por ano.

(RECLUS, Onésime. *op. cit.*)

garam mais de 100 000 em 1892, e em todo o Brasil são eles hoje pelo menos 600 000, sem contar a sua descendência¹¹: a colônia que constituem neste país é mais considerável do que a que fundaram na Argentina e nos Estados Unidos. Eles excedem duas e talvez três vezes os residentes alemães e de raça germânica que se concentraram no Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina: contam-se atualmente no número dos desembarcados dez italianos por um alemão. Os espanhóis, que outrora pouco imigravam, vêm atualmente em grande número: os polacos, muitas vezes designados como alemães, porque na maior parte são naturais da Posnânia, fornecem um novo elemento, ao qual se misturam lituânios e russos; finalmente desembarcam também no Rio de Janeiro orientais, geralmente chamados "turcos", mas de fato sírios maronitas.

Cumprir dizer todavia que a maior parte desta imigração não é espontânea, e se se devesse só contar como verdadeiros imigrantes os indivíduos que partem de moto próprio, sem solicitação de agentes interessados, o primeiro lugar continuaria a pertencer ao elemento ibérico: espanhóis, portugueses e galegos. De 1847 a 1875, o governo imperial celebrou 35 contratos de imigração, contratos pelos quais se deviam introduzir 500 000 trabalhadores, e gastou com isso mais de 140 milhões de francos, dos quais mais de dois terços foram despendidos inutilmente: dos 148 grupos coloniais fundados nesse período, subsistem apenas uns 50; os outros dispersaram-se. Depois daquela data, seguiu a imigração um método mais regular e mais seguro. A seleção dos colonos italianos, russos e polacos¹² faz-se sob as vistas do governo central, e, em menor

¹¹ Colônia italiana do Brasil no dia 1 de janeiro de 1893: 554 000. (BODIO. *Annuario statistico italiano*. 1893.)

¹² Nacionalidade de 191 151 imigrantes que desembarcaram no Rio de Janeiro em 1891:

Italianos	116 000	Escandinavos	1 847
Portugueses	30 071	Ingleses	1 933
Espanhóis	18 668	Franceses	1 309
Polacos e russos	11 598	"Turcos"	863
Alemães	4 317	Belgas	378
Austríacos	2 883	Suíços	198
Outras nacionalidades	439		
Distribuição dos imigrantes pelos Estados:			
S. Paulo	117 396	S. Catarina	4 925
Rio de Janeiro e D. Federal	19 686	Espírito Santo	1 902
Rio Grande do Sul	17 742	Pará	251
Paraná	10 782	Amazonas	226
Outras localidades	360		

Em 1897 desembarcaram no mesmo porto do Rio de Janeiro 44 255 imigrantes, dos quais 27 454 italianos, 7 423 portugueses, 7 253 espanhóis, etc. Tiveram o seguinte destino: seguiram para Minas Gerais 19 121, para o Estado do Rio 6 347, para S. Paulo 2 250; ficaram na Capital 15 791. No mesmo ano, por todos os portos da República, entraram 116 671 imigrantes. (N. do T.)

escala, graças às verbas votadas pelos Estados de S. Paulo e Minas, que são os mais interessados, na pessoa dos grandes proprietários, em obter muitos braços para a lavoura¹³. Os imigrantes que aceitam as propostas dos agentes ardilosos viajam gratuitamente ou por baixo preço, e, desembarcando no Rio ou em Santos, recolhem-se a uma hospedaria onde se faz a "feira" dos contratos¹⁴.

Não são contados como imigrantes os trabalhadores europeus que refluem da República Argentina.

A extensão dos terrenos cultivados não representa senão uma parte mínima da superfície da República. Em muitos lugares do Brasil a menor lavoura atrai a atenção, tão habituado se está a ver de ambos os lados da estrada matas sobre matas e terrenos baldios. Seria aliás extremamente difícil tentar uma estatística das lavouras, porque o pequeno lavrador brasileiro é meio nômade. Terra não falta, e desde que uma está cansada, desde que escasseiem as colheitas, ele abandona o seu campo e prepara outro derrubando matos. Neste país de tamanha fertilidade, bastam o calor e a umidade para cobrir de viçosa vegetação os terrenos naturalmente mais ingratos; a própria rocha, decompondo-se, cobre-se de terra vegetal; penedos, que nos países da Europa teriam por único revestimento o tapete cinzento ou amarelado dos líquenes, aqui estão cobertos pelos festões e grinaldas da mata virgem. O agricultor despreza todos os terrenos que não lhe parecem excelentes, e, atacando a mais bela floresta de pau-ferro ou de jacarandá, derrubá-la-á sem dó e deitará fogo aos madeiros para plantar feijão ou milho. O empobrecimento do solo revela-se pela invasão de certas plantas: no Estado de S. Paulo, por exemplo, é a samambaia (*Pteris sp.*). No sul de Minas e nos Estados meridionais o capim-gordura ou capim-melado (*Tristegis glutinosa* ou *Panicum melinis*), assim chamado por causa de suas folhas pegajosas, acompanha sempre o lavrador e invade-lhe logo os arredores da casa e os campos que ele deixa incultos¹⁵. De longe conhecem-se as terras cansadas pelos *capinzais*, lençóis alvadios e ondulados da graminácea invasora. Às vezes a floresta brota imediatamente no lugar em que a destruíram; mas este novo mato difere completamente pelo aspecto da selva primitiva, e nenhum brasileiro acostumado à vida do campo poderia enganar-se. O novo mato tem a galhada menos entremeada de cipós, e todos os intervalos entre os troncos são obstruídos por sebes

¹³ Imigrantes que entraram em S. Paulo em 1896

Introduzidos pelo governo geral	74 918
" " " estadual	42 661
	32 257

(N. do T.)

¹⁴ Imigrantes recebidos na *Hospedaria* de S. Paulo, de 1881 a 1891: 330 393. Imigrantes acolhidos pelo território paulista (desde 1827 até fins de 1896): 700 211, dos quais 493 535 eram italianos. (N. do T.)

¹⁵ SAINT-HILAIRE, A., op. cit.

e plantas espinhosas; menos belo, sem troncos majestosos nem cúpulas de verdura, ele é mais alegre, graças à surpreendente variedade das flores e dos frutos multicores. Mas estas *capoeiras* acabam por assemelhar-se às grandes matas primitivas, desaparecendo com o tempo o seu belo viço de mocidade ¹⁶.

A agricultura comum, fora das grandes propriedades aproveitadas para as plantas industriais, é um trabalho todo rudimentar, imitado dos antigos tupis; é mais a devastação do solo do que uma indústria regular. É lícito julgar por este fato: no sertão um indivíduo das margens do Paranapanema leva ao mercado 50 palmitos, destruindo 50 árvores ¹⁷. Entretanto cada lavrador obtém com abundância, pela simples rotina dos trabalhos agrícolas, os gêneros necessários para a sua alimentação: mandioca, feijão-preto, arroz, milho, bananas, batatas, inhames. O prato fundamental das mesas brasileiras, a *feijoada*, pouco diversa da iguaria habitual dos portugueses continentais, compreende os três primeiros ingredientes, juntando-se-lhe ordinariamente *carne seca* do Rio Grande do Sul ou do Rio da Prata. Sabe-se, desde o tempo de Humboldt, que enorme quantidade de substância alimentar produz um bananal de pequenas dimensões: um hectare, compreendendo 320 pés, a 2 cachos por pé, dá na média mais de 38 toneladas de bananas ¹⁸. A caça, que ainda abundava nos primeiros anos deste século, e sem a qual não poderiam explicar-se as expedições dos bandeirantes pelo interior do continente, tem diminuído muito.

Depois da cultura dos víveres, naturalmente a mais importante e que dá lugar ao comércio interior mais ativo, é o café o produto do Brasil por excelência. O primeiro cafeeiro, vindo de Caiena, foi introduzido em Belém (Pará) em 1727, e dali se propagou pela colônia portuguesa; mas durante um século esta cultura não teve valor econômico. Diz-se que em 1800 a produção total não foi além de 750 quilogramas; ela só tomou real importância quando o país conquistou sua autonomia, e então, foi tal o progresso que, não obstante as crises financeiras e as revoluções, apesar das moléstias da planta, o Brasil suplantou Java e todos os mais países produtores, fornecendo hoje ao mundo mais de metade do seu consumo. Pode ser cultivado o cafeeiro em todos os Estados, à exceção de alguns planaltos muito frios, — os chamados terrenos de Noruega ¹⁹ — e dos lugares menos abrigados do Rio Grande do Sul. Todavia a área da grande cultura limita-se às regiões que têm o Rio de Janeiro por centro, do Espírito Santo ao Paraná. Era o Estado do Rio outrora o principal produtor, e ainda agora metade da

¹⁶ BURTON, Richard. *The Highlands of Brazil*.

¹⁷ *Valle do rio Paranapanema. Boletim da Comissão Geographica de S. Paulo*, 1890.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 24 set. 1893.

¹⁹ TAUNAY, A. de. *Notes manuscrites*.

safrã sai pelo porto do Rio de Janeiro; mas hoje o Estado em que existem mais vastas plantações, e que produz mais e melhor café, é S. Paulo; o cafeeiro deu-lhe espantosa prosperidade, atraindo para suas fazendas uma onda crescente de imigração. Quando a escravidão foi abolida, proclamaram os profetas de desgraças que estava tudo perdido e que o Brasil cairia fatalmente no mesmo estado de ruína de S. Domingos. Eietivamente, muitas fazendas, sobretudo nos Estados do Rio e de Minas, pertencentes a proprietários endividados e quase sempre ausentes delas, não puderam resistir à prova duma mudança de regime; mas os fazendeiros de S. Paulo haviam-se preparado para a tempestade com a introdução de braços livres, e, longe de periclitarem, a sua riqueza aumentou. Quando a escravatura, ainda subsistente, estava já condenada, um opulento fazendeiro, o visconde de Nova Friburgo, exclamou tragicamente, referindo-se a Java e a outras colônias estrangeiras: "O futuro é vosso! Está perdida toda a esperança de mantermos a nossa lavoura!"

O cafeeiro brasileiro, que passa por ser de todos o mais rico de caféina, só começa a produzir na idade de quatro anos; de seis anos em diante, até 16 e 20 anos, dá colheitas abundantes, diminuindo em seguida a sua produção até 35 ou 40 anos: depois faz-se mister renovar a plantação. De ordinário o cafeeiro não leva outro adubo senão suas próprias folhas e as ervas que se capinam entre as filas de arbustos; entretanto não há receio de cansar a terra plantando nos intervalos milho, batata e feijão. É muito de temer a geada, sobretudo nos terrenos baixos, porque, depois de semelhante desastre, os cafezais deixam quase completamente de produzir por espaço de dois ou três anos. Um pé comum produz apenas um terço de quilograma de bagas decorticadas; em seu livro clássico ²⁰, van Delden Lærne dá 750 gramas por planta, ao passo que os arbustos vigorosos, nascidos em boa terra e tratados com cuidado, podem produzir o décuplo, e até alguns pés excepcionais 15 quilogramas ²¹. No Brasil, no clima quase temperado do Rio de Janeiro e de S. Paulo, não há necessidade de proteger o cafeeiro dos ardores do sol, como na Venezuela e outros países tropicais, onde a ramagem do cacauzeiro, da eritrina e outras árvores de sombra abrigam a planta nova. O cafeeiro do Brasil, como o de Java, tem suas moléstias parasitárias, mas até o presente elas não ofereceram gravidade.

Os grandes *cafezais* completam-se com um grande maquinismo industrial para a limpeza, a despolpação e seca do café. Não longe da casa de residência, em terrenos de pequeno declive, preparam-se terreiros, onde trazida em vagonetes a colheita é depositada e espalhada ao sol. Regos de água ramificados na superfície do terreiro recebem as bagas; com a umidade apodrece o envoltório, e depois os grãos são levados para um

²⁰ *Brésil et Java*.

²¹ GUIMARÃES, Fr. Leite. *Notes manuscrites*.

moinho, onde pela fricção se despolpam. Entregues ao aparelho, as bagas atritadas, polidas, acabam por entrar num grande tambor de peneiras circulares, que as classifica, segundo suas formas diversas, em "moca", "martinica", "guaíra", e outras espécies comerciais, caindo por fim nos sacos prontos para o trem que espera à porta da usina. Nas grandes fazendas, o espaço necessário para o preparo do café, desde que entra para o *terreiro* até sair da fazenda, abrange uma superfície de muitos hectares, com engenho, armazéns, estrebarias, oficinas de máquinas. O pessoal empregado nos trabalhos agrícolas e industriais da fazenda compreende centenas de famílias, que vivem em casinhas cujo aspecto mesquinho²² recorda os maus dias da escravidão. De ordinário sem jardins, os casebres pouco asseados alinham-se em uma ou duas filas, formando quadrado; como a soldados em revista, e dum lancear de olhos o feitor pode tudo fiscalizar.

A estatística da produção do café, levantada por casas exportadoras rivais, carece de precisão, e alguns dados parciais que existem são contraditórios. É certo todavia que a safra total aumentou notavelmente nos últimos anos²³, apesar da abolição da escravatura. O aumento das colheitas fez-se quase todo em proveito dos grandes proprietários: a pequena lavoura tem fraquíssima parte nesta produção. Na região da "terra-roxa" de S. Paulo há propriedades de 10 000 e 20 000 hectares, tendo sido fundadas algumas importantes estações de estrada de ferro só para servirem a certa e determinada fazenda. Uma fazenda de café, pertencente a uma companhia que dispõe do capital de 8 500 contos (10 milhões de francos pelo câmbio de 1893), compreende, segundo

²² Assim foi em muitas propriedades até certa data; mas nestes últimos anos têm melhorado muito as condições materiais dessas habitações. (N. do T.)

²³ Produção do café brasileiro em várias épocas:

1820	5 085 ton.	1880	330 000 ton.
1840	68 000 "	1890	490 000 "
1870	132 500 "	1892	444 000 "

Papel do Brasil na produção do café em 1890:

Brasil	490 000 ton.	Cuba e Porto Rico ..	35 000 ton.
América Central e México	80 000 "	Índia Inglesa	30 000 "
Java e Sumatra	60 000 "	África ocidental	20 000 "
Haiti e S. Domingos ..	43 000 "	Outros	100 000 "

A tonelada regula 1 000 quilogramas, ou pouco mais de 16 sacas de 60 kg.
Produção do café brasileiro, depois de 1892:

Anos	Sacas	Valor em contos de réis
1893	4 840 000	411 130
1894	6 980 000	538 782
1895	5 970 000	461 600
1896	8 850 000	558 224
1897	10 600 000	521 740

(N. do T.)

se lê no relatório oficial²⁴, cerca de seis milhões de pés e emprega 4 200 indivíduos quase todos de origem italiana, distribuídos em 26 grupos ou povoados: nos bons anos, estes cafezais podem produzir até 6 000 toneladas de café. Certamente a indústria do café no Brasil, e notavelmente no Estado de S. Paulo, onde se conta mais de um bilhão de pés, é maravilha da agricultura e faz a admiração dos economistas; é porém lícito perguntar, sem preconceito contra o regime da grande propriedade, se não há perigo em sacrificar todas as culturas a uma só, por muito rendosa que ela seja: a população, que aumenta rapidamente, ficaria exposta a uma penúria²⁵ repentina se qualquer fenômeno econômico ou um desastre natural viesse a secar de súbito a fonte desta espantosa riqueza.

Tempo houve em que foi o Brasil que forneceu ao mundo maior quantidade de açúcar; mas de 150 anos a esta parte perdeu a primazia em proveito das Antilhas, que a conservaram depois; a capitania de S. Vicente, para onde Martim Afonso de Sousa levou a cana da Madeira na primeira metade do século XVI, só tem hoje plantações sem importância. Atualmente a indústria açucareira está sobretudo representada em Pernambuco, na Bahia, e nos Estados vizinhos; o município de Campos, no Estado do Rio, entrega-se especialmente à cultura da cana, e em parte nenhuma se encontram usinas mais bem aparelhadas para a produção de açúcares. Infelizmente os grandes lavradores brasileiros obtiveram do governo que protegesse a sua indústria com o estabelecimento de "usinas centrais" com garantia do juro de 7% sobre os capitais empregados. Como se devia esperar, as que menos prosperaram foram exatamente essas fábricas subvencionadas, mas dirigidas frouxamente como todas as empresas oficiais. Grande porção da cana-de-açúcar é empregada no fabrico da cachaça ou aguardente, que há em todas as casas brasileiras, mas que os estrangeiros não apreciam²⁶.

O algodoeiro é também uma das culturas industriais do Brasil, principalmente no Ceará e outros Estados do Norte; a guerra de Secessão dera grande impulso a esta cultura, que depois diminuiu, mas que hoje

²⁴ Companhia Agricola Fazenda Dumont. Relatório de 1892.

²⁵ A sensata ponderação do autor tem tido nos últimos anos a confirmação que era lícito esperar. A baixa extraordinária no café de 1896 a esta parte causa presente-mente sérios embaraços à lavoura, e todo o país sofre as conseqüências dessa depreciação. Cada dia se avigora portanto a necessidade da policultura. (N. do T.)

²⁶ Produção do açúcar no Brasil, termo médio: 200 000 toneladas, no valor de 80 000 000 de francos.

Aguardente de cana: 100 000 hectolitros, no valor de 4 000 000 de francos. (N. do A.)

A observação do autor quanto ao apreço dado à aguardente pelos estrangeiros não é verdadeira. A de boa qualidade merece-lhes, ao contrário, particular estima. (N. do T.)

torna a crescer por causa das leis quase proibitivas impostas à importação de algodões estrangeiros.

Os fumos do Brasil são muito estimados, particularmente os da Bahia e de Goiás; mais de cinco sextas partes da exportação, que vai sobretudo para Alemanha e França, fazem-se pela Bahia, em folhas, reimportadas depois sob a forma de charutos ou cigarros. Pode ser avaliada a produção anual do fumo em 40 a 50 000 toneladas, no valor de 25 a 30 milhões.

O cacauzeiro prospera na Amazônia e nas costas meridionais do Estado da Bahia, notavelmente nos arredores de Canavieiras, graças aos colonos estrangeiros que se deram a esta lavoura que representa cerca de 6 000 toneladas por ano, isto é, o décimo da produção universal do cacau. O chá deu perfeitamente nos planaltos de S. Paulo e Minas Gerais, mas foi abandonado por não poder sustentar a concorrência com os produtos similares da China e da Índia. O que se denomina "chá do Brasil" é o mate, procedente do Estado do Paraná, que exporta anualmente na média 14 000 toneladas no valor de 8 milhões de francos: é a Bélgica quem faz as compras mais avultadas.

A laranjeira, da qual possui o Brasil numerosas variedades, e excelentes, dá à vontade sem que ninguém se ocupe de podá-la ou enxertá-la, e exportam-se em desordem as laranjas para o Rio da Prata, sem cuidado algum: só o Estado de Santa Catarina se entrega ao fabrico dos vinhos de laranja.

A vinha parece ter maior futuro, sobretudo em Minas Gerais, onde as cepas americanas vingam admiravelmente²⁷. Alguns vicultores conseguiram já vinhos muito apreciados, que eles comparam aos "tokai", aos champanhas e aos "Bordeaux". Em S. Paulo, onde esta indústria está introduzida, é mister empedrar o solo à roda das cepas para impedir a irradiação demasiado rápida durante a noite. Faz-se a primeira vindima só no quinto ano; mas, por elevadas que sejam as despesas, compensa-as amplamente o valor de produtos que custam dez vezes mais do que em França.

Outras culturas de origem européia, por exemplo a do trigo, só têm para os agrônomos brasileiros um interesse de curiosidade, salvo no Rio Grande do Sul; ali mesmo, porém, a ferrugem ataca o trigo, que tem sido abandonado pela criação de gado. Quanto ao arroz, que é absolutamente indispensável aos brasileiros, pois que entra na sua alimentação quotidiana, e que seria tão fácil cultivar em todos os terrenos baixos, importam-no quase todo da Indochina inglesa.

A formiga, que outrora tornava impossível qualquer lavoura em certos lugares, e que alguém intitulou "o rei do Brasil", não inspira

²⁷ Produção de vinho em Minas, no ano de 1892: 9 450 hectolitros. (N. do A.)

Em 50 municípios de S. Paulo a produção em 1896 foi de 961 pipas, e o número de videiras era de 1 335 000 pés. Calcula-se que, com a produção dos particulares, tenham sido feitas em 1897 mais ou menos 1 900 a 2 000 pipas. (N. do T.)

mais temor: formicidas introduzidos nos formigueiros envenenam os seus habitantes; das fendas do solo vê-se irromper a fumaça da explosão.

Para exterminar os ratos muitos jardineiros e hortelãos empregam uma jibóia, cobra de 3 a 4 metros de comprimento, que dorme todo o dia e caça à noite. Muito afeita à sua morada habitual, a jibóia volta para ela, se porventura a transportam para outro lugar.

País de grandes florestas, o Brasil tem sempre importância capital pela sua indústria extrativa. Em exportação de borracha, como na do café, conquistou o primeiro lugar: como entreposto da borracha, a cidade do Pará possui o monopólio²⁸; a mesma praça e quase que ela só, exporta as "castanhas-do-pará", frutos da *Bertholletia*, que vão sobretudo para o mercado de S. Petersburgo. A Amazônia exporta também o guaraná, quase indispensável aos habitantes de Mato Grosso, e vende em larga proporção drogas medicinais, ao passo que o Ceará e as costas vizinhas até Sergipe fornecem a cera da carnaúba, — palmeira que, além do vinho, dá uma goima semelhante ao sagu, uma medula que substitui a cortiça, folhas cujas fibras a indústria de tecidos aproveita: a cera que cobre as folhas sob a forma de pó glutinoso e que se extrai por meio do fogo, é exportada para a Europa onde a empregam em diversos misteres, sobretudo para colorir o papel, e fabrico de velas e de vernizes²⁹. As fibras da palmeira piaçaba (*Attalea funifera*) da Amazônia, da Bahia e do Espírito Santo, são compradas na Inglaterra para fabrico de vassouras e escovas. A quina foi há muitos anos introduzida nas montanhas de Teresópolis, mas ainda não dá lugar a uma produção de importância econômica. Finalmente, todos os Estados do litoral são ricos de madeiras de marcenaria, de construção e de tinturaria, que a indústria utiliza. É a uma destas árvores, a *Caesalpinia echinata*, que o Brasil deve seu nome. Outra, o jacarandá, tem fibras lenhosas de tal beleza, que a chamaram "pau santo".

²⁸ Produção da borracha:

1840	400 toneladas
1860	2 500 "
1891	20 000 "

De 1839 a 1891: 269 206 toneladas, no valor de 1 440 000 000 de francos (N. do A.)

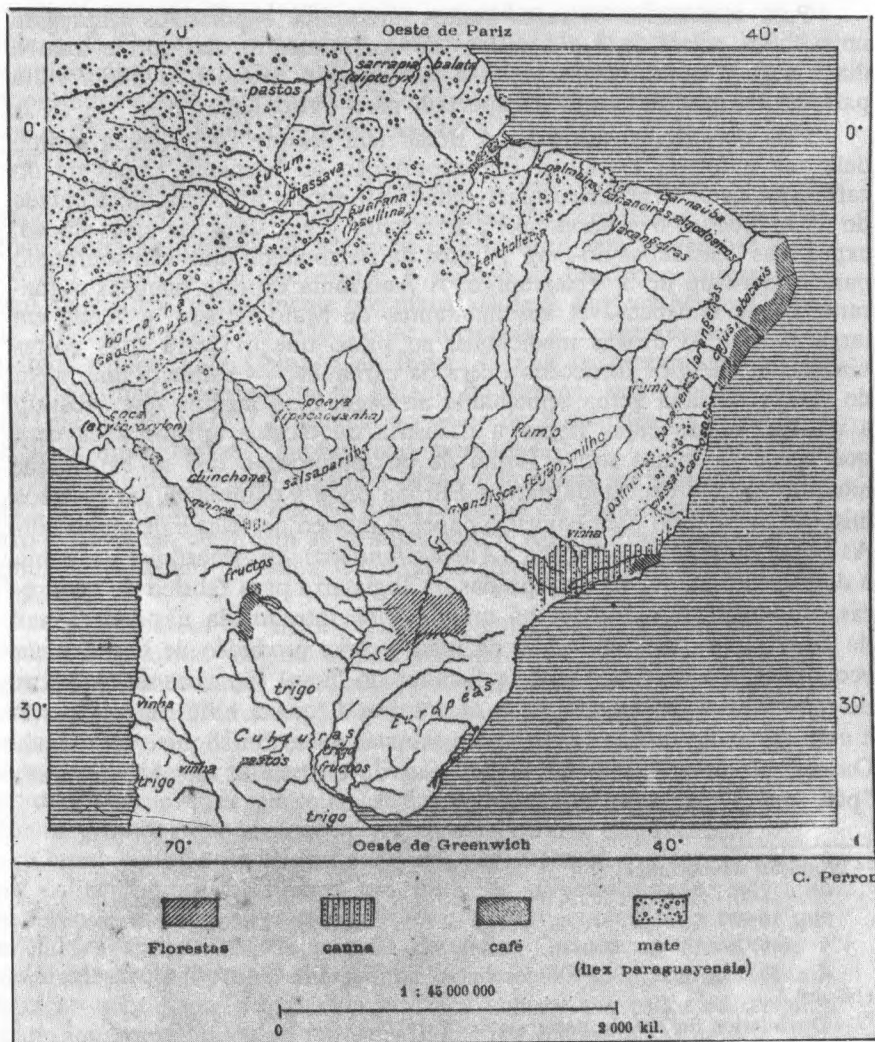
Do interior do Estado entraram no Pará:

Em 1892	13 885 750 kg. de borracha
Em 1893	14 696 826 " " "
Em 1894	13 955 077 " " "
Em 1895	15 461 531 " " "
Em 1896	15 348 461 " " "

A exportação deste produto pelo mesmo porto subiu em 1896 ao valor de 790 221 : 937 \$ 49. (N. do T.)

²⁹ BAGUET, A. *Bulletin de la Société Géographie d'Anvers*, 1886-87.

Principais produtos florestais ou agrícolas do Brasil



Pelo que respeita a gado vacum, cavalari e lanígero, o Brasil é inferior à República Argentina, se bem que, nos planaltos do sertão e nos campos do Sul, possui pastagens de quase igual vastidão. Um destes Estados, o Rio Grande do Sul, mantém a criação de gado com a mesma atividade que os países platinos, e fornece ao Rio de Janeiro e a outras

cidades da região tropical mulas de maravilhosa resistência à fadiga. Goiás, Mato Grosso e Minas expedem para o litoral as suas boiadas, que viajam lentamente e pastam na macega, dos dois lados da estrada. Nas regiões centrais do Brasil estes animais pertencem a duas raças muito diferentes e que se distinguem pela dimensão dos chifres; estes podem chegar a dois metros de envergadura nos bois de Minas³⁰. A vaca de Jersey, o zebu da Índia e outros animais estão agora contribuindo para melhoramento da raça. Nas costas equatoriais, o Ceará, o Piauí têm também cavalos, bois e carneiros, mas por mais de uma vez perderam-nos vitimados pelas grandes secas. No Estado de Minas tomou maior atividade a indústria do queijo; não há mesa em que não figure o queijo de Minas.

Perpetuaram-se quanto à divisão do solo as tradições do antigo Brasil monárquico. Os reis haviam a princípio repartido a terra em grandes feudos ou capitâneas, e mais tarde, quando a propriedade direta de todo o território voltou ao poder real, distribuiu este as propriedades a seu talante concedendo *sesmarias* em geral muito extensas: a nação só possui pouquíssimas terras devolutas, ao passo que um pequeno número de proprietários possuem enormes terrenos, cujos limites nem conhecem. Certas propriedades, ainda nos lugares de mais vasta população, ocupam léguas quadradas de superfície, e os donos, que não podem achar os braços necessários para explorar tão vastos domínios, queixam-se sempre da falta de trabalhadores. O trabalho far-se-ia quiçá melhor, se essas regiões fecundas, que um só possui, fossem repartidas entre os *matutos* ou pequenos lavradores. Após a abolição da escravatura, quando os fazendeiros viram que todos os negros fugiam das suas fazendas, acusaram-nos de preguiça; mas é que os negros, fartos de trabalhar para um senhor, retiraram-se para outros sítios onde vivem com suas famílias e alguns animais domésticos, cultivando o seu pequeno campo de bananeiras, de feijão e mandioca, sem desprezar as flores de jardim³¹. Muitos dos antigos escravos voltaram depois para as primitivas fazendas onde nasceram.

Digam o que disserem, os negros, filhos dos antigos escravos, são os que fazem a maior parte do trabalho agrícola nas regiões, onde os colonos italianos, alemães e outros ainda não os vieram ajudar. Os brancos que não têm parte alguma na propriedade do solo, os que se poderiam chamar *petits blancs* na Luisiana e nas Antilhas, preferiam viver como *agregados*, isto é, como parasitas na fazenda: em algumas havia centenas deles. Em certas ocasiões podiam prestar algum serviço; se tinham um pouco de gado, deixavam-no misturado com o do fazendeiro, e recorriam aos armazéns bem providos da casa, quando careciam do

³⁰ Avalia-se aproximadamente em 18 milhões o número de cabeças de gado vacum do Brasil.

³¹ WELLS, James W. *Three thousand miles through Brazil.*

necessário alimento. Os costumes fáceis e benévolos da população acomodavam-se com este estado de coisas, até porque os agregados, tomando o fazendeiro para padrinho de seu filhos, se faziam "compadres", laço tido por quase sagrado; mas as transformações políticas e sociais realizadas modificaram depois estas relações. Empregam-se hoje esses sujeitos nas mil funções burocráticas dos Estados, das comarcas e dos municípios. E todavia mantém-se o velho problema da propriedade para todos os habitantes dos campos, — pretos, brancos ou colonos estrangeiros. Graças à sua frugalidade, os africanos puderam contentar-se com pequenas roças nos confins das fazendas ou nas regiões pertencentes ao Estado; mas os trabalhadores estrangeiros são mais exigentes, e os lotes que lhes repartiram não satisfazem senão a uma parte pequena dos pedidos; quanto ao regime de *parceria*, é mal recebido por lavradores vindos do Velho Mundo com a esperança de se tornarem proprietários.

Eis a magna questão para o futuro imediato do Brasil: os trabalhadores reclamam terra, em certos lugares tomam-na e cultivam-na à força, e os donos recusam-na ou procuram retomá-la. Estes, desejosos de continuar debaixo de outra forma as velhas práticas da escravidão, conseguiram que o poder legislativo votasse a introdução de cules chins para as suas fazendas, e em um congresso especial reunido em Juiz de Fora, comprometeram-se pecuniariamente ao transporte destes engajados, com a condição de servirem por um certo número de anos, de 3 a 5, mediante casa, sustento e um salário de 35\$000 no máximo. Mas esta imigração de chins, votada há muito, ainda se não efetuou e parece que não se fará, pelo menos em grande escala. Não se presta de boa mente o governo de Pequim aos desejos dos fazendeiros, e as companhias de transporte ainda não estão em circunstâncias de tentá-lo, apesar de vários especuladores terem já querido pôr ombros à empresa. Raros são os chins nas ruas do Rio de Janeiro e ainda mais raros no interior. Alguns colonos asiáticos importados para as fazendas brasileiras não bastarão para remover as dificuldades que se anunciam, e a luta agravar-se-á entre os grandes proprietários e os que nada possuem.

A agricultura tomou primeiro lugar na produção brasileira, mas no século passado o trabalho das minas deu uma exportação muito mais considerável. Comparado com o México e com o Peru — países da prata, o Brasil era o país do ouro. Desde o primeiro século da ocupação descobriram os portugueses minas auríferas, especialmente em Taubaté, entre Rio e São Paulo; depois os paulistas, continuando investigações para o Norte e para o Oeste, acharam *rios de ouro* em quase todo o território compreendido entre os Andes e o litoral da Bahia. Pela maior parte estas jazidas estão abandonadas em consequência do ciúme dos espanhóis e das perseguições que o vice-rei fez aos estrangeiros acusados de prepararem a conquista do país. Diz-se que, para evitarem o tribunal da Inquisição, muitos mineiros portugueses fugiram tendo atirado seus tesouros

ao fundo dos lagos ou dos rios e obstruindo as galerias de entrada dos seus subterrâneos³². As minas de Goiás, que deram no século passado tão grande porção de ouro, já não são exploradas senão por um pequeno número de *faiscadores*, sem outros instrumentos além da picareta e da bateia. No Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Maranhão e Piauí há também ouro, mas ninguém o explora regularmente.

Quase todo o ouro exportado pelo Brasil procede de Minas Gerais, o Estado mineiro por excelência. A lavagem das areias e dos cascalhos destacados das rochas auríferas quase por toda a parte cobertas pelo conglomerado ferruginoso da *canga*, começou em fins do século XVII, e desde 1698 a picareta atacou os morros de Ouro Preto. Os catadores escravizando os índios, faziam-nos trabalhar, sob a ameaça do chicote, na escavação e na lavagem das terras. Dispondo destes operários gratuitos, conseguiram fazer trabalhos prodigiosos com os mais primitivos recursos industriais. Esburacaram quase por toda a parte o solo numa extensão de 450 quilômetros e na largura de 220, dos dois lados da serra do Espinhaço e nos vales tributários do rio das Velhas. Do maciço do Ouro Branco até a cidade do Serro, caminha-se sempre sobre montões de cascalhos que passaram, e alguns mais de uma vez, pela bateia do faisgador. Da estrada, entre Ouro Preto e Sabará, avista-se nas colinas um esbarrancado que tem muitos quilômetros de extensão: dir-se-ia uma parede feita pelo esboramento das rochas, mas é uma escavação descoberta e feita pelos mineiros a mais de 40 metros de profundidade³³. Acima da Passagem, povoação próxima de Ouro Preto, a colina está talhada em forma de torres e muralhas que parecem obra de uma erupção de lavas: são os restos dos trabalhos dos antigos mineiros. Durante o período de prosperidade, viviam os potentados de Minas Gerais com o fausto insolente que em todo o tempo caracterizou os aventureiros que enriquecem repentinamente. Proprietários mandavam construir palácios, onde todos os dias estava posta uma suntuosa mesa para os amigos e viajantes. Quando o capitão-general visitava um destes ricos senhores, ofereciam-lhe de ordinário um prato de *cangica*, onde os grãos de milho eram substituídos por pepitas. Para trasladar o Santíssimo Sacramento de uma igreja para outra, empregavam cavalos com cascos de ouro; as partes ofereciam aos juizes bananas cheias de ouro, quando lhes levavam as petições.

Tem-se avaliado diversamente a quantidade de metal puro extraído das minas brasileiras desde os primeiros descobrimentos dos paulistas. Segundo Gorceix, só a província de Minas Gerais deu ao comércio, de 1700 a 1888, perto de 660 000 quilogramas de ouro, correspondendo

³² TSCHUDI, J. *Perú*.

³³ GORCEIX, H. *Bulletin de la Société de Géographie*, sessão de 18 de outubro de 1876.

ao valor de 1 850 000 000 de francos aproximadamente. A produção total do Brasil parece não ter sido inferior a 3 bilhões. A renda atual é avaliada em 4 a 8 milhões por ano. Quase todas as companhias que exploram o precioso minério são constituídas na Inglaterra, e suas operações limitam-se à região de Minas situada ao norte de Queluz e que se prolonga dos dois lados da serra do Espinhaço, entre Ouro Preto e Sabará. Elas não exploram mais as aluviões dos rios; atacam as próprias rochas, seguindo os veios piritosos até grande distância e a muitas centenas de metros de profundidade. Carris de ferro, planos inclinados transportam o minério até fora, onde a água dos rios e dos canais permite a lavagem e a levigação da pedra pulverizada. A diminuição da renda e o preço crescente da mão-de-obra têm gradualmente retardado os trabalhos; todavia a indústria remunera sempre os capitais estrangeiros.

A procura dos diamantes deu lugar a muitas decepções, e o descobrimento das minas da África meridional arruinou subitamente a indústria brasileira. Os primeiros exploradores de Minas não procuravam senão “pedras verdes”, e os que descobriram o diamante, cujos cascalhos serviam de brinquedo aos filhos dos índios, não conheciam o valor destes cristais. Um funcionário que residira em Goa foi quem primeiro notou que os tentos empregados para fazer os abonos no jogo eram diamantes belos como os da Índia, e deu o alarma, levando para Portugal uma coleção destas pedras que ninguém apreciava³⁴. Em 1733 foi o governo oficialmente informado do descobrimento feito, e, fiel ao seu princípio de não ver no Brasil senão a sua “vacca de leite”, declarou-se único proprietário dos terrenos diamantinos e mandou traçar em torno de Diamantina uma circunferência de 42 léguas que assinalasse os limites do território interdito. Proibiu-se cavar os alicerces duma casa, se um meirinho e outros empregados não assistissem ao trabalho³⁵. Só certos privilegiados tiveram o direito de explorar os ribeirões diamantinos, mediante um imposto de capitação pago segundo o número de operários empregados. Depois arrendaram as jazidas a rendeiros gerais, e afinal o rei de Portugal fez trabalhar as minas por sua própria conta³⁶. No atual regime é livre a exploração do diamante. O nome de *catas* que ocorre nas cartas em muitos pontos do Brasil tem o sentido de “escavações” e refere-se às antigas minas de ouro ou de diamantes.

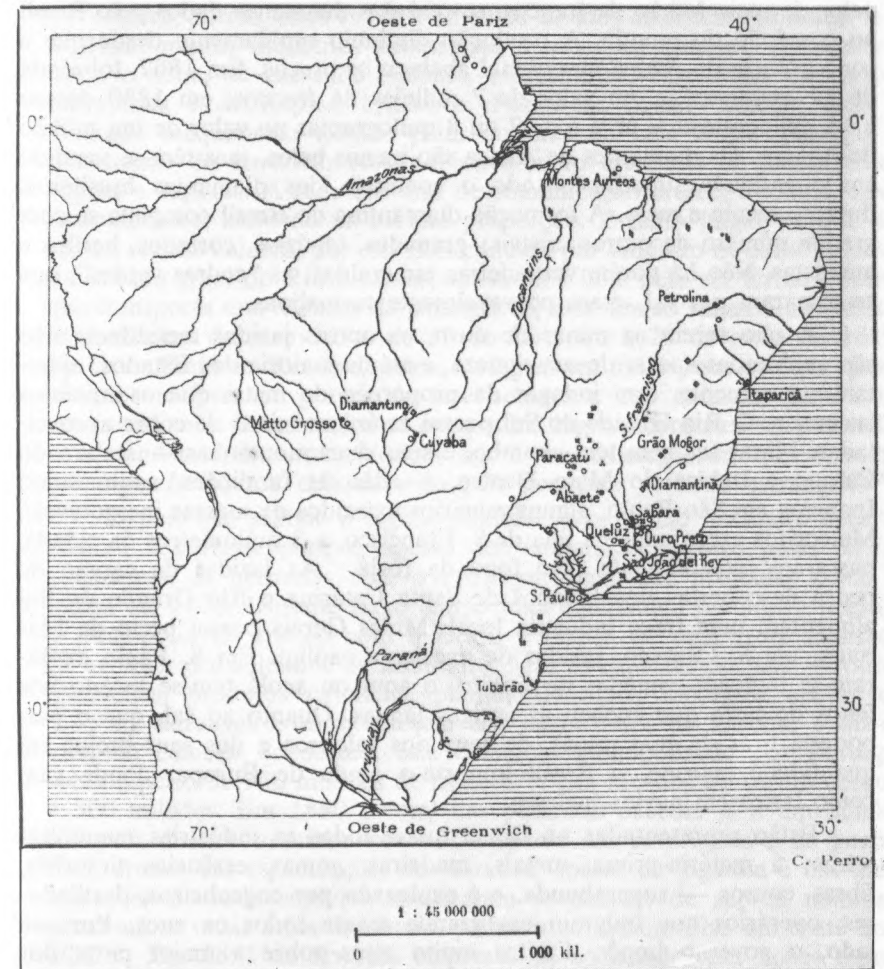
Os *garimpeiros* descobriram a gema preciosa não só em Minas, mas também em Mato Grosso e recentemente em 1845 na Chapada Diamantina da Bahia ocidental. Pela maior parte fazem as suas explorações sem muito método: desviam o curso dos ribeiros, já muito rasos no tempo da seca, e depois peneiram os cascalhos enquanto a estação favorável

³⁴ SAINT-HILAIRE, A., op. cit.

³⁵ MAWE, J. *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud...* SAINT-HILAIRE, A., op. cit. BURTON, Richard, op. cit.

³⁶ GORCEIX, H. *Association scientifique*, fev. 1882.

Principais minas do Brasil



o permite; desde que vêm as chuvas, cessam os trabalhos. Os diamantes encontram-se nos antigos conglomerados de origem paleozóica, assim como nas rochas mais modernas formadas dos fragmentos miúdos dos estratos primitivos; em parte nenhuma foram vistos em formações plutônicas³⁷. Entre as pedras célebres achadas no Brasil citam-se o brilhante de Abaeté que pesava 144 quilates, e o “Estrela do Sul”, apanhado por

³⁷ DEREY, Orville A. *Contributions to the study of the Geology of Brasil.*

uma negra em 1853, o qual pesava 254 quilates antes da lapidação. Avalia-se em 12 milhões de quilates, isto é, quase 2 ½ toneladas, no valor de meio bilhão de francos, o total dos diamantes dados pelo Brasil ao comércio do mundo. A produção diminuiu rapidamente desde que a concorrência da África meridional abaixou os preços. Em 1867, foi ainda de 37 quilogramas, no valor de 7 milhões de francos; em 1880 desceu a 16 quilogramas, e hoje é de 7 ou 8 quilogramas no valor de um milhão de francos. Os diamantes de África são menos belos, mas têm-se vendido em quantidade superior a todo o comércio dos diamantes brasileiros durante século e meio. A formação diamantina do Brasil completa-se com grande número de outros cristais: granadas, topázios, corindos, berilos e ametistas. Não há porém verdadeiras esmeraldas; as "pedras verdes", que se tomaram por tal, eram provavelmente turmalinas.

A não serem as minas de ouro, as outras jazidas metalíferas não são exploradas apesar de sua riqueza, e até na maioria dos Estados, apontam-nas somente, sem indagar da proporção de metal que os minérios encerram. O Rio Grande do Sul possui as únicas minas de cobre aproveitadas. Minas também tem chumbo, e suas duas montanhas — Itabira do Campo e Itabira do Mato Dentro, — dão às fundições, assim como Ipanema em São Paulo, alguns minérios extraídos de massas inesgotáveis. Meteoritos explorados na ilha de S. Francisco, a 3 quilômetros da cidade, passaram integralmente pelo fogo da forja. As jazidas de carvão de pedra descobertas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul alimentam uma fraca indústria local. Minas Gerais possui perto de Mariana, em S. Caetano, jazidas de excelente caulim. Em S. Paulo exploram-se também camadas de linhito, e aqui ou acolá tem-se tocado nos leitos de turfa que encheu as antigas lagoas. Quanto ao sal, que o país poderia tirar de suas minas, de seus rios salobros e dos seus brejos em quantidade enorme, o Brasil importa-o ainda de Europa, donde vem como lastro em navios ingleses.

Estão representadas no Brasil quase todas as indústrias manufatureiras: a matéria-prima, metais, madeiras, gomas, essências tintoriais, fibras, couros — superabunda, e é explorado por engenheiros, destiladores, operários que imigram em grande massa todos os anos. Por seu lado, o governo impôs direitos muito altos sobre a maior parte dos produtos da indústria estrangeira. É razoável que se procure obter diretamente os objetos até aqui importados; mas há evidente prejuízo no conjunto do trabalho humano, porque o preço de fabrico é no Brasil muito mais elevado do que nos países industriais da Europa, e a diferença tem de ser compensada por taxas protetoras muito onerosas. As fábricas de tecidos ocupam o primeiro lugar entre os estabelecimentos que fez surgir a necessidade de suprir as mercadorias estrangeiras muito encarecidas pelo regime aduaneiro. Cada grande cidade brasileira tem várias manufaturas, e levantam-se outras nos distritos mais remotos do interior.

A supressão ou a simples diminuição dos direitos de alfândega faria abandonar metade destas fábricas.

Afora, porém, estes estabelecimentos devidos ao sistema protetor, tem o Brasil muitas indústrias necessárias à vida das cidades: fábricas de tijolo e telha, de cal e de cimento, marcenarias, carpintaria de carros, cervejarias e destilações, estaleiros. Faz-se-lhe mister também todo o avultado maquinismo exigido pelas culturas do café e do açúcar; e a imensidade do território reclama um número crescente de locomotivas, vagões e vapores. A rede das vias de comunicação cresce, e toda a atividade nacional aumenta na mesma proporção. É lícito julgar do que ela era no regime colonial por este fato contado por Augusto de Saint-Hilaire: na estrada geral do Rio a Minas, substituída hoje pela via férrea Central que transporta sete milhões de passageiros, nem um só viajante atravessou as fronteiras das províncias de 19 de fevereiro a 28 de maio de 1819. De Ouro Preto ao Rio de Janeiro, a viagem em mulas, que se fazia quase sempre em *lotes* ou grupos de sete homens e sete animais, durava na média um mês. Propusera uma companhia inglesa construir uma estrada, e respondeu-se-lhe, como *fariam agora* em Madagáscar, que estradas poderiam facilitar a conquista do país por uma potência estrangeira³⁸.

Depois que acabou o regime colonial, o comércio brasileiro decerto cresceu dez vezes, porque, apesar dos embaraços opostos pelas tarifas aduaneiras, as permutas com o estrangeiro não são proibidas como o foram até 1808. Durante largo tempo uma companhia financeira possuiu o monopólio do tráfico com o Brasil e dispôs de uma frota montada de artilheiros e soldados de infantaria. Mas as riquezas do país — ouro, diamantes, produtos coloniais, plantas tintoriais, forçavam apesar de tudo os estrangeiros a recorrerem aos negociantes de Lisboa, e diz-se que, no começo do século, este comércio monopolizado por Portugal subia a perto de 150 milhões de francos³⁹. Em meados do século chegou a 500 milhões. Em 1880 o total das permutas excedia já a um bilhão, e depois disso o aumento continuou apesar das revoluções e da guerra civil, apesar das especulações desvairadas, apesar da jogatina e das malversações de toda espécie: apareceram sociedades de capital nominal, constituídas umas atrás de outras, pedindo em quinze dias um e até dois bilhões. Em 1891 as diversas empresas de sociedades por ações representavam onze vezes a fortuna total do Brasil.

Consiste a importação principalmente em objetos manufaturados, mas compreende também artigos que o país podia muito bem produzir, como tijolos, ladrilhos e telhas, farinhas e carnes, sobretudo o arroz da Birmânia e a carne seca ou *charque* dos Estados platinos; não há venda, na mais pobre vila do interior, em que se não achem biscoitos ingleses,

³⁸ VON WEECH, Friedrich. *Brasiliens gegenwärtiger Zustand und Colonialsystem*.

³⁹ VARNHAGEN, A. de. *História geral do Brasil*.

sardinhas de Nantes e cerveja inglesa. A exportação, termo médio mais considerável do que a importação, compõe-se, em quatro quintas partes ou mais ainda, de café, gênero brasileiro que domina os mercados do mundo. Além do café, o país exporta borracha no valor de 125 milhões⁴⁰, açúcar, algodão, fumo e em proporção muito menor, cacau, castanhas-do-pará, 4 000 a 20 000 toneladas de mate conforme os anos, ouro e diamantes⁴¹.

Graças a tarifas especiais, a América do Norte ocupa o primeiro lugar no comércio com o Brasil. Grandíssima parte da colheita de café vai sempre para os Estados Unidos. Em 1892 mais de 2 400 000 sacas foram para ali expedidas do Rio de Janeiro, e o resto do mundo só recebeu do mesmo porto quantidade inferior a um milhão de sacas. Santos, ao contrário, envia sobretudo os seus cafés para os portos europeus — Bremen, Havre, Antuérpia, Trieste; Nova York só recebe um quarto da colheita de S. Paulo⁴². Depois dos Estados Unidos, em importância de permutas diretas vem a Grã-Bretanha, que por meio dos seus paquetes se tem feito o principal intermediário do comércio brasileiro. A França está em terceiro lugar, e segue-a de perto a Alemanha, a quem as colônias germânicas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina asseguram relações crescentes. O comércio com a Itália cresce também de ano em ano depois que a imigração aproximou Gênova e Nápoles dos portos brasileiros. A mãe-pátria, que outrora monopolizara as permutas, está hoje em quinto lugar, não obstante o parentesco dos habitantes e a identidade de língua; entretanto em sua maioria os negociantes do país são portugueses, havendo no Rio de Janeiro entre industriais e mercado-

⁴⁰ Exportação da borracha da Amazônia:

	kg.	valor
Em 1891	15 723 578	50 635 : 815\$333
Em 1892	14 469 907	54 223 : 811\$659

(N. do T.)

⁴¹ Movimento comercial do Brasil em 1893 e 1894:

	1893	
Valor oficial da importação	328 589 : 765 \$ 000	
" " " exportação	606 052 : 556 \$ 000	
	1894	
Valor oficial da importação	341 539 : 331 \$ 000	
" " " exportação	601 046 : 334 \$ 000	

(N. do T.)

⁴² Exportação do café em 1897:

Pelo Rio de Janeiro. 4 006 734 sacas ou 240 404 040 kg.	
no valor de	308 678 : 787 f. 360
Por Santos	5 621 762 sacas ou 337 305 720 kg.
Total da exportação	9 628 496 sacas ou 577 709 760 kg. (N. do T.)

res quatro vezes mais portugueses do que brasileiros. A antiga colônia é sempre o melhor freguês de Portugal quanto aos vinhos⁴³.

Ao passo que o comércio transatlântico cresceu rapidamente, o movimento de cabotagem entre os portos brasileiros diminuiu por causa da navegação a vapor, que, dirigindo-se da Europa para todos os pontos da costa, tornou inúteis os grandes entrepostos concentrados outrora no Rio de Janeiro.

No Brasil como nos Estados Unidos, as necessidades do comércio obrigaram os habitantes a construir estradas de ferro. A estrada do Rio a Petrópolis e o prolongamento que dali desce para Entre Rios no vale do Paraíba subindo em seguida até Juiz de Fora, tais eram, com mais algumas perto das cidades, as principais estradas que havia, quando o país empreendeu a construção das linhas férreas. As pretendidas "estradas reais" que ligam Rio a Minas, a Goiás e Mato Grosso não são senão largas faixas de rocha ou de terra, coleando pelos vales e pelas colinas, cortadas de profundos atoleiros nas regiões úmidas e dividindo-se em trilhos laterais nos lugares escarpados. Nestas estradas empoeiradas, lamacentas ou pedregosas, seis, oito, dez juntas de bois puxam vagarosamente carretas de rodas que chamam: para transportes avultados de produtos ou de minérios, os fazendeiros organizam comboios ou tropas, que se prolongam por muitas centenas de metros ou até um quilômetro de distância. Esta caravana leva na frente um cavalo velho, *madrinha*, sem carga, de campainhas ao pescoço, ou enfeitado de penas e panos de cor⁴⁴.

Quando o Brasil inaugurou em 1856 a sua Estrada de Ferro Pedro II, hoje Central, a América espanhola já possuía algumas linhas. A primeira linha brasileira, destinada a ligar Petrópolis à capital, parava ainda no sopé da serra da Estrela. O mesmo sucedeu com a que se abriu dois anos depois, na direção do alto Paraíba: partindo do Rio, os trilhos dirigiram-se para noroeste através da planície pantanosa até Belém junto à base da Serra do Mar. Era pouco, e desde então os homens da arte se achavam em presença de um obstáculo dos mais sérios. Triunfaram dele, galgando por meio de fortes rampas e de dezesseis túneis a cadeia de montanhas que os separava do vale do Paraíba. Daí em diante possuíam o tronco inicial, para o qual vieram convergir as outras linhas. Desde essa época construíram os engenheiros muitas vias férreas que pela importância das suas obras de arte podem competir com as da Europa. Atravessaram já a alterosa serra do Mar em cinco pontos, três dos quais na vizinhança do Rio de Janeiro, e prepararam-se para escalar

⁴³ Só no Rio de Janeiro a importação dos vinhos portugueses em 1896 foi de 42 800 pipas e 375 843 caixas, no valor de 24 636 : 860 \$ 000; em 1897 foi de 33 420 pipas e 270 833 caixas, no valor de 20 260 : 559 \$ 000. (N. do T.)

⁴⁴ DE CASTELNAU, Francis. op. cit.

outras gargantas. Galgaram igualmente cadeias mais altas, a serra da Mantiqueira, a serra do Espinhaço, e, vencidos estes grandes obstáculos, não têm senão que atirar para a frente os trilhos pelas encostas suaves dos chapadões. A altitude mais considerável a que chegaram trilhos está no ramal de Ouro Preto, a 1 362 metros sobre o nível do mar; mas algumas rampas da estrada são ainda mais notáveis pelas suas obras de arte: tal é a passagem de João Aires (1 115 metros) que se desenvolve em curvas semicirculares pelos flancos das colinas. As locomotivas ainda não avançaram até a região dos grandes rios; há já entretanto alguns viadutos imponentes, notavelmente o que atravessa o Paraguaçu, entre Cachoeira e S. Félix, a ponte do Rio Grande na estrada de ferro de Uberaba, e o viaduto de mais de um quilômetro, por onde passam os carvões de Tubarão.

O Brasil não possui por enquanto senão duas redes propriamente ditas de linhas férreas, as que têm por pontos de partida Rio de Janeiro e Santos; estes dois sistemas ligam-se um ao outro por uma linha de 596 quilômetros que sobe o vale do Paraíba e vai até S. Paulo. A rede do Rio penetra em Minas Gerais e todos os anos se prolonga avançando pelo vale do rio das Velhas, onde começa a navegação da árvore do S. Francisco. Os progressos da viação são ainda muito mais rápidos em S. Paulo ⁴⁵, onde as estradas, atravessando a região do café, já atingiram os cursos navegáveis do Rio Grande, do Pardo, do Mogi-Guaçu, do Tietê, do Piracicaba. Nas outras regiões só há linhas isoladas ou estradas que se irradiam em leque, como as do Recife e da Bahia. Um grande tronco que ligue todas estas linhas isoladas é empresa que ainda as finanças brasileiras não comportam. Os projetos que conviria executar quanto antes para dar ao país mais sólida garantia política são os da ligação do Rio de Janeiro e Minas com a vertente de Mato Grosso, e do Estado de S. Paulo com a extremidade meridional da República ⁴⁶. Atualmente o Rio Grande do Sul está por suas vias de comunicação na dependência econômica dos Estados platinos. Para suas relações com a Europa, o Brasil careceria também de uma estrada litoral de Campos ao Recife, que é o primeiro porto em que tocam os paquetes transatlânticos.

As estradas de ferro brasileiras não foram construídas segundo um plano uniforme, e há linha, como a Central, eixo comercial de Minas Gerais, em que a bitola estreita sucede à bitola larga; na maior parte das novas linhas a bitola não passa de um metro. O governo possui apenas um pequeno número de estradas. A maior parte delas pertence

⁴⁵ Em 1896 as linhas paulistas tinham: 3 498 810 m em tráfego, 578 818 m em construção e 981 641 m em projeto. (N. do T.)

⁴⁶ É o que está em via de execução com a estrada de ferro Itararé, cujos estudos definitivos foram aprovados pelo decreto n.º 1963 de 13 de fevereiro de 1895. A 16 de julho do mesmo ano encetou-se a execução em Ponta Grossa. (N. do T.)

a companhias particulares, nacionais ou estrangeiras, das quais algumas não pediram subvenção, nem terras, nem garantia de juros; mas as principais companhias tiveram, além da concessão, faixas laterais de terras e obtiveram do governo garantias de receita ou subsídios suficientes para que a empresa não corresse risco algum; de mais, foi estipulado que nenhuma companhia rival teria o direito de construir linha paralela ou convergente dentro de certa zona. Assim constituem-se gradualmente monopólios, como o da estrada de ferro de Santos a Jundiá, que, não podendo satisfazer aos transportes comerciais da região, pretende proibir que os produtores expeçam os seus gêneros por outras estradas. Nos distritos remotos há empresas que procuram fazer-se esquecer: um trem semanal entre duas estações desertas é quanto basta para que no fim do ano os acionistas recebam os dividendos, devidamente fornecidos pelo tesouro do Estado ⁴⁷.

No seu conjunto as vias férreas do Brasil, um pouco menos extensas do que a rede argentina, são-lhe inferiores pela falta de unidade geográfica. Elas já constituem, todavia, um elemento primordial da riqueza nacional e modificam de ano em ano a situação do país mudando a direção das estradas seguidas pelo comércio. No Brasil, como nos outros países do mundo cortados de estradas, os escoadouros primitivos perdem a sua significação. Já o caminho dos altos afluentes do Amazonas não se serve mais da corrente fluvial: da mesma sorte o Rio de Janeiro, sem transporte de rio, limitado de todos os lados por altas montanhas, tornou-se o escoadouro do vale do Paraíba, dos altos rios da bacia paranaense e até das regiões percorridas pelo S. Francisco superior. E ainda mais, dia virá em que o Paraguai, Mato Grosso, até uma parte do Chile, e o norte da Argentina acharão também nesta direção seu caminho mais curto para a Europa.

Desprovida por enquanto de estradas de ferro, salvo em torno do Pará, a região amazônica só por meio de vapores se comunica com o resto do mundo. Uma companhia inglesa, subvencionada pelo governo brasileiro, serve regularmente a todos os pontos de escala do Amazonas entre Belém e Iquitos, no Peru; outros vapores sobem os rios da região da borracha, o Jutai, o Juruá, o Purus e seu afluente Aquiri; visitam

⁴⁷ Estradas de ferro brasileiras em 1 de janeiro de 1896:

Estradas mantidas pela União: nove, com a extensão de 2 950 km 079, representando o capital efetivamente gasto de 288 118 : 193 \$ 324;

Estradas inspecionadas pelo Governo da União:

Subvencionadas	3 637 km 864
Não subvencionadas	1 602 km 318

Estradas concedidas ou administradas pelos Estados: 4 832 km 462:

Total de km em tráfego	13 022 km 723
km em construção	8 701 km 748
" " estudo	7 652 km 059 (N. do T.)

também as escalas dos quatro grandes tributários — Negro, Madeira, Tapajós e Xingu, — e penetram no Tocantins até as cachoeiras.

No resto do Brasil a navegação fluvial tem importância relativa menor: os Estados do Norte, onde o calor do verão seca muitas vezes os cursos de água, não têm rio de profundidade constante, e os Estados orientais não oferecem na parte inferior dos seus rios senão pequenos trechos navegáveis: a corrente maior, que é o rio S. Francisco, não tem canal que contorne as cachoeiras. Quanto aos rios brasileiros da bacia paranaense, estão divididos, por assim dizer, em muitos trechos, e a navegação deve fazer-se em pequenas linhas ligadas umas às outras por estradas.

As costas marítimas, outrora servidas somente pela navegação a vela, são freqüentadas em toda a sua extensão por linhas de vapores que dentro em pouco terão substituído completamente os veleiros do litoral, com exceção dos barcos de pescaria e das jangadas legadas pelos tupis aos filhos dos africanos. Contam-se uns cinquenta pequenos portos onde tocam os vapores da cabotagem regular, ao passo que uma dúzia de portos mais importantes — Pará, S. Luís do Maranhão, Fortaleza, Pernambuco, Maceió, Bahia, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Desterro e Rio Grande do Sul — recebem os grandes paquetes pertencentes a dezessete companhias estrangeiras, pela maior parte inglesas, que traficam diretamente com o Brasil⁴⁸. Por uma lei recente, a cabotagem só é permitida a navios com bandeira brasileira e montados por equipagem principalmente nacional. Como são relativamente raros os marujos entre os brasileiros, esta lei não poderia ser aplicada se a naturalização não fornecesse incessantemente ao país os marinheiros de que ele carece⁴⁹.

Em tempos ordinários, dez paquetes ancoram por semana nos grandes portos brasileiros. Onze dias, tal é a duração média duma viagem da Europa ao Brasil, de Lisboa a Pernambuco: entre as costas mais próximas dos dois continentes, África e América, navios de grandíssima velocidade, como os transatlânticos de Nova York, poderiam fazer o trajeto em dois dias e meio.

As comunicações telegráficas fazem-se diretamente de Pernambuco para Europa e Estados Unidos por meio de cabos submarinos: um fio

⁴⁸ Movimento da navegação nos portos do Brasil em 1897: 10 563 embarcações sendo 8 036 a vapor e 2 527 a vela, com a arqueação de 10 062 732 toneladas. (N. do T.)

⁴⁹ Flotilha comercial do Brasil em 1890:

388 navios a vela, com	8 555 toneladas
136 " a vapor com	81 698 "
Total 524 navios	com 90 253 toneladas

de 6 000 quilômetros corre toda a costa brasileira, do estuário amazônico ao do Prata⁵⁰.

Os progressos da instrução pública não puderam ser rápidos num país cujos trabalhadores ainda há pouco eram pela maior parte escravos. Todavia algumas escolas e colégios haviam sido fundados pelos missionários jesuítas sob o regime colonial, e durante a segunda metade do século XVIII mandara o Marquês de Pombal abrir estabelecimentos "régios" de instrução pública: apesar disso a população conservava-se ignorante. Em 1834, sete anos depois da promulgação da primeira lei de ensino, não havia em toda a província do Rio de Janeiro senão 30 escolas com 1 369 alunos dos dois sexos. As proporções felizmente mudaram; todavia a falta de estatísticas escolares na maior parte dos Estados demonstra a pouca solicitude que há em difundir o ensino, e as que as assembléias locais mandam publicar nos Estados mais adiantados provam que grande parte da infância ainda não freqüenta as escolas. Por ocasião do recenseamento de 1872 calculou-se que em 100 indivíduos havia 23 homens e 13 mulheres que sabiam ler; além disso, só um negro entre 1 000 conhecia o alfabeto. Vinte anos depois, calculava-se que mais de três quartos da população ainda ignoravam os primeiros rudimentos⁵¹.

Não falando nas crianças de tenra idade, verifica-se que o número de brasileiros que sabem ler não chega ainda à metade dos habitantes. Muitos moços porém fazem a sua própria educação. Não há talvez cidade em que se não encontrem indivíduos que aprenderam sem mestres uma língua estrangeira e até uma profissão: nos Estados centrais, Minas, Goiás e Mato Grosso, a maior parte dos *curandeiros* que fazem curas muito felizes formaram-se por si, estudando a matéria médica e lendo. Nas sociedades musicais agrupam-se em grande número pretos, que passam por ter mais talento para essa arte do que os brancos.

⁵⁰ Extensão das linhas telegráficas no Brasil a 1 de janeiro de 1893:

km	14 781
Número de estações	235

Despachos telegráficos expedidos em 1892:

1 551 689, dos quais 999 568 particulares

Movimento do Correio em 1897:

Objetos postados	34 918 367
Objetos distribuídos	40 432 803
Em trânsito	11 958 649
Malas recebidas	1 069 423
Malas expedidas	962 800
Em trânsito	507 188 (N. do T.)

⁵¹ Número presumido de escolas no Brasil em 1898: 10 000. Escolas em 1886: 6 161, sendo 5 151 públicas e 1 010 particulares, com 274 914 alunos: 63 escolas secundárias com 9 482 alunos. Total: 6 224 escolas com 284 396 alunos, isto é, 2% da população. (ALMEIDA, Pires de. *Instruction publique au Brésil.*)

Os liceus são mantidos pelo Estado ⁵², exceção feita de vários estabelecimentos fundados pelos jesuítas ⁵³ longe das grandes cidades, como o de Itu em S. Paulo e o colégio do Caraça em Minas Gerais.

Acham-se reunidos ⁵⁴ no Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Medicina e Escola de Farmácia, Escola Normal, Escola de Belas Artes, Instituto de Música, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Naval, Escola Militar e Escola Politécnica, sem constituírem um corpo universitário. Recife, Bahia, S. Paulo, Ouro Preto têm também suas escolas de medicina, direito e de minas. Em todos estes estabelecimentos o francês é quase sempre a língua do ensino ⁵⁵: nas bibliotecas públicas, o número de leitores que consultavam obras francesas não há muito tempo excedia a proporção dos que pediam livros em português: hoje a língua do país adquiriu primazia, salvo nas bibliotecas das escolas superiores, onde os nove décimos das obras científicas são escritas em língua francesa.

A primeira imprensa do Brasil, fundada em 1744, só durou três anos: foi suprimida por ordem do governo central, e só ⁵⁶ em 1808 foi que o rei, fugido de Portugal, trouxe uma oficina tipográfica para publicar os seus decretos. As gazetas viveram com grande dificuldade até o período da independência, e a história dos seus primeiros anos registra o exílio, a prisão e até a execução de alguns de seus redatores. Em 1828 contavam-se já 31 jornais; em 1876 eram em número de 271, e dez anos depois foram além do dobro ⁵⁷.

A Igreja outrora foi onipotente no Brasil. A Inquisição, instituída em 1702, perseguiu os herejes com furor; entretanto, para a maior parte dos acusados, consistia a heresia, não na profissão de idéias heterodoxas, mas no fato de ter sangue judeu nas veias ⁵⁸. Depois da declaração da independência, a religião católica apostólica romana manteve-se como culto nacional, e foi severamente punida qualquer prática em público de

⁵² Efetivamente há em todos os Estados liceus oficiais, mas em muito maior número são os estabelecimentos particulares de ensino secundário. (N. do T.)

⁵³ O autor equivoca-se atribuindo aos jesuítas o célebre Colégio do Caraça, que desde a sua origem é dirigido pelos padres da Missão. (N. do T.)

⁵⁴ Atualmente fundam-se escolas superiores nos Estados, quebrando destarte a centralização que vigorou durante o regime imperial. (N. do T.)

⁵⁵ Não é exata a observação. Em todos os estabelecimentos desta natureza a língua do ensino é a língua nacional. A verdade é que em sua maioria os compêndios escolares são franceses, e foi isso talvez que motivou o equívoco do autor. (N. do T.)

⁵⁶ É indispensável mencionar a oficina calcográfica, criada em Ouro Preto em 1807 pelo P. José Joaquim Viegas de Menezes, que publicou o *Canto apologético* do dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. (V. *A Imprensa em Minas Gerais*, por J. P. XAVIER DA VEIGA). (N. do T.)

⁵⁷ De Rio Branco, no *Brésil* por E. LEVASSEUR. Em 1898 eleva-se a mais de 600 o número de gazetas.

⁵⁸ VARNHAGEN, A. de. *História Geral do Brasil*.

outras cerimônias religiosas. A revolução que pôs fim ao Império separou também a Igreja do Estado, continuando aliás a pagar as cômguas aos antigos vigários e outras dignidades. Houve todavia muitos conflitos de jurisdição, e até em 1892 a supressão legal do Crucifixo nos tribunais do júri deu lugar a violentas demonstrações contra os livres-pensadores. A máxima parte da população diz-se católica romana. No Estado do Rio de Janeiro, menos de um centésimo dos habitantes recenseados em 1892 declarou pertencer a outro culto ou não professar religião alguma. Mas a indiferença habitual em matéria religiosa é grande, e não obstante as admoestações proferidas no púlpito a maçonaria ganha numerosos adeptos em todas as cidades. São raras entre os nacionais as vocações eclesiásticas, e o clero tem de suprir-se todos os anos de padres estrangeiros, quase todos italianos. Muitas famílias dispensam o sacramento e até a cerimônia civil. No Rio de Janeiro, onde entretanto há mais uniões legítimas do que em outros Estados, a proporção dos nascimentos fora do casamento eleva-se a perto de 30% ⁵⁹.

Pela notável organização dos seus estabelecimentos de assistência, os brasileiros podem ser apontados como exemplo a outros povos. Seus hospitais e asilos não dependem do Estado, devem-se à associação livre. Um apelo constante, dirigido "em nome de todos os nossos irmãos que padecem", produz cada ano e em cada cidade recursos bastantes para que os estabelecimentos hospitalares se mantenham folgadoamente. As formas das *irmandades* ou confrarias são ainda religiosas, e nas cerimônias oficiais os irmãos envergam os seus hábitos; cada sociedade porém organiza-se à sua vontade, e os institutos, que no Rio dispõem dum orçamento de muitos milhões, conservam-se independentes do Estado e da Igreja ⁶⁰.

⁵⁹ NUNES, J. P. Favilla. *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*.

⁶⁰ A observação não é de todo exata; essas irmandades, pelo que respeita ao culto cuja manutenção é uma de suas funções, dependem necessariamente da autoridade episcopal. (N. do T.)

Os liceus são mantidos pelo Estado ⁵², exceção feita de vários estabelecimentos fundados pelos jesuítas ⁵³ longe das grandes cidades, como o de Itu em S. Paulo e o colégio do Caraça em Minas Gerais.

Acham-se reunidos ⁵⁴ no Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Medicina e Escola de Farmácia, Escola Normal, Escola de Belas Artes, Instituto de Música, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Naval, Escola Militar e Escola Politécnica, sem constituírem um corpo universitário. Recife, Bahia, S. Paulo, Ouro Preto têm também suas escolas de medicina, direito e de minas. Em todos estes estabelecimentos o francês é quase sempre a língua do ensino ⁵⁵: nas bibliotecas públicas, o número de leitores que consultavam obras francesas não há muito tempo excedia a proporção dos que pediam livros em português: hoje a língua do país adquiriu primazia, salvo nas bibliotecas das escolas superiores, onde os nove décimos das obras científicas são escritas em língua francesa.

A primeira imprensa do Brasil, fundada em 1744, só durou três anos: foi suprimida por ordem do governo central, e só ⁵⁶ em 1808 foi que o rei, fugido de Portugal, trouxe uma oficina tipográfica para publicar os seus decretos. As gazetas viveram com grande dificuldade até o período da independência, e a história dos seus primeiros anos registra o exílio, a prisão e até a execução de alguns de seus redatores. Em 1828 contavam-se já 31 jornais; em 1876 eram em número de 271, e dez anos depois foram além do dobro ⁵⁷.

A Igreja outrora foi onipotente no Brasil. A Inquisição, instituída em 1702, perseguiu os herejes com furor; entretanto, para a maior parte dos acusados, consistia a heresia, não na profissão de idéias heterodoxas, mas no fato de ter sangue judeu nas veias ⁵⁸. Depois da declaração da independência, a religião católica apostólica romana manteve-se como culto nacional, e foi severamente punida qualquer prática em público de

⁵² Efetivamente há em todos os Estados liceus oficiais, mas em muito maior número são os estabelecimentos particulares de ensino secundário. (N. do T.)

⁵³ O autor equivoca-se atribuindo aos jesuítas o célebre Colégio do Caraça, que desde a sua origem é dirigido pelos padres da Missão. (N. do T.)

⁵⁴ Atualmente fundam-se escolas superiores nos Estados, quebrando destarte a centralização que vigorou durante o regime imperial. (N. do T.)

⁵⁵ Não é exata a observação. Em todos os estabelecimentos desta natureza a língua do ensino é a língua nacional. A verdade é que em sua maioria os compêndios escolares são franceses, e foi isso talvez que motivou o equívoco do autor. (N. do T.)

⁵⁶ É indispensável mencionar a oficina calcográfica, criada em Ouro Preto em 1807 pelo P. José Joaquim Viegas de Menezes, que publicou o *Canto apologético* do dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. (V. *A Imprensa em Minas Gerais*, por J. P. XAVIER DA VEIGA). (N. do T.)

⁵⁷ De Rio Branco, no *Brésil* por E. LEVASSEUR.

Em 1898 eleva-se a mais de 600 o número de gazetas.

⁵⁸ VARNHAGEN, A. de. *História Geral do Brasil*.

outras cerimônias religiosas. A revolução que pôs fim ao Império separou também a Igreja do Estado, continuando aliás a pagar as cômguas aos antigos vigários e outras dignidades. Houve todavia muitos conflitos de jurisdição, e até em 1892 a supressão legal do Crucifixo nos tribunais do júri deu lugar a violentas demonstrações contra os livres-pensadores. A máxima parte da população diz-se católica romana. No Estado do Rio de Janeiro, menos de um centésimo dos habitantes recenseados em 1892 declarou pertencer a outro culto ou não professar religião alguma. Mas a indiferença habitual em matéria religiosa é grande, e não obstante as admoestações proferidas no púlpito a maçonaria ganha numerosos adeptos em todas as cidades. São raras entre os nacionais as vocações eclesiásticas, e o clero tem de suprir-se todos os anos de padres estrangeiros, quase todos italianos. Muitas famílias dispensam o sacramento e até a cerimônia civil. No Rio de Janeiro, onde entretanto há mais uniões legítimas do que em outros Estados, a proporção dos nascimentos fora do casamento eleva-se a perto de 30% ⁵⁹.

Pela notável organização dos seus estabelecimentos de assistência, os brasileiros podem ser apontados como exemplo a outros povos. Seus hospitais e asilos não dependem do Estado, devem-se à associação livre. Um apelo constante, dirigido "em nome de todos os nossos irmãos que padecem", produz cada ano e em cada cidade recursos bastantes para que os estabelecimentos hospitalares se mantenham folgadoamente. As formas das *irmandades* ou confrarias são ainda religiosas, e nas cerimônias oficiais os irmãos envergam os seus hábitos; cada sociedade porém organiza-se à sua vontade, e os institutos, que no Rio dispõem dum orçamento de muitos milhões, conservam-se independentes do Estado e da Igreja ⁶⁰.

⁵⁹ NUNES, J. P. Favilla. *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*.

⁶⁰ A observação não é de todo exata; essas irmandades, pelo que respeita ao culto cuja manutenção é uma de suas funções, dependem necessariamente da autoridade episcopal. (N. do T.)

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

- Alexandre da Macedônia, 106
- Bakunin, M., 12, 14-6, 27
- Barbier, 144
- Batuta, I., 8
- Baulig, H., 21
- Bazalgette, 51
- Beck, H., 26
- Bellefonds, L. de, 48
- biogeografia, 18
- Blache, P. V. de la, 19, 21, 23-7
possibilismo de, 21
- Bossuet, 107, 108
- Bracke, 15
- Brasil, agricultura, açúcar, 177
algodão, 177
animais daninhos à, 178, 179
arroz, 178
cacau, 178
café, 174-7
chá, 178
fumo, 178
laranja, 178
principais produtos florestais ou
agrícolas, 180
trigo, 178
uva, 178
assistência hospitalar, 195
comércio exterior, 187-9
comunicações telegráficas, 192, 193
divisão do solo, 181, 182
educação, 193, 194
estradas de ferro, 189-91
Igreja, 194, 195
- imigrantes europeus, 169, 170
estatísticas sobre os, 171-3
fluxo de, 170, 171
- imprensa, 194
- indústria extrativa, 179
- indústrias manufatureiras, 186, 187
- mineração, 182
diamantes, 184-6
ouro, 183, 184
outras jazidas metalíferas, 186
principais minas, 185
- navegação, fluvial, 191, 192
marítima, 192
- pecuária, 180, 181
- população do, 167, 168
classificação da, 168
densidade da, 168
distribuição da, 168
- Bruck, 105
- Bruckner, 104
- Brugsch, M., 48
- burguesia, 16
- burocracia, 16
- Cafiero, C., 16
- capitalismo, 8, 9
- cartografia, 8
- castas, 40
- César, 107
- China, emigração na, 133, 134
diferenças com a emigração dos
europeus, 136-8
distribuição numérica no estran-
geiro, 140-2
- mão-de-obra chinesa no exte-
rior, 134-6, 138, 139
- estrangeiros na, 130-2
- influências lingüísticas dos, 132,
133
- Christaller, 33
- idades, crescimento das, 143, 144
condições naturais no, 151, 152
e decréscimo, 152, 153
previsão de, 165, 166
reação contra o, 165
- distribuição das, 146, 147, 149-51
- estética das, 158-61
- estudo das, 153-5
- fictícias, 157
- ideais, 163
- morte das, 155-7
- nas sociedades autoritárias, 156
- população nas, concentração da, 164
fluxo e refluxo da, 162, 163
- salubridade das, e mortalidade, 161,
162
- e saneamento, 162
- classe(s), 40
luta de, 20
operária, 16
- Claval, P., 26
- climatologia, 18
- Colombo, C., 44
- colônias, alemãs, 116
americanas, 116
britânicas, 116
ação pan-britânica, 112, 113
Austrália, 111-6
autonomia das, 109, 110, 113
Índia, 119-29
na África Meridional, 110, 111
Nova Zelândia, 117, 118
de exploração, 22, 25, 26, 31-3
de povoamento, 10, 22, 25, 32, 113
francesas, 116
verdadeiras, 111
- Comte, A., 24
- Comuna de Paris, 13, 15, 27
- continentalidade, problema da, 9
- Cook, 43
- Coulanges, F. de, 78
- Darwin, C., 10
- descobrimientos marítimos, 8
- determinismo geográfico, 21, 30
- dialética marxista, 24
- ditadura burguesa, 16
- Dix, 9
- Drake, 43
- Duponchel, 51
- Engels, F., 15, 16, 27, 33
- erosão antrópica, 24
- Escola Geográfica Francesa, 25
- Estado, origem do, 61
- Estrabão, 8
- evolução das formas de propriedade, 76-
-83, 91, 92, 97, 98
arrendamento, 92, 93
associações financeiras *versus* asso-
ciações de trabalhadores, 95
e evolucionismo moderno, 87
espírito de associação, 82
grande propriedade, 83-5
consequências da, 90, 91
versus pequena propriedade, 87-
-90
meias, 93
os Dukhobors, 85-7
pequena propriedade, 91
e revolução, 87
situação do camponês, 95, 97
evolucionismo, 7, 87
- família, convenções matrimoniais, 62
honra tradicional, 63
importância da guerra na fundação
da, 61
jugur, ambel-anak, semando, 62
levirato, 61
matriarcado e patriarcado, 62
moral tradicional e sentimentos na-
turistas, 63
origem da, 61
- Febvre, L., 24
- Federação Jurassiana, 16
- Felvincz, 77
- Ferrari, 103
- formas políticas e terrestres, 69-72
e língua, 72-4
- Foster, G., 27
- Fourier, 15, 25
- Franklin, 43

- Gallois, 24
Galvão, F. R., Barão, 22, 28
geografia, 7, 8, 10-2, 21-3, 28, 30
 aplicada, 22, 25
 ativa, 22, 25
 de Pierre George, 22
 científica, 8
 colonial, 22
 comprometimento político da, 20
 da sociedade, 29
 v. *tb.* geografia social
e história, integração entre, 29
 relação entre, 39-41
 européia, 9
 física, 17, 18, 21, 23, 24
 geral comparada, 9
 histórica, 22, 40
 humana, 8, 18, 21, 22, 24, 29
 moderna, 8, 20, 26, 31
 natureza da, 20
 política, 21, 22, 24
 sistemática, 21
 social, 19, 20, 22, 28, 29
 v. *tb.* geografia da sociedade
 tropical, 22
 unidade da, 20, 21
geograficidade, 19, 21
geógrafos, alemães do século XIX, 10
 pragmáticos, 25
geomorfologia, 18
geopolítica, 10, 22
Giblin, B., 27
Guerra Mundial, I, 24
 II, 10, 25
Guillaume, 16
Gumplowicz, 68

Hardrade, H., 43
Hardy, G., 22
Haxthausen, 77
Heath, R., 96
hereditariedade dos caracteres adquiridos, 59
Heródoto, 8, 27, 49
Herve-Mangon, M., 20
Hettner, A., 27
hidrologia, 18
Hitler, A., 10

homem e natureza, análise dialética das
 relações entre, 18
 do conhecimento horizontal ao conhecimento vertical, 44, 45
 expedições polares, 43, 44
 influência das trocas, viagens e guerras, 43
 povos selvagens ou bárbaros, 42, 43
 regiões a serem exploradas, 43, 44
horda, 63
Howard, E., 33
Hugo, V., 144
Humboldt, A. von, 8, 9, 27
Huntington, 21

Ingolfr, 146
Internacional, I, 15, 27

Kant, 8
Khalidun, I., 8
Kjellen, 9, 22
Kropotkin, P. A., 11, 14-7, 25

La Bruyère, 96
Lacoste, Y., 11, 26
Lefrançois, G., 17
leis fundamentais da evolução da humanidade, 29, 41
Lelewel, 77
Liebig, 51
Liebknecht, 16
Liga da Paz e da Liberdade, 15

Mackinder, H., Sir, 22, 27
Magalhães, 43
marâchers, 51
maritimidade, problema da, 9
Markham, 44
Martonne, E. de, 17, 18, 23, 24
Marx, K., 15, 17, 25, 27
marxismo, 7
meio, dinâmico, 58
 v. *tb.* meio-tempo
 estático, 58
 v. *tb.* meio-espaço
meio-espaço, 30
meio-tempo, 30
 e meio-espaço, 56-60

- Metchnikoff, 17
Meynier, A., 26
Michelet, 30
Miguel Ângelo, 49
monarquia, gênese da, e as línguas, 68
 instituição da, 67-9
 tendência à imitação, no desenvolvimento da, 69
movimento anarquista, 7

Napoleão, 107

Parry, 44
Penck, 27
Peschel, O., 23
pesquisa de equilíbrio, 20
Philipponeau, M., 22, 25
Pierre George, 20, 22, 25, 28
Pigafetta, 43
Plekhanov, 27, 28
Pococke, 45
Polo, M., 8, 44
positivismo, 10, 24, 29
 comtiano, 7
 evolucionista, 24
povos, cruzamento de, 59
 primitivos, análise dos, 19, 42, 43
progresso, 19
proletariado, ditadura do, 16
propriedade, coletiva, 66
 resquícios da, 67
 constituição da, 64
 e cultivo, 76
 e instinto de apropriação, 64
 e relação entre os diversos bandos, 66
 formas de, 93, 95
 v. *tb.* evolução das formas de propriedade
 privada, 66
 e a guerra como uma das causas da, 67
 e trabalho, 67
protestantismo, 29
Proudhon, 15
Ptolomeu, 8

Rabelais, 28
raça, 59
Rambert, 45
Ratzel, F., 9, 10, 19, 21, 22, 27, 30
Reclus, É., 9-12, 14, 15, 18-32
 atualidade da obra de, 22-8
 bibliografia de, 12, 14, 16-9, 26-35
 sobre, 11, 26, 27, 35, 36
 biografia, 11, 12, 14-8
 produção teórica, 17-9
 vida política, 15-7
 idéias básicas de, 20-2
Reclus, O., 17
Reclus, P., 15
relação, geógrafo/análise do espaço, 25
 geógrafo/Estado, 25
Rio Branco, Barão do, 23, 28
riqueza e poder, 75
Ritter, K., 8, 9, 11, 17, 26, 27
Rosler, M., 48

Saint-Hilaire, A. de, 187
Saint-Simon, 15
Schmidt, 11
Sesóstris, 106
Simple, H., 21
Sociedade Geográfica, de Londres, 14
 de Paris, 12, 14, 17
Sociedades de Geografia, 9, 13
sociedade(s), evolução das, condições
 para a, 102
 curvas de periodicidade, 103
 e a tarefa dos historiadores, 106, 107
 e concepções particulares de história, 106
 e fenômenos vitais, 100
 e influências geofísicas, 104, 105
 intervolução, 104
 paralelismo histórico, 103
 passagem de uma forma a outra, 103
 teorias sobre, 100
 tipos característicos de, 103

- formas primitivas de, 63, 64
e tradição totêmica, 64
- solo, cultura e apropriação do, drenagem
dos campos, 52, 53
- drenagem e saneamento dos
pântanos, 51, 52
- emprego das águas correntes,
48-50
- emprego das águas subterrâneas,
50, 51
- exemplos notáveis de, 46, 47
- importância do húmus e das
aluviões, 50
- movimento das águas na cidade
e agricultura, 53-5
- Sorre, M., 20, 28
- Stein, B., 27
- Taganyi, 77
- Taine, 59
- Tchicherin, 78
- Teutsch, 77
- Thunen, J. H. von, 33
- Tricart, 25
- Troll, 27
- Valentubi, G., 27
- Vallaux, C., 21
- Varenius, B., 8
- Vauban, Marechal, 96
- Vico, 100
- Vinci, L. da, 49
- Wilhelm, F. P., 27
- Willoughby, 43
- Wynoham, 45



34. **SIMMEL**
Evaristo de Moraes Filho
35. **SARMIENTO**
León Pomer
36. **MARX-ENGELS** (Historia)
Florestan Fernandes
37. **ROGER BASTIDE**
Maria Isaura P. de Queiroz
38. **EDMUND LEACH**
Roberto Da Matta
39. **PIERRE BOURDIEU**
Renato Ortiz
40. **BOLIVAR**
Manoel L. Bellotto e
Anna Maria M. Corrêa
41. **KELLER**
Rachel Rodrigues Kerbauy
42. **HO CHI MINH**
Marta Elena Alvarez
43. **PARETO**
José Albertino Rodrigues
44. **QUESNAY**
Rolf Kuntz
45. **EUCLIDES DA CUNHA**
Walnice Nogueira Galvão
46. **MAX. SORRE**
Januário Francisco Megale
47. **POULANTZAS**
Paulo Silveira
48. **WRIGHT MILLS**
Heloisa R. Fernandes
49. **ÉLISÉE RECLUS**
Manuel Correia de Andrade

16

